

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Faculdade de Educação – FAE
Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social em Educação

Celeste Deográcias de Souza Bitencourt

Mészáros:
O tripé Trabalho – Capital – Estado e suas implicações na educação

Belo Horizonte, fevereiro 2016

Celeste Deográcias de Souza Bitencourt

Mészáros:
O tripé Trabalho – Capital – Estado e suas implicações na educação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação

Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana

Orientador: Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior.

Belo Horizonte, fevereiro 2016

B624m
T

Bitencourt, Celeste Deográcias de Souza, 1964-
Mészáros : o tripé trabalho – capital – Estado e suas implicações na educação / Celeste
Deográcias de Souza Bitencourt. - Belo Horizonte, 2016.
241 p., enc.

Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientador : Hormindo Pereira de Souza Júnior.
Bibliografia : f. 234-241.

1. Mészáros, István, 1930--. 2. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição – Leitura e
Análise Crítica e Imanente. 3. Educação Emancipatória -- Filosofia -- Teses. 4. Trabalho -- Filosofia --
Teses. 5. Ontologia -- Teses. 6. Sociologia educacional -- Teses.
7. Teoria marxiana -- Teses. 8. Capital e Capitalismo -- Teses. 9. Educação e Estado -- Aspectos
sociológicos-- Teses. 10. Educação e Estado -- Filosofia -- Teses.
11. Transição Socialista -- Filosofia -- Fundamentos educacionais - Formação e Emancipação
Humana -- Teses. 12. Nacionalismo – Crise estrutural do capital - Socialismo -- Teses. 13. Ciência
política -- Teses.

I. Título. II. Souza Júnior, Hormindo Pereira de. III. Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

CDD – 370.1

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação
Linha de Pesquisa - Política, Trabalho e Formação Humana

Tese Intitulada “Mészáros: O tripé Trabalho – Capital – Estado e suas implicações na educação”, de autoria de Celeste Deográcias de Souza Bitencourt, aprovada pela banca examinadora, consituída pelos seguintes professores e professoras, em 24 de fevereiro de 2016:

Defendida em: 24 de fevereiro de 2016

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Antônio Júlio de Menezes Neto – Membro Interno
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof^ª. Dr^ª. Ana Selva Castelo Branco Albinati – Membro Externo
Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MINAS

Prof. Dr. Filipe Oliveira Raslan – Membro Externo
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET - MG

Prof^ª. Dr^ª. Sabina Maura Silva – Membro Externo
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET - MG

Prof. Dr. Pablo Luiz de Oliveira Lima – Suplente Interno
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Rodrigues Moreno Marques – Suplente Externo
Universidade FUMEC - FUMEC

Dedico a minha mãezinha, Maria Imaculada de Souza Bitencourt (*in memoriam*). Mãe por vocação, professora por profissão, desejou que me tornasse professora primária e ficasse com ela lá no interior, mas me apoiou quando decidi dar continuidade aos estudos, chegando a esta pretendida titulação de Doutora em Educação. Sou grata por tudo: pela vida, pelo amor à vida, pelos cuidados (com as pessoas, com a saúde, com a casa sempre limpinha, com as plantinhas e muita comida gostosa); a incansável disposição para o trabalho, a alegria nas cantorias e dancinhas; pelos quinze filhos, (aos seus olhos, lindos e perfeitos), meus irmãos; pela consciência do não desperdício, na fala constante, “minha filha, poupe a natureza e o suor do trabalho”, e pelos ensinamentos, por meio da pedagogia mais amorosa praticada no convívio com todos: primeiro elogiar (porque todos têm alguma qualidade a ser destacada); pedir um favorzinho (pois ninguém é autossuficiente e todos têm alguma habilidade a compartilhar); agradecer (pelo feito, à “mãozinha linda que faz favor pra mãe” e com “uma coça de beijos”); corrigir (quando necessário, pois ninguém é perfeito e pode sempre aprender a ser melhor).

Ao meu pai, Geraldo Bitencourt, operário da extração de minério (na atual conjuntura de morticínio provocado pela mineradora Samarco, Mariana, Minas Gerais, e por toda a bacia do Rio Doce, não há como não lembrar dele), da CSN, em Conselheiro Lafaiete, minha cidade natal, sobreviveu a um soterramento de minério, mas faleceu logo após aposentar-se. Mesmo nas “duras” condições da vida de operário que lhe enrijeceram um pouco a alma, soube ser, ao seu modo, amoroso e pode nos propiciar o necessário para uma vida digna, e forjar nossa memória de “dor e esperança” na identidade e na consciência de classe.

À Corina Alves de Brito, minha professora do Ensino Médio, amiga, que me orientou a continuar os estudos e a guiar-me pela perspectiva socialista.

A nós, trabalhadores, pelo que somos e construímos em materialidade e espiritualidade do mundo, e pelo que ainda devemos e podemos construir para a edificação do verdadeiramente humano.

Agradecimentos

Considerando o trabalho como um ato humano-social, agradeço aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a consecução desta tese.

À minha família, motivação, solidariedade, amor constante;

Ao meu amor, por tudo, não “imortal, posto que é chama”, sucumbiu às circunstâncias de “clausura”; mas foi intenso na essência e forma como pode ser vivenciado;

Aos amigos professores da Educação Básica, presenças, mesmo nas ausências;

Ao meu orientador, pelo incentivo, dedicação, presença permanente;

Ao professor Miguel Vedda, da Universidade de Buenos Aires, que gentilmente recebeu-me e muito colaborou com minha formação durante o estágio doutoral.

Aos professores do Programa, ensinamentos sempre profícuos;

Aos colegas do curso e do Grupo de Estudo e Pesquisa Marx, Trabalho e Educação – GEPMTE, debates e convívio sinceros; destaco a contribuição de Rodrigo Moreno Marques, pela tradução do resumo para o inglês;

Aos funcionários do Programa, presteza no atendimento e orientações;

Aos professores da banca, por se disponibilizarem e contribuírem com suas avaliações e, duplamente, ao prof. Antônio Julio de Menezes e à prof^a Ana Selva Albinati, cujas participações na qualificação e cujos significativos comentários foram agregados à tese.

Aos autores aqui referenciados, cujas obras acrescentam conhecimento ao mundo;

À Prefeitura Municipal de Betim, setores e funcionários que viabilizaram as condições para que eu pudesse conciliar o trabalho com a produção da tese.

À CAPES, pelo apoio financeiro recebido.

Diálogo com poetas¹: “aos que hesitam”

Já prestaram atenção?

Alguns dizem: nossa causa vai mal. E a escuridão aumenta

Sim, nas usinas, nas ruas, nos educandários, no parlamento, nos hospitais, na família

Nossas forças diminuem? Agora! Depois que trabalhamos por tanto tempo.

É depois que fizemos a Comuna de Paris, a Revolução de 17, A Revolução Cubana, chinesa, o Maio de 68, Pensamos até que tínhamos conquistado o poder!

Estamos em situação pior que no início?

Sim, consideram que somos pós-tudo (pós-industriais, pós-modernos)

Mas o inimigo está aí mais forte do que nunca

Sua força parece ter crescido

**Sim, roubando nossos sonhos, esperanças, trabalho,
Destruindo nossos meios de vida,
Em guerras permanentes e injustificadas**

Ficou até com aparência de invencível,

Mas nós cometemos erros – não há como negar

Sim, erros gravíssimos, como divisionismo, reformismo, estruturalismo, funcionalismo, voluntarismo, autoritarismo, ceticismo, pragmatismo, oportunismo, economicismo, leninismo, trotkismo, stalinismo, maoismo,

Nosso número se reduz ou se amplia?

Afinal somos os 99% de trabalhadores contra os 1% de dominadores?

Nossas palavras de ordem estão em desordem

O inimigo distorceu muitas de nossas palavras,

Até ficarem irreconhecíveis:

Dizemos: fim da exploração!

Eles nos dizem: inclusão social

Dizemos: “trabalhadores uni-vos!”

Eles nos dizem: concorram entre si, é saudável e intrínseco à natureza humana

Dizemos: trabalhadores, rebelem-se!

Eles nos dizem: não! Sejam empreendedores

¹ Este texto é uma adaptação poética que realizamos em diálogo com Bertold Brecht, Carlos Drummond de Andrade, José Régio, Lênin, Marx e Maiakovski.

Dizemos: luta de classes!

Eles nos dizem: consenso – governabilidade

Dizemos: classe operária!

Eles nos dizem: não! Somos todos atores sociais

Dizemos: revolução social!

Eles nos dizem: não! Reformas

Daquilo que dissemos, o que agora é falso? Tudo ou alguma coisa?

Com quem contamos ainda?

Somos o que restou, lançados fora da corrente viva?

Ficaremos para trás por ninguém compreendidos

E a ninguém compreendendo? Precisamos ter sorte?

Esperanças? Discernimento? Seremos mais práticos e/ou teóricos?

“O que fazer?”, já perguntava Lênin, e as respostas divergem.

Isso vocês perguntam! Não esperem nenhuma resposta senão as suas. Por que eu!?

Não serei o poeta de um mundo caduco.

Também não cantarei o mundo futuro.

Estou presa à vida e olho meus companheiros.

Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças...

Entre eles considero a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Porque eles nos dizem: “vem, vem por aqui!”

Como “há, nos olhos meus, ironias e cansaços.”

Eu digo: “não, não vou por aí! Só vou por onde me levam meus próprios passos...”

Se ao que busco saber nenhum de vós responde por que me repetis: ‘vem por aqui!’?”

“Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão

Haveríamos de ficar tristes?”

O mar da história é agitado.

As ameaças e as guerras, havemos de atravessá-las,

Rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas”.

Mesmo sentindo que nossas forças são escassas.

E que nossa meta acha-se muito distante.

Podemos divisá-la claramente, ainda quando parece inatingível.

Vós, porém, quando chegar o momento de o homem ser parceiro do homem, lembrai-vos de nós com simpatia.

Pois “a revolução deve tirar poesia do futuro, não do passado”.

Resumo

Esta tese apresenta o resultado da leitura e análise imanente que realizamos da principal obra de Mészáros (2002), *Para além do capital, rumo a uma teoria da transição*, cujo procedimento objetivou apreender as categorias Trabalho, Capital e Estado e evidenciar suas implicações na educação e identificar o tratamento dado por Mészáros às referidas categorias. Para atingir esses objetivos, orientamo-nos, prioritariamente, pelo procedimento de leitura e análise imanente de nosso objeto. Por meio desse procedimento, procuramos capturar a gênese e o *telos* social do objeto analisado, ou seja, sua dimensão histórica, compreendendo, assim, de forma mais profunda, a concepção que Mészáros apresenta sobre essas categorias, as quais denominamos como o “tripé”, que, em suas inter-relações dialéticas complexas, complementam-se, sustentam-se e modificam-se, conformando a ordem vigente. Procedemos, inicialmente, a um levantamento do conjunto dos títulos de Mészáros, com o objetivo de identificar em quais obras o autor trata mais diretamente das referidas categorias, para, em seguida, delimitar aquelas que seriam mais diretamente investigadas. O procedimento adotado em relação ao nosso objeto propiciou-nos concluir que a elaboração teórica de Mészáros sobre a síntese histórica dessas categorias possibilita-nos um adequado conhecimento da atual “época histórica”. Mészáros analisa o “anacronismo histórico” do “sistema do capital”, que, em sua “crise estrutural, sistêmica, global”, ativa seus “limites estruturais absolutos” e aponta para a necessidade e possibilidade de superação dessa ordem, que, segundo o autor, só poderá realizar-se pela força hegemônica de seu antagonista, o trabalho. Procuramos apreender a concepção de Mészáros sobre a educação e sua compreensão das implicações desse tripé sobre a mesma, considerando que esta não é o único, e nem o principal, mas é um componente fundamental no processo de transformação social. Compreendemos que Mészáros, ao orientar-se pela matriz ontológica marxiana, desenvolve sua própria vertente analítica da obra de Marx, instaurando uma “ontologia singularmente humana a partir do trabalho”. A obra de Mészáros recupera o caráter revolucionário da teoria social marxiana, que, em sua originalidade, perspectiva a emancipação humana a partir da “transcendência positiva da alienação do trabalho”, da erradicação do capital e do fenecimento do Estado, projeto genuíno de Marx, que se apresenta como um imenso desafio a ser conquistado.

Palavras-chave: Trabalho; Capital; Estado; Educação; Ontologia.

Abstract

The thesis presents the result of our reading and immanent analysis of *Beyond Capital: Toward a Theory of Transition*, the main work of Mészáros (2002). It aims at apprehending the categories Work, Capital and State, at evidencing its implications on Education and at identifying how Mészáros treat these categories. The main guide elected to reach these objectives is a procedure based on a reading and immanent analysis of our object. Through this procedure, we seek to capture the genesis and the social *telos* of the analyzed object, i.e., its historical dimension, comprehending more profoundly the conception adopted by Mészáros to discuss these categories, nominated “the tripod”. The complex dialectical interrelations of the tripod complement, sustain and modify themselves, shaping the ongoing order. Firstly, we studied the whole books of Mészáros, aiming at identifying in which works the author directly discuss the cited categories, in order to define the *corpus* of the research. As a result of the procedure adopted, we conclude that the Mészáros’s theoretical approach to the historical synthesis of these categories enable us the proper understanding of the current “historical epoch”. Mészáros analyses the “historical anachronism” of the “capital system”, which, in its “global, systemic and structural crises”, activates its “absolute structural limits” and points towards the necessity and possibility of overcoming this order. According to the author, this would be possible only through the force of its hegemonic antagonist, the work. We seek to apprehend the conception of Education adopted by Mészáros and his comprehension of the implications of the tripod on the Education, considering that it is not the unique, nor the main, but is a fundamental component of the process of social transformation. Guided by the Marxian ontological matrix, Mészáros develop his own analyses of the work of Marx, exposing an “ontology singularly humane through the work”. Mészáros recover the revolutionary character of the Marx’s social theory, which, in its originality, addresses the human emancipation, through the “positive transcendence of the alienation of work”, the eradication of capital and the withering of the State, a genuine Marxian project and a huge challenge to be achieved.

Keywords: Work; Capital; State; Education; Ontology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA	20
1.1 Fundamentação teórica	20
1.2 Procedimento de leitura e análise imanente	30
1.3 O autor, sua obra e a delimitação do objeto	36
2 TRABALHO – CAPITAL: ANTAGONISMO A SER SUPERADO	47
2.1 As duas dimensões do trabalho – ontológica, como mediação de primeira ordem, e antagonista, do capital alienado na forma assalariada	52
2.2 A gênese do capital e suas mediações de segunda ordem	64
2.3 A natureza do capital – força incontrolável e suas determinações como relação social	75
2.4 Capital – Tendências negativas, destrutividade e crise estrutural	83
2.5 Trabalho na defensiva via sindicatos e parlamento	96
2.6 Ativação dos limites absolutos do sistema do capital	101
3 ESTADO: PARA O CAPITAL, A PERMANÊNCIA; PARA O TRABALHO, A TRANSCENDÊNCIA	112
3.1 O Estado do ponto de vista do capital - Hegel, seu maior ideólogo	117
3.2 Teoria política de Marx	127
3.3 Estado como um imperativo corretivo do sistema do capital	139
3.4 O tripé – trabalho, capital e Estado: uma necessidade histórica a permanecer ou a transcender?	162
3.5 Política radical e a ofensiva socialista	169
3.5.1 Movimentos alternativos na América Latina	170
3.5.2 Política radical e a Nova Internacional	176
3.6 Princípios orientadores de uma teoria da transição socialista – Para além do capital, o fenecimento do Estado e a emancipação do trabalho	187
4 EDUCAÇÃO: PROCESSOS DE INTERIORIZAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO OU PARA A TRANSFORMAÇÃO DA ORDEM SOCIAL	202
4.1 Fundamentos da educação – do indivíduo isolado ao indivíduo social	202
4.2 Educação emancipatória – para além do capital	209
CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	221
REFERÊNCIAS	234

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa originou-se a partir da elaboração da dissertação de mestrado que realizamos sob o título *A noção de competência na política pública de Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Betim: avanços e ou retrocesso na formação humana*². A dissertação, pelos limites próprios que se propôs, não respondeu a várias indagações que ainda nos inquietam sobre o complexo processo da formação humana, constituição e busca da emancipação.

Mas, como se orientou pelo referencial teórico marxista, propiciou-nos uma aproximação da tematização realizada pelos grupos de pesquisa de pós-graduação sobre Trabalho e Educação e da teorização realizada por um dos maiores filósofos marxistas da atualidade, István Mészáros. Filósofo que, embora, em 1995, tenha se aposentado das atividades docentes na Universidade de Sussex, Inglaterra, da qual recebeu o título de Professor Emérito de Filosofia, encontra-se em plena atividade intelectual.

Assim, a realização do mestrado motivou-nos e indicou-nos a necessidade de aprofundar a investigação sobre categorias fundamentais da teoria social marxiana, como Trabalho, Capital, Estado, Formação e Emancipação Humana. Objetivo que procuramos cumprir com a tese de doutorado *Mészáros: O tripé Trabalho – Capital – Estado e suas implicações na educação*.

Esse autor produz uma densa, sólida, rigorosa e polêmica obra, na qual realiza uma “síntese decisivamente inspirada em Marx [...]”. Assim a originalidade de sua obra, como nos apresenta Antunes (2002, p. 20), “devassa o passado recente e o nosso presente, oferecendo um manancial de ferramentas para aqueles que estão olhando para o futuro. Para além do capital”. A elaboração da tese visou a nos propiciar maior compreensão de questões teóricas e práticas, altamente desafiadoras, que envolvem as referidas categorias e que estão postas para o conjunto da sociedade e, particularmente, para os que buscam a emancipação humana.

Há um conjunto de indagações ou afirmações sobre as categorias que abordamos. Teria o trabalho perdido sua centralidade, frente às inovações tecnológicas, pois estas teriam posto fim à era industrial? Com isso, não apenas as classes e os antagonismos de classe, mas todos os

² A dissertação foi concluída em 2010, no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH/UERJ, sob a orientação do professor Zacarias Jaegger Gama, com apoio financeiro da Faperj.

aspectos da alienação³ a que a humanidade está submetida teriam sido irreversivelmente superados com sucesso, como advogam as teorias da “sociedade pós-industrial”, da “sociedade do conhecimento”, entre outras? Marx dedicou anos de sua vida elaborando *O Capital*, para compreender o processo de produção e que sua possível superação se daria pelo seu antagonista – o trabalho –, mas se temos o “fim do trabalho”, o que se passou com o capital, em que se converteu? Se aquelas teorias é que explicam a realidade de nossos dias, a validade da elaboração teórica de Marx e de suas categorias está confinada ao século XIX?

O doloroso, dramático e “clamoroso fracasso histórico” e a “desintegração dos movimentos políticos” representados, principalmente, pela “social-democracia e a tradição bolchevique metamorfoseada em stalinismo”, conforme análise de Mészáros (2002), comprovam a validade dos questionamentos feitos à teoria social de Marx? Ou, ao contrário, a derrota do “socialismo realmente existente” do tipo soviético e do leste europeu legitima a defesa do projeto de uma ordem genuinamente⁴ socialista, como algo que diz respeito a toda a humanidade e ao mesmo tempo comprovam a assertiva marxiana dos limites da política, em ser absolutamente resolutiva? E indicam que a tomada do poder político, a revolução política é apenas o primeiro passo e, que esta, por si só, não propicia a verdadeira emancipação humana, que só pode advir de uma efetiva revolução social? É possível instaurar a verdadeira sociedade socialista, conforme Mészáros (2002) indica-nos que foi perspectivado por Marx, dos “produtores livremente associados”, ou seja, por abaixo todo o edifício e mudar, “de cima a baixo”, as condições de sua existência política e industrial e, conseqüentemente, “toda a sua maneira de ser”, sem realizar a extinção do próprio poder político, do Estado e da opressão do capital? Como perspectivar o anseio humano, já desde Babeuf, de “uma sociedade dos iguais”? O Estado, ou ainda, a sua perfectibilidade, garantiria a realização desse anseio?

³ Considerando todo o debate que existe no campo marxista sobre a categoria Alienação, pelo menos no Brasil, no desenvolvimento da tese, será esclarecida a concepção adotada por Mészáros e que será adotada por nós.

⁴ Ao longo da tese, procuraremos esclarecer o significado de “genuíno”. Mas antecipamos que o uso desse “adjetivo”, empregado para caracterizar o projeto socialista marxiano, não deve ser desprezado e é constante em Mészáros. Seu significado não é apenas gramatical, embora mesmo este é esclarecedor, pois corresponde, conforme o dicionário – ao que é verdadeiro; que não sofreu alterações ou falsificações; correto; puro; de sentido exato ou próprio – sinônimos: autêntico; fidedigno; real e verídico – antônimos: falso; incorreto; mentiroso. Cf. *Dicionário Online de Português*. s/d. Disponível em: <www.dicio.com.br>. Acesso em mar. 2015. A esse sentido gramatical acrescenta-se o sentido teórico-prático, político, econômico, filosófico e cultural, utilizado por Mészáros para diferenciar o projeto socialista original, tal como concebido por Marx, daqueles que se derivaram de seu pensamento, como no chamado “socialismo real”, do tipo soviético e de sua área de influência. Até porque, como será indicado, para Mészáros não houve “socialismo”, nesses países, que estivesse em conformidade com a concepção marxiana.

No quadro atual, em que se procura formar para o consenso e em conformidade com a sociedade capitalista, que incentiva e reforça o individualismo egoísta e competitivo, quais as possibilidades de uma educação que perspetive a emancipação humana? Quais as implicações dessa ordem para a educação, em nossa contemporaneidade regida por uma conformação social mundialmente hegemônica, que procura impor o pensamento único, no âmbito de todas as esferas sociais, e mesmo no âmbito da educação institucionalizada? Se temos instaurada a chamada “crise do marxismo”, a “sociedade do conhecimento”, a “sociedade pós-industrial”, “pós-moderna”, do “adeus ao proletariado” e se temos o “fim da sociedade de classes”, o “fim da história”, “fim das ideologias” e “fim do trabalho”, o processo de emancipação humana implicaria apenas um aperfeiçoamento da “ação comunicativa” entre os sujeitos?

A análise de Mészáros caminha em outra direção e, como alerta-nos, a gravidade e a complexidade dos problemas não nos deixam “espaço para tranquilidade ou certeza”, caso “os desafios históricos postos diante do movimento socialista não sejam enfrentados com sucesso, enquanto ainda há tempo”. Por isso, enfatiza, reiterando as “palavras dramáticas de Rosa Luxemburgo”, que o século à nossa frente deverá ser o século do “socialismo ou barbárie”, ao que acrescenta a frase “barbárie se tivermos sorte”, uma vez que “*o extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital*” (MÉSZÁROS, 2007, p. 132). O filósofo húngaro consubstanciará essa assertiva no conjunto de sua obra monumental.

Analisando a abrangência da perspectiva de Mészáros, não consideramos adequado restringi-lo a um pessimista⁵ ou catastrofista *a la* Kurz (1993) de um “*colapso da modernização*”⁶. Mesmo que, já por quase cinco décadas, reitere, em suas análises, que vivemos

⁵ Cf. PAULO NETTO, José. *O socialismo na URSS*, s/d. (ver referências), em que José Paulo Netto realça esse aspecto, mas infelizmente esqueceu de mencionar o empenho propositivo de Mészáros para a elaboração da teoria da transição socialista. Até porque essa tematização encontra-se no livro *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI*, composto de 395 páginas distribuídas em dez capítulos que tratam exatamente do desafio histórico e da atualidade em propor o socialismo como alternativa à barbárie, e da necessidade de uma teoria da transição socialista para a qual, mais especificamente no capítulo 9 – O socialismo do século XXI, (p. 225-316), Mészáros dá sua contribuição para sua elaboração, apontando oito “princípios orientadores fundamentais”.

⁶ Embora Kurz (1993) alerte sobre a necessidade de compreendermos a “verdadeira extensão global” da “crise do sistema mundial produtor de mercadorias” (KURZ, 1993, p. 198); faça várias críticas às experiências revolucionárias do século XX ou, particularmente, ao modelo soviético; realize a crítica ao Estado em suas várias formas, por entender que “Estado e mercado condicionam-se mutuamente” (KURZ, 1993, p. 43) e que “sua missão civilizatória já [está] terminada” (KURZ, 1993, p. 225); admita que as experiências revolucionárias limitaram-se a criticar “os capitalistas”, em vez de “criticar o próprio capital” (KURZ, 1993, p. 48); considere equívoco considerar a “primazia da política” sobre o social, “desejando que a vontade política do partido substituísse a supressão praticamente impossível do trabalho abstrato” (KURZ, 1993, p. 54), e ainda, avalie, como Mészáros, que “existe um limite absoluto, mesmo que este esteja à beira da ‘destruição do mundo’, limite do qual ninguém pode dizer o quanto

em uma “nova época histórica” que se configura por uma “crise estrutural do capital”, cuja gravidade nos “deixa prever a potencial autodestruição da humanidade”, caso prevaleçam as tendências da ordem atual. Mas, obstinadamente, e por igual tempo, também se empenha em alertar que, para superar tal realidade, os “remédios potenciais” têm que ser “globais” e “apontar para uma ordem social qualitativamente diferente em que deixam de existir as tendências destrutivas, hoje dominantes, de crescimento canceroso e acumulação de capital” (MÉSZÁROS, 2004, p. 15-16).

Como testemunha toda a sua obra, nosso autor insiste nessa máxima, por não abandonar a perspectiva socialista e por analisar a realidade em termos de “tendências”, “possibilidade” e “necessidade” e não como “determinações mecânicas”. Acredita ainda que se “tomarmos seriamente ‘a responsabilidade dos intelectuais’”, todo intelectual crítico não pode abdicar de seu fundamental “papel na transformação social positiva, da qual necessitamos tão urgentemente”. Considera que não pode “haver justificativa para a omissão”, mesmo havendo uma “conexão objetiva” entre a “dinâmica da confrontação histórica em curso entre capital e trabalho”, que força o trabalho a “assumir uma postura defensiva”, e a uma postura negativa por parte de muitos intelectuais que se “tornam introvertidos, evasivos e desorientados”. Nesse sentido, a adesão ao “lamentável conto da pós-modernidade” é para Mézáros (2006a, p. 17) bem ilustrativo.

Diferentemente dessa “debandada” que acometeu muitos intelectuais da esquerda e contrariamente outros tantos, que tentaram demonstrar a inviabilidade do pensamento marxiano, Mézáros (2006, p. 25) afirma sua convicção sobre a possibilidade e a necessidade de um projeto

estamos distantes”, sendo “possível que a *era das trevas* (...) abranja boa parte do século XXI”, entre outras críticas realizadas por Kurz (1993) que podem ser identificadas também em Mézáros. Consideramos, porém, que eles divergem quanto ao caráter das transformações e as perspectivas a serem adotadas pelo movimento internacional da classe trabalhadora, após análise daquelas e da atual realidade histórica. Para sinalizarmos, de forma breve, a distinção fundamental entre as duas concepções, apontamos que o primeiro, apesar de sua “crítica radical”, conclui dizendo que “os processos catastróficos” gerados pela crise do “sistema mundial produtor de mercadorias” (KURZ, 1993, p. 223) que “consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo”, não podem ser criticados ou até superados “a partir de um ponto de vista ontológico do ‘trabalho’, da ‘classe trabalhadora’, ou da ‘luta das classes trabalhadoras’ uma vez que se “tornou efetiva e definitivamente obsoleto o ‘comunismo do trabalho’”. Pois, segundo o mesmo, temos “já presente” na realidade “dentro do invólucro capitalista” o “*comunismo das coisas*”, que “não foi criado pelo proletariado, mas sim pela ‘força produtiva da ciência’. Fundamenta-se nessa, e não tem mais nada a ver com a antiga ontologia do trabalho, supostamente anticapitalista” (KURZ, 1993, p. 228-229). Mézáros, diferentemente deste, e de grande parte do marxismo, recupera de Marx o caráter ontológico do trabalho, considerando-o a única força social antagônica ao capital e capaz de por fim ao “tripé” que mencionamos nesta tese, e instituir uma transição socialista que “transcenda” / supere o trabalho assalariado, o capital e o Estado, rumo a uma sociedade comunista, ideal marxiano a ser conquistado por via do “trabalho livremente associado”, da “erradicação do capital” e do “fencimento do Estado”, sendo esse projeto comunista, ainda a ser conquistado, não sendo presente como considera Kurz.

socialista, pois o sistema do capital esgotou suas potencialidades civilizatórias e está sendo abalado em seus “fundamentos como *sistema mundial*”.

Indica-nos, ainda, que se já vivenciamos a “barbárie” em largos traços, já o “socialismo” não é algo inevitável e mecânico, e só pode ser obra de um vigoroso e consciente movimento da classe trabalhadora, organizado internacionalmente. Firme nessa convicção, Mészáros (2014), em suas *Reflexões sobre a Nova Internacional*, conforme já expusemos em Bitencourt (2015), propõe os princípios orientadores que nortearam Marx a fundar a I Internacional e propugna que, em nosso tempo, “a constituição e operação bem sucedida de uma *Nova Internacional* não é apenas dolorosamente óbvia, mas também extremamente urgente”. E, numa perspectiva nada pessimista, mas positiva e propositiva⁷ quanto a esse projeto, diz que “pela primeira vez na história do movimento internacional combativo da classe trabalhadora – única alternativa hegemônica factível em relação ao capital – pode ser realizado” (MÉSZÁROS, 2013, p. 84).

Alerta ainda que para o projeto dessa nova ordem ser vitorioso faz-se necessário realizar um “reexame autocrítico das experiências revolucionárias passadas” e elaborar os “princípios orientadores de uma teoria da transição socialista”, empenho que está manifesto como subtítulo: “rumo a uma teoria da transição”, da sua grande obra *Para além do capital*, além de explícito em vários outros trechos, capítulos e livros. Assim, achamos mais apropriado pensar de acordo com Mészáros, quando diz que “não podemos ter medo de defender o que Daniel Singer chama de ‘utopia realista’. Pois, ‘se toda tentativa de mudar a sociedade, e não apenas remendá-la, é classificada com raiva e desprezo de utópica, então, transformando o insulto numa medalha de honra, devemos proclamar que somos todos utópicos’” (MÉSZÁROS, 2004, p. 16).

Essas questões postas por Mészáros quanto à dramaticidade, complexidade e urgência de “nossa época histórica”, em pensarmos um projeto alternativo, motivaram-nos a realizar essa

⁷ Contrariamente à realidade, não tão otimista, apresentada por Lopes (2015) em *O mapa das esquerdas do Brasil: histórico das organizações, estratégia/referencial teórico e conexões internacionais*. O mapa revela-nos que, do conjunto das organizações existentes e atuantes no país, a única organização que reivindica sua vinculação à I Internacional são os anarquistas. Todas as demais vinculam-se ou à II, à III ou à IV Internacional. Também por isso Mészáros propõe não a V ou VI, mas a união em torno de uma *Nova Internacional*. Cf. Debate realizado em 23/06/2015, em mesa-redonda sobre: “A organização dos trabalhadores na atualidade: as possibilidades de uma Nova Internacional”, do Ciclo de Estudos e Debates do Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação – GEPMTE/NETE/FaE/UFMG. Coordenação: Prof. Doutor Hormindo Pereira de Souza Junior. Expositores: Celeste Bitencourt. “Possibilidades e a necessidade de uma Nova Internacional na perspectiva de István Mészáros”; Gustavo Machado. “A importância da organização em partidos, sindicatos e movimentos sociais”; e Túlio Lopes, em “O mapa das esquerdas do Brasil: histórico das organizações, estratégia/referencial teórico e conexões internacionais”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hv0A3JukCdw>>. Acesso: 24 de jun. 2015.

pesquisa bibliográfica, a fim de elaborar a tese *Mészáros: O tripé Trabalho – Capital – Estado e suas implicações na educação*, com o objetivo geral de realizarmos a apreensão e uma análise teórica, mediante uma leitura e análise imanente das categorias Trabalho, Capital, Estado, Educação, em Mészáros. Procuramos orientar-nos pela fundamentação teórico-metodológica da matriz ontológica marxiana. Buscamos evidenciar a contribuição da elaboração de Mészáros e as implicações dessa síntese histórica para a educação, considerando que esta é um componente fundamental no processo de transformação social, na perspectiva da emancipação humana.

Para expor os resultados da pesquisa, estruturamos a tese por esta **Introdução**, **quatro Capítulos**, as **Considerações conclusivas** e as **Referências**. **O capítulo 1 – Procedimento Teórico-metodológico** ficou composto por três seções, nas quais apresentamos os fundamentos teóricos, os procedimentos metodológicos, além do autor, sua obra e a delimitação do objeto. Nos Capítulos 2, 3 e 4, apresentamos as apreensões e a análise realizada em torno das categorias investigadas, sendo que as categorias Trabalho e Capital são o foco do **capítulo 2 – Trabalho – Capital: Antagonismo a ser superado**, em que procuramos abordar a gênese, o desenvolvimento e a atualidade das categorias Trabalho e Capital. A categoria Estado é tratada no **capítulo 3 – Estado: Para o Capital, a permanência, para o Trabalho, a transcendência**. E, por fim, a categoria Educação é analisada no **capítulo 4 - Educação: Processos de Interiorização para a Manutenção ou para a Transformação da Ordem Social**.

No **Primeiro capítulo** tratamos da **fundamentação teórico-metodológica** na qual nos pautamos para abordar nosso objeto. Ao partimos do referencial da ontologia marxiana, tomamos conhecimento da abordagem analítica própria com a qual Mészáros não só apreende a obra de Marx, mas também analisa a realidade histórica e social. Essa constitui-se de uma “Ontologia singularmente Humana a partir do Trabalho” e sobressai, com intensidade, em nosso objeto – os textos de István Mészáros. Realizamos um levantamento bibliográfico das obras do autor, o que nos possibilitou apresentar, ainda que de forma sintética, uma **contextualização do autor e de suas obras**, bem como orientou-nos para **a delimitação de nosso objeto**. Argumentamos sobre **o procedimento de leitura e análise imanente** que procuramos adotar na pesquisa, com o objetivo de apreender em profundidade o conteúdo imanente das categorias de nossa investigação, a partir da perspectiva de Mészáros.

No **segundo capítulo**, abordamos as categorias **Trabalho e Capital**. Discorremos, na primeira seção, sobre o caráter ontológico do trabalho, cuja determinação Mészáros denomina

como uma “mediação de primeira ordem”, ineliminável da condição humana. Na segunda seção, salientamos o resgate que Mészáros realiza da teoria marxiana quanto à gênese do capital e suas “mediações de segunda ordem”, que o consolida como um comando totalizador sobre a sociedade. Na terceira seção, focamos na natureza do capital, que, em suas determinações mais fundamentais, como realça Mészáros, é “orientado para a expansão e movido pela acumulação”, caracterizando-o como uma “força incontrolável” que difunde universalmente uma relação social cindida pela alienação e reificação. Nessa relação, o antagonista do capital, o trabalho, encontra-se estruturalmente subordinado na sua forma assalariada. Essa subordinação estrutural do trabalho é pontuada na quarta seção. Mas o domínio do capital não é inexorável e linear, as tendências negativas desta relação manifestam-se com intensidade cada vez maior e seu caráter destrutivo aprofunda a crise estrutural em que se encontra, segundo Mészáros, já por quase cinquenta anos. A caracterização dessa fase do capital é detalhada na quinta seção. Justamente nesta época histórica, de imensos desafios para a sobrevivência humana, devido à crise estrutural do capital, em que o trabalho deveria apresentar-se como alternativa hegemônica, Mészáros avalia que os instrumentos e as estratégias das forças do trabalho que vigoram por via das instituições organizativas, como os sindicatos e o parlamento, foram e permanecem estruturados de forma defensiva. Essa análise é desenvolvida na sexta seção. Finalizamos este capítulo apresentando, na sétima seção, pelo menos quatro contradições e limites absolutos exemplificados por Mészáros, que não podem ser transcendidos pela ordem do capital, mas estão sendo ativados, com implicações destrutivas, irreversíveis e permanentes sobre o comando sociometabólico do capital. O caráter sistêmico, global e estrutural desses limites demonstra, segundo Mészáros, a gravidade de nossa época histórica e a urgência da alternativa socialista.

No **terceiro capítulo** a **categoria central** de análise é o **Estado**. Na primeira seção, discorremos sobre a concepção de Estado em Hegel como o maior ideólogo que adotou o ponto de vista do capital, cujo traço essencial é a justificação ideológica da eternização da ordem vigente e seu Estado político idealizado como universal permanente, conforme Mészáros apresenta-nos. Na segunda seção, expomos os pontos essenciais da teoria política de Marx, que indica-nos a negatividade da política e a necessidade do fenecimento do Estado. A terceira seção traz a análise de Mészáros do Estado como um imperativo corretivo do sistema do capital, com a função primordial de “corrigir” suas “falhas estruturais”. Na quarta seção, analisamos a síntese histórica constituída pelo tripé Trabalho, Capital e Estado. Esse tripé constituiu-se como uma

necessidade histórica e, na “fase ascendente” do sistema, impôs-se sem grandes obstáculos. Mas, na atual “fase descendente”, em profunda crise estrutural, sua permanência ameaça a vida terrestre. Por isso, na perspectiva de nosso autor, os três pilares desse tripé, Trabalho, Capital e Estado, precisam ser transcendidos em sua totalidade, para edificarmos a verdadeira história da humanidade emancipada. Para a efetivação desse projeto socialista, analisamos, na quinta seção, a proposição de Mészáros sobre a urgência de uma política radical e uma ofensiva socialista. Destacamos, nos subtópicos desta seção, a análise de Mészáros sobre os movimentos alternativos na América Latina e o processo organizativo internacional do trabalho, em que se procura identificar os traços necessários de uma política radical que almeja a transformação socialista. Finalizamos o capítulo com as formulações, na sexta seção, dos princípios orientadores de uma teoria da transição socialista, nos quais Mészáros evidencia que, para se consolidar, o projeto socialista precisa dessa elaboração. Essa teoria da transição socialista deve orientar o movimento socialista na implementação de uma organização social que seja política, econômica e filosoficamente alternativa, sustentável e ancorada na igualdade substantiva entre os trabalhadores livremente associados. Precisa orientar-se para além do capital, para o Fecimento do Estado e a Emancipação do Trabalho, como foi originalmente vislumbrada nos primórdios da elaboração socialista, construir a sociedade dos iguais, conforme reafirmado por Marx, a humanidade deve “mudar toda a sua maneira de ser”.

No **quarto capítulo**, analisamos a **Educação**, na concepção de Mészáros, como um processo de interiorização que visa a contribuir para a manutenção e a preservação da ordem atual, exatamente porque é regida pelas determinações estruturais do comando do capital, com sua estrutura de comando político, o Estado, que subjuga a perspectiva do trabalho. Mas como essa ordem é antagonisticamente estruturada, as contradições entre trabalho e capital possibilitam práticas educacionais que visem à transformação e à superação dessa ordem. Para abarcar esse complexo, estruturamos o capítulo em duas seções. Na primeira seção, abordamos a educação na perspectiva dos ideólogos burgueses, que, segundo Mészáros, elaboraram sinceras “utopias educacionais”. Na segunda seção, a análise de Mészáros esclarece-nos sobre o papel que a Educação cumpre na estrutura reprodutiva do capital. Mészáros propicia-nos fazer uma distinção entre os fundamentos de uma educação que concebe o indivíduo isolado, da teoria liberal burguesa, e o mantém aprisionado aos limites egoístas da ordem do capital, daqueles de uma educação que concebe o indivíduo social. Essa última perspectiva, possibilita-nos projetar uma

individualidade humanamente rica, é o que esboçamos na segunda seção, na qual destacamos a perspectiva de Mészáros de uma educação emancipatória, que vise para além do capital e na construção da emancipação humana.

Por fim, nas **Considerações conclusivas**, avaliamos a fundamental contribuição da análise de Mészáros para a compreensão da complexidade da ordem social atual, que, estruturada no tripé Trabalho, Capital e Estado, apresenta-se em seu limite histórico, sendo que, para transcendê-la – o que é uma necessidade e uma possibilidade histórica –, precisamos superar esse “tripé” em sua totalidade, para, assim, fundarmos a verdadeira história da humanidade universalmente potencializada pela “ontologia singularmente humana do trabalho”, orientada para uma vida humana, rica, livre e igual.

Entendemos que, para esse longo e contínuo processo histórico, a educação cumpre um importante papel. Como indica-nos Mészáros, a educação é um processo de “interiorização” que, guiado pela perspectiva do capital, atua para a manutenção da ordem, por meio da interiorização de práticas e valores do “indivíduo isolado” e egoísta da sociedade burguesa. Enquanto que, na perspectiva de Mészáros, fundamentada na concepção marxiana de emancipação do trabalho, a educação como um processo de interiorização está indissolivelmente vinculada ao ato de constituição do humano, através do trabalho. Assim, abarca todas as dimensões da vida e pode – e deve – ser mobilizada para o desenvolvimento contínuo da consciência socialista do “indivíduo social” para a construção e consolidação da emancipação humana.

1 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA

Não há estrada real para a ciência e só têm possibilidade de chegar aos seus cumes luminosos aqueles que não temem fatigar-se a escalar as suas veredas escarpadas.
Marx

1.1 Fundamentação teórica

Procurando justificar a importância da investigação do pensamento de Mészáros, realizamos um levantamento bibliográfico do autor, buscando contextualizá-lo, avaliar suas contribuições, identificar suas teses e a repercussão de sua obra entre autores brasileiros e mesmo alguns estrangeiros, do campo marxista. No levantamento realizado, não encontramos nenhum autor que já tenha publicado uma crítica consistente a Mészáros, que demonstrasse suas insuficiências, incoerências e a invalidade de suas teses, que possivelmente haja, que nos desencorajassem da pesquisa. Ao contrário, percebemos que o conjunto de sua obra constitui-se num manancial caudaloso, do qual jorra uma “Ontologia singularmente Humana a partir do Trabalho⁸”, cujo rigor e vigor emancipatório deveriam encharcar as Ciências Humanas e Sociais.

Assim, nos é possível citar vários autores⁹ que reconhecem a validade da obra monumental de Mészáros e sua contribuição para recuperar o caráter revolucionário original da teoria social marxiana. Indicamos alguns intelectuais de reconhecido prestígio acadêmico – por suas produções teóricas – e respeitabilidade no campo multifacetado da “esquerda brasileira” – pela atuação prático-teórica na vida social do país. Citamos também Miguel Vedda¹⁰, grande

⁸ Cf. Antunes (2009, s/p.) indica-nos que a incursão de Mészáros pela obra marxiana permitiu-lhe construir sua própria vertente analítica de Marx – uma “Ontologia singularmente Humana a partir do Trabalho” – como o próprio Mészáros a define.

⁹ Além dos que citaremos a seguir, temos conhecimento de outros autores que vêm tratando alguns temas específicos da obra de Mészáros, em teses, dissertações ou artigos. E, claro, não cabe citar aqui os inúmeros autores que fazem referência a Mészáros e adotam várias de suas concepções e categorizações ou, simplesmente, suas expressões.

¹⁰ Miguel Vedda é doutor em Letras pela UBA e Professor Titular da Faculdade de Letras (UBA), pesquisador e coordenador da cátedra livre “Marxismo Ocidental e Teoria Crítica” na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires e autor de vários livros. Sua capacidade intelectual e seu empenho, como membro do Conselho Editorial da *Revista Herramienta*, em redescobrir, analisar e divulgar a obra e o pensamento lukácsiano e, principalmente, a perspectiva ontológica presente em sua obra da maturidade são amplamente reconhecidos. Antunes (2010), ao discorrer sobre a contribuição contemporânea de estudiosos e pesquisadores em promoverem “o retorno de Lukács”, declara que essa valiosa contribuição ocorre atualmente na Argentina, principalmente pelo esforço da importante *Revista Herramienta* (com Miguel Vedda e o italiano Antonino Infranca à frente), na qual “vários textos de Lukács da maturidade estão sendo redescobertos” (ANTUNES, 2010, p. 9). A título de exemplo, citamos algumas de suas recentes publicações no Brasil: VEDDA, Miguel. Tragédia, Actualidade, Utopia. A propósito de lãs controvérsias entre el joven Lukács y el joven Bloch. *Revista Trabalho & Educação*, v. 24, n. 1, jan./abr. 2015; organiza e apresenta, com VAISMAN, Ester, Org.; VEDDA, Miguel, Org. *Arte, Filosofia e Sociedade*. São Paulo/SP: Intermeios; Brasília: Capes, 2014; VEDDA, Miguel. Apresentação. In.: LUKÁCS, György. *Lênin: um*

intelectual argentino, com forte inserção em nosso país e que desenvolve permanente intercâmbio acadêmico com universidades brasileiras. Fui, inclusive, privilegiada, por realizar um estágio doutoral¹¹ sob sua coordenação, no segundo semestre de 2015, na Universidade de Buenos Aires.

Em termos de tese e dissertação produzidas nesta década, destacamos, por exemplo, o pioneirismo de Paniago (2012), que produziu e publicou sua tese em 2007 sob o título *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*, cujo foco na obra *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, de Mészáros (2002), propiciou-lhe indicar-nos “as principais teses” dessa “obra densa e provocativa”. Segundo essa autora, ao ter como “eixo condutor – *a incontrolabilidade do capital*”, Mészáros aborda “os fundamentos da crise estrutural vivida pelo capitalismo contemporâneo, numa tentativa claramente explicitada de contribuir, após Marx, para uma teoria revolucionária de transição ao socialismo” (PANIAGO, 2012, p. 7). Temos conhecimento também da dissertação de Caio Antunes (2012), publicada em livro, e que versa sobre *A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação*.

Entre esses autores, aqueles que reconhecem o estatuto ontológico da teoria marxiana reconhecem que essa matriz interpretativa foi realçada por Lukács e desenvolvida também por Mészáros; e que todas as suas obras são rigorosamente fundamentadas em Marx, como o mesmo afirma e claramente explicita. Essa matriz analítica transparece na grandiosa e monumental empreitada a que este se propôs. É nitidamente buscada já em suas primeiras obras, até a última lançada no Brasil, em 2015. Ou seja, está presente no conjunto de sua vasta elaboração, conforme informa-nos a coordenação da editora Boitempo (JINKINGS; NOBILE, 2011, p. 271- 272). Esta editora, a partir de 2002, passou a traduzir e a publicar seus títulos, num total de 21, que compõem sua obra, sendo que 15 destes já foram traduzidos no Brasil.

O reconhecimento de ser Lukács o primeiro a realçar o caráter ontológico da obra marxiana pode ser identificado em Chasin (2009, p. 30). Segundo este, é devida a Lukács a “contribuição fundamental para a correta apreensão da natureza do pensamento marxiano”. Mesmo mantendo “um grande conjunto de dissonâncias em relação a Marx”, ao identificar o “caráter ontológico do pensamento marxiano, houve transformações substanciais na elaboração

estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012. Sua contribuição no árduo processo de tradução do texto original alemão de Marx também é reconhecida. Como atesta a indicação de Sérgio Lessa e Ivo Tonet (2012, p. 9), de que Miguel Vedita lhes chamou a atenção em relação ao “importante detalhe” de que, para ser “mais fiel ao original de Marx”, a tradução de “*Stoffwechsel*”, empregada em *O capital*, é preferível como “intercâmbio material”, e não como “intercâmbio orgânico”.

¹¹ Agradecemos o apoio financeiro da Capes para a realização do Estágio Doutoral.

lukacsiana, mas o processo não chegou à integralidade, nem dispôs do tempo necessário de maturação para, talvez, vir a se completar” (CHASIN, 2009, p. 219).

Também Vaisman e Fortes (2010, p. 19) indicam-nos que *Para uma ontologia do ser social* – última grande obra filosófica de Lukács – “constitui um caso singular no interior da história do marxismo, uma vez que destoa do núcleo comum sobre o qual a obra de Marx foi compreendida ao longo de todo o século XX: tem o mérito de ter sido a primeira a destacar” o caráter ontológico da obra marxiana. Essa obra de Lukács, ao mesmo tempo, denuncia que tal “caráter ficou obscurecido pela rigidez dogmática em que o marxismo se viu imerso desde a morte de Lênin, que rechaçava a discussão acerca da ontologia, qualificando-a de idealista e/ou simplesmente metafísica”.

Portanto, segundo os mesmos autores, Lukács procura tratar de “uma série de questões do campo prático e teórico”, a partir da perspectiva da ontologia, não simplesmente por “inclinações particulares ou meramente teóricas”. Mas porque compreendia que as enormes “adversidades de seu tempo impunham”, com urgência, “a tarefa de retornar à obra de Marx, com o intuito de reformular as perspectivas revolucionárias e de buscar respostas aos descaminhos provocados pelo vigor stalinista que dominou toda tentativa revolucionária comunista”. Assim, a perspectiva ontológica fundamenta-se no “entendimento de que a realidade deve ser transformada e não simplesmente manipulada e gestada” (SCARPONI, 1976 *apud* VAISMAN; FORTES, 2010, p. 19).

Pinassi (2009, p. 98) também se pronuncia quanto à “premissa ontológica fundamental” presente na obra marxiana e destacada por Lukács, em sua *estética e ontologia*. Considera como sendo estas “os elos teóricos que reconstituem, para o século XX, a necessidade da emancipação radical fundada por Marx na superação do idealismo e materialismo mecanicista”. Sendo que, “antes mesmo da morte de Lukács, de quem foi aluno e amigo, o também filósofo húngaro István Mészáros assumiu a incumbência de recompor a atualidade e a *urgência* histórica dos nexos categoriais presentes em Marx”.

Frente a essas desventuras a que o pensamento de Marx foi submetido, Mészáros coloca para si o projeto de realizar uma “apropriação criativa da concepção original de Marx”. Para tal empreendimento, considera, de “modo realista”, não só o que os “críticos pouco criativos de hoje convenientemente ignoram” da complexidade da obra de Marx, mas também o “longo período de reverência estática” que os “simplórios ‘defensores’ do passado, que confundiam desejo e

realidade”, fizeram, ao negligenciar o “método dialético de Marx, culminando com a completa subordinação da teoria à ortodoxia política (stalinista)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 520-521).

Segundo Mészáros (2002, p. 521), “o próprio método dialético de Marx naturalmente se tornaria uma vítima por um longo período histórico”, não só de todo o “revisionismo”, iniciado pela social-democracia alemã, mas também da concepção mais estreita da ortodoxia que “terminou prevalecendo na III Internacional, o que significou de fato nada mais que a aceitação sem questionamento dos últimos decretos político-partidários (stalinistas)”.

Mas esclarece-nos que essa concepção estreita de ortodoxia é diferente daquela que surge contra a pressão dessas determinações políticas, cuja “defesa dos princípios socialistas” torna-se uma “preocupação central do movimento da classe trabalhadora”, e que leva Lukács a reagir e, a partir de sua inspirada defesa de Rosa Luxemburgo, a “colocar em relevo a natureza dialética do método de Marx” e ao compreensível anúncio de tentar “reconciliá-lo com as exigências de uma radical ‘ortodoxia’ teórica/política” (MÉSZÁROS, 2002, p. 521).

Mészáros (2002, p. 521) informa-nos, também, que difere daquilo que se revela, de forma explícita, em Marx, e aparece como um “princípio metodológico”, de sempre que necessário “revisar e ‘modificar significativamente’ suas proposições, em conformidade com as exigências da mudança no conjunto das relações, em termos das quais os vários conceitos eram definidos, com conotações cada vez mais ricas”. Ou seja, a “revisão” que Marx realizava de seus conceitos era no sentido de evitar que eles permanecessem como “abstrações parciais”.

Assim, que para Mészáros (2002, p. 521), realizar uma apreensão da obra de Marx, pelo “seu próprio espírito”, “significa antes de tudo empreender a *crítica interna* necessária, nas palavras do próprio Marx, isto é, a ‘modificação significativa’ de algumas proposições específicas, à luz da teoria como um todo e, portanto, a remoção de todas as ‘abstrações’ e unilateralidades removíveis”. O que é diferente de fazer uma revisão no sentido de rejeitar categorias fundamentais que, se negadas aleatoriamente, inviabilizam a sustentação do todo.

Mészáros, como “um dos mais destacados e importantes colaboradores de Lukács”, dá prosseguimento a esse “estatuto ontológico” da teoria marxiana. Aliás, como informa-nos Antunes (2002, p. 15), ficou a cargo de Mészáros realizar e dar sua contribuição – o que era intento de Lukács, que não pode sequer iniciar o que gostaria, pois estava envolvido com a produção de sua última obra – para a grande empreitada de “investigar o mundo contemporâneo, a

lógica que o presidia, os elementos novos de sua processualidade”, com o objetivo de fazer “uma *atualização* dos nexos categoriais presentes em *O Capital*”.

Tarefa das mais urgentes, considerando-se que a real natureza ontológica da teoria marxiana não foi adequadamente compreendida pelos dois ramos majoritários do marxismo. O primeiro representado por aqueles que deveriam “naturalmente” constituir-se como continuadores de Marx – a social-democracia alemã ou, se quisermos em termos organizativos mais amplos, a II Internacional – foram os primeiros a fazer a revisão de seu pensamento, no sentido de torná-lo palatável à ordem dominante. E o segundo que foi o mais vigoroso movimento revolucionário após Marx – a revolução soviética ou, igualmente, se ampliarmos para o horizonte organizativo mais amplo, a III e a IV Internacional – que, ao estancar-se na Revolução Política, desconheceu a crítica ontológica marxiana da política e do Estado (essa será desenvolvida mais profundamente no capítulo em que trataremos da categoria Estado), ainda que, quanto a alguns aspectos dessa questão, tenha havido exceções, como a do próprio Lukács, Rosa Luxemburgo, Lênin, entre outros, que, isoladamente, acabaram sendo vencidos e suas posições, preocupações e alertas, ignorados, pelo real desenvolvimento e conduções futuras dadas ao movimento.

Portanto, conforme esses registros, essa vertente analítica que reconhece o estatuto ontológico da obra marxiana é um movimento recente. Embora, como nos que informa Rubel (1991, p. 17) quanto ao propósito de Marx manifesto, já há quase 180 anos, quando ainda jovem e longe de desenvolver sua teoria, em sua “carta-confissão” ao pai, de que seus estudos o levavam a buscar “a idéia na própria realidade”. E, embora o seu “renascimento”, é ainda minoritário no campo marxista. E comumente, quando afirmamos que Mészáros filia-se à matriz teórica que apreende o estatuto ontológico da teoria social marxiana, cuja contribuição fundamental para essa elaboração é atribuída ao filósofo húngaro Lukács, do qual Mészáros foi assistente, discípulo e amigo, até sua morte, logo nos dizem: então Mészáros é um lukácsiano!

Se essa denominação for um reconhecimento de que Mészáros foi capaz de apreender a grandeza da estatura filosófica e humana de Lukács, mas também o “ônus da sua *responsabilidade moral* enquanto intelectual”, como reconhece Paulo Netto (2013, p. 13). Ou seja, segundo o mesmo, “Mészáros não é Lukács” (p. 16), a despeito da perspectiva crítico-metodológica de Mészáros que lhe permite

agarrar a obra de Lukács na sua originalidade, destacar a sua monumentalidade e, no mesmo andamento perquiridor, apontar as suas tensões irresolutas e indicar a sua problematicidade, instaurando uma espaço de crítica a Lukács que, mantendo uma relação empática e simpática com sua obra, atinge de modo criativo e tendencialmente

superador os seus fundamentos e o seu âmbito de validez (PAULO NETTO, 2013, p. 14).

Se, se também considera as “severas notações críticas” que Mészáros (2013) realiza em *O conceito de dialética em Lukács*, e nos capítulos 6 a 10 de *Para além do capital* (2002). Se for por considerar que, igualmente a Lukács, Mészáros foi capaz de empreender um retorno a Marx, por via de seus próprios textos, porque procuraram compreender o pensamento de Marx pelo próprio Marx. E se, para tal, as fontes originais e fundamentais desse retorno foram o conjunto do texto marxiano, da maturidade de *O Capital* até os iniciais da juventude, passando pelos *Manuscritos econômico-filosóficos*, nos quais Lukács apreende a matriz ontológica do pensamento de Marx. E Mészáros (2006), por seu turno, a explicita, primeiramente, em *A teoria da alienação de Marx*, e depois no conjunto de sua obra. E se resgatar a radicalidade revolucionária da teoria marxiana e propiciar-nos vislumbrar a possibilidade e a necessidade histórica de rumar “para além do capital”, sem estancar em uma revolução política, que realiza apenas a “emancipação política”, e avançar para uma revolução social que realize a “emancipação humana”, é ser lukácsiano – para usar uma expressão da moda –, que sejamos todos lukácsianos! Mas que sejamos, também, tão marxianos quanto Mészáros.

Assim vamos dar voz a alguns autores que nos esclarecem mais sobre a fundamentação teórica que alicerça a produção de Mészáros. Paulo Netto (2011, p. 15-16) realça que Mészáros (1993), entre outros autores, contribuiu “sobejamente” para demonstrar “a inconsistência” das teses que pretendem atribuir um “determinismo” na teoria social de Marx; e que “essas interpretações equivocadas podem ser superadas – supondo-se um leitor sem preconceitos – com o recurso a fontes que operam uma análise rigorosa e qualificada da obra marxiana, por exemplo”, entre outros, “Mészáros (2009, cap.8)”.

Ainda, Paulo Netto (2013, p. 11-13), na Apresentação que faz de *O conceito de dialética em Lukács*, de Mészáros (2013), diz que, com esta obra, “Mészáros instaurou uma *matriz interpretativa* para o trato do pensamento do filósofo húngaro”, sendo “sua perspectiva heurística rigorosamente extraída de Marx (e que, por um lado, a obra de Lukács fecundou e a qual, por outro, Mészáros aprofundou e desenvolveu diferencialmente) (...)”.

Ao parecer de Paulo Netto (2011), citado acima, sobre a obra de Mészáros (1993) *Filosofia, ideologia e ciência social*, podemos acrescentar a avaliação de Vaisman (1993) dessa mesma obra. A autora constata que a “amplitude e variedade temáticas são exploradas pelo autor

em seu contexto histórico específico, de maneira rica e competente e de acordo com uma perspectiva crítica cuja fundamentação na obra marxiana é claramente explicitada”. Acrescenta que o fenômeno ideológico é reconhecido por Mészáros “em sua *natureza onto-prática*”, de acordo, portanto, “com a precisa formulação de Marx em 1857”.

À avaliação de Vaisman (1993) sobre a concepção de Mészáros de ideologia soma-se o testemunho de Vedda (2011), que também indica-nos a importância do tratamento dado por Mészáros (2004) à ideologia, em seu *O poder da ideologia*. Segundo Vedda (2011), nesse livro, Mészáros “não só passou em revista as mais diversas negações ideológicas da ideologia – de Hegel a Merleau-Ponty, de Weber a Aron, de Galbraith e Keynes a Bell – como se ocupou em examinar as antinomias dos modelos de pensamento hegemônicos” da pós-modernidade. Realça ainda que Mészáros, ao inspirar-se em Marx, afirma que “a natureza da ideologia está marcada pelo ‘imperativo de se tornar *praticamente consciente* do conflito social fundamental [...] com o propósito de resolvê-lo *pela luta*’”. Prossegue analisando que é nesse sentido que as “ideologias possuem implicações práticas de longo alcance ‘na arte e na literatura, assim como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua vinculação sociopolítica a posições progressistas ou conservadoras’” (VEDDA, 2011, p. 19-20).

Ainda sobre essa obra, Ruy Braga (2008) avalia positivamente sua reedição, indicando-nos que “entender o pensamento de Mészáros representa uma necessidade cada vez mais contemporânea”, porque nosso autor

desenvolve uma rica e sofisticada interpretação “praxiológica” das formas de consciência social, ou seja, da consciência de classe como “consciência prática”, ao mesmo tempo crítica dos processos de ajustes das estruturas sociais e aberta às possibilidades de uma emancipação vindoura (BRAGA, 2008, s/p).

Antunes (2002, p. 15) faz a Apresentação de *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, de Mészáros (2002), como sendo este o “seu livro de maior envergadura e se configura como uma das mais agudas reflexões críticas sobre o capital”. Indica ainda que, além desta “demolidora crítica do capital”, o autor “realiza uma das mais instigantes, provocativas e densas reflexões sobre a sociabilidade contemporânea e a lógica que a preside”, e conclui sua Apresentação “lembrando que István Mészáros realiza uma síntese decisivamente inspirada em Marx (particularmente nas magistrais indicações dos *Grundrisse*)” (p. 20) e em *O Capital*.

Tonet (2012, p. 9-10) critica o que denomina de “tempo de covardia”, por parte da maioria dos intelectuais que passam a considerar como “uma utopia sem fundamento real” a

matriz teórica fundada por Marx, desde o século XIX, de que a “razão humana seria capaz de compreender o mundo na sua integralidade e de que a ação humana poderia transformá-lo radicalmente”. E, desse modo, passam a propugnar que a “verdadeira e única alternativa seria o aperfeiçoamento, a humanização da ordem social capitalista”. Mas vai-se dizer também que, felizmente, não são todos os intelectuais que se acovardaram, nem frente às derrotas sofridas pelo movimento emancipatório do trabalho, nem frente à imensidade das tarefas que esse movimento tem de enfrentar, em sua urgência histórica. Tonet reconhece a contribuição de Mészáros para esses grandes desafios históricos, teóricos e práticos, ao afirmar que

há intelectuais que não só proclamam, mas buscam fundamentar, com profundidade e rigor, a possibilidade e a necessidade de superação radical do capital e de toda a sociabilidade que se ergue a partir dele. Entre esses encontra-se um, de enorme estatura intelectual, que teve a coragem de situar-se na linha de frente da luta pelo resgate do instrumental metodológico de caráter radicalmente crítico e revolucionário e pela defesa, racional e rigorosa, do socialismo como forma superior de sociabilidade. Este autor se chama István Mészáros (TONET, 2012, p. 10).

Pinassi (2006, p. 10-12) situa-nos em relação à matriz teórica à qual Mészáros vincula-se ao destacar que “Mészáros indica a perspectiva ontológica de sua longa viagem pelo universo marxiano e, por meio dela, afirma o sentido concreto e histórico da totalidade – unidade dialética – composta pelo conjunto das peças escritas por Marx, desde a juventude até a maturidade”. Prossegue afirmando que, “com esses pressupostos, Mészáros vem se dedicando à composição da mais poderosa crítica marxista contemporânea até aqui desferida contra a ordem sociometabólica do capital”. Ao concluir sua Apresentação d’A *Teoria da Alienação em Marx*, de Mészáros, Pinassi (2006) nos diz que

neste belo livro, de suas páginas se origina uma totalidade difícil, mas solidamente construída. Nenhuma de suas partes pode ser considerada monográfica ou atípica no conjunto da obra, nem Mészáros pretendeu imprimir-lhe qualquer “espécie de novidade” em relação a Marx. A sua relação com ele, com Engels, Lênin, Rosa, Lukács, Gramsci, e tantos outros que o antecederam se inscreve numa perspectiva de superação e de reconhecimento por poder subir-lhes aos ombros e, com isso, ter a oportunidade histórica de enxergar de modo mais complexo, concreto e rico de mediações o horizonte a ser construído. Quem sabe se não poderá seguir-lhes na galeria dos clássicos da teoria da emancipação. Um bom indício nos dá Ítalo Calvino, em *Por que ler os clássicos*: “Um clássico é um livro que vem antes de outros; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele, reconhece logo o seu lugar na genealogia” (PINASSI, 2006, p. 12).

Pinassi (2011), em *István Mészáros, um clássico do século XX*, ainda reafirma a originalidade das análises de Mészáros, no sentido de uma perspectiva radicalmente emancipatória. Este “obstina-se a atualizar o nexos categorial marxiano, o que lhe permite compor

a mais aguda e radical crítica do capital desde Marx, constituindo um conjunto de teses polêmicas algumas, instigantes todas elas” (PINASSI, 2011, p. 95-96).

Consideramos que as citações acima, desse conjunto de autores, nos fornecem indicações suficientes e claras, em primeiro lugar, da vinculação, da fundamentação, do resgate, da recuperação e até do desenvolvimento que Mészáros realiza da obra de Marx, em sua radicalidade e perspectiva ontológica, como o próprio Mészáros reiteradamente menciona e explicita textualmente; em segundo lugar, não nos parece haver, nas citações, um teor de reprovação. Ao contrário, expressam o reconhecimento de sua valiosa contribuição para o revigoramento e a vitalidade do pensamento marxiano na atualidade.

Tonet (2004) também identifica os desafios teórico-práticos da realidade social e afirma que é “impossível resolver os graves problemas que a humanidade enfrenta no capitalismo”, sem a reconstrução da teoria revolucionária marxiana. Enfatiza que, neste momento, a tarefa, das mais urgentes e importantes, é reconstruir a capacidade revolucionária do pensamento de Marx. Mas indica-nos que, para realizar esse intuito, “o resgate do pensamento marxiano ocupa lugar centralíssimo” e os elementos essenciais, o “núcleo mais essencial está na demonstração da radical historicidade e sociabilidade do mundo dos homens e na identificação da correta articulação entre subjetividade e objetividade” (TONET, 2004, p. 111).

O autor alerta, porém, que, neste movimento, não se pode adotar nem o caminho do dogmatismo e nem do ecletismo, pois parece a ele que ambos – “por maiores que sejam suas diferenças – confluem para o mesmo problema: a incapacidade de fundamentar a superação radical do capitalismo e a construção de uma sociedade comunista”. Propõe que a perspectiva que pode levar ao objetivo mencionado é a da “compreensão do marxismo como ontologia do ser social”, pois acredita que essa vertente, independentemente de quanto realizado e de seus erros e acertos, “é a que mais contribuiu para resgatar o espírito original do pensamento de Marx” (TONET, 2004, p. 104).

Souza Junior (2009), na mesma perspectiva de orientar-se pelo estatuto ontológico do pensamento marxiano, lembra-nos das questões que eram centrais para Marx. Expõe que “a propriedade maior da obra de Marx era a de proporcionar uma determinação fundamental para derrocar as relações sociais vigentes sob o sistema do capital”, mas não se esgotava nesta, “os objetivos centrais das tematizações marxianas colocavam-se no plano do entendimento de como

do macaco se dá o homem”, ou seja, como “o homem se humaniza” (SOUZA JUNIOR, 2009, p. 130).

Em outro instigante artigo, Souza Junior (2008), pela clareza e amplitude com que estabelece uma interlocução com as mais significativas concepções teóricas da atualidade, entre elas “a teoria de Habermas e Offe sobre o ‘capitalismo tardio’, quanto à de Daniel Bell sobre a ‘sociedade pós-industrial’”, que questionam a “atualidade da teoria marxiana do valor trabalho” e a “centralidade do trabalho na formação humana”, contextualiza-nos das grandes e atuais transformações que ocorrem na “base material da produção social no interior da ordem do capital”, cuja complexidade oferece a base objetiva para os referidos questionamentos.

Souza Junior (2008) indica-nos, assim, o quanto esta nova configuração da realidade social provoca uma verdadeira avalanche, tanto no modo da existência quanto no modo de pensá-la, o que explicita a contraditoriedade de nossos tempos, bem como as suas “conseqüências para os diversos aspectos que envolvem desde a produção e reprodução social dos conhecimentos até os processos de formação dos sujeitos” (p. 163). Neste quadro, segundo o autor, a “centralidade ontológica do trabalho afirma-se como dimensão fundamental da formação humana” (SOUZA JUNIOR, 2008, p. 177).

A importância da perspectiva ontológica para a práxis social e o conhecimento da realidade, presente na obra de Marx, realçada por Lukács, adotada por este em suas obras finais e perseguida também por István Mészáros, é sistematizada por Vedda (2013).

Porque, se as representações ontológicas são centrais para a práxis social dos sujeitos e, mesmo que sejam falsas, têm um poder social real, é claro que a análise ontológica é um imperativo. Se as estruturas sociais necessitam e geram representações ontológicas falsas nos sujeitos e se, através delas, os sujeitos reproduzem na prática estas estruturas, apenas uma crítica ontológica pode quebrar este círculo vicioso, que necessariamente frustra projetos de um mundo mais humano (VEDDA; DUAYER, 2013, s/p, tradução nossa).

O reconhecimento de que a originalidade do pensamento marxiano deve-se aos seus fundamentos ontológicos é compartilhado também, como exemplo, por Chasin (1988; 1989; 2000; 2001), Enderle (2005), Frederico (2009), Paulo Netto (2007) e Antunes (2007). Para este, as obras dos anos de formação e maturidade de Marx demonstram a “origem ontológica das geniais críticas de Marx. Muito mais que filósofo, sociólogo, cientista político ou economista, a teoria social de Marx é apresentada em seus anos de formação, quando se desenvolveram as críticas ontológicas fundamentais de Marx” (ANTUNES, 2007, p. 213). Pelo exposto, entendemos que essa vertente analítica, embora minoritária no campo marxista, parece-nos

promissora. Neste sentido, procuramos aproximarmo-nos¹² da mesma para desenvolver nossa tese e a compreensão de nosso autor.

1.2 Procedimento de leitura e análise imanente

Para cumprir com os objetivos propostos, orientamos-nos, prioritariamente, por uma leitura e análise imanente dos textos que delimitamos da obra de Mészáros. Por meio desse procedimento, procuramos identificar, compreender de forma mais profunda e explicitar com precisão o tratamento dado por Mészáros às referidas categorias.

Ao priorizarmos este autor e estes procedimentos, apoiamo-nos no procedimento metodológico marxiano, que o próprio Mészáros (2002) adota ao realizar o estudo das obras de Marx. Ele nos diz sobre a “exigência de nos orientarmos pelo *espírito* de sua obra”, de que se deve “desejar entender”, “propriamente entender”, a proposição do autor, para depois criticar. Pois, segundo Mészáros, “tornou-se moda ser crítico de Marx” sem antes entender o projeto teórico do autor e “pelo espírito da sua obra”. E a crítica, quando couber e no que couber, deve ser feita entendendo o “contexto e as limitações dialéticas vitais de suas afirmações” (MÉSZÁROS, 2002, p. 520). Poderíamos acrescentar que, se possível, deve ser propositiva, no sentido de superar tais limitações, como o próprio Mészáros (2002) tem proposto: ir para além.

Mészáros (2006, p. 18) faz-nos também um importante alerta de que, para compreendermos a “unidade e a coerência interna” do pensamento e da visão de mundo de Marx, é fundamental entender que “toda a estrutura da teoria de Marx é dialética, seus conceitos fundamentais simplesmente não podem ser entendidos fora da interrelação dialética”. Entendemos que esse mesmo procedimento pode e deve ser aplicado na leitura e interpretação de Mészáros. Em conformidade com esse procedimento, procuramos, antes de criticar Mészáros, compreender a complexidade das inter-relações recíprocas que se configura na concepção que nosso autor expõe sobre as categorias em estudo. Assim, antes de sermos críticos de Mészáros, duvidarmos do caráter revolucionário de sua obra, fazermos críticas ou questionamentos precipitados e/ou infundados, que não se sustentam quando se faz uma leitura imanente de sua

¹² Informamos de nossa iniciação nesta vertente analítica e, na oportunidade, realizamos nosso próprio “reexame autocrítico”, como nos convida Mészáros, uma vez que, desde a década de 1980 até 90, fomos formados e militávamos na perspectiva da III Internacional, tão profundamente criticada por Mészáros.

obra, procuramos entender e nos apropriarmos de sua obra, na maior inteireza possível e no “seu próprio espírito”.

Procuramos não fracionar Mészáros, como foi feito com Marx e mesmo com Lukács, e ainda, não fazer uma cisão entre sua produção “juvenil” e da “maturidade”. Pois, prevalecendo essa tendência e dependendo do livro a ser lido, corre-se o risco de tomarmos Mészáros só por um político, pois analisa a política e o Estado. Propõe e defende que a classe trabalhadora tem de se organizar, política e internacionalmente, por exemplo, entre outras, em suas *Reflexões sobre a Nova Internacional* (2014), em que conclama para uma *Nova Internacional* que resgate a concepção radical e revolucionária de Marx. Pode vir a ser considerado só um economista, se nos ativermos apenas em sua análise da condição de crise sistêmica que o sistema do capital impõe ao mundo atual. Pode ser visto só como um historiador, uma vez que analisa nosso tempo histórico; ou pode ser tido só como um sociólogo, que analisa a barbárie existencial do ser social; ou ainda pode ser entendido só como um pedagogo ou como um filósofo da educação, que analisa a crise educacional. Consideramos inadequado esse procedimento, pois os três teóricos não se detiveram em um só conhecimento específico, mas na multidimensionalidade e complexidade do ser social, e, como filósofos, moveram-se, tendo como fio condutor a inquietação de buscar a gênese, o desenvolvimento, a possibilidade e a necessidade de superação do atual processo histórico, da constituição da humanidade do homem.

Objetivamos analisar Mészáros considerando-o como um filósofo que condensa os conhecimentos específicos para compreender/interpretar o mundo em sua totalidade histórica, dinâmica e contraditória e atuar na sua transformação radical, em sintonia com o legado marxiano. Um filósofo privilegiado que não só vivenciou, praticamente, todos os eventos históricos importantes do século XX, mas também que se apoiou nos ombros de gigantes como Marx, Lukács, Rosa Luxemburgo e outros, nos quais ele mesmo diz inspirar-se decisivamente. É nestes termos que a coordenação da editora Boitempo, responsável pela publicação de seus livros, também reconhece Mészáros. Jinkings (2015, p. 11) refere-se a ele como um “filósofo no melhor sentido do termo – aquele que ajuda a desvendar o lado oculto do real”, o que converge com Sader (2008, p. 16) que também afirma que sua filosofia “nos ajuda a desvendar o significado das coisas”.

Autores brasileiros também se posicionam quanto a esse procedimento marxiano, de uma leitura e análise imanente do texto, como indica e sistematiza Souza Junior (2015) sobre o procedimento metodológico marxiano, no qual

a razão dialética se refere, simultaneamente, a uma determinada racionalidade objetiva imanente ao processo da realidade e a um sistema categorial capaz de reconstruir (ideal e subjetivamente) esta processualidade, que entendemos a possibilidade de uma apreensão intelectual dos objetos postos à análise (SOUZA JUNIOR, 2015, p. 151).

Souza Junior (2011) também orienta-nos para a distinção entre a perspectiva ontológica marxiana e as perspectivas gnosiológicas de análise da realidade social. Em sua elaboração, a “perspectiva ontológica busca entender, como o em si pode ser capturável em sua integridade. Esta é, em termos ontológicos, a questão fundamental do método” (SOUZA JUNIOR, 2011, p. 31).

A leitura imanente norteia-nos para realizar uma exegese das referidas categorias e extrair o conteúdo expresso do texto. Devemos iniciar um processo de sua decomposição e nos deter em seus significados, em cada parte e no conjunto dos mesmos. Em Souza Junior (2001), também temos a explicitação de que essa postura investigativa orienta-nos a ler o texto, procurando identificar o que ele é em si e capturar sua dimensão mais direta, imediata, explícita, ou seja, o seu conteúdo imanente, a gênese e o *telos* social do objeto investigado, mas também o que afirma implícita ou dedutivamente e o que o texto não diz, o que significa apreender sua articulação interna.

Nas considerações em que Chasin (2009) elucidam-nos sobre os procedimentos cognitivos marxianos, expõe-nos as “linhas mestras de sua concepção”, segundo as quais a reflexão marxiana tem por ancoragem “a fundamentação ontoprática do conhecimento; a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto; a teoria das abstrações e a lógica da concreção” (CHASIN, 2009, p. 90).

Nesse texto, Chasin fornece-nos a indicação de uma correta apreensão de um texto. Diz-nos que a “postura analítica deve propender ao compromisso com a solidez dos vigamentos que caracterizam a chamada *análise imanente* ou *estrutural*”. O analista deve procurar apreender os “*nexos* ou *significados* efetivos” e, assim, na “melhor tradição reflexiva”, deve encarar o texto – *a formação ideal* – em sua textura significativa em si mesma, “aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como também as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam”. A

leitura e a análise devem, de forma radical, respeitar “à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado, ou seja, que tem por mérito a sustentação de que antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de haver compreendido” (CHASIN, 2009, p. 25-26).

Lessa (2007) segue na mesma direção quando faz a recuperação do significado da “ortodoxia e da leitura imanente”, contra o “dogmatismo e o ecletismo”. Este nos indica o que considera fundamental em uma teoria e uma exigência analítica da maior importância no pensamento de um autor, que este seja – “tão coerente quanto unitário é o mundo”. Mais precisamente nos diz: “uma teoria, que se proponha como reflexo adequado do real, deve ser portadora de uma coerência interna que reflita os fundamentos ontológicos, por último unitários, das contradições e desigualdades do próprio real” (LESSA, 2007, p. 11).

Pretendemos, portanto, com este procedimento de leitura e análise imanente do texto, compreender de forma mais profunda e explicitar com precisão a concepção de Mészáros sobre as categorias investigadas. Mas, como nos adverte Lessa (2007), “todo texto é escrito tendo em vista um objeto externo a ele (um outro texto ou, então, a realidade enquanto tal), apenas na referência a este objeto exterior a lógica imanente do texto pode receber seu verdadeiro significado”. Ou seja, todo texto “remete ao seu contexto e ao contexto do próprio leitor, remete para além de si próprio” (LESSA, 2007, p. 18).

Assim, procuramos desenvolver a leitura e análise imanente do nosso objeto, buscando identificar o tratamento específico dado por Mészáros às referidas categorias, a fim de apreender este “tecido categorial” e analisar a síntese histórica das relações entre as mesmas, evidenciando suas implicações na educação. Focamos prioritariamente em Mészáros (2002) e, de forma secundária, nas demais obras que também colaboraram de forma significativa para a abordagem das referidas categorias, sem deixar também de realizar uma interlocução com a produção teórica do campo de pesquisa sobre essa temática.

Ao adotar esse procedimento teórico-metodológico, procuramos nos sintonizar com a teoria social de Marx (2004) e com o seu dizer de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, política e espiritual”. Ou seja, no processo de conhecimento, a postura metodológica decorre da prioridade ontológica do objeto. Assim, é a existência que determina a consciência. Somos advertidos também de que esses fenômenos não

ocorrem isolados e integram o modo humano de produção social da existência, uma totalidade concreta.

E ainda, como a essência da realidade, a “coisa em si”, não se manifesta de imediato a nós, justifica-se a investigação proposta e realizada. Procuramos considerar a processualidade do desenvolvimento histórico da ordem social do capital e a perspectiva de que esta deve ser erradicada, para que uma formação humana e verdadeiramente livre se efetive de forma universal.

Conforme indicamos anteriormente, iniciamos o processo de apreensão do texto de Mészáros a partir de um levantamento bibliográfico de suas obras, a fim de identificar as tematizações realizadas por esse autor. Nesse processo, fomos identificando em quais obras ele trata mais especificamente das categorias de nossa investigação e então, no decorrer desse processo, foi possível delimitar quais obras seriam estudadas mais diretamente, para abarcar os objetivos da tese.

Consideramos importante destacar que, se é recente o reconhecimento da teoria social marxiana em seu estatuto ontológico à qual Mészáros propôs-se dar prosseguimento, conforme indicamos na seção anterior, muito mais recente é também nossa própria compreensão da complexidade desta vertente analítica. Assim, inúmeras questões sobre esse caráter e natureza da obra de Marx, e mesmo de Mészáros e seus correspondentes procedimentos de elaboração teórica, são-nos extremamente novas. De algumas já tínhamos um conhecimento inicial, muitas outras estão consolidando-se neste próprio processo de estudo e elaboração da tese e, com certeza, outro tanto ainda requer aprofundamento.

Assim, num primeiro momento de leitura mais geral, e após uma “varredura” e um “mapeamento” sobre as categorias, para compreendê-las na maior inteireza possível, criamos um “caderno de notas”, na forma de um glossário, para os termos que, no início da leitura, nos eram pouco familiares, cuja compreensão nos escapava e para os quais precisávamos de mais elementos. Mas, por considerar fundamental apreendê-los com maior clareza, persistíamos até que, às vezes, o próprio Mészáros nos premiava com um esclarecimento preciso, que anotávamos com verdadeiro júbilo, pois, superada essa insipiência, a leitura fluía mais compreensiva. Por vezes, a argumentação que tornava mais claro determinado termo encontrava-se não no mesmo texto em que foi mencionado, mas em outro.

Nesse sentido, também, foi positiva a consulta de vários títulos para abarcarmos uma ampla compreensão. E o próprio autor vai remetendo-nos para o todo de sua obra, pois indica-nos para consultar tal obra, ou ensaio, ou capítulo, ou prefácio etc., onde tal ou qual questão é por ele abordada com mais profundidade. Assim, para exemplificar, empenhamo-nos na compreensão e aproximação do sentido, em termos históricos e filosóficos, da dimensão de “ontologia”; de “categoria” e daquelas de nossa investigação; seguidos de outros como: “sociometabolismo”; “transcendência positiva da autoalienação do trabalho”; “personificações do capital e do trabalho”; “limites absolutos do capital”, “determinações fundamentais”; “linha de menor resistência”; “trans-histórico”; “diferença entre capital e capitalismo”; “sociedades pós-capitalistas”.

Identificamos também uma série de termos que nos vão sendo impostos pelo pensamento dominante, causando-nos até certo constrangimento, pela maioria das vezes que os utilizamos “naturalmente” e acriticamente. Enquanto Mézáros, reincidentemente, os rejeita, ironiza, critica e, geralmente, os usa entre aspas, demonstrando que negam o sentido humano e de totalidade que devemos buscar na realidade. Por exemplo, Mézáros (2006a, p. 19) não é nada complacente ao referir-se a “países avançados”. Diz-nos que estes só podem ser avançados “em relação ao poder e à agressividade que exercem sobre a ordem mundial”. Também quando nos diz: “Eu sempre rejeitei a noção de um ‘Terceiro Mundo’”, porque concebe que o “mundo é um só” (MÉSZÁROS, 1995, p. 136), um “sistema orgânico” regido pelo comando do capital. A estes seguem-se outros, como: “globalização”, “países dependentes”. Além destes, rejeita e critica também “socialismo realmente existente” e “socialismo em um só país”.

Assim, realizamos uma leitura inicial, cuidando para não perder o “fôlego”, devido à abrangência e profundidade, e pela forma inovadora, pelo menos para nós, como trata praticamente todas as questões que nos preocupam e afetam na atualidade. Nesta leitura, procuramos focar em nossas categorias e identificar o tratamento que o autor desenvolve para as categorias de nossa pesquisa. Fomos sistematizando o tratamento a ser dado para cada uma delas, nos capítulos correspondentes, a partir das seções que contribuiriam para explicitar mais detalhadamente cada uma, e que nos propiciaria compreendê-las e analisá-las, o mais adequadamente e na maior aproximação possível do autor, conforme indicado no sumário.

No entanto, salientamos que esta sequência e delimitação visam ao processo de exposição, uma vez que, na realidade social, as mesmas manifestam-se em uma totalidade e em

uma reciprocidade dialética, e o próprio autor as trata em sua dialeticidade. Assim que, em vários momentos, aspectos de uma e outra categoria serão abordados conjuntamente. Mas adotamos essa sistemática, em tratar as categorias por capítulos, com suas respectivas seções, por acreditar que esta estruturação permitiu-nos analisá-las em seu desenvolvimento, como no-las apresenta o autor.

1.3 O autor, sua obra e a delimitação do objeto

No levantamento bibliográfico que realizamos das obras de Mészáros, identificamos em quais delas as categorias de nossa pesquisa eram tratadas e por isso deveriam ser objeto de leitura e análise imanente, a fim de cumprir os objetivos propostos, uma vez que sabemos das várias outras temáticas candentes da vida humana que adquirem relevo em seis livros. A partir do levantamento bibliográfico do conjunto de títulos que compõem sua obra, e referenciando-nos em indicações do próprio autor, na editora de seus textos e nos autores que as apresentam, delimitamos as principais obras que se tornaram foco prioritário da pesquisa. A seguir, para melhor fundamentar essa delimitação, apresentamos as apreensões extraídas do levantamento bibliográfico realizado em torno dos títulos e do que nos é apresentado pela editora Boitempo.

Podemos contextualizar o autor a partir de seu ingresso, em 1949, com quase 19 anos, na graduação em Filosofia na Universidade de Budapeste. Sua primeira obra, *Szatira és valóság* (1955), escrita na Hungria, é resultado de sua tese de doutorado, defendida com honras, aos 24 anos, em 1954, e publicada naquele país, em 1955. Seu título em inglês é *Satire and reality*, e ela ainda não está traduzida para o português. Segundo Mészáros (2009), esta traz uma contribuição para a teoria da sátira e, como foi produzida no contexto de enfrentamento dos desvios do sistema soviético, faz também “uma crítica de algumas decisões chocantes e suas conseqüências incorrigíveis” (MÉSZÁROS, 2004, p. 45) que, ao final, levaram ao fracasso do sistema soviético.

Apenas dois anos após o ingresso na universidade e até 1956, o autor atuou como assistente do renomado filósofo húngaro György Lukács, no Instituto de Estética da Universidade de Budapeste. A importância da elaboração filosófica de Lukács já era internacionalmente conhecida, tanto no marxismo quanto além dele.

Em 1958, Mészáros publica, na Itália, *La rivolta degli intellettuali in Ungheria* (1958), sendo este um registro de sua vivência no Levante Húngaro de 1956¹³. Em 1964, lança em Milão, na Itália, *Attila József e l'arte moderna* (1964), que trata do realismo da arte e homenageia Attila József, que foi, segundo o filósofo, “um dos maiores poetas do nosso tempo e é bastante conhecido na Europa, sobretudo na França, Itália e Inglaterra”. Talvez pouco conhecido no Brasil, foi, além de poeta, “um grande intelectual e suicidou-se em 1936 em total isolamento, perseguido também pelo Partido, foi vítima do sectarismo daquele tempo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 19).

As três primeiras obras referidas ainda não foram publicadas no Brasil. Mas, pelo que nos foi possível apreender das referências que lhes são feitas, pelo próprio autor, em outras obras e em Entrevista (2009), elas retratam o período de seu percurso intelectual caracterizado pelos ciclos de debates, conferências, publicação de artigos, quanto à formação filosófica, à crítica literária, à estética, aos conflitos políticos, à relação da Hungria com a URSS e pelo enfrentamento ao stalinismo. Enfrentamento este que marcou a história do marxismo, pela questão aberta, principalmente após o XX Congresso do PCUS. Assim, pelo caráter de suas temáticas, não nos parece que abordarão tão profundamente e diretamente as categorias de nosso interesse, então não foram foco desta investigação.

Até 1956, Mészáros e Lukács ainda se encontravam na Hungria e tiveram uma participação de destaque nos debates teóricos da época, não somente pelo caráter teórico filosófico, mas também por suas implicações para o destino da Hungria. Assim então desenvolviam “várias atividades em conjunto, não somente na Universidade, mas também na Associação de Escritores”. Entre essas atividades encontra-se a criação, em março de 1956, do *Círculo Pétöfi*, por elementos da Liga dos Jovens Trabalhadores, como espaço institucional de inquietação intelectual e política, fundamentalmente dirigido por Lukács, entre outros (MÉSZÁROS, 2009, p. 10).

Nesse período, eles acreditavam que poderia haver um desenvolvimento positivo dentro do quadro de desestalinização, o que havia sido prometido pelo XX Congresso – embora não

¹³ Pelo menos duas referências consultadas dão-nos a dimensão do significado histórico do Levante Húngaro de 1956 e sua repercussão, tanto para os diretamente envolvidos, como Mészáros e o povo húngaro, quanto para o movimento socialista internacional, e mesmo para o realinhamento do capitalismo frente aos países do chamado “socialismo real”: (MÉSZÁROS, István. Tempos de Lukács e nossos tempos: socialismo e liberdade. Entrevista. *Verinotio Revista on-line de educação e ciências humanas*. n. 10, ano V. Out., 2009; ver também: SEGRILLO, Ângelo, et al. *Hungria 1956:...e o muro começa a cair*. São Paulo: Contexto, 2006.

cumprido, pois, na verdade, o que houve, em seguida, foi a intervenção das tropas soviéticas na Hungria e a reconstituição do stalinismo. Para ambos, a intervenção, principalmente nesses dois espaços, tinha como objetivo a verdadeira desestalinização, e a concepção que os norteava era “determinada pelo modo como as coisas aconteciam na época e era determinada também por uma aspiração genuinamente socialista”. Isto porque

a literatura na Hungria, por tradição, sempre foi muito politizada, talvez, em função da ausência de um pensamento político enquanto tal. Os problemas políticos e as contradições da sociedade acabaram por ficar na mão dos escritores. Assim, a Associação de Escritores acabou tornando-se a porta-voz, na medida em que não havia nenhuma outra forma de crítica, inclusive no meio operário. Os escritores eram os articuladores da tensão, iam às fábricas, às pequenas cidades, e assim por diante (MÉSZÁROS, 2009, p. 12).

Segundo Mészáros, as restrições a um posicionamento crítico podem ser ilustradas por uma posição típica de um secretário de partido stalinista, quando dizia que “Não há necessidade nenhuma de pensar, o Partido pensa por nós”. Assim, toda a efervescência que passou a emergir nesse período, na Hungria, visava a superar esse quadro, como na última reunião do *Círculo Pétöfi*, que mobilizou de 5 a 6 mil pessoas, com alto-falantes instalados do lado de fora do prédio, e na enorme manifestação do dia 23 de outubro, que contou com a presença de centenas de milhares de pessoas nas ruas de Budapeste, interessadas nos debates que os intelectuais faziam (MÉSZÁROS, 2009, p. 11). Entre estes estava o debate que haveria no dia 24 de outubro, em torno do ensaio de Mészáros, “O caráter nacional da arte e da literatura”, mas que não ocorreu devido à intervenção soviética, na noite do dia 23, e que teve como consequência o Levante Húngaro de 1956. Este artigo foi tese central da reunião plenária daquele Círculo Literário dos compositores húngaros e foi publicado na revista *Új Hang*. Versava sobre o problema nacional e a arte, e também atacava a posição de Stalin no plano teórico, denunciava o seu idealismo e seu voluntarismo, contrariando o que, naquela época, era tratado e considerado apenas como “culto à personalidade”, quando se referia a Stalin¹⁴ (MÉSZÁROS, 2009, p. 12).

A temática da arte será retomada por Mészáros em *Marx's theory of alienation*, publicado em Londres, em 1970, e editado pela primeira vez no Brasil em 1981, com o título de *Marx: a teoria da alienação*, reeditado em 2006, pela Boitempo, sob o título *A teoria da*

¹⁴ Uma análise crítica aprofundada do processo de stalinização e uma caracterização adequada da experiência histórica ocorrida na URSS, após a Revolução de 1917, será realizada por Mészáros em suas obras posteriores, e principalmente em *Beyond Capital: Towards a Theory of Transition*. Londres, Merlin, 1995. [Ed. Bras.: *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.]

alienação em Marx. O tema do realismo da arte é abordado na segunda parte deste livro, onde trata dos aspectos estéticos como um dos, entre outros, aspectos da alienação. Em seguida, apresentamos, brevemente, como o autor aborda tal temática.

Mészáros destaca, em *A teoria da alienação em Marx* (2006), a importância filosófica da arte, cujo papel não deve ser atribuído à esfera ociosa do “lazer”, pois, segundo ele, é considerada por Marx como algo da maior significação humana e, portanto, também teórica. Segundo o autor, ignorar as opiniões de Marx sobre a arte torna impossível compreender adequadamente até mesmo sua concepção econômica, e suas ligações estéticas, pois elas estão intimamente ligadas. É preciso levar em conta suas interligações econômicas (não determinações mecânicas unilaterais). Isso porque Mészáros considera que, em Marx, a estrutura de referência comum é o homem como um ser natural, que é ativo a fim de satisfazer suas necessidades, não apenas econômicas, mas também artísticas (MÉSZÁROS, 2006, p.173-174).

É assim que Mészáros (2006) compreende que, em Marx, o realismo da arte visa à compreensão da totalidade humana, dialeticamente estruturada e imensamente complexa. Na obra de arte realista, todo objeto representado, natural ou feito pelo homem (aquele objeto cotidiano que o artista seleciona, de “uma massa de experiências particulares”, mas que seja humanamente significativo) deve revelar, com propriedade artística, as tendências fundamentais e conexões necessárias que estão, com frequência, profundamente ocultas sob aparências enganosas, mas que são de importância vital para o entendimento da realidade, de um ponto de vista histórico e socialmente específico. Então a fidelidade do artista deve ser com a representação da realidade humana (MÉSZÁROS, 2006, p. 177-178).

Podemos perceber pelo exposto que a produção teórica de Mészáros, nos anos iniciais de seus estudos junto a Lukács, no campo da estética ou da literatura e da arte, não significa uma ruptura ou um momento à parte das obras desses dois filósofos. Mas inserem-se, de forma coerente, no modo de conhecer, proceder e intervir na realidade social, de forma crítica e a partir de um fundamento teórico-metodológico de compreensão da realidade como uma totalidade social.

Vimos, assim, que a temática desenvolvida por Mészáros, na fase inicial de sua produção filosófica, vincula-se às suas tematizações futuras. Foram retomadas em *A teoria da alienação em Marx* (2006) e continuaram presentes, posteriormente, nas suas demais obras, o que demonstra uma coerência em sua elaboração e preocupação com a formação humana enquanto

um complexo. Fundamentam, também, seu propósito de realizar uma análise crítica, abrangente e urgente do desenvolvimento capitalista e da experiência do “socialismo de tipo soviético”, que o autor denomina de “sociedades pós-capitalistas”. E, ao mesmo tempo, elaborar uma teoria da transição socialista que atente para os “princípios orientadores” da teoria marxiana.

A análise desse conjunto de temas, empreendida por Mészáros em suas obras, coloca-se como historicamente necessária, principalmente para aqueles que tentam realizar uma “avaliação adequada” das possibilidades reais da humanidade rumar para uma sociedade genuinamente socialista, mesmo considerando a fracassada experiência histórica, que, inegável e realisticamente, nos diz que erros impeditivos foram cometidos nessa travessia, mas não diz da impossibilidade de fazê-la. Essa ideia é compartilhada também por Tonet (2005).

No prefácio que o autor realiza para a terceira edição de *A teoria da alienação em Marx*, isso apenas a 18 meses do primeiro lançamento, Mészáros (2006) suscita que os desdobramentos do desenvolvimento socioeconômico da atualidade se configuram como uma “crise estrutural do capital”, de caráter destrutivo. Essas questões e o interesse demonstrado pelos leitores dão-lhe a confirmação de que a “crítica da alienação parece ter adquirido uma nova urgência histórica” (MÉSZÁROS, 2006, p. 15).

A teoria da alienação em Marx, de Mészáros (2006), é uma de suas primeiras obras. A primeira edição data de 1970 e foi elaborada a partir de seu estudo da obra marxiana. É muito ampla, pois, como o próprio autor indica-nos, ele realiza “uma análise detalhada dos vários aspectos da problemática complexa da alienação, desde os aspectos econômicos até os ontológicos e morais, e dos aspectos políticos aos estéticos”. Para tratar da gênese, aspectos e conceituação da alienação, Mészáros abarca todas as categorias pretendidas por nossa investigação, assim pareceu-nos fundamental analisá-la, principalmente o Capítulo X, que é dedicado à análise da “Alienação e a Crise da Educação”.

Sua obra *Aspects of history and class consciousness*, publicada em Londres, em 1971, teve apenas uma parte publicada no Brasil como um dos ensaios da edição brasileira de *Philosophy, ideology and social science*, em Brighton, em 1986, realizada pela editora Ensaio, em 1993, com a denominação de *Filosofia, ideologia e ciência social: Ensaios de negação e afirmação*, reeditada sob o mesmo título pela Boitempo, em 2008¹⁵ - o ensaio se intitula

¹⁵ Realizamos a leitura dessa primeira edição de 1993, embora tenhamos tomado conhecimento de sua reedição em 2008.

“Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe Contingente”. Portanto, desta obra, fizemos uma investigação mais detalhada apenas do referido ensaio, pois *Filosofia, ideologia e ciência social: Ensaio de negação e afirmação* é integrada por oito ensaios que versam sobre temas e problemáticas distintas, que se estendem da filosofia à análise literária e às ciências sociais. Mas Mészáros (2004), no Prefácio de *O poder da ideologia*, chama nossa atenção para alguns dos ensaios que compõem aquela obra, entre eles “Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe Contingente”, que, segundo ele, “são diretamente relevantes para algumas das questões discutidas em *O poder da ideologia*”. Uma vez que, naquela obra, essas questões foram por ele analisadas “em seu contexto sócio-histórico específico, com consideráveis detalhes” (MÉSZÁROS, 2004, p. 9), assim seguindo o alerta do próprio autor, este ensaio também foi analisado em nossa pesquisa, pois contribui para a compreensão da categoria trabalho.

The necessity of social control foi publicado em Londres, em 1971, e, no Brasil, foi publicado pela editora Ensaio, sob o título de *A necessidade do controle social*, e reeditado como um capítulo na parte IV da obra *Beyond capital: Towards a theory of transition*, publicada originalmente em Londres, em 1995. Esse ensaio foi incorporado na edição brasileira, publicada pela Boitempo em *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (2002).

O conceito de dialética em Lukács foi publicado em Londres, em 1972, e, no Brasil, em novembro de 2013, inclusive com a presença do autor, que, na ocasião, proferiu a conferência intitulada “A dialética de Lukács e o enigma do Estado”. Em 1978, publicou *Neocolonial identity and counter-consciousness*, ainda não editado no Brasil. A primeira destas duas obras, como o próprio título indica, faz uma interlocução com Lukács e sua concepção de dialética; a segunda é o resultado de uma edição e uma “Introdução” feita por Mészáros “para o volume de um pensador filipino muito importante, Renato Constantino, um dos principais líderes intelectuais da oposição nas Filipinas”, cujo título significa *Identidade neocolonial e contra-consciência* (MÉSZÁROS, 2009, p. 19). Pela especificidade dessas obras, elas não foram incorporadas em nossa análise.

Sob o título de *The work of Sartre: search for freedom*, Mészáros, em 1979, publica em Brighton a obra que foi editada pela primeira vez no Brasil, em 1991, pela editora Ensaio e reeditada pela Boitempo, como Mészáros (2012) *A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio*

da história. Sobre a importância dessa obra, para compreendermos a teoria da transição proposta por Mészáros, vejamos a argumentação do próprio autor, que a ela refere-se em outra obra.

Para mim, Sartre é uma das figuras intelectuais mais importantes do século XX. No entanto, está na moda dizer que Sartre está morto. O tempo de Sartre voltará ainda, porque nele há uma mensagem muito importante: a liberdade, que, no entanto, colocada em termos individuais, é um mito. A liberdade é uma problemática essencial da realidade e, portanto, ela é a razão de ser do socialismo. O socialismo sem liberdade é uma contradição nos termos. Mas aí a liberdade assume o sentido mais real e total da palavra. E não o sentido negativo de se poder fazer qualquer coisa formalmente, de protestar para se fazer ouvir, e assim por diante. [...] (MÉSZÁROS, 2009, p. 156).

E prossegue, na sua consideração sobre Sartre e de como tratou dele em sua obra.

No meu livro sobre Sartre quero, pois, falar da liberdade no sentido real da palavra, e não no sentido formal ou de autocomplacência. É óbvio, é essencial a defesa da liberdade civil, mas isso, por si só, não responde ao espírito da liberdade proposta pelo socialismo, que é autorrealização plena da personalidade humana. Neste sentido, há qualquer coisa de “fanático” em Sartre ao sustentar tal coisa, num período em que as forças sociais procuram diminuir este objetivo e a realidade da liberdade. No meu livro sobre Sartre há, obviamente, uma crítica a ele, pois foi escrito no espírito da relação entre Sartre e o marxismo. Mas, pelo fato de este homem propor, com um “fanatismo” inoprimível, este tema tão importante para a humanidade é que estou convicto de que o tempo de Sartre retornará, não obstante os modismos dos intelectuais (MÉSZÁROS, 2009, p. 157).

Pelo exposto por Mészáros nessas considerações sobre a temática por ele tratada em *A obra de Sartre: busca da liberdade* (2012), consideramos que o mais importante da abordagem parece ser que tratará de elementos fundamentais para sua propositura de sistematizar uma teoria da transição, sendo que o tema da liberdade é central para a perspectiva da emancipação humana, ou a “autorrealização plena da personalidade humana”, nos termos a que o próprio autor referiu-se acima.

Em *O poder da ideologia* (2004), quem nos faz a “Apresentação” é Paulo Netto (2004), para o qual esta obra coloca-se como um “marco da teoria social contemporânea – e da sua crítica” e, como tal, abre a via para a “compreensão renovada de complexos processos sociais” e de “questões pertinentes à problemática da emancipação humana”.

Para além do capital: rumo a uma teoria da transição (2002) é apresentado por Antunes (2002). Este considera que esta é a obra de “maior envergadura e se configura como uma das mais agudas reflexões críticas sobre o capital em suas formas, engrenagens e mecanismos de funcionamento sociometabólico, condensando mais de duas décadas de intenso trabalho intelectual” (ANTUNES, 2002, p. 15). Nela, como o próprio nome indica, Mészáros argumentará que há alternativa ao capitalismo e mais, que esta alternativa só poderá realizar-se pelo trabalho,

ou será a barbárie, que já vivenciamos em seus grandes traços, podendo agudizar-se até a brutal estupidez humana da autodestruição, como bem demonstra o atual arsenal produzido pela indústria bélica.

Nessa obra, Mészáros (2002) amparado em Marx recupera a importante distinção entre capital e capitalismo, quando afirma que o capital é anterior ao capitalismo e também pode ser posterior a ele, caso ocorrido na antiga URSS. Por isso, denomina essa experiência, e a dos demais países do Leste Europeu, de “sistema de capital pós-capitalista”, porque eles não foram capazes de superar o sistema de metabolismo social do capital. O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma forma histórica específica, onde as determinações do capital estão plenamente maduras.

Mészáros caracteriza o sistema de sociometabolismo do capital como essencialmente destrutivo, em sua lógica expansionista e incontrolável, poderoso e totalmente abrangente, se autossustentando pelo tripé capital, trabalho e Estado. Essas três “dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas, e é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema”, ou seja, também pela superação do trabalho assalariado e do Estado, porque mantiveram intactos os elementos básicos constitutivos da divisão social hierárquica do trabalho, fracassaram na consolidação da transição socialista, tanto as tentativas efetivadas pela social-democracia quanto a alternativa de tipo soviético (ANTUNES, 2002, p. 16).

Esta indicação foi fundamental, pois apresentou-nos um forte indício de que a presente tese, *Mészáros: o tripé Trabalho – Capital, Estado e as implicações na educação*”, justificava-se e que encontraria nesta obra a possibilidade de ser afirmada, sendo o objetivo central explicitá-la e analisar suas implicações para a educação. Então tornou-se inquestionável a importância do estudo desta obra, que se colocou como o objeto central da pesquisa, uma vez que abarca o conjunto das categorias que analisamos.

As obras lançadas no Brasil em 2003 e 2005 são, respectivamente, Mészáros (2003) *O século XXI: socialismo ou barbárie?* e *A educação para além do capital*, que posteriormente foram incorporadas como capítulos de *O desafio e o fardo do tempo histórico* (2007). Em 2009,

lançou-se *A crise estrutural do capital*¹⁶, que é um desmembramento da parte III de *Para além do capital - rumo a uma teoria da transição* (2002).

A grande envergadura de *O desafio e o fardo do tempo histórico* (2007), conforme indicação de Foster (2007), é que ela complementa, de inúmeras maneiras, o *Para além do capital - rumo a uma teoria da transição* (2002). Ambas possuem a chave indispensável à crítica de Mészáros ao capital. Segundo Foster (2007), essa obra abarca mais diretamente o “próprio tempo histórico”, reflexão que contrasta profundamente com as concepções predominantes, que operam com a “decapitação do tempo”, em todos os planos do sistema do capital. Nela, Mészáros (2007) argumenta que, com a emergência do capitalismo, a dilaceração do tempo tem sido a tônica, desde os maiores pensadores burgueses, como Locke, Smith, Kant e Hegel, que identificaram no capitalismo diversas maneiras para o “fim da história”, até o seu ressurgimento nas diversas concepções dominantes da globalização, expressas nas correntes do modernismo e pós-modernismo da ideologia neoliberal de que “não há alternativa”. O autor disserta sobre as várias formas necessárias de temporalidade e aponta para o caráter radicalmente ilimitado da história como a característica definidora da visão de mundo revolucionária de Marx. Esses aspectos explicitaram a importância desta obra para nossa análise.

Mészáros, segundo Foster (2007), após a obra *A teoria da alienação em Marx* (2006), vinha escrevendo grandes obras filosóficas, mas, ao reconhecer a gravidade “das mudanças que ocorreram tanto no interior do capitalismo como no sistema pós-capitalista soviético”, acabou por deixá-las de lado e procurou contribuir com suas reflexões sobre essas questões, que considerou de mais urgência para nosso tempo (FOSTER, 2007, p. 14).

Com isso, Mészáros dá-nos um testemunho de sua responsabilidade intelectual e seu compromisso com a humanidade, ao postergar seu próprio projeto para atender uma demanda social mais urgente. As referidas obras filosóficas que tiveram seu lançamento postergado são

¹⁶ Das “notas de leitura” que realizamos no processo do levantamento bibliográfico para a tese, elaboramos uma resenha deste livro, na qual destacamos que *A crise estrutural do capital* foi concebido no contexto “do debate contemporâneo do ponto de vista da crise permanente do capital” e da mais recente crise, que ganhou destaque a partir de 2008, “dos mercados imobiliário e financeiro dos Estados Unidos, que se desenrolou como um *tsunami* na economia global (...). Mais particularmente, através da troca de correspondência, em janeiro de 2009, entre o seu autor, o filósofo húngaro István Mészáros e o organizador da Coleção Mundo do Trabalho, pela Editora Boitempo, o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes. Foi quando então aquele, manifestou a este, a ideia de publicar um conjunto de ensaios escritos desde 1970 até os mais atuais, de 2009, em um livro que pudesse, de algum modo, resgatar sua análise e indicar, como escreve Antunes (2011, p.9), ‘uma linha de continuidade decisiva para a compreensão dos elementos determinativos mais essenciais’”, contidos na análise de Mészáros sobre a crise do sistema do capital (BITENCOURT, 2013, p. 201).

Estrutura social e formas de consciência, parte I, A determinação social do método e, parte II - A dialética da estrutura e da história, que vieram a ser lançadas pela Boitempo, respectivamente em 2009 e 2011. Entre essas duas temos a publicação de *A atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar* (2010), que é um lançamento à parte de um capítulo de *Para além do capital - rumo à teoria da transição* (2002).

Conforme informam-nos os organizadores Jinkings e Nobile (2011, p. 8-10), em 2009, a editora Boitempo realizou o III Seminário Margem Esquerda, cuja escolha do tema, em homenagem a István Mészáros, foi unânime. Em sua homenagem, entre agosto e setembro de 2009, em oito cidades brasileiras, “alguns dos mais destacados intelectuais do Brasil e do exterior participaram desse seminário. O legado desse filósofo denso, rigoroso, radical foi ponto de partida para as discussões”. Parte das contribuições apresentadas durante o seminário resultou na edição e publicação do livro *Mészáros e os desafios do tempo histórico*, que inclui um ensaio de Mészáros (2011a) intitulado “A reconstrução necessária da dialética histórica”. Neste ensaio, Mészáros trata, segundo Giordani (2011), da

tarefa que o esperava ainda nos tempos de professor emérito da Universidade de Sussex, isto é, enfrentar o desafio de que nem o próprio Marx pôde aproximar-se em vida: compreender o problema do Estado, necessário para iluminar o caminho, o obrigatório trânsito, de uma sociedade baseada no capital para outra fundamentada na lógica do trabalho (GIORDANI, 2011, p. 11).

Atentamos para estas considerações sobre o importante tema que Mészáros aborda neste ensaio, por isso consideramos fundamental incluí-lo em nossa investigação, pois contribui para abordarmos a categoria Estado. Também para a análise da categoria Estado contamos com o lançamento, em 2015, do novo livro de Mészáros, *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. Em seu site, a editora Boitempo (2014) informou-nos que, nesta obra, Mészáros debruça-se sobre uma reflexão da sociedade atual, na qual aponta

o principal empecilho à existência da humanidade: o Estado e sua lógica capitalista. O filósofo traça um paralelo entre os interesses do capital e o bem estar humano, e demonstra a impossibilidade que os dois conceitos existam numa mesma sociedade, uma vez que os interesses de um interferem diretamente na existência do outro(...). Em *A montanha que devemos conquistar*, Mészáros aponta para as dívidas impagáveis de alguns países, como os Estados Unidos, para demonstrar esse limite do sistema capitalista. Esta obra, escrita ao longo de cinco anos, é uma obra-prima que analisa conceitos da Teoria do Estado desde Aristóteles até os tempos atuais (BOITEMPO, 2014, s/p).

Portanto, no campo de nossa investigação, constituído pelo conjunto dos 21 títulos de Mészáros, para cumprir os objetivos propostos, delimitamos para leitura e análise imanente, prioritariamente, detida e profundamente, a principal obra: *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (2002). Recorremos, de forma complementar, às demais obras, que foram indispensáveis para a compreensão das categorias analisadas, detendo o foco nas temáticas específicas da investigação, com destaque para: *A teoria da alienação em Marx* (2006); *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI* (2007); o já referido ensaio “Consciência de classe contingente e consciência de classe necessária”, presente em *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação* (1993); o ensaio de Mészáros (2011a) “A reconstrução necessária da dialética histórica” e, por fim, *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado* (2015).

O que foi exposto é uma síntese das apreensões que realizamos do levantamento bibliográfico dos títulos de Mészáros, apresentados pela editora Boitempo. Este levantamento nos permitiu realizar, com mais clareza, a delimitação de nosso objeto de estudo, sobre o qual desenvolvemos a tese, na qual desejamos ter atingido os objetivos propostos, pelo menos dentro dos nossos limites, com a consciência do imenso desafio que nos propusemos, ao lidar com uma obra tão grandiosa e reveladora de teses tão polêmicas e complexas, como a da própria constituição do sistema do capital, que, segundo Mészáros, deve ser superado para além da apenas “derrubada” política do capitalismo.

Neste sentido também, nossa pesquisa não é desinteressada, por isso procuramos apreender, com o máximo de rigor possível, e a partir de uma leitura e análise imanente dos livros indicados desse grande filósofo, o conhecimento que ele nos disponibiliza e que contribui para uma melhor compreensão do mundo, além de possibilitar uma intervenção consciente em nossa sociedade. Assim é que procuramos compreender a síntese histórica das relações entre as categorias Trabalho e Capital, mediadas pelo Estado, procurando evidenciar suas implicações na educação, isto na complexidade do sistema do capital em sua crise estrutural, como é fundamentalmente caracterizado pelo autor.

2 TRABALHO E CAPITAL: ANTAGONISMO A SER SUPERADO

Qual a gênese do sistema do capital? Ele seria “eterno”? É a realização máxima da história humana? Não pode ser superado e transcendido, atingimos assim, o “fim da história”? Podemos conhecer sua natureza, as leis que o regem, ou a regência da “mão invisível do mercado” é inacessível ao conhecimento? É algo “supra-humano”, um mecanismo ou uma relação social? E conhecendo sua natureza, seu ser, sua essência e substância, seu modo de operar, suas estruturas e determinações essenciais, ele, poderá ser detido, reformado, humanizado ou superado? Ou poderá sucumbir a uma “crise sistêmica, verdadeiramente estrutural”, que afete o “sistema do capital global” em todas as suas “dimensões fundamentais”, e que o inviabilize como “sistema reprodutivo social”? Poderá autodestruir-se, implodir-se?

Essas e muitas outras indagações têm mobilizado uma série de filósofos, como Hegel, Marx, Lukács e Mészáros, e colocam-se como um problema real a ser enfrentado pela humanidade em nossos tempos. Procurando analisar essas questões, apresentamos, neste capítulo, o que apreendemos do texto de Mészáros quanto à gênese e natureza expansionista, acumulativa, antagonista, contraditória, destrutiva, transitória, irreformável, incontrolável e desumana do sistema do capital. Por tudo isso, sinalizamos, já neste momento, que Mészáros apresenta-nos a necessidade, possibilidade e urgência histórica de sua superação, por meio de uma ação consciente, donde a necessidade de uma teoria da transição socialista e a preocupação e contribuição de Mészáros para a elaboração de seus princípios norteadores, mas estas últimas questões serão abordadas no Capítulo 3.

Esta afirmação de Mészáros quanto à necessidade de uma teoria da transição socialista permite-nos uma indagação. E as experiências revolucionárias da história, já não realizaram essa superação e, assim, teriam não só uma teoria, mas uma prática da transição socialista? Mészáros vai dizer-nos que houve um grande processo revolucionário, como um empreendimento histórico, para a realização desse desafio humano, mas que essa empreitada foi fracassada. Mas esse fracasso, por si só, não nos diz da impossibilidade de realizá-la. O que se faz necessário é realizar uma profunda análise dessas experiências históricas e, à luz dos desvios cometidos, resgatar os princípios orientadores do projeto original marxiano. Pois, segundo nosso autor, no fundamental, Marx apresentou uma sólida teoria social que orienta para a perspectiva socialista.

Embora o socialismo seja um projeto antigo da humanidade e, desde sua elaboração mais sistemática por Marx, já se vão mais de 150 anos, muitas de suas dimensões, viabilidade

histórica e condições objetivas para sua implementação, apresentam-se maduras, somente na atual fase histórica de desenvolvimento, segundo Mészáros. Este também não desconsidera a importância do fator subjetivo e organizacional do trabalho como força hegemônica, capaz de implementá-lo. Esse fator é necessário e urgente para a implementação do projeto socialista, de forma que seja irreversível, e não retroceda, como sucedeu às experiências passadas. Esta necessidade será realçada por Mészáros em sua vasta elaboração teórica e a sua contribuição mais específica e direta pode ser apreendida em *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição* (2002) e também em suas *Reflexões sobre a Nova Internacional* (2014).

Por considerar que o trabalho continua a ser a força social capaz de realizar essa transformação, o autor defende que esta deve estar organizada mundialmente e munida de uma teoria da transformação socialista para realizar sua tarefa histórica, como força hegemônica alternativa. Nesse sentido, também analisamos, neste capítulo, o trabalho em sua determinação e constituição ontológica, como uma condição ineliminável da vida humana, que Mészáros denomina como uma “mediação de primeira ordem”. Mas analisamos também o trabalho como antagonista do capital, alienado em sua forma de “trabalho assalariado”, e as condições históricas de sua constituição e organização “defensiva” por meio das instituições sindicais e parlamentares.

As elaborações de Mészáros sobre a determinação ontológica do trabalho resultam de sua profunda incursão na elaboração teórica marxiana e da análise crítica que realiza da teoria da alienação de Marx, que, segundo este autor, está consubstanciada em “*statu nascendi*” no chamado *Manuscritos de Paris* ou *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Desta obra, nosso autor também depreende que a alienação do trabalho”, universalizada pelo “sistema do capital alienador”¹⁷, na forma de “trabalho assalariado”, é a “raiz causal de todo o complexo de alienações”. Essas elaborações de Mészáros estão esboçadas, principalmente, em seu livro *A teoria da alienação em Marx* e desenvolvidas, em profundidade, no *Para além do capital*.

Por isso, Mészáros (2002) menciona que todos os seus escritos tencionam “ser uma contribuição para a tarefa de reavaliação e esclarecimento teórico”, sendo, portanto, Marx e toda

¹⁷ Aqui, é importante atentar que Mészáros diz “sistema do capital”, e não só capitalismo, pois não devemos desconsiderar a distinção que faz entre “capital e capitalismo”. Pois para ele, a “alienação do trabalho”, na forma assalariada, permaneceu nas sociedades do chamado “socialismo real”, que denomina como “sociedades pós-capitalistas”, ainda que, nestas, a extração do trabalho excedente tenha se dado de forma política, e não econômica, como impera no capitalismo. Entendemos que essa distinção é fundamental em Mészáros, e será mais detalhada neste capítulo, pois vincula-se à recuperação que realiza do pensamento original de Marx e baliza sua análise sobre as experiências revolucionárias do século XX, além de ser ponto crucial para a tarefa da transição socialista que deve visar para além, não só do capitalismo, mas do capital, como reitera em sua obra.

a sua obra a principal fonte de referência teórico-metodológica de Mészáros. São foco de seus estudos desde os seus escritos da juventude até a obra final da maturidade, incluindo cartas (para muitas das quais Mészáros chama nossa atenção), produções jornalísticas, orientações e deliberações junto ao movimento organizativo da classe trabalhadora, como a I Internacional. A fundamentação de Mészáros em Marx pode ser constatada pelas inúmeras citações deste que aparecem ao longo de seus textos. Diz-nos, ainda, que sua análise crítica da teoria da alienação de Marx visou também a responder

à afirmação feita tanto no Oriente como no Ocidente (e no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, por pessoas como Daniel Bell) de que a preocupação de Marx com a emancipação da regra do capital pertencia ao século XIX, pois não apenas as classes e os antagonismos de classe, mas todos os aspectos da alienação haviam sido irreversivelmente superados com sucesso (MÉSZÁROS, 2002, p. 44).

Difícil para Mészáros (2002, p. 44) concordar com essa perspectiva, ainda mais tendo, como já pontuamos, “sentido diretamente o regime stalinista e a sangrenta repressão do levante de 1956 na Hungria pelo Exército Vermelho (aplaudida, para sua vergonha indelével, pelos partidos comunistas do Ocidente)”. Esta experiência deu-lhe clareza de que “não apenas o proclamado fim da alienação no Leste era um conto de fadas, mas também que o sistema soviético existente absolutamente nada tinha em comum com o socialismo”.

Ao migrar da Hungria, em 1956, e passar a viver no Ocidente, também essa experiência direta de vida nestes países deixou-lhe “muito claro que a alienação capitalista continuava a impor desumanidades e sofrimento absolutos à esmagadora maioria dos povos”, tanto no autoproclamado “Mundo Livre” quanto “principalmente naquela parte do mundo em que os apologistas da sociedade de mercado preferiam chamar de ‘Terceiro Mundo’”¹⁸, como uma forma de atribuir-lhes a culpa pelos “graves problemas de seu chamado “subdesenvolvimento”, e não pela determinada espécie de desenvolvimento capitalista: o desenvolvimento de total subordinação e dependência estrutural em relação ao “Primeiro Mundo”” (MÉSZÁROS, 2002, p. 44).

¹⁸ Aliás, destacamos que Mészáros rejeita essas expressões, pois analisa que o mundo do capital, há muito, é um só mundo. Embora a hierarquia entre países, sobre a qual defende que o poder hegemônico ainda pertence aos Estados Unidos, contrariando inclusive alguns outros teóricos socialistas, entende que é difícil estipular qual país é mais dependente de outro, uma vez que a interdependência no sistema do capital é global, mesmo considerando o “desenvolvimento desigual” entre as nações, princípio inclusive, segundo Mészáros, bem indicado por Marx.

Além dessa percepção adquirida pela experiência diretamente vivenciada, “um exame mais detalhado da estrutura interna de poder até mesmo dos países capitalistas mais avançados” permitiu-lhe constatar que

apesar dos relativos privilégios de seus trabalhadores em relação às condições de incontáveis milhões nos antigos territórios coloniais – eles preservaram essencialmente inalteradas as relações exploradoras de classe características do sistema do capital alienador. Apesar também de todo atordoamento teórico, a questão decisiva, que se aplica a todos os graus e categorias de trabalhadores em toda parte, era e continua a ser a subordinação estrutural do trabalho ao capital, e não o padrão de vida relativamente mais elevado dos trabalhadores nos países capitalistas privilegiados. Tais privilégios relativos podem facilmente desaparecer em meio a uma grande crise e ao desemprego crescente, como o que hoje experimentamos. A posição de classe de quaisquer grupos diferentes de pessoas é definida por sua localização no comando da estrutura do capital e não por características sociológicas secundárias, como o “estilo de vida” (MÉSZÁROS, 2002, p. 44).

Orientado por essa perspectiva, Mézáros (2002, p. 44) pode constatar que “não há nenhuma diferença entre os trabalhadores dos países mais “subdesenvolvidos” e seus semelhantes, nas sociedades capitalistas mais privilegiadas”, no tocante “à sua localização necessariamente subordinada na estrutura de comando do capital”. Munido por essas observações, motivações e fundamentações, Mézáros passa à elaboração de sua própria síntese do sistema do capital, consubstanciada nas referidas obras, que são o objeto de nossa leitura e análise imanente para apresentar a temática a ser tratada neste capítulo.

Suas obras, como indicado acima, são essencialmente fundamentadas na análise crítica da obra de Marx e do desenvolvimento sócio-histórico global que afeta todos os países, tanto do norte quanto do sul e, principalmente, dos acontecimentos históricos que ocorreram desde a morte de Marx, com destaque para o século XX, até nossos dias. Portanto, como afirma Mézáros (2002, p. 45-46), depois da morte de Marx, vários desdobramentos não estavam no horizonte de Marx ou, pelo menos, não tinham tanta evidência histórica como hoje, ou até mesmo “estavam ocultas do exame teórico”.

Então, neste capítulo, procuramos analisar a contribuição de Mézáros para a compreensão das categorias Trabalho e Capital e buscamos abarcá-las em sua gênese, desenvolvimento e na atualidade do sistema do capital. Destacamos, quanto ao Trabalho, o enfoque muito especial dado por Mézáros (2006, p. 11) ao conceito de *Aufhebung*, que, em alemão, pode significar transcendência, supressão, preservação, superação ou substituição pela elevação a um nível superior. Para nosso autor, é chave compreender toda a complexidade que envolve o conceito de *Aufhebung*, pois, a busca da transcendência (como a negação e supressão)

da “autoalienação do trabalho”, em todas as esferas da atividade humana, é o núcleo estruturante do sistema marxiano, expresso de forma tão poderosa e irreversível nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Esta análise de Mészáros será mais desenvolvida no item 2.1 deste capítulo.

Destacamos, quanto ao capital, o enfoque muito especial dado por Mészáros quanto à distinção entre capital e capitalismo, que, segundo ele, está presente no próprio Marx. Ao tratar do sistema do capital, considera que este não se limita ao capitalismo. Nosso autor afirma que o capital antecede o capitalismo “propriamente dito” e pode permanecer em sociedades como a ex-URSS, que são “sociedades do sistema do capital pós-capitalistas”, ou seja, romperam com aspectos do capitalismo, mas não com o “capital em si”.

Mészáros (1995, p. 130) relembra que, para Marx, o “objetivo, o alvo da transformação socialista é superar o poder do capital”, sendo a derrubada do capitalismo “um objetivo relativamente fácil neste empreendimento, pois você pode, num certo sentido, abolir o capitalismo por meio do levante revolucionário e da intervenção no plano da política, pela expropriação do capitalista”. Mas adverte que essa ação pode colocar um “fim no capitalismo, mas nem sequer tocou no poder do capital”. Pois “o capital não depende do poder do capitalismo e isso é importante também no sentido de que o capital precede o capitalismo em milhares de anos. O capital pode sobreviver ao capitalismo”, espera-se “que não por milhares de anos, mas quando o capitalismo é derrubado numa área limitada, o poder do capital continua, mesmo que numa forma híbrida”, como ocorreu na URSS.

Apresentamos, no terceiro item, os diversos elementos que, segundo Mészáros, caracterizam “a natureza do capital e suas determinações mais fundamentais” e que faz deste sistema uma relação social marcada pela força da incontrollabilidade. É a força dessa incontrollabilidade que subjuga tudo às suas determinações, que fez deste o sistema mais dinâmico da história. Esta é responsável, portanto, pela carga de positividade que lhe pode ser atribuída, enquanto sistema, em seu período de “ascendência histórica”. Mas, ao mesmo tempo, é responsável pelas tendências e pelos aspectos negativos que caracterizam sua natureza destrutiva e que se agudizam em seu período de descenso ou decadência e “descendência histórica”, na dimensão de uma “crise estrutural global”, ao ponto, segundo Mészáros, da “ativação dos limites absolutos”, enquanto sistema.

Mészáros capta a manifestação da “crise estrutural” a partir da análise dos eventos históricos que marcaram as recentes décadas, final dos anos 1960 e início da década de 70, e que

se desdobram e agudizam até nossos dias. Nesse período, intensifica-se a natureza destrutiva do capital e, segundo Mészáros, essa tendência inicial foi identificada por Marx já nos anos de 1845. No item 2.5, desenvolvemos sobre essa tendência destrutiva e a “crise estrutural”. Mészáros considera que, com os desdobramentos da “crise estrutural”, pelo menos “quatro dimensões da organização sistêmica” sinalizam para a “ativação dos limites absolutos do capital”. Apresentamos esta sua análise, de forma mais aprofundada, no item 2.7 deste capítulo, mas já indicamos que, para Mészáros, a complexidade e a interconexão dessas quatro dimensões apresentam-se como impeditivos para a realização da “razão de ser” do capital, que é a contínua expansão e acumulação por via essencial da extração de trabalho excedente. Passamos a desenvolver essas questões nas seções a seguir.

2.1 As duas dimensões do trabalho: ontológica, como mediação de primeira ordem, e antagonista do capital alienado na forma assalariada

Mészáros, em *Teoria da alienação em Marx* (2006), indica-nos a grande ideia sintetizadora da realidade social realizada por Marx. Essa se manifesta *in status nascendi* nos *Manuscritos de Paris*, o também chamado *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Segundo ele, nessa obra, Marx esboça as “principais características de uma nova ‘ciência humana’ revolucionária”. Ao percorrer o universo marxiano, numa perspectiva ontológica e por meio dela, afirma o sentido concreto e histórico da totalidade – unidade dialética. O caráter dessa totalidade e radicalidade da obra de Marx pode ser confirmado com o que expressa na *Tese Ad Feuerbach* de que “os filósofos fizeram até aqui interpretar o mundo, cabe transformá-lo”.

Para Mészáros, nos *Manuscritos*, portanto, Marx apresenta sua ciência como uma “síntese singular”, como uma “vasta e abrangente concepção da experiência humana em todas as suas manifestações” até então realizada, inclusive muito além da “grandiosa visão hegeliana”. Aliás o que Marx realiza é uma contraposição à “universalidade alienada da filosofia abstrata, de um lado, e à fragmentação e à parcialidade reificadas da ‘ciência natural’, de outro”, ao indicar a “alienação do trabalho como a raiz causal de todo o complexo de alienações” (MESZÁROS, 2006, p. 21). Indica-nos que esta é a primeira grande síntese de muitas que formarão um sistema abrangente e coerente de ideias multidimensionais e radicais, e elas advêm da dimensão concreta e histórica por meio da qual Marx construiu sua crítica do idealismo hegeliano e, de quebra, do materialismo de Feuerbach.

Nesta obra, Meszáros também adotará o procedimento metodológico que Marx empreendeu para desenvolver essa “nova ciência humana”. Ele se propõe compreender as raízes ontológicas do conceito de alienação em Marx: “a autoalienação a partir da centralidade do trabalho”. Este que permanece um dos mais graves problemas contemporâneos, que é a perda dessa concepção fundante do mundo dos homens, da realidade social, uma vez que é a partir de determinada concepção de realidade que podemos proceder ao conhecimento dessa mesma realidade.

Ao percorrer a gênese da teoria da alienação no pensamento de Marx, Mészáros (2006, p. 67-68) apresenta-nos os momentos de sua produção em que essa teoria vai se estruturando. Indica-nos que Marx já aborda alguns problemas da alienação na sua tese de doutorado, (devemos atentar, que neste momento Marx ainda estava distante da elaboração propriamente marxiana) ao analisar a filosofia epicurista, na qual colocará em “relevo um princípio – *bellum omnium contra omnes* – guerra de todos contra todos – que tem uma implicação fundamental para a alienação”. Neste estudo, o centro da atenção de Marx já estava no caráter contraditório do mundo que ele analisa na filosofia epicurista. “E é assim que o conceito de alienação surge na filosofia de Marx, ressaltando a contradição que se manifesta na ‘existência alienada de sua essência’”.

Enfatiza Mészáros que

Somente no interior desse quadro poderia o conceito de alienação – um conceito eminentemente histórico, – assumir um papel central no pensamento de Marx, como o ponto de convergência de múltiplos problemas socioeconômicos e também políticos, e só a noção de alienação poderia assumir esse papel dentro de seu quadro conceitual (MÉSZÁROS, 2006, p. 73).

Mészáros indica-nos a grande variedade de termos que Marx utiliza para designar os vários aspectos da sociedade burguesa alienada, como: divórcio ou separação; divisão ou clivagem; separação ou marginalização; estragar, corromper; perder-se e alienar-se; isolar-se e retirar-se para dentro de si mesmo; exteriorizar, alienar; destruir todos os laços do homem com sua espécie; dissolver o mundo do homem num mundo de indivíduos atomizados e assim por

diante. “E todos esses termos são discutidos em contextos específicos que estabelecem suas estreitas interconexões com *entäusserung, entfremdung e veräusserung*”¹⁹.

Mészáros considera que, neste aspecto, é fundamental a colaboração de Engels. Por este estar mais diretamente envolvido com a realidade econômica dos trabalhadores na Inglaterra, sua produção tocou Marx profundamente, inclusive motivando-o a intensificar os estudos dos clássicos da economia política. Assim, é visível a afinidade de Marx com a abordagem do jovem Engels, embora a elaboração marxiana seja incomparavelmente mais ampla, pois ela abarca

todos os problemas filosóficos básicos em relação com a auto-alienação do trabalho, da questão da liberdade até a do significado da vida, da gênese da sociedade moderna até a relação entre a individualidade e o “ser comunitário” do homem, da produção de “apetites artificiais” até a “alienação dos sentidos”, e desde uma avaliação da natureza e da função da filosofia, arte, religião e direito até os problemas de uma possível “reintegração da vida humana” no mundo real, por meio de uma “transcendência positiva” em lugar da *Aufhebung* meramente conceitual da alienação (MÉSZÁROS, 2006, p. 77).

Assim, Mészáros considera que, para Marx, a noção de “trabalho” (*arbeit*) torna-se o ponto de convergência dos aspectos heterogêneos da alienação.

O trabalho é considerado tanto em sua acepção geral – como “atividade produtiva”: a determinação ontológica fundamental da “humanidade” (“*menschliches Dasein*”, isto é, o modo realmente *humano* de existência) – como em sua acepção particular, na forma da “divisão do trabalho” capitalista. É nesta forma – a atividade estruturada em moldes capitalistas – que o “trabalho” é a base de toda a alienação (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

Mészáros (2006, p. 78) ressalta que os conceitos essenciais da abordagem marxiana da alienação são: “atividade” (*tätigkeit*), “divisão do trabalho” (*teilung der arbeit*), “intercâmbio” (*austausch*) e a “propriedade privada” (*privateigentum*). Para uma “transcendência positiva” da alienação, é necessária uma superação sócio-histórica das “mediações”: propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho, pois estas se “interpõem entre o homem e sua atividade e o impedem de se realizar em seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade”.

Nosso autor ressalta que essa é a “primeira compreensão realmente dialética da relação complexa entre a mediação e a imediação na história da filosofia”. Nesse sentido, Marx realiza a superação ontológica do idealismo de Hegel, embora levando em conta as conquistas nada

¹⁹ Obs.: Devemos atentar para o significado dos três termos que aparecem em alemão nesta citação, pois os mesmos são recorrentes nesta obra, tanto que Mészáros apresenta o sentido de seus usos na obra de Marx, na Introdução, nota 3, p. 19.

desprezíveis deste, inclusive incorporando sua dialética, uma vez que a crítica que Marx faz da alienação é formulada como uma rejeição dessas *mediações*. Mas não é uma negação de toda mediação, ao contrário, uma rejeição de toda mediação estaria perigosamente próxima do simples misticismo, em sua idealização da “*identidade* entre sujeito e objeto”. Em suas palavras:

O que Marx combate como alienação não é a mediação em geral, mas uma série de mediações de segunda ordem (propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho), uma “mediação da mediação”, isto é, uma mediação *historicamente específica da automediação ontologicamente fundamental* do homem com a natureza. Essa “mediação de segunda ordem” só pode nascer com base na ontologicamente necessária “mediação de primeira ordem” – como a *forma* específica, *alienada*, desta última. Mas a própria “mediação de primeira ordem” – a atividade produtiva como tal – é um fator ontológico absoluto da condição humana (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

Temos aí o surgimento na elaboração de Mézáros (2006, p. 78) de seu conceito de “mediação de primeira ordem” e “mediação de segunda ordem”. Sendo que a “mediação de primeira ordem”, como em Marx, é o trabalho (atividade produtiva) como um “fator ontológico absoluto” e, como tal, é o “único fator absoluto em todo complexo” da alienação, porque “o modo de existência humano é inconcebível sem as transformações da natureza realizadas pela atividade produtiva”. Já as “mediações de segunda ordem” – divisão do trabalho, propriedade privada, intercâmbio – são formas alienadas, específicas, historicamente constituídas. “Em conseqüência, qualquer tentativa de superar a alienação deve definir-se em relação a esse absoluto, como oposta à sua manifestação numa forma alienada”.

Mézáros (2006, p. 78-79) ressalta a importância de fazermos a distinção entre a “atividade produtiva” como “fator ontologicamente absoluto”, a *atividade humana* em geral, em seus aspectos radicalmente diferentes, com a forma historicamente específica, a *forma dada* do trabalho (trabalho assalariado). Pois se a “atividade é concebida como uma entidade homogênea, então a questão da transcendência real (prática) da alienação é impossível de ser colocada”.

Indica-nos ele que, antes dos *Manuscritos*, Marx não percebia a importância ontológica fundamental da esfera da produção, que aparecia em seus escritos na forma de referências bastante genéricas das “necessidades” em geral. Antes, sua crítica da alienação era centrada na crítica das instituições existentes e das relações jurídico-políticas, e o “trabalho” só aparecia no sentido negativo. Sem dúvida o estudo da economia política proporcionou a Marx “apreender de maneira ampla a complexa hierarquia dos vários tipos e formas de atividade humana: suas *inter-relações* recíprocas em um todo *estruturado*” (MÉSZÁROS, 2006, p. 79).

Na citação a seguir, Mészáros consegue expor, de forma bastante clara, não só o sentido ontológico que o trabalho adquire para Marx, expresso nos *Manuscritos*, mas também demonstra que a chamada “base material” para as questões “espirituais” não se traduz no chamado economicismo ou reducionismo, mas implica complexas mediações entre sujeito-objeto, entre homem e natureza, bem como anuncia vários aspectos que comporão a conceituação de alienação que apresentaremos em seguida. Assim, o ponto de partida ontológico de Marx é que a atividade produtiva é, portanto,

o *mediador* na “relação sujeito-objeto” entre homem e natureza. Um mediador que permite ao homem conduzir um modo *humano* de existência, assegurando que ele não recaia de volta na natureza, que não se dissolva no “objeto”. “O homem vive da natureza”, escreve Marx, “significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza”. A atividade produtiva é então a fonte de consciência, e a “consciência alienada” é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho (MÉSZÁROS, 2006, p. 79-80).

Assim, Mészáros (2006, p. 80) identifica que o processo de trabalho alienado, ao cindir o homem de seu “corpo inorgânico do homem”, sua atividade produtiva aparece como algo estranhado, externo ao homem e, portanto, pode ser transformado em mercadoria. Tudo é “reificado”, e as relações ontológicas fundamentais são viradas de cabeça para baixo. O indivíduo se coisifica e se mercantiliza, uma vez que “seu corpo inorgânico” – “natureza trabalhada” e capacidade produtiva externalizada – foi dele alienado. Num processo alienado, fica perdida a especificidade do “homem ser o único ser que pode ter consciência de sua espécie – tanto subjetivamente, em sua percepção consciente da espécie a que pertence, como nas formas objetivadas dessa ‘consciência da espécie’, da indústria e às instituições e às obras de arte” – e assim ser o “único ser genérico”.

Mészáros (2006, p. 80) considera ainda que, no processo de trabalho alienado, fica perdida a consciência de ser um “ser genérico”, um ser cuja essência não coincide diretamente com sua individualidade. O ser fica também reduzido a “mera individualidade que exige apenas *meios* para sua *subsistência*, mas não formas especificamente humanas – humanamente naturais e naturalmente humanas, isto é sociais – de auto-realização”. Estas formas que manifestariam adequadamente sua atividade vital, e lhe dariam a consciência de um “ser genérico”, ficam completamente perdidas, num processo de produção alienado.

Mészáros (2006, p. 81) adverte-nos que quando Marx protesta contra a alienação, a privatização e a reificação não o faz como um apelo nostálgico ou romântico de um retorno ao “estado natural”. Suas críticas aos “apetites artificiais” etc. não advogam um retorno à “natureza”, a uma série “natural” de necessidades primitivas, ou “simples” *a la* Rousseau ou nos moldes dos “naturalistas modernos”. Marx refere-se à “plena realização da *natureza do homem*” por intermédio de uma atividade humana produtiva adequadamente *automediadora*, ou autoformadora do homem, ou seja, em seu sentido positivo, que o permite por-se no mundo, a reconhecer a si, ao outro e ao seu ser genérico, social, a partir de sua atividade criativa. “A natureza do homem” (o seu “ser genérico”) significa precisamente uma *distinção com relação à natureza em geral*. A relação entre o homem e a natureza é “automediadora”, em duplo sentido.

Segundo Mészáros

Primeiro, porque é a natureza que se media consigo mesma no homem. E em segundo lugar, porque a própria atividade mediadora é apenas um atributo do homem, localizado numa parte específica da natureza. Assim, na atividade produtiva, sob o primeiro de seus aspectos ontológicos duais, *a natureza medeia a si mesma com a natureza*; e, sob o segundo aspecto ontológico – em virtude de que a atividade produtiva é inerentemente atividade social -, *o homem medeia a si mesmo com o homem* (MÉSZÁROS, 2006, p. 81).

Essa relação ontológica é perturbada, ainda segundo o autor, pelas “mediações de segunda ordem”, institucionalizadas, como já indicado, na “forma de divisão do trabalho, da propriedade privada e do intercâmbio capitalista”. A atividade produtiva posta como uma “lei natural” cega às exigências da produção de mercadorias, destinada a assegurar a reprodução do indivíduo isolado e reificado, passa a ser não mais que um apêndice desse sistema de “determinações econômicas”, apresentando-se, assim, em seu sentido negativo, pois degrada e bloqueia o desenvolvimento das reais potencialidades humanas. A atividade produtiva do homem deixa de ser autoformadora porque lhe é alheia, porque as “mediações de segunda ordem” institucionalizadas se interpõem entre o homem e sua atividade; entre o homem e a natureza; e entre o homem e o homem (MÉSZÁROS, 2006, p. 81).

Ao contrário, por um lado, o homem se sente hostilmente confrontado pela natureza porque imposta pelo mercado (intercâmbio) e, por outro lado, o homem se contrapõe ao homem de forma estranhada, no antagonismo entre trabalho e capital. A inter-relação original, do homem com a natureza, é transformada na relação entre trabalho assalariado e capital. No que concerne ao trabalhador individual, a sua atividade, que poderia ser autorrealizadora, é transformada em

mera autorreprodução como simples indivíduo, que mantém vivo apenas seu ser físico. Por isso “os meios se tornam os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins reificados desse sistema institucionalizado de ‘mediações de segunda ordem’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 81-82).

Mészáros (2006, p. 82) demonstra sua firme convicção de que uma superação “adequada da alienação é, portanto, inseparável da negação radical das mediações de segunda ordem”. E se não desmistificarmos seu caráter de eternidade (pelo qual a filosofia idealista sempre se empenhou, desde os economistas clássicos, com sua expressão máxima em Hegel, bem como todos os ideólogos burgueses, de Rousseau aos da atualidade), “a crítica das várias manifestações da alienação” (na política, no direito, na educação, na religião) está destinada a permanecer “parcial ou ilusória, ou ambas as coisas”. Alerta ainda que atribuir “prioridade às mediações de segunda ordem sobre as de primeira ordem” é inverter as relações ontológicas reais.

Assim compreendemos que Mészáros, ao mergulhar no percurso empreendido por Marx, apresenta-nos uma original e extraordinária compreensão do processo de “alienação da humanidade”, cujo sentido e significado fundamental denomina pelo termo renovador de “*perda do controle*”, que se corporifica numa “*força externa* que confronta os indivíduos como um poder *hostil e potencialmente destrutivo*”.

Destacamos a originalidade dessa definição de Mészáros, pois percebemos que ela é norteadora de todo o seu empenho no resgate do caráter revolucionário de Marx. Ou seja, podemos identificá-la como o “ponto de partida” e “centro organizador fundamental” de sua elaboração teórica. Na medida em que essa sua definição, por um lado, o leva a considerar (como será tratado no item 2.3 desse capítulo) o caráter “*incontrolável*”²⁰ do processo de operacionalização do capital, no sentido de que sua natureza expansionista não permite restrições que venham conter sua lógica irrefreável, sendo assim ilusórias todas as tentativas reformistas de “democratizá-lo”, “humanizá-lo”, torná-lo mais equitativo. Assim, a elaboração de Mészáros se diferencia tanto do discurso dos apologistas do capital e manipulatório dos adversários de Marx, quanto da social-democracia e, ainda, do que vigorou na experiência soviética. Onde, a existência e a permanência do capital ocorrem fundamentalmente pela extração do trabalho excedente, que,

²⁰ Esse caráter, como já indicamos, foi pioneiramente sistematizado por Paniago (2012) e externalizado no título de seu livro: *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*, por identificar que o “eixo condutor” da obra *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, de Mészáros (2002), é a “*incontrolabilidade do capital*”.

na forma capitalista, se dá pelos mecanismos econômicos e, no modelo soviético, continuou sendo extraído, só que pela via política, por meio do Estado soviético.

Por outro lado, a partir dessa concepção, Mészáros repõe a centralidade do Trabalho, pois, sendo que o domínio da “*incontrolabilidade*” do capital significa para a humanidade a “*perda do controle*” sobre o processo produtivo e reprodutivo. Mészáros defende, no mesmo espírito revolucionário de Marx, que o Capital só pode ser “transcendido”, erradicado, pela força hegemônica do Trabalho, por isso, também, a elaboração de Mészáros da *Necessidade do Controle Social*. Ao mesmo tempo, diz-nos também que o “*controle real de uma ordem sociometabólica alternativa* já surgiu na agenda histórica, apesar das condições desfavoráveis para sua realização no curto prazo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 31).

A transformação, no sentido de erradicação do capital, deve ser tão fundamental no sentido de que as forças do Trabalho reapropriem os poderes que lhes foram alienados em seus quatro principais aspectos: a alienação dos seres humanos em relação à *natureza*; à sua própria *atividade produtiva*; à sua espécie, como espécie humana; *de uns em relação aos outros*. Pois Mészáros afirma, enfaticamente, que esses aspectos são não uma “fatalidade da natureza” (como de fato são representados os antagonismos estruturais do capital), mas formas de *autoalienação* que precisam ser superadas. Significa também que

enquanto o capital depende *absolutamente* do trabalho – no sentido de que o capital inexistente sem o trabalho, que ele tem de explorar permanentemente –, a dependência do trabalho em relação ao capital é *relativa, historicamente criada e historicamente superável*. Em outras palavras, o trabalho não está condenado a ser permanentemente contido no círculo vicioso do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 30-31).

Ou seja, a alienação não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para “transcender a autoalienação do trabalho”. A elaboração que Mészáros realiza pelo universo marxiano, numa perspectiva ontológica e por meio dela, afirma o sentido concreto e histórico da totalidade. Mészáros alerta-nos de que a crítica marxiana da alienação mantém, hoje mais do que nunca, sua vital relevância sócio-histórica, ao indicar-nos que,

A grande realização histórica de Marx foi cortar o nó górdio dessas séries mistificadoramente complexas de mediações, afirmando a validade absoluta da mediação de primeira ordem, ontologicamente fundamental (em oposição aos defensores românticos e utópicos de uma unidade *direta*), contra a sua alienação na forma de divisão do trabalho – propriedade privada e intercâmbio capitalistas. Essa grande descoberta teórica de Marx abriu o caminho para uma “desmistificação científica”, bem

como para uma negação real, prática, do modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2006, p. 82).

Nosso autor ressalta ainda que o conceito de “transcendência (*Aufhebung*) da autoalienação do trabalho deve situar-se no centro de nossas atenções”, primeiro porque “fornece a ligação essencial com a totalidade da obra de Marx” e também porque, no “desenvolvimento do marxismo após a morte de seus fundadores, o tema foi muito negligenciado”. Esses argumentos indicam-nos do resgate que Mézáros faz das duas dimensões do Trabalho postas por Marx, primeiro na sua dimensão ontológica, em seu papel fundante da vida social, nos termos de Mézáros, como “mediação de primeira ordem”, mas também trata da sua dimensão alienada, na forma capitalista de trabalho assalariado.

Assim, fundamentam a necessidade da apreensão de sua concepção sobre a categoria Trabalho, a partir de Marx, e em suas duas dimensões. Devemos atentar ainda para o seu alerta da urgência de colocar a “transcendência (*Aufhebung*) da autoalienação do trabalho” na ordem do dia, pois, como ressalta o autor, vincula-se a sua preocupação com (“a negação real, prática, do modo de produção capitalista”) a necessidade e a possibilidade da transição socialista, nos termos da radicalidade apresentada por Marx (MÉSZÁROS, 2006, p. 25).

Além dessas importantes questões indicadas, a citação remete-nos para um grande debate posto no campo marxista, pelo menos no Brasil, quanto ao entendimento da teoria da alienação em Marx. Trata-se de quando Mézáros nos diz que a “grande realização histórica de Marx foi cortar o nó górdio dessas séries mistificadamente complexas de mediações, afirmando a validade absoluta da mediação de primeira ordem” contra a sua forma alienada, como trabalho assalariado. Mézáros adverte-nos quanto à “complexidade do *conceito-chave da alienação*”, ao mesmo tempo em que indica que, para a apreensão da teoria da alienação de Marx, o centro da análise devem ser os *Manuscritos de 1844*, também denominado *Manuscritos de Paris* ou *Manuscritos econômico-filosóficos*. Referenciando-nos em sua perspectiva, entendemos que, para uma compreensão do tratamento que é dado a esta categoria por Mézáros, é indispensável a leitura de sua obra *A teoria da alienação em Marx* (2006), bem como, mais especificamente, o esclarecimento que o mesmo faz na “Introdução” dessa obra, na nota 3, nas páginas 19-20, sobre o emprego do termo.

Para a apreensão do debate em torno dessa categoria, outra obra importante a ser consultada é de Infranca e Vedda (2012): *La alienación: historia y actualidad I*. Nela,

destacamos, desses autores, a “Introducción: Sobre la gênesis de la categoria de alienación” e o artigo “Educación: la cuestión de la alienación individuo-gênero”, de Albinati (2012) e, desta, principalmente o esclarecimento que faz na nota 1, páginas 33 e 34, quanto ao emprego dos termos “alienação” e “estranhamento”. A autora considera, em concordância com Costa (1999), que embora haja uma distinção entre eles, trata-se de dois termos conectados e complementares, e ambos expressam a condição a que o trabalho humano está submetido por ter de se exercer a partir das determinações do capital. E, nesses termos, ambas as autoras não se colocam em concordância com a elaboração lukácsiana. Assim, conforme testemunha, para exemplificar, a pesquisa de Costa (1999), a busca por uma compreensão aprofundada desta categoria continua incitando estudiosos e pesquisadores.

A participação de Frederico (2009, p. 187) nesse debate é também esclarecedora, e o autor considera que Mészáros “captou bem essa questão ao tratar da superação da alienação, a *Aufhebung* proposta por Marx”. Indica-nos Frederico que, como observa István Mészáros, Hegel, ao “não distinguir objetivação de alienação”, ficou impossibilitado de “apontar a forma degradada do trabalho na sociedade burguesa”. Embora, tenha sido ele que, “pela primeira vez”, revelou o “papel ontológico determinante da *atividade*”, que o possibilitaria “pensar a superação da alienação”. Esse limite de Hegel ocorreu, em parte, de acordo com Mészáros (2006, p. 82), em “virtude de sua posição social”, já que Hegel não pode “contrapor à forma capitalista das mediações de segunda ordem”, mas também, como observa Frederico (2009, p. 185), porque o mesmo não estabeleceu “a distinção ‘entre qualquer atividade que se ‘exterioriza’ e suas manifestações ‘alienadas’, e como é inconcebível negar qualquer ‘exteriorização’ sem negar a própria atividade, o conceito hegeliano de ‘*Aufhebung*’ não pode ser senão uma negação abstrata, imaginária, da alienação como objetivação em geral”. Assim, como depreende Frederico (2009, p. 185), “Hegel, ao fim, atribui a mesma característica de absoluto e de universalidade à forma alienada da objetivação e, portanto, anula conceitualmente a possibilidade de uma superação real da alienação”.

Como reafirma Frederico (2009, p. 185), Marx, diferentemente, além de “separar a *objetivação* da *alienação*”, realiza também a diferenciação entre “alienação” e “estranhamento”; essa “diferenciação raramente [é] seguida por seus tradutores, que uniformizam os significados utilizando sempre o primeiro termo”. Nesses termos, Frederico posiciona-se em consonância com Mészáros (2006, p. 20), pois este alerta-nos que

quando a ênfase recai sobre a “externalização” ou “objetivação”, Marx usa o termo *Entäusserung* [alienação] (ou termos como *Vergegenständlichung*), ao passo que *Entfremdung* é usado quando a intenção do autor é ressaltar o fato de que o homem está encontrando oposição por parte de um poder hostil, criado por ele mesmo, de modo que ele frustra seu próprio propósito (MÉSZÁROS, 2006, p. 20).

E como Mészáros (2006, p. 25) já nos alertara, Frederico (2009, p. 185) também observa que “essa identificação hegeliana entre objetivação e alienação foi, não obstante, aceita por diversos autores marxistas”. Entre estes, Frederico aponta-nos

o Lukács de *História e consciência de classe*, livro publicado nove anos antes dos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Na importante obra de Lukács, a superação da alienação deveria ser efetivada pela consciência de classe do proletariado, considerado messianicamente como um pensador coletivo capaz de realizar a unidade entre sujeito e objeto. A superação da alienação, nessa perspectiva, confunde-se com a superação da própria objetividade. O materialismo, aqui, cede lugar a um idealismo alucinado que cancela a objetividade e a externalidade do real. Com base nessa obra genial e equivocada, diversos marxistas retomaram acriticamente a identificação entre objetivação e alienação, sendo acompanhados pelos filósofos existencialistas, que acreditavam ser a alienação um dado inerente à condição humana e não um produto histórico determinado a ser superado pela prática revolucionária dos homens (FREDERICO, 2009, p. 185).

Assim, como sistematiza Frederico (2009, p. 185-186), com essa perspectiva, Marx traz para o “centro de sua reflexão a atividade material dos homens” e, com isso, vincula o “projeto de emancipação humana à esfera da produção”. É nesses termos que “a centralidade do trabalho, em sua posição estratégica de primeira forma de objetivação, abre perspectivas revolucionárias para o pensamento marxista” (FREDERICO, 2009, p. 187).

É nessa perspectiva teórica que Mészáros analisa em detalhes a teoria da alienação em Marx e indica-nos que é “essencial notar que Marx, ao afirmar a necessidade histórica da ação proletária consciente” refere-se ao “ser da classe: isto é, ele indica a linha de solução em termos dos determinantes complexos de uma ontologia do ser social”, e o “ser de qualquer classe é a síntese abrangente de todos os fatores atuantes na sociedade”, diferentemente de qualquer reducionismo mecânico ou de um “determinismo econômico”, que isola apenas um fator e, “grosseiramente, o sobrepõe a todos os outros” (MÉSZÁROS, 1993, p. 76-77).

O autor enfatiza que, nos termos da elaboração marxiana, embora “os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os ‘determinantes fundamentais’ do ser social de suas classes, eles são também, ao mesmo tempo, ‘determinantes determinados’”. Assim, o “significado ontológico da economia” só faz sentido se formos capazes de apreender a ideia marxiana de “interações complexas”, nos mais variados campos da atividade humana. Segundo

Mészáros, “‘determinações econômicas’ não existem fora do complexo historicamente mutável de mediações específicas, incluindo as mais espirituais” (MÉSZÁROS, 1993, p. 76-77), como desenvolve em profundidade n’*A teoria da alienação em Marx* (2006).

A indicação de Mészáros (2002, p. 569) de que “o proletariado, como uma realidade socioeconômica real”, era, bem antes de Marx, um ator principal no cenário histórico que demonstrou sua habilidade em gravitar para uma “revolução no interior da revolução”, já na sequência imediata de 1789, demonstra já a sua tentativa de adquirir papel independente, em seu próprio interesse, contrastando com sua posição até então subordinada no interior do Terceiro Estado. Desse modo, já em 1792, nega o marco político recentemente conquistado, no exato momento de seu nascimento, como observou com perspicácia Pierre Barnave, do ponto de vista da ordem burguesa emergente. Nesse sentido, negar a realidade do proletariado é um curioso passatempo do século XX.

Por isso, Mészáros (2002, p. 568) entende que, naturalmente, enquanto o proletariado existir, estará, em qualquer ponto particular da história, situado numa distância maior ou menor da realização de sua “tarefa histórica”. Sendo que a “avaliação da composição sociológica variável da classe, de sua relação com outras forças, junto com suas realizações e seus fracassos relativos etc.”, por conseguinte, exigem investigações detalhadas, segundo circunstâncias específicas.

Mészáros (2002, p. 569) esclarece-nos que o fato de Marx ter “associado teoricamente o proletariado à necessidade da revolução *social* e à condição de universalidade não era uma dúvida exigência funcional de um sistema ainda dependente de Hegel”, mas uma profunda percepção do novo caráter “histórico-mundial do antagonismo social entre capital e trabalho”. Basta pensar a “progressão das trocas entre tribos locais até a história mundial”, da ação confinada a uma esfera extremamente limitada até uma outra que reverbera através do mundo. Não é uma “questão de transformações conceituais, mas diz respeito ao desenvolvimento real e à integração recíproca de estruturas cada vez mais abrangentes e complexas”. Essa é a razão por que soluções de tipo parcial – que são perfeitamente possíveis, na verdade inevitáveis, em estágios anteriores – no curso do desenvolvimento histórico-mundial devem ser substituídas por outras cada vez mais abrangentes, com tendência última para soluções “hegemônicas” e para a universalidade. Portanto, a caracterização que Marx faz do proletariado, “reflete e articula a mais elevada intensidade de confrontos hegemônicos com a impossibilidade histórica de soluções parciais em

estágios determinados dos desenvolvimentos capitalistas e globais”. Assim podemos constatar que o “proletariado” é um “conceito vital da teoria de Marx” e deriva seu significado precisamente daquelas “condições e determinações objetivas que são articuladas, com base na realidade social dinâmica” (MÉSZÁROS, 2002, p. 570).

2.2 A gênese do capital e suas mediações de segunda ordem

Segundo Mézáros (2002, p. 68), “todos os defensores da ‘sociedade civil’ evitam circularmente a questão da origem do capital”, convenientemente, não entra em foco “a dimensão explorativa da gênese do capital”, que permanece oculta em suas teorizações (2002, p. 71), bem como outras determinações estruturais do capital, que serão analisadas mais a frente. Por exemplo, no quadro conceitual e idealista de Hegel, o capital é descrito como “permanência congelada” ou o “capital permanente universal”. Como, em sua visão, “já havíamos atingido a fase histórica da plena adequação do Espírito do Mundo a si mesmo, não era concebível surgir a questão da transição para uma diferente ordem do mundo” (2002, p. 87). Como não concebem um outro futuro possível e como não perquirem os antecedentes históricos da gênese e origem do capital, o passado também é desprezado. Assim, para os teóricos do capital, a única temporalidade válida é o insuperável tempo presente.

Mézáros (2002, p. 53) vai dizer-nos que desde o período da formação intelectual de Marx, na década de 40 do século XIX, o processo de articulação da concepção marxiana estabelece-se no confronto com a concepção de Hegel, submetendo suas mistificações eternizadoras do capital a uma crítica radical. Isso era praticamente inevitável, pois o discurso filosófico dominante e as grandes discussões políticas mais relevantes da época tornavam “necessário alinhar-se com Hegel ou posicionar-se contra ele”.

Uma dessas confrontações, que permanece na agenda histórica até hoje, é quanto ao capital e sua perenidade ou fim da história, defendida por Hegel. Coube a Marx romper com Hegel e sua circularidade, uma vez que, para Mézáros (2002, p. 58), Marx “não via o capital como uma terminação inalterável do processo histórico, mas como um *movimento dinâmico* que, mesmo com sua aparentemente irresistível *lógica global expansionista*, deveria ser considerado transitório”.

De acordo com Mézáros, como Marx se norteou pelos “princípios orientadores materialistas e do método histórico e dialético”, ele definiu o sistema do capital como uma ordem

histórica que se desenvolvia dinamicamente e a tudo abrangia, mas a tratou como um sistema “*necessariamente transitório*”. Para Mészáros (2002, p. 87), em sua perspectiva histórica e dialética, Marx não negligenciou a questão da gênese e origem do capital e seus antecedentes históricos e admitiu, “mais do que generosamente”, o “avanço histórico incorporado ao modo de funcionamento do capital no que se refere à produtividade quando comparada ao passado”.

Mészáros (2002, p. 85) reafirma que, como Marx adotou o ponto de vista do trabalho, não congelou o presente. Ao contrário, teve como enfoque primordial de sua análise a “crítica da economia política”, que, aliás, foi “explicitada nos subtítulos de *todas* as suas principais obras”. Para Mészáros, isso realça que o foco essencial da crítica de Marx questionava, implacavelmente, a autoproclamada legitimidade da estrutura regulatória do capital, tanto pela perspectiva da “economia política clássica” quanto pelo sistema filosófico hegeliano, que visava a eternizar a ordem vigente.

Mészáros considera que a dimensão combativa da crítica de Marx às pretensões da economia política e da filosofia burguesa, em terminar a história no presente, vincula-se diretamente aos princípios teórico-metodológicos adotados por ele, para quem o procedimento mais adequado para conhecer qualquer forma de ser é partir de sua forma mais avançada. Dessa forma, o ponto de partida de Marx foi a sociedade capitalista desenvolvida, pois ela é que nos ofereceria os elementos necessários para se conhecer as demais formações sociais, tanto do passado quanto do futuro.

Pretender congelar a história no presente acaba por destruir até mesmo o caráter histórico dos eventos e processos do passado que permitiram atingir o atual presente. Negar o passado é pretender que o capital, em sua atual forma avançada, tenha se erguido das cinzas e afirmado seu poder repentinamente. Marx foca sua crítica na forma mais avançada, mas a gênese do capital não é desprezada.

Segundo Mészáros (2002, p. 706), Marx critica o truque dos economistas clássicos de projetar a “pré-história do capital no presente”, pois pretendem com isso “sustentar que o que foi verdade para as fases anteriores do desenvolvimento do capital – ‘acumulação antes do trabalho e que não resultou dele’ – também o é para o sistema do capital plenamente desenvolvido”.

De acordo com Mészáros (2002, p. 708), Marx enfatiza que, com “exceção do sistema comunista primitivo fundado na propriedade comunal”, que considera “surgida[s] naturalmente” todas as “formas de produção compartilham com a produção do capital”, a “dominação da força

de trabalho, de um modo ou de outro”. Assim, disserta sobre o processo da *acumulação primitiva*, fornecendo-nos os antecedentes vitais da formação original do capital:

Inicialmente o capital vem da circulação e, além disso, seu ponto de partida é o dinheiro. Vimos que o dinheiro que entra em circulação e que ao mesmo tempo dela retorna para si mesmo é a última exigência, em que o dinheiro suspende a si mesmo. É ao mesmo tempo o primeiro conceito de capital, e a primeira forma na qual ele aparece. ... [D-M-M-D] *este movimento de comprar para vender, que compõe o aspecto formal do comércio, do capital enquanto capital mercantil, é encontrado nas condições mais primitivas do desenvolvimento econômico; é o primeiro movimento pelo qual o valor de troca enquanto tal forma seu conteúdo – não é apenas a forma, mas também seu próprio conteúdo. Esta noção pode ocorrer no interior de um povo, ou entre povos para cujas produções o valor de troca de modo algum tenha ainda se tornado um pressuposto. O movimento apenas se apodera do excedente de sua produção diretamente útil, e se desenvolve apenas na sua margem. Tal como os judeus na velha sociedade polonesa ou na sociedade medieval em geral, povos completamente mercantis, como na Antiguidade (e, mais tarde, os lombardos), podem ocupar esta posição entre povos cujo modo de produção não está ainda determinado pelo valor de troca como pressuposto fundamental. Capital comercial é apenas capital circulante, e capital circulante é a primeira forma de capital, na qual ele *ainda não se tornou de modo algum o fundamento da produção. Uma forma mais desenvolvida é capital dinheiro, e juro dinheiro*, usura, cuja aparência independente pertence do mesmo modo a um estágio anterior. Finalmente, a forma M-D-D-M, na qual dinheiro e circulação em geral aparecem como meros meios para a *circulação de mercadorias*. (MARX, Grundrisse, p. 253. Itálicos de Marx *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 711).*

Portanto, Mészáros (2002) considera que Marx indica-nos que alguns dos vários elementos que constituem as mediações de segunda ordem do capital passaram por um longo processo de desenvolvimento estando profundamente enraizados na história. Antes de tornar-se “capital produtivo”, a forma mais desenvolvida de capital, em que se tem o “controle direto da produção” e, portanto, “aparece como a relação que domina a produção”, passou pelas formas pré-capitalistas de “capital mercantil”, “capital comercial”, “capital usurário (capital voltado para o juro)” ou “capital dinheiro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 712).

Mészáros informa-nos que, para Marx, o capital se faz capital não por um fator isolado ou pela ação de uma força “supra humana” ou a-histórica. Sua gênese está na extração do trabalho excedente, sendo que o capital opera por meio de um conjunto de relações mediadas por estruturas, instituições e suas “personificações do capital”, que são orientadas pela lógica expansionista do capital.

Conforme nosso autor salienta, Marx identificou que as “determinações estruturais mais centrais do sistema do capital” são “irremediavelmente *antagônicas*”, porque se baseiam “num conjunto de relações de mediação articuladas para a dominação do trabalho, a serviço da necessária extração do trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 87). E nesse sentido, sua

“viabilidade sociometabólica confinada a uma fase histórica rigorosamente limitada”, não significa, portanto, o “Fim da História”. Mészáros (2002, p. 87) alerta para o rigor da concepção marxiana da História do Mundo como sendo um “constructo” não do “Espírito do Mundo”, mas da atividade humana. Assim, para Mészáros, na concepção de Marx, o futuro está infinitamente aberto à possibilidade e à necessidade de essa fase histórica transitória ser “superada pela intervenção radical do projeto socialista”.

Conforme Mészáros (2002, p. 701), e como indicado acima, os antecedentes históricos do capital e sua gênese pré-capitalista, embora não tenham sido desprezados por Marx, foram tratados de forma secundária. Isso porque, no seu entendimento, Marx focou na natureza do capital já plenamente desenvolvida, cuja formação social já se encontrava “dominada pelos imperativos da produção sempre-ampliada do capital”. Isso por coerência aos seus princípios metodológicos fundamentais e ao seu método investigativo de priorizar a forma mais avançada de desenvolvimento e pelo confronto direto que estabeleceu com os economistas clássicos, que pretendiam eternizar a ordem vigente. Sobre esse procedimento teórico-metodológico adotado por Marx, assim se expressa Mészáros:

Na análise das relações produtivas e distributivas plenamente desenvolvidas do capital, os antecedentes históricos podiam ser corretamente tratados como momentos subordinados do presente, usando o princípio metodológico expresso em referência à “anatomia do macaco”. Pois, sob uma ordem sociometabólica dada, todas as relações passadas e os antecedentes históricos que tivessem qualquer afinidade com a ordem agora efetivamente dominante já foram subsumidos, sob a forma de suas determinações subordinadas, quer em uma forma mais desenvolvida – isto é, positivamente incorporada –, quer em “forma atrofiada, travestida ou caricaturada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 705).

Para Mészáros (2002, p. 84), como consequência de sua coerência teórica, Marx não previu a possibilidade de a revolução socialista dar-se “no elo mais fraco da corrente”. Seu “enfoque primordial não era um país subdesenvolvido” e devastado pela guerra, “lutando com a tarefa da ‘acumulação primitiva’”. O conjunto de sua elaboração focava-se na “forma clássica do desenvolvimento capitalista”, mas a revolução acabou ocorrendo num país com as características da Rússia de então. Tanto que resultou, nos termos severos de Mészáros (2002, p. 709), em apenas realizar “o deslocamento jurídico dos capitalistas privados”, não podendo, assim, “sequer arranhar a superfície” do real problema de “emancipar o trabalho de sua subsunção real e formal ao capital”. Assim que, para nosso autor, pelos seus desenvolvimentos, essa experiência acabou sucumbindo-se e, derrotada, continuou sendo regida pelo sistema do capital.

Só que, nestas sociedades, Mészáros (2002, p. 709) considera, e como afirma, ancorando-se em Marx, que a regência do capital continuou dando-se não mais pela sua forma clássica, na qual “a extração diretamente econômica que predomina sob a variedade capitalista deste modo de reprodução sociometabólica é exercida, segundo Marx, ‘de uma maneira mais favorável à produção’”. Nosso autor considera que isso se torna uma complicação a mais, quando a extração do trabalho excedente passa a ser imposta e controlada politicamente pelo Estado soviético.

Mészáros atribui uma denominação muito própria às sociedades que resultaram dessas experiências do século XX. Trata-as de “sociedades pós-revolucionárias”, sim, mas também, e principalmente, como “sociedades do capital pós-capitalista”. Assim podemos considerar que essa elaboração é própria de Mészáros, para esse tipo de sociedades que surgem das “sociedades pós-revolucionárias do tipo soviético”.

Possivelmente não vamos encontrar essa denominação em Marx, já que ele não presenciou esses desdobramentos. Aliás, segundo o próprio Mészáros (2002, p. 85), essa perspectiva, de uma revolução no “elo mais fraco da corrente”, só poderia “estar à margem de suas preocupações. E mesmo quando entraram no horizonte de Marx, nos últimos anos de sua vida, não trouxeram consigo grandes reavaliações teóricas”. Para Mészáros, toda a elaboração teórica de Marx desenvolveu-se tendo como foco essencial e primordial as sociedades capitalistas avançadas, isso, como já foi apontado, Mészáros considera que resulta da coerência teórico-metodológica de Marx.

Podemos caracterizar assim que o período histórico do sistema do capital, desde sua gênese até nossos tempos, comporta a fase pré-capitalista (sociedades primitivas e pré-modernas), a fase capitalista (das sociedades burguesas modernas) e a fase pós-capitalista (das sociedades pós-revolucionárias do tipo soviético). Isso, claro, sem nenhum esquematismo, sem uma visão linear, mas permeada pelo movimento da continuidade e descontinuidade e da superação e conservação dialética.

Isso esclarece-nos e remete-nos para a importante distinção feita por Marx e recuperada por Mészáros entre capital e capitalismo. Nosso autor reafirma que estes são fenômenos distintos. Teremos na gênese do capital, antes de atingirmos o capitalismo plenamente avançado, vários elementos que se encontravam subordinados, passando por todo o processo de *acumulação primitiva*, conforme indicamos antes, até vigorar, de forma plena e onipotente, no capitalismo

avançado. Para Mészáros, o capital é posterior ao capitalismo, tanto que podemos presenciar sua continuidade em sociedades pós-revolucionárias do tipo soviético, uma vez que estas deslocaram do poder importantes estruturas e instituições capitalistas, mas não o poder do capital enquanto tal, propriamente dito, e em sua “*raison d’être*, que é a extração de trabalho excedente”, ainda que nestas sociedades a extração se dê de forma não econômica, mas política.

Mészáros (2002, p. 206) utiliza-se de uma metáfora das “camadas geológicas” ou “arqueológicas” para identificarmos os “três conjuntos de determinações que permanecem incorporadas à constituição estrutural do sistema do capital”. Segundo ele, se pensarmos, assim, em termos históricos, cronologicamente, a “camada” mais recente “pertence à fase *capitalista* do desenvolvimento, que se estendeu apenas pelos últimos quatrocentos anos”. O que podemos considerar como constituinte da “camada intermediária abrange uma escala de tempo bem maior, cobrindo muitos séculos em que emergem e se consolidam algumas mediações particulares de segunda ordem do capital, como acontece, por exemplo, com o primitivo capital monetário e comercial”. Segundo Mészáros, as formas de mediações sociometabólicas desta fase correspondem ao que Marx chama de “*subordinação formal* do trabalho ao capital”. Enquanto que, na “camada” e fase mais recente, sob “as condições históricas específicas do capitalismo, passa a ocorrer a *subordinação real*” do trabalho ao capital. E a “camada” mais antiga de desenvolvimento, embora “importante para a compreensão da constituição histórica do capital”, produziu “formas de dominação que absolutamente não são características do modo de funcionamento do sistema do capital, mas nele são posteriormente reproduzidas numa forma adequada à tendência geral de seu desenvolvimento”. Podemos perceber esse desenvolvimento por meio, por exemplo, da

divisão hierárquico-estrutural *do trabalho*, que, em seu devido momento, assume uma série de formas de *dominação de classes*, precede historicamente até as mais embrionárias manifestações do modo de controle do processo sociometabólico pelo capital. Contudo através das mediações de segunda ordem do capital, a antiga divisão hierárquica do trabalho social assume uma forma historicamente específica, que pode explorar plenamente e de início utilizar para acumulação do capital a *subordinação formal* do trabalho ao capital – base em que o cada vez mais poderoso capital pode chegar à incomparavelmente mais produtiva e lucrativa *subordinação* do trabalho a si mesmo, resultando no triunfo global do sistema do capital plenamente desenvolvido, sob a forma da produção de mercadorias universalmente difundida. O mesmo acontece com todas as formas de dominação historicamente precedentes: elas se subordinam ou são incorporadas às mediações de segunda ordem específicas do sistema do capital, da família às estruturas de controle do processo de trabalho, e das variadas instituições de troca discriminadora até o quadro político de dominação de tipos muito diferentes de sociedades (MÉSZÁROS, 2002, p. 207).

Mészáros revela-nos sua preocupação tanto teórica quanto prática, em relação à importância de se compreender a gênese e a permanência do capital, em suas várias formas, uma vez que isso tem implicações diretas para o processo de emancipação do trabalho. Assim se expressa:

a forma historicamente específica de dominação e exploração do trabalho característica do sistema do capital se apoia, ao fim e ao cabo, sobre fundamentos com raízes muito profundas na história. Isto explica o fato de que emancipar o trabalho de sua subordinação real e formal ao capital é impensável sem desafiar e superar radicalmente a dominação e a exploração em geral que assumiram formas tão diferentes na história enquanto mantinham sua substância subjacente (MÉSZÁROS, 2002, p. 709).

Portanto, Mészáros realça que a importância da distinção entre capital e capitalismo, em suas formas históricas e específicas de se manifestarem, não é meramente acadêmica. Ela tem implicações para o movimento real da luta pela emancipação humana. Envolve a necessária reavaliação crítica dessas experiências históricas, na tentativa de superar o capital, e nos leva a entender que o problema na experiência revolucionária do tipo soviético não se concentra apenas em questões de gestão do sistema, identificado como “burocratização” ou “culto da personalidade” autoritária de Stalin.

Assim, Mészáros alerta que a luta, então, não é só contra o Estado burocratizado, mas contra a permanência do capital em si, e sua conseqüente e permanente necessidade do Estado. Também se relaciona com a questão da possibilidade do socialismo em um só país, uma vez que a dominação do capital é mundial, global, e deve, portanto, ser superado mundialmente. Mészáros cita diretamente Marx para indicar-nos que

(...) esse desenvolvimento das forças produtivas (que ao mesmo tempo implica a real existência empírica dos homens em seu ser *histórico-mundial*, e não local) é uma premissa prática absolutamente necessária, porque sem ela a privação e a carência se generalizam, e com a carência recomeçariam as lutas pelo básico e toda a velha sujeira seria necessariamente restaurada; além do mais, porque somente com esse *desenvolvimento universal* das forças produtivas é que se estabelecerá um *intercâmbio universal* entre os homens, o que de um lado produz *em todas as nações* simultaneamente o fenômeno da massa “sem propriedade” (a competição universal), tornando *cada nação dependente das revoluções das outras* e, finalmente, coloca *indivíduos histórico-mundiais e empiricamente universais* no lugar dos locais. (...) Empiricamente, o comunismo só é possível como *ato dos povos dominantes “todos de uma vez” e simultaneamente*, o que pressupõe o desenvolvimento *universal* das forças produtivas e do *intercâmbio mundial* ligado a elas (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 86).

Assim, podemos concluir, sobre esse aspecto da gênese do sistema do capital, compreendendo que ela tem antecedentes históricos profundos e que foram gestados em séculos

de desenvolvimento histórico. Esse processo de acumulação de capital deságua, em sua forma plena e madura, nas sociedades capitalistas avançadas, em que adquire novas configurações e estruturas de dominação específicas. Mas, como Mészáros analisa, o sistema do capital pode persistir, mesmo que algumas dessas estruturas sejam removidas, como no caso das sociedades pós-capitalistas, “situação que conhecemos da história do século XX, com seu impacto devastador sobre o projeto socialista”.

Conforme indicamos, a nova modalidade do capital que passa a vigorar nas sociedades pós-capitalistas é uma realidade contemporânea, compreendida e assim denominada, em sua especificidade, por Mészáros. Pois, como ele mesmo indica, “naturalmente, Marx não poderia imaginar os tipos de desenvolvimento que produziram a desintegração que testemunhamos no passado recente”, uma vez que, segundo Mészáros (2002, p. 705), para a viabilidade da transformação socialista, na visão de Marx, vide citação anterior, ela “tinha que emergir – e somente poderia emergir – da crise estrutural do sistema do capital global, com sua divisão social do trabalho internacional antagônica e um mercado mundial profundamente problemático”.

É exatamente esse caráter do sistema do capital como um “sistema orgânico”, que já, em sua gênese, – é gerada “pela “apropriação do trabalho alienado”, em permanente *antítese ao trabalho*” – revela o “caráter inerentemente contraditório e, em última análise, explosivo do conjunto do sistema de capital”, que os defensores das concepções burguesas do processo de trabalho procuram ocultar. “Afirmam a absoluta viabilidade das condições dadas da produção de riqueza”, procurando negligenciar e mesmo fugir da “dinâmica histórica e do antagonismo objetivo do relacionamento entre capital e trabalho” (MÉSZÁROS, 2002, p. 71).

Por isso é que, segundo Mészáros (2002, p. 71), nem o maior sistema filosófico, como o de Hegel, e nenhum outro “concebido a partir do ponto de vista incorrigivelmente deformador do capital” conseguiu “oferecer uma concepção coerente da mediação”. A idealização da ordem estabelecida e a negação das mediações reais e inerentemente contraditórias que se estabelecem e sustentam o conjunto do sistema de capital resultam em obstáculo insuperável para as concepções burguesas.

Afirma Mészáros (2002, p. 71) que a “aceitação sem crítica deste sistema historicamente contingente, mas efetivamente poderoso, como horizonte reprodutivo absoluto da vida humana em geral torna impossível a compreensão da natureza real da mediação”. É por isso que Hegel não consegue produzir uma “concepção dialética da mediação, apesar de ser esta a meta explícita

do grande filósofo alemão”, pois pressupõe e idealiza “a inalterabilidade da ordem sociometabólica do capital”. Por isso também que em última análise, o “círculo dialético” hegeliano e o “círculo dos círculos”, nas palavras de Hegel, continuou sendo “uma ficção conceitual”.

Atentando para este alerta quanto à impossibilidade de um sistema filosófico pautado pelo ponto de vista do capital, de produzir uma concepção dialética de mediação, passo a abordar outra questão que, para Mészáros, configura a especificidade histórica deste sistema, que é o conjunto de mediações que se estruturam para a sua autorreprodução. E, como foi abordado, a conformação do sistema teve uma gênese e passou por todo um processo histórico até se configurar em um todo orgânico totalmente abrangente.

Mészáros (2002, p. 71) diz-se firmemente ancorado em Marx para denominar, de forma inovadora, as relações sociais fundamentais que ocorrem no processo da produção e reprodução humana. A relação primária e mais fundamental, na verdade insubstituível e ontologicamente fundada, que é a relação que os seres humanos estabelecem entre si e a natureza, mediada pelo trabalho, para produzir-se enquanto ser e como condição vital para a sua reprodução, é denominada por Mészáros como “mediação primária” ou “mediação de primeira ordem”. E as mediações que se interpõem, na realidade sobrepõem-se, entre a atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles configuram-se nas “mediações de segunda ordem do capital”, que são os “meios alienados de produção e suas ‘personificações’”, como o “dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial” (MÉSZÁROS, 2002, p. 71).

Assim que, como alerta Mészáros (2002, p. 71), somente um exame crítico radical desse sistema de “mediações de segunda ordem historicamente específico poderia mostrar uma saída de seu labirinto conceitual fetichista”, uma vez que as “mediações prevalecentes de segunda ordem anulam a devida consciência das relações primárias de mediação e se apresentam”, como, na visão de Hegel, em sua “eterna presença”, tornando-se para este o “ponto de partida necessário que é também, simultaneamente, o ponto final insuperável”.

Nesse sentido, afirma Mészáros, as concepções filosóficas burguesas, como a de Hegel, “produzem realmente uma *inversão* completa da verdadeira relação, resultando em que a ordem primária é degradada e as mediações alienadas de segunda ordem usurpam seu lugar”. E para os pensadores da ordem, as “consequências potencialmente mais perigosas para a sobrevivência da

humanidade”, que resultam dessas relações fetichistas e destrutivas, são ignoradas. Assim, para Mészáros (2002, p. 71-72), mesmo Hegel, “o maior gênio filosófico fica irremediavelmente limitado pela estreita via imposta a ele pelo ponto de vista do capital” e, por isso, acaba por “pagar um preço alto por sua tentativa inútil de conciliar e harmonizar os antagonismos internos do sistema estabelecido dentro dos confins do que ele visualiza como “absolutamente o ‘fim da história’”.

É assim que as “mediações de segunda ordem do capital constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga”. Como estas preponderam, em sua “eterna presença”, na realidade e nas concepções que defendem o ponto de vista do capital, procura-se validar a tese do “fim da história” e recolocá-la em nossa era, permitindo que sejam acrescidas por outras fantasias, como a tese da alegada “*sociedade pós-industrial*”, que procura descartar, de forma perversa, as “condições absolutas da sobrevivência humana como anacronismo histórico, para distorcer a segunda ordem das mediações do capital historicamente geradas e cada vez mais problemáticas como absolutas e historicamente insuperáveis” (MÉSZÁROS, 2002, p. 179).

Mas, lamentavelmente, o fato é que “não somente em nossa própria era, mas enquanto a humanidade sobreviver” e “em qualquer circunstância, as condições da reprodução social só podem ser garantidas pela mediação necessária da atividade produtiva”, que “é inseparável da atividade produtiva *industrial* altamente organizada”. Por conseguinte, a “evidência” apresentada em apoio a essas teorias é fruto da persistente relação de dominação entre as privilegiadas áreas “metropolitanas” do Ocidente capitalista e a “periferia subdesenvolvida” do sistema do capital, que realiza, de forma “generosa”, a esses países a transferência de suas “indústrias de chaminé”. Como se, por encanto, a mera transferência geográfica eliminasse a forma como ocorrem as atividades produtivas nessas “indústrias de chaminé”; como se não “continuassem forçosamente a emergir da estrutura reprodutiva existente”; e como se não “fossem o resultado das determinações de busca do lucro da economia globalmente entrelaçada da ordem sociometabólica em vigor (geralmente em benefício dos países ‘metropolitanos’ dominantes)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 179-180).

Mészáros apresenta-nos a “segunda ordem de mediações do sistema do capital” resumida em sete componentes. Tamanha é a interconexão desses componentes que até pode-se visualizá-los como a um “círculo vicioso”, não que sejam insuperáveis, mas pela “maneira como

estão unidos todos esses componentes do modo estabelecido de controle sociometabólico”. Como são tão significativos, justifica-se a citação literal:

- a família nuclear, articulada como o “microcosmos” da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmos” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado;
- os meios alienados de produção e suas “personificações”, pelos quais o capital adquire rigorosa “vontade férrea” e consciência inflexível para impor rigidamente a todos submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente;
- o dinheiro, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico – desde a adoração ao bezerro de ouro na época de Moisés e das tendas dos cambistas no templo de Jerusalém na época de Jesus (práticas muito reais, apesar de figurativamente descritas, castigadas com fúria pelo código moral da tradição judeu-cristã – embora, considerando a evidência histórica, totalmente em vão), passando pelo baú do usurário e pelos empreendimentos necessariamente limitados do antigo capital mercantilista, até chegar à força opressora global do sistema monetário dos dias de hoje;
- os objetivos fetichistas da produção, submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores de uso) aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital;
- o trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle, tanto nas sociedades capitalistas, onde tem de funcionar como trabalho assalariado coagido e explorado pela compulsão econômica, como sob o capital pós-capitalista, onde assume a forma de força de trabalho politicamente dominada;
- as variedades de formação do Estado do capital no cenário global, onde se enfrentam (às vezes com os meios mais violentos, levando a humanidade à beira da autodestruição) como Estados nacionais autônomos... e
- ... o incontrolável mercado mundial, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais no grau permitido pelas relações de poder prevaletentes, os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando os rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores (MÉSZÁROS, 2002, p. 180).

Mészáros explicita que cada componente particular dessa “segunda ordem de mediações do sistema do capital” sustenta-se, “reciprocamente, impossibilitando contrabalançar a força alienadora e paralisante de qualquer uma isoladamente enquanto se mantiver intacto o poder de autorregeneração e auto imposição do sistema global” (MÉSZÁROS, 2002, p. 181). Por isso alerta para a verdade desconcertante: “através das interconexões estruturais das partes que o constituem, o sistema do capital consegue se impor sobre os esforços emancipadores parciais que visam alvos específicos limitados”. Por isso, uma perspectiva que vise à superação “da ordem estabelecida da reprodução sociometabólica, incorrigivelmente discriminatória”, tem de direcionar o enfrentamento não apenas para a “força positiva auto-sustentada de extração do trabalho excedente pelo capital”, mas também para a “força devastadoramente negativa (a inércia aparentemente ameaçadora) de suas ligações circulares” (MÉSZÁROS, 2002, p. 181). É assim

que, desde sua gênese e por meio das interconexões estruturais de todos os componentes que conformam as mediações de segunda ordem, o sistema do capital configura-se como um todo orgânico.

2.3 A natureza do capital – força incontrolável e suas determinações como relação social

Os ideólogos da ordem do capital sempre procuraram e procuram caracterizá-la como um círculo fechado e, por meio de uma mistificação ideológica, da qual não se poderia fugir e nada se pode fazer, devido à natureza universal do capital e de seu modo permanente de existência, sentenciada na máxima do “capital permanente universal” de Hegel, conforme indicamos Mézáros (2002, p. 66).

O que se oculta, com essa mistificação, é na verdade uma das determinações mais fundamentais de sua natureza, o fato de que o “capital é uma *relação de propriedade – o meio de produção alienado incorporado na propriedade privada ou estatal* – historicamente criada (e historicamente transcendível) que é contraposta a cada produtor e governa a todos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 67).

As determinações fundamentais das “relações existentes de dominação estrutural”, real, objetiva e concreta, com seus “antagonismos explosivos”, não podem ser eliminadas pela idealização de construtos como o hegeliano, em sua necessidade ideológica de oferecer um “modelo insuperável de concepções filosóficas liberais” e que procura ocultar a especificidade histórica e a transitoriedade dessa forma particular de existência (MÉSZÁROS, 2002, p. 68).

Outra determinação fundamental que os ideólogos do capital procuram mistificar e ocultar, por todos os meios disponíveis, é a “realidade objetiva das classes sociais antagonistas e a subordinação sem cerimônia de todos os indivíduos a uma ou a outra delas”. Uma subordinação que é imposta e que “todos devem obedecer” não apenas “como indivíduos *particulares*, mas como *indivíduos de uma classe particular*”. E, assim, na realidade, o sistema do capital se estrutura de maneira antagonista, por meio de uma “*hierarquia de exploração estruturalmente protegida*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 67-68).

A estrutura hierárquica e antagonista transparece na definição de classe social, que Mézáros indica-nos como existente no mundo real, onde temos uma classe de indivíduos que “é confinada à função subordinada da *execução*”, e esta é a “classe dos indivíduos que realmente produzem a ‘riqueza da nação’”, mas está subordinada objetivamente a outra classe de

“indivíduos particulares” que “exercem a função de *controle*” e que se “apropria dos benefícios dessa produção”. Ambas, tendo que se subordinar aos ditames expansionistas do capital, atuam, objetivamente, como “personificações do capital”, na expressão de Marx, adotada por Mészáros (MÉSZÁROS, 2002, p. 68).

Mészáros (2002, p. 67) considera inevitável que “a relação produtiva entre sujeitos trabalhadores particulares (como indivíduos sociais realmente existentes)” seja “mediada em todas as formas concebíveis de sociedade”. Senão “a ‘totalidade agregativa’ dos indivíduos ativos em qualquer tempo determinado na história” jamais resultaria num todo social sustentável. É indiscutível e inalterável ontologicamente que a sociedade é formada por indivíduos particulares, mas a mediação antagonica entre estes, para produzir sua existência, é histórica e mutável.

Considera também que a especificidade histórica de uma “forma de mediação dada, através da qual os indivíduos se reúnem em um todo social mais ou menos entrelaçado, por meio de agrupamentos historicamente dados e respectivos corolários institucionais, tem importância seminal”. Portanto, há que se considerar também que é a especificidade das mediações de segunda ordem do sistema do capital que, precisamente, define sua natureza como um “*modo de controle sociometabólico historicamente específico*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 67).

O que não é uma determinação ontológica inalterável é o fato de os indivíduos serem “mediados entre si e combinados em um todo social antagonicamente estruturado por meio do sistema estabelecido de produção e troca”. Esse tipo de mediação é resultado da “divisão do trabalho historicamente gerada e mutável, que continua prevalecendo sob todas as formas concebíveis do domínio do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 67).

Como uma de suas determinações fundamentais, e sob um de seus principais aspectos, o sistema do capital estrutura-se sob a “divisão da sociedade em *classes sociais* abrangentes, mas irreconciliavelmente opostas entre si em bases objetivas e, sob o outro dos aspectos principais, a forma da instituição do *controle político total*”, que asseguram a sujeição de todos aos imperativos do sistema. Para que a sociedade não desmorone em consequência dessa dualidade, outra determinação atua para que essa cisão seja

firmemente consolidada sob algum *denominador comum*, um complicado *sistema de divisão social hierárquica do trabalho* deve ser *superposto* à divisão do trabalho *funcional/técnica*, (e, mais tarde, tecnológica altamente integrada) como força cimentadora pouco segura – já que representa, no fundo, uma tendência centrífuga destruidora – de todo o complexo. Esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como a força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva – da sociedade é uma necessidade inevitável (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

A divisão social hierárquica do trabalho é uma determinação insuperável, sob o domínio do capital, uma vez que a sociedade precisa se “*estruturar de maneira antagônica e específica*, já que as funções de *produção e de controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos”. Isso se vincula a *raison d’être* do sistema do capital, que é “a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais”, maneira como foi possível atender de forma viável suas funções sociometabólicas, que institui um tipo de separação tão radical entre o controle e a produção material, nunca antes experimentado (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

A imposição da “divisão social hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder, sobre os aspectos funcionais/técnicos do processo de trabalho”, por ser uma determinação inevitável do sistema do capital e, para se manter de forma inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida, necessita ser apresentada como uma justificativa ideológica. A hierarquia e a subordinação advindas das duas categorias claramente diferentes da “divisão do trabalho”, de uma condição historicamente contingente e imposta pela força, acabam sendo fundidas e apresentadas como inalterável ditame da “própria natureza”, pelo qual a desigualdade estruturalmente reforçada seja conciliada com a mitologia de “igualdade e liberdade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

A estas já indicadas acrescenta-se outra determinação fundamental do sistema, que é o fato de ele ser regido pelo valor de troca orientado por permanente e abrangente expansão, que a tudo abarca e rigorosamente subordina “desde as necessidades mais básicas e mais íntimas dos indivíduos até as variadas atividades produtivas materiais e culturais em que eles se envolvem”. Essa perversa mediação institucional e material, em suas formas e estruturas e realmente existentes sob o sistema do capital é que, em vez de serem idolatradas e eternizadas, devem ser alteradas (MÉSZÁROS, 2002, p. 67).

É essa sua natureza expansionista que faz do capital um modo específico e estabelecido de controle sociometabólico, que teria de deixar de ser capital para “renunciar ao valor de troca pelo valor de uso e passar da forma geral da riqueza para uma forma específica e tangível desta”. Não é capaz de sair do seu “desastroso rumo fatal de desenvolvimento e ‘restringir-se’ para funcionar ‘dentro de limites racionais’”. Por isso ele só pode ser concebido como um sistema de controle sociometabólico, que em sua forma alienada e reificada o faz “seguir o rumo inexorável

de sua própria expansão (sem preocupação com as consequências) justamente porque rompeu as restrições do valor de uso e da necessidade humana” (MÉSZÁROS, 2002, p. 252).

A natureza expansionista do capital não lhe permite “reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal”. Qualquer “restrição” ao seu ritmo expansionista soa como sinônimo de crise na constituição conceitual do sistema do capital. Assim que até mesmo a “degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior” (MÉSZÁROS, 2002, p. 253).

A partir desse conjunto de determinações fundamentais do capital, somos levados a entendê-lo não “como simplesmente ‘uma entidade material’ ou ‘um mecanismo’ racionalmente controlável”, mas como uma “relação social” antagônica. Muito embora essas determinações se inter-relacionem no intuito de dar-lhe eterna sustentabilidade, esta é uma relação fundamentalmente explosiva e historicamente determinada, cujo “modo de operação do sistema do capital é a *exceção* e não a *regra*, no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si”. Assim, a ordem social do capital é também e, portanto, transitória, mesmo se apresentando como “*uma forma incontrolável de controle sociometabólico*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96), como procuraremos analisar em seguida.

Mészáros questiona, ironiza, para não dizer que é bastante absurdo que os propagandistas do sistema do capital acreditem e nos façam acreditar que ele seja inerentemente *democrático* e “suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível”. Justamente este, que é o sistema mais totalitário da história, cuja estrutura “totalizadora” denota o seu grau de incontrolabilidade. Assim Mészáros se expressa:

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “micro-cosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos

monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Na realidade, este é o primeiro sistema totalizador da história e que não aceita restrições, não importa se para impor sua função totalizadora, em todos os momentos, a tudo e a todos, tenha de ser altamente repressivo. Essa sua natureza totalizadora, no entanto, faz deste o “sistema mais dinâmico do que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos”. Por outro lado, “esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a *perda de controle* sobre os processos de tomada de decisão” (MÉSZÁROS, 2002, p. 97), não somente por parte dos trabalhadores, para os quais a perda de controle é penosamente óbvia, seja no emprego remunerado ou fora dele, mas também para os capitalistas particulares, por mais ricos que sejam, pois não “importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante”. De forma que “as oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente *situados na estrutura hierárquica de comando do capital*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 97-98). Todos têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema e arcar com as consequências. Para os trabalhadores desempregados, é a perda das condições elementares de vida; para os empregados, a sujeição às condições de trabalho impostas; e para os capitalistas particulares, é o risco de perder o negócio.

Sobre essa “força controladora real do sistema” que Adam Smith não teve qualquer ilusão quando a descreveu como “*a mão invisível*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 98). Assim, o modo específico de controle sociometabólico do sistema do capital “inevitavelmente também se articula e consolida como *estrutura de comando* singular”. Seu caráter totalizador não se equipara a nenhum outro até a atualidade, tanto que estabelece “uma correlação anteriormente inimaginável entre *economia e política*”²¹ (MÉSZÁROS, 2002, p. 98).

Assim que o sistema do capital, para conseguir funcionar como um modo totalizador de controle sociometabólico, teve de constituir uma estrutura de comando historicamente singular e adequada para todas as suas importantes funções, como as produtivas e as distributivas. “Conseqüentemente, no interesse da realização dos objetivos metabólicos fundamentais adotados,

²¹ Aqui apenas indicamos a correlação que o capital, como um sistema de controle totalizador, estabelece entre a estrutura econômica e a política, mas a categoria Estado será tratada em capítulo específico.

a sociedade toda deve se sujeitar às exigências mais íntimas do modo de controle do capital estruturalmente limitado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 99). E o controle que o capital exerce para “conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta seja forma basicamente política – no decurso da *reprodução expandida* da sociedade considerada” é o que lhe tem garantido atender à sua determinação mais profunda, que é orientada para “*a expansão e movido pela acumulação*. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica” (MÉSZÁROS, 2002, p. 100)

Entretanto, esse processo dinâmico de expansão e acumulação não é linear e contínuo. Sofre estagnações, passa por perturbações e bloqueios cíclicos, crises socioeconômicas e políticas, com as conseqüentes destruições devastadoras que as acompanham, “como o revelam os anais do século XX, que incluem duas guerras mundiais (para não mencionar incontáveis conflagrações menores)”. “Portanto, não é muito difícil imaginar as implicações de uma crise *sistêmica*, verdadeiramente *estrutural*; ou seja, uma crise que afete o sistema do capital global, em todas as suas dimensões fundamentais”, e que pode “colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social” (MÉSZÁROS, 2002, p. 100).

Passamos a tratar de mais um aspecto fundamental que nos possibilita compreender melhor a natureza do capital, e que Mézszáros caracteriza como o “espectro da incontrolabilidade” total, de tal forma que “faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral”. Segundo Mézszáros (2002, p. 100), foi essa “característica da incontrolabilidade” que atuou como um componente fundamental para “garantir o avanço irresistível do capital e sua vitória final, que ele conseguiu realizar, apesar do fato já mencionado de que o modo de controle metabólico do capital constituiu a exceção, e não a regra, na história”. Aqui Mézszáros refere-se aos obstáculos que o capital teve de superar contra as resistências do seu antecessor, o modo feudal, como já mencionado, em sua gênese, até firmar-se como o controlador da produção da riqueza, o que só foi possível em “razão da subordinação necessária do “valor de uso” – ou seja, a produção para as necessidades humanas – às exigências de autoexpansão e acumulação” do capital.

Então, graças a essa incontrolabilidade, o “capital conseguiu superar todas as desvantagens que se opuseram a ele”, até ser vitorioso contra os sistemas anteriores e elevar seu “modo de controle metabólico ao poder de dominância absoluta como sistema global plenamente estendido”. Mas isso se deu por meio da subjugação dos interesses plenamente humanos aos

critérios cegos da busca de sua autoexpansão e se, neste processo, assegurou sua vitória, hoje tornou-se um problema, como é percebido até pelos próprios defensores acríticos do sistema, que pregam a necessidade da “autorregulação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 101), embora seja inegável que esse modo de operar do sistema, regido por seu dinamismo irrefreável do expansionismo contra todas as barreiras e restrições que ainda relutavam para manterem-se circunscritas em sua autossuficiência produtiva dos modos anteriores, propiciou ao longo da história uma indiscutível melhoria da produtividade. No entanto, esse processo ocorreu à custa exatamente da “perda inevitável de controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social, ainda que essa perda seja imperceptível durante um longo estágio histórico do desenvolvimento”, e também praticando o “deslocamento das contradições do capital durante sua fase de forte expansão” (MÉSZÁROS, 2002, p. 104).

Mas aqui presenciamos uma manifestação paradoxal dessa perda de controle na história do sistema do capital, pois, na medida em que atua o próprio imperativo que intensifica cada vez mais a expansão, e enquanto consegue sustentar esse processo de expansão avassaladora, “poder-se-á adiar o ‘dia do julgamento’”. Porém, precisamente por causa deste inter-relacionamento paradoxal, ao se consumir a ascensão histórica do capital, em que ocorre o bloqueio da via da expansão livre e também “a impossibilidade do deslocamento simultâneo dos antagonismos internos do sistema tendem também a reativar e a multiplicar os efeitos nocivos da expansão já realizada, que ajudou a resolver problemas”. Sendo assim, na ausência do gigantesco deslocamento expansionista necessário, “o espectro da incontabilidade total” manifesta-se. “Desse modo, mesmo os problemas relativamente limitados do passado, como, por exemplo, a contratação e o rolamento das dívidas do Estado, assumem agora proporções cósmicas” e impagáveis (MÉSZÁROS, 2002, p. 104).

Mészáros (2002, p. 105-106) demonstra que “a perda de controle na raiz desses problemas não pode ser remediada de modo sustentável” devido aos “defeitos estruturais de controle” que caracterizam as “estruturas sociais reprodutivas”, que são irremediavelmente cindidas e fragmentadas internamente na forma dos *antagonismos sociais*. Desse modo, tende a ser problemática e a permanecer rigorosamente temporária qualquer tentativa de criar ou superpor algum tipo de unidade a essas estruturas sociais reprodutivas antagonicas.

Os “defeitos estruturais” que levam à perda de controle, por uma *ausência de unidade* devido à fragmentação estrutural e antagonica, são claramente visíveis na forma como todo o

processo produtivo se estrutura no sistema do capital, qual seja, na separação entre *produção e controle*, *produção e consumo* e *produção e circulação*. Essas são três estruturas vitais e insubstituíveis do capital, mas estão, em sua raiz, vincadas no antagonismo. É devido à presença deste, em todas essas três dimensões produtivas e reprodutivas, que os conflitos fundamentais de interesse entre as forças sociais hegemônicas alternativas se manifestam. E é precisamente para atuar como um corretivo a esses “defeitos estruturais” e aplacar os conflitos sociais que o capital conta com sua “estrutura de comando político” – o Estado. Este será abordado especificamente no próximo capítulo (MÉSZÁROS, 2002, p. 105-106).

Por isso, “os antagonismos que emanam dessas estruturas são necessariamente reproduzidos sob todas as circunstâncias históricas que cobrem a era do capital”. A despeito de resistência, disputa e enfrentamento da força social do trabalho, com maior ou menor intensidade, erros ou acertos, somos levados a constatar, juntamente com Mézárós, que as circunstâncias históricas, “sem a menor dúvida, favoreceram o capital em detrimento do trabalho durante o longo período de sua ascensão histórica”. Mas há que considerar também que, mesmo quando o “capital sai vitorioso nessas lutas, os antagonismos não podem ser eliminados – apesar de todo o arsenal de racionalização acionado pela ideologia dominante no interesse de tal resultado – precisamente porque são estruturais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 105-106).

Como indicado, cada uma das três “estruturas vitais” do sistema, na dimensão da produção, do consumo e da circulação / distribuição / realização, é regida pelos “imperativos alienantes do sistema do capital global”. Tanto internamente a cada uma das unidades produtivas, “mas também fora de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais”, por meio da atuação de cada uma das “personificações do capital” que impõem a “dominação e subordinação” à “força de trabalho total da humanidade”, que é obrigada a se sujeitar às “maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 105-106).

Procuramos até aqui apreender o sistema do capital como uma relação social que, em suas determinações fundamentais, estrutura-se de forma antagônica. Considera-se que essa relação, embora histórica e transitória, seja regida pelos ditames da natureza expansionista, incontrolável e *destrutiva* do capital, que a lança numa crise estrutural cuja configuração, profundidade e gravidade ativa os limites absolutos, questões que aprofundaremos nos itens 2.4 e 2.6.

2.4 Capital - Tendências negativas, destrutividade e crise estrutural

Como indicado antes, o impulso irrefreável do capital para a autoexpansão, segundo Mészáros, foi detectado já e inicialmente por Marx, ao mesmo tempo que ele avaliou suas devastadoras implicações. Portanto, além de perceber o lado positivo da determinação expansionista, que lhe atribuía um dinamismo e inserção mundial, juntamente com o desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade, já nos seus primeiros escritos, Marx expressava também o perigo mortal inseparável de sua natureza, nos seguintes termos:

No desenvolvimento das forças produtivas surge uma etapa em que se criam estas forças e os meios de inter-relacionamento, sob os quais as relações existentes apenas prejudicam e já não são forças produtivas, mas *destrutivas*. ... No sistema da propriedade privada, essas forças produtivas se desenvolvem de forma apenas unilateral e, em sua maioria, tornam-se *forças destrutivas*. Deste modo, as coisas chegam a tal situação que as pessoas são obrigadas a apropriar-se da totalidade das forças produtivas existentes, não somente para realizar sua própria atividade, mas também para simplesmente salvaguardar a própria existência (MARX *apud*²² MÉSZÁROS, 2002, p. 58).

Note-se que quando “Marx escreveu estas linhas em 1845, as forças destrutivas por ele identificadas ainda estavam muito longe do pleno desenvolvimento”. Mészáros ressalta, ainda, que Marx, neste sentido, estava “longe de prometer um resultado necessariamente positivo” para os desdobramentos expansionistas do capital, muito embora, o objetivo maior de

suas diversas obras, que levam o subtítulo de “Crítica da economia política”, representaram a busca de uma força equilibradora com a qual se pudesse deter a destrutiva lógica auto-expansionista do capital e libertar os indivíduos sociais, por sua própria *auto-atividade*, daquela *força alienante* que não apenas os controlava, mas, em última análise, ameaçava a própria existência da humanidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 58).

Assim, Mészáros destaca que apenas “alguns socialistas dotados de uma perspectiva de longo prazo, como o próprio Marx”, puderam não ignorar as “muitas tendências e aspectos negativos do sistema do capital”, numa época de seu desenvolvimento histórico em que as forças destrutivas da ordem da produção do capital ainda não eram, como em nossos dias, não “apenas potencialidades ameaçadoras, mas realidades onipresentes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 58).

Mészáros expõe sua convicção de que o modo de ser do capital é seu irrefreável impulso à universalidade. É exatamente esse seu “dinamismo produtivo” e o conseqüente “crescimento

²² Mészáros não menciona datas de obras de Marx citadas em seu trabalho, o que nos impede de completar as referências neste estudo.

antes inimaginável da riqueza” – “tanto quanto ele possa durar”, mas “notável em sua história de expansão nacional e global, a cujo impacto as formas anteriores de reprodução social são incapazes de resistir”, que “constitui a legitimidade histórica deste sistema”. Contudo, observa Mézáros, “dadas as contradições inerentes ao sistema do capital, e a concomitante perdularidade do seu modo de operação, seu desenvolvimento produtivo não pode ser sustentado indefinidamente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 612). Se seu caráter expansionista significa o seu funcionamento “normal”, hoje, em sua face descendente, mais que na fase ascendente, ele é também inseparável do “exercício irrestrito das ‘forças produtivas-destrutivas’ unilateralmente desenvolvidas que dominam a nossa vida, não importa quão catastróficos sejam seu já visível impacto e os riscos para o futuro”, até bem além das previsões ambientalistas. E reafirma, em sua análise, a diferença de nossa época histórica comparada à época de Marx, e o que hoje a torna “particularmente grave” é que a “presente articulação do capital como um sistema global, na forma da acumulação de suas forças repressivas e interdependências paralisantes, nos coloca diante do *espectro da incontabilidade total*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 58).

Indica-nos também que é da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais. Desse modo, o “literalmente vital” e “incontestável imperativo da proteção ambiental se revelou inadmissível, em virtude das correspondentes restrições necessárias aos processos de produção em vigor exigidas para sua implementação”. Uma vez que “a própria ideia de “restrição” é sinônimo de crise no quadro conceitual do sistema do capital”, ele se mostra “impermeável à reforma, até mesmo de seu aspecto obviamente mais destrutivo”. Por isso segue indiferente aos danos e riscos da destruição ambiental, pois que a “degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior” (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

Mézáros apresenta-nos vários elementos para indicar o caráter destrutivo do atual processo reprodutivo do sistema do capital. Para tal, estabelece um paralelo entre o que ele caracteriza como “autorreprodução destrutiva em oposição antagônica à produção genuína”. Para tal, analisa que, em determinadas circunstâncias históricas, a “autorreprodução ampliada do capital e a produção genuína podem *coincidir* num sentido positivo”. E quando isso ocorre, “o sistema capitalista pode cumprir seu ‘papel civilizador’”, uma vez que realiza o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e estimula, “até um ponto não só possível, mas também ditado

por seus próprios interesses, a emergência da ‘industriosidade geral’”. Mas argumenta também que “as condições necessárias para a produção genuína, e aquelas da autorreprodução ampliada do capital, não só não precisam sempre coincidir como, pelo contrário, podem mesmo se opor diametralmente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 699).

É nesse sentido que identifica um “agudo contraste” entre a “articulação social predominantemente produtiva do capital”, na época do Marx, e o atual estágio em que se encontra o capitalismo contemporâneo, no qual

a disjunção radical entre produção genuína e autorreprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de formas que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – como *autorreprodução destrutiva*, em oposição antagônica à *produção genuína* (MÉSZÁROS, 2002, p. 699).

Mészáros analisa que a “prática estabelecida da reprodução social, subordinada aos imperativos alienados da produção-do-capital sempre-em-expansão, sem consideração das suas implicações para as necessidades humanas” necessita ser contraposta por “uma abordagem radicalmente diferente do desenvolvimento das potencialidades produtivas humanas, em resposta a uma necessidade genuína” (MÉSZÁROS, 2002, p. 605). Isso se deve a duas razões: primeiramente, “porque não é mais crível que a *disjunção* de necessidade e produção-de-riqueza – que vem a ser uma característica necessária da geração de riqueza sob o domínio do capital” deva e possa se autossustentar indefinidamente, tanto no que consegue atender das necessidades dos “incluídos” dos “países de capitalismo mais avançado e privilegiado” quanto das “necessidades elementares da vasta maioria da humanidade até então insensivelmente desprezada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 605). A segunda razão é porque precisa ser desmistificada “a crença segundo a qual não pode haver *nenhuma alternativa* às práticas produtivas dominantes”, pois que elas se “baseia[m] na falsa teorização da relação entre produção, ciência e tecnologia”, que é “concebida e caracteristicamente distorcida do ponto de vista do capital”. Mészáros ancora-se na perspectiva da transitoriedade desse sistema para afirmar que “estabelecer sua permanência absoluta requer muito mais do que as asserções, que se confundem com desejo, de seus defensores” e que, portanto, tal “visão é absolutamente insustentável, pois o domínio do modo de produção do capital possui apenas alguns poucos séculos na história humana” (MÉSZÁROS, 2002, p. 605), muito embora as “mudanças trazidas pela consolidação do domínio do capital como sistema de controle que a tudo absorve constituíram uma reversão radical” das práticas

produtivas da antiguidade. Isso ocorreu da forma mais aguda possível, como um “traço marcante do sistema do capital desde o seu início”, quando se realiza uma “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital”. Ao tornar a “multiplicação da riqueza material, por meio da autoexpansão do valor de troca, a finalidade da humanidade”, o sistema, na verdade, pos em marcha “um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital, já que as limitações das necessidades dadas não tolham seu desenvolvimento”. Para isso, “foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último” (MÉSZÁROS, 2002, p. 606).

A necessidade a ser visualizada é de “como tornar novamente o ser humano a finalidade da produção, de acordo com as imensas potencialidades positivas – em alguma medida já existentes, mas destrutivamente encastoadas – das forças de produção?” (MÉSZÁROS, 2002, p. 612), uma vez que a dinâmica produtiva da atual fase do sistema do capital realiza uma verdadeira inversão do conceito de “produtividade”, que, na perspectiva humana, e não do capital, significa bem mais que o “aumento *quantitativo* do volume de bens à disposição de uma sociedade particular, medida em uma base *per capita*”. No interesse humano, “várias considerações *qualitativas* são muito mais importantes na conceituação do papel das realizações produtivas no curso do desenvolvimento histórico do que a expansão quantitativa do fluxo produtivo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 614). Mas o capital, em consonância com suas “determinações motivacionais que a tudo absorvem”, torna de fato extremamente precária a situação estrutural do valor de uso, em que

Não apenas todos os valores de uso correspondentes às necessidades humanas devem constituir um momento estritamente *subordinado* na estratégia capitalista de valorização; eles também podem sofrer intervenções grotescas e, de fato, ser relegados a uma posição de importância secundária no processo de reprodução global – desde que sejam substituídos por variedades de desperdício institucionalizado (MÉSZÁROS, 2002, p. 625).

É necessário considerar, também que,

Tal perversidade se torna inteligível apenas com referência ao modo intrinsecamente contraditório pelo qual o próprio sistema produtivo do capital é, por necessidade, articulado. Este modo particular de reprodução social é sobrecarregado com uma contradição por fim explosiva que transforma suas potencialidades *positivas* em realidades *destrutivas* (MÉSZÁROS, 2002, p. 614).

Mészáros considera que isso advém da necessidade, por parte do capital, de atingir um modo de “realização” capaz não só de superar as “limitações imediatas da demanda flutuante do

mercado”, mas que, ao mesmo tempo, “tenha êxito em se desembaraçar radicalmente dos *constrangimentos estruturais* do valor de uso como algo subordinado à necessidade humana e ao consumo real”. E uma vez que a produção genuína, como “medida humanamente significativa de finalidades e objetivos legítimos”, passa a ser “recusada como um entrave intolerável ao “desenvolvimento””, e que, portanto, a autorreprodução destrutiva passa a ser implementada,

o caminho estará completamente aberto para *deslocar* muitas das contradições internas do capital. E isso pode perdurar por um período histórico muito longo, enquanto as novas válvulas de escape e modalidades de realização permanecerem livres, por um lado, das pressões de *saturação* e, por outro, das sérias dificuldades para assegurar os *recursos* necessários ao padrão de produção cancerigenamente crescente e cada vez mais perdulário (MÉSZÁROS, 2002, p. 678).

A partir da análise dessa nova estratégia de “realização” adotada por parte do capital, Mézáros vai dizer-nos, inclusive, que esse tipo de “mudança estrutural no ciclo de reprodução capitalista”, que se realiza pelo “deslocamento radical da *produção genuinamente orientada* para o *consumo destrutivo*”, não foi previsto por Marx (2002, p. 678). No entanto, Mézáros analisa que, impulsionado pelo seu imperativo da expansão contínua, o sistema do capital pratica uma verdadeira inversão em vários conceitos como da produtividade, da ciência, e em como estes são adotados para por em movimento o que ele denomina de “desperdício institucionalizado”. Este se manifesta através dos mecanismos da “taxa decrescente de utilização” dos produtos ou “obsolescência planejada”.

Mézáros identifica que o contexto mais específico em que passa a ocorrer essa “importante mudança na relação entre produção e consumo” se dá a partir dos “desdobramentos do pós-guerra”, particularmente pela “passagem do padrão tradicional de consumo para um tipo muito diferente, no qual predominam os interesses do complexo militar-industrial”. Segundo Mézáros, é esse novo padrão produtivo e de consumo que tem permitido ao sistema do capital evitar “colapsos espetaculares” como a dramática queda da bolsa em 1929 e suas terríveis consequências (MÉSZÁROS, 2002, p. 696-697). Mas ele alerta que isso significa apenas que as crises do capital estão sendo “meramente *estendidas*”, tanto no sentido temporal como em sua localização estrutural na ordenação geral”, sem, no entanto, serem “radicalmente superadas em nenhum sentido”. Diz ainda que essa nova mudança caracteriza-se, por um lado, “pela subutilização institucionalizada tanto de forças produtivas como de produtos” e, por outro, “pela crescente, mais constante do que brusca, dissipação ou destruição dos resultados da

superprodução, por meio da redefinição prática da relação oferta/demanda no próprio processo produtivo convenientemente reestruturado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 696-697).

Essa reversão dos papéis produtivos, em que, “sob as condições do ‘capitalismo avançado’, na verdade exige – a alocação de uma porção cada vez maior da riqueza social para a produção do desperdício institucionalizado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 617), segundo Mézáros, aplica-se também ao “desenvolvimento da ciência”, que, em vez de voltar-se para objetivos positivos, “como resultado das novas exigências e determinações do capital”, é designada a cumprir

o papel de ajudar a multiplicar as forças e modalidades da destruição, tanto diretamente, fazendo parte da folha de pagamento do complexo militar-industrial ubíqua e catastroficamente perdulário como indiretamente, a serviço da “obsolescência planejada” e de outras engenhosas práticas manipuladoras, divisadas para manter os lobos da superprodução longe da porta das indústrias de consumo (MÉSZÁROS, 2002, p. 694).

Mézáros (2002, p. 694) nos informa que, na Inglaterra, “mais de 50% de toda pesquisa científica é controlada pelo complexo industrial-militar, enquanto nos Estados Unidos a cifra está para além dos 70%. E, em ambos os casos, a tendência é de aumento”. É devido à “alienante metamorfose dos meios de produção em capital reificado” que toda a “maquinaria produtiva desse sistema pode e deve ser articulada de tal maneira que sirva antes a propósitos destrutivos do que a produtivos, se assim o decretarem os imperativos da contínua autorreprodução do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 664).

Como, segundo Mézáros (2002, p. 662), a “ubíqua determinação operativa no sistema do capital é, e continuará a ser, o imperativo da lucratividade”, conseqüentemente, a este não importa quão “absurdamente perdulário possa ser um procedimento produtivo particular; contanto que seu produto possa ser lucrativamente imposto ao mercado, ele deve ser saudado como manifestação correta e apropriada da ‘economia’ capitalista”. Essa determinação é ilustrada pelo nosso autor com o seguinte exemplo, ao considerar uma situação em que

90% do material e dos recursos de trabalho necessários para produzir e distribuir uma mercadoria lucrativamente comercializável – digamos um produto cosmético: um creme facial – sigam, física ou figurativamente, diretamente para a lata de lixo da propaganda eletrônica como um tipo qualquer de embalagem (implicando, apesar de tudo, custos efetivamente reais de produção) e apenas 10% sejam dedicados ao preparado químico que supostamente deve conceder os benefícios reais ou imaginários do próprio creme ao comprador. As práticas obviamente perdulárias aqui envolvidas são plenamente justificadas desde que satisfaçam aos critérios capitalistas de “eficiência”, “racionalidade” e “economia” em virtude da *lucratividade* comprovada da mercadoria em questão (MÉSZÁROS, 2002, p. 663).

Mészáros prossegue analisando o que considera “um problema estrutural fundamental de crescente gravidade”, que se manifesta em práticas como a “taxa de utilização *decrecente*”, a “obsolescência planejada”, a “produção perdulária”, todas adotadas como “resultado das tendências objetivas e das pressões do desenvolvimento do capitalismo moderno”, muito embora sejam “apologeticamente racionalizadas por meio da conveniente ideologia da ‘inovação tecnológica’”. Este problema é perceptível pelo “perdularismo absurdo no campo da utilização da capacidade produtiva”, que passa a ser a “normalidade” da nossa “sociedade descartável”. Torna-se comum utilizar-se da “desconcertante prática ‘produtiva’ de sucatear maquinário totalmente novo após uso muito reduzido, ou mesmo sem inaugurá-lo, a fim de substituí-lo por algo ‘mais avançado’ ou, sob as condições de uma ‘pressão depressiva’ na economia”, simplesmente, deixá-lo sem uso (MÉSZÁROS, 2002, p. 671-672).

Assim que a “taxa de utilização *decrecente*” se manifesta “na forma de *subutilização crônica*, acoplada a uma pressão crescente que, para reagir à própria tendência, artificialmente *encurta o ciclo de amortização* dos mesmos”. O mesmo se dá com as “mercadorias destinadas ao ‘alto consumo de massa’”, quando “deixam de ser suficientes para manter longe da porta os lobos da crise de expansão da produção (devido à ausência de canais adequados à acumulação de capital)”. Buscam-se meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo “particular de mercadoria é usada, encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vértice da circulação que se acelera”. A produção “dominada pelos imperativos e determinações subjacentes para perdulariamente diminuir as taxas de utilização praticáveis” pode ser percebida de várias formas, como exemplifica Mészáros (2002), a partir da

notória “obsolescência planejada” em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o transporte coletivo) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável (por exemplo, o “superdesperdício” de um complexo computador usado como “processador de texto” num escritório onde uma simples máquina de escrever seria perfeitamente suficiente); o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais (por exemplo, o “escritório informatizado sem papel”, que consome cinco vezes mais papel do que antes); o “extermínio” deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados (por exemplo, compelir as pessoas a comprar sistemas completos de silenciosos para carros ao preço de 160 libras, em lugar de um serviço de

solda de 10 libras, que seria perfeitamente adequado ao propósito), etc. (MÉSZÁROS, 2002, p. 670).

Vemos, então, que a combinação desse conjunto de formas, desde a produção perdulária à “obsolescência planejada”, “taxa de utilização *decrecente*”, são modalidades da produção destrutiva que foram e continuam a ser praticadas, com o mesmo propósito, muito embora “elas demonstraram ser excessivamente limitadoras no curso dos desdobramentos capitalistas com relação aos imperativos estruturais do sistema”. Assim, o sistema precisou “adotar a forma mais radical de desperdício – isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados – como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido”. E dentro dos atuais parâmetros do sistema de produção, essa “mudança é absolutamente viável”, pois que “*consumo e destruição vêm a ser equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de ‘realização’ capitalista*”. Em consonância com a dinâmica produtiva do sistema, a

questão de saber se prevalecerá o consumo normal – isto é, o consumo humano de valores de uso correspondentes às necessidades – ou o “consumo” por meio da destruição é decidida com base na maior adequação de um ou de outro para satisfazer os requisitos globais da autorreprodução do capital sob circunstâncias variáveis. Mesmo nas piores circunstâncias, encontramos na prática uma combinação de ambos. No entanto, podemos perceber claramente uma tendência crescente a favor do último – a saber, do pseudoconsumo destrutivo – no curso dos desdobramentos capitalistas nos países ocidentais dominantes do século XX (MÉSZÁROS, 2002, p. 679).

Frente a esse quadro, Mézáros percebe também que esse *continuum* expansionista, desde sua fase de ascensão histórica, acrescido de seu caráter destrutivo de hoje, não consegue se sustentar eternamente, uma vez que considera que o “sistema do capital global” atingiu “seu zênite contraditório de maturação e saturação”, o que aumenta as dificuldades para seu processo tanto de permanência quanto de sua superação, e não apenas pelo fato de os perigos serem “inseparáveis” do atual processo de seu desenvolvimento e “serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento”, mas também porque os perigos hoje são globais, se estendem por todo o planeta, e, no conjunto, caracterizam a atual “crise estrutural do sistema do capital”, por conseguinte “a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. Para agravar a situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

Passaremos, a partir deste ponto, a delinear como Mézáros identifica a crise estrutural do sistema do capital, atentando para o fato de que esse tema já comparece no “Prefácio” que o

autor realiza para a terceira edição da *Teoria da alienação em Marx* (2006). Este livro é relançado apenas em 18 meses do primeiro lançamento, que ocorreu em 1970. Assim, Mészáros (2006) suscita que os desdobramentos do desenvolvimento socioeconômico da atualidade se configuram como uma “crise estrutural do capital” e de caráter destrutivo. Essas questões e o interesse demonstrado pelos leitores dão-lhe a confirmação de que a “crítica da alienação parece ter adquirido uma nova urgência histórica” (MÉSZÁROS, 2006, p. 15).

Seguimos a sistematização da análise que Mészáros (2011) realiza sobre a natureza da crise que nos afeta. Ele alerta que, para a esfera social, não é indiferente se estamos vivenciando uma crise estrutural ou conjuntural. Esta não é uma questão meramente acadêmica, de indicar os tipos ou modalidades de crises, embora nesse aspecto também a distinção seja importante, pois demanda diferentes categorias de análise. A importância de uma conceituação adequada é porque traz implicações diretas para o estabelecimento de estratégias para o movimento social. Assim, saber indicar as diferenças relevantes e cruciais entre uma e outra, se a crise é periódica, conjuntural, cíclica ou estrutural, é um desafio a ser superado.

Mészáros identifica que mesmo Marx precipitou-se em considerar que a crise do capital percebida por ele, em meados do século XIX, poderia já ser da dimensão de uma crise estrutural, ao ponto que pudesse levar o sistema “ao túmulo”. Assim se pronuncia Mészáros:

A crise do capital percebida por Marx em meados do século XIX no “cantinho europeu do mundo” por muito tempo não foi uma crise geral. Ao contrário, a continuação da ascendência histórica da ordem burguesa no “terreno bem mais amplo” do resto do mundo dissolveu durante todo um período histórico até mesmo a relativamente limitada crise europeia. Em consequência, o próprio movimento socialista inicialmente articulado por Marx e seus camaradas intelectuais e políticos foi fatalmente prematuro (MÉSZÁROS, 2002, p. 219).

Mészáros orienta-nos que um dos critérios para a distinção não pode ser apenas a gravidade dessas crises, pois as conjunturais podem ser dramaticamente severas, como a grande crise de 1929-33. Podem até ser mais explosivas que a crise estrutural, nas palavras de Marx, indicada por ele, elas podem ocorrer como “grandes tempestades”. Mas, mesmo graves, as crises conjunturais não põem em risco a sobrevivência contínua da estrutura global, pois afetam apenas algumas partes do complexo em questão, são parciais e por isso demandam apenas mudanças, mesmo que importantes, no interior do próprio sistema relativamente autônomo. Por isso, solucionam-se com sucesso dentro da estrutura, dos parâmetros do sistema; solucionam-se precisamente pelo seu caráter parcial, assim não põem em risco o sistema. Mesmo os problemas

de origem repetem-se, em escala temporal mais limitada. Enquanto forem parciais, relativa e internamente manejáveis pelo sistema, o deslocamento de suas contradições pode ser possível.

Mészáros identifica que nada é mais sério que a crise estrutural do modo de reprodução sociometabólica do capital, pois ela afeta a própria estrutura em sua totalidade, abala seus parâmetros de importância mais gerais e refere-se à ampla estrutura social global. Devemos atentar que ela é cada vez mais profunda em todo o mundo e sua natureza é inevitavelmente complexa e prolongada. A crise estrutural possui natureza persistente, não explosiva. Com falsa aparência de normalidade, que oculta sua importância decisiva, se comparada com as vicissitudes dramáticas de uma crise conjuntural maior. Distingue-se também da crise conjuntural, que é episódica. A crise estrutural estende-se por um tempo histórico, por toda uma época histórica e é a inter-relação cumulativa do todo que define a questão; tudo está em jogo, pois que define os abrangentes limites últimos do sistema, da ordem estabelecida.

Mészáros apresenta-nos quatro características da crise estrutural, quatro aspectos principais que definem a novidade histórica da crise atual: Primeiro, seu *caráter é universal* – não se restringe a uma área particular, setor ou ramo; segundo, seu *alcance é, de fato, global* – não está restrito a um conjunto particular de países; terceiro, sua *escala de tempo é extensa, contínua, persistente, permanente*; por fim, o quarto aspecto relaciona-se ao seu *modo de se desdobrar*, que poderia ser chamado de *rastejante*, diferente e em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, embora não se excluam as convulsões (MÉSZÁROS, 2011a, p. 55-56).

Mészáros (2011) classifica-a, portanto, como uma “crise de dominação”, pois expõe uma “contradição fundamental e dinâmica da totalidade” da estrutura de produção econômica e reprodução social do sistema do capital, em sua “fase histórica de desintegração”. Por conseguinte, sua natureza não é somente financeira, mas também social, cultural, econômica e política (MÉSZÁROS, 2011, p. 67).

Mészáros (2011) explicita a dificuldade em precisar, com exatidão, o momento e os eventos que desencadeiam uma crise de tal envergadura, mas indica-nos três grandes “confrontações sociais” que demonstram a erupção e a dimensão da crise estrutural do capital que se principia nos anos finais da década de 1960 e início da década de 1970 e prossegue em seus desdobramentos até os dias atuais. São eles:

1. a Guerra do Vietnã e o colapso da forma mais abertamente agressiva do intervencionismo norte-americano;

2. Maio de 1968 na França [...], demonstrando clamorosamente no coração do capitalismo “avançado” a doença da sociedade, a fragilidade, o vazio de suas ruidosamente anunciadas realizações e a impressionante alienação de um vasto número de pessoas do “sistema”, denunciada com palavras de amargo desprezo;
3. a repressão às tentativas de reforma na Tcheco-Eslováquia e na Polônia, sublinhando o crescimento das contradições nas sociedades do “socialismo real”, como parte integrante da crise estrutural geral (MÉSZÁROS, 2011, p. 82).

O primeiro evento remete-nos para “as relações de exploração dos países subdesenvolvidos pelos países capitalistas ‘metropolitanos’, nas suas determinações recíprocas”; o segundo expõe os “problemas e contradições dos ‘países capitalistas avançados’, tomados em si e na conjunção de uns com os outros”; o terceiro denuncia “os vários países pós-capitalistas ou sociedades do ‘socialismo real’ como relacionados e, às vezes, confrontando-se, mesmo militarmente, uns aos outros”. Portanto, é no âmbito das relações e inter-relação dessas três dimensões, que englobam o conjunto dos países do mundo, que a “ação de algumas forças e tendências poderosas” evidencia a “crise estrutural do capital que se aprofunda” (MÉSZÁROS, 2011, p. 82).

Então, desde os referidos e marcantes acontecimentos, Mézáros (1989) identifica e alerta veementemente para as evidências de uma crise estrutural do sistema capitalista, sob a hegemonia e a imposição brutal e militarmente ameaçadora dos Estados Unidos, ao impor seu *modus operandi* a todos os povos e países. Essa prática levou Mézáros a caracterizar o sistema capitalista americano como “imperialismo de cartão de crédito” (MÉSZÁROS, 1989, p. 168).

Apesar das várias indicações da hegemonia dos EUA, sua ressonância no movimento socialista mundial não é unívoca, pois não há consenso quanto à análise apresentada por Mézáros (1989). Mas ele insiste em indicar que são altas demais as exigências e é totalmente insustentável o *modus operandi* que o imperialismo americano impõe ao resto do mundo, para não só sustentar sua própria existência, mas, acima de tudo, para se manter como o “motor” da economia capitalista mundial, tal como se autoprojeta. Mézáros afirma que a tese do “declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica”²³ superestima a “gravidade e imediatez da crise atual” (MÉSZÁROS, 1989, p. 169).

²³ Mézáros refere-se ao volume coletivo de “quatro intelectuais de esquerda altamente respeitados”, mas que, segundo Mézáros, “prematuramente anunciaram” a referida tese (MÉSZÁROS, 1989, p. 169). São eles: Samir, Amin, Giovanni, Arrighi, Gunder Frank, André e Wallertein, Immanuel, *Dynamics of global crisis*. Londres, Macmillan, 1982. Ver também como Gandásegui (2007, p 15-22) esclarece na “Presentación” sobre o trabalho do grupo: “El grupo de trabajo sobre Estados Unidos de Clasco está formado por unos 20 investigadores de 12 países

Além do teste do tempo e de dados da realidade, que realçam a “presença histórica do objeto”, Mézáros sustenta sua tese, contrariando diretamente a tese do “declínio”, e ancora-se em outra tese mais longínqua, mas que também suportou o teste do tempo. Referencia-se na caracterização que Baran realizou, nos anos de 1960, sobre as relações internacionais de poder, quando estas foram radicalmente alteradas no mundo capitalista do pós-guerra. Este dizia da “permanente rivalidade entre os países imperialistas, bem como da crescente incapacidade das antigas nações imperialistas para manter seu domínio frente à investida americana, em busca de maior influência e poder” (BARAN, 1960, p. 7 *apud* MEZÁROS, 1989, p. 169).

A essas indicações Mézáros acrescenta várias contradições que podem ser identificadas nas relações estabelecidas pelos Estados Unidos com os demais países, no sentido de afirmar sua supremacia, entre as quais cita a opressiva política protecionista praticada em “todas as áreas importantes das relações interestatais e econômicas capitalistas globais”; o “astronômico e inexoravelmente crescente endividamento dos EUA, que prenuncia um calote final de magnitude completamente inimaginável”. Mas essa prática, até ao momento, não só é implementada com sucesso, como é aceita sem contestação pelos demais países que a sustentam e financiam, em virtude do incontestável poder hegemônico americano no seio do mundo capitalista (MEZÁROS, 1989, p. 169-170).

Outra contradição latente na estrutura do capitalismo global e que denota a seriedade da situação global e tratada anteriormente, em 1988, por Mézáros, em sua obra *A necessidade do controle social*, é o resultado das intervenções estatais a serviço da expansão do capital. Essa prática passa a propiciar não apenas o “crescimento canceroso de setores não produtivos da indústria no interior da estrutura global da produção do capital, mas – igualmente importante – uma grave distorção da *estrutura capitalista de custos*”, cujas consequências devastadoras “emergem em numerosos setores e ramos da indústria, e não apenas naqueles *diretamente* envolvidos na execução dos contratos militares” (MEZÁROS, 1989, p. 161). Uma implicação

latinoamericanos quienes se reúnen regularmente en distintos centros de la región. En su última reunión de 2006, celebrada en Río de Janeiro, se acordó pasar a una segunda fase e iniciar un proceso de redefinición del concepto de crisis de hegemonía”. Parece-nos, assim, que as divergências das análises apontadas por Mézáros, com esse grupo, encontram-se, entre outras, em torno do conceito de hegemonia adotado por esses pesquisadores. Cf. GANDÁSEGUI, A. [et al.] . Presentación. In: *Crisis de hegemonía de Estados Unidos*. Coordinador Marco A. Gandásegui, hijo. México, Siglo XXI Editores-Clacso, 2007. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=96&campo=titulo&texto=estados%20unidos>. Acesso em: 20 dez. 2014.

direta desse fenômeno é que ao “invés da tão propagada bonança comercial gerada por via tecnológica, uma significativa deterioração da competitividade resultou da distorção da estrutura de custos ocasionada pelos gastos militares, tanto na Europa como nos Estados Unidos”. Isso porque, “na medida em que a tecnologia militar torna-se mais e mais complexa, dispendiosa, ágil e misteriosa, ela se afasta cada vez mais de possíveis aplicações civis” (MÉSZÁROS, 1989, p. 161).

O *antagonismo político resultante da penetração econômica dos EUA* revela outra contradição da estrutura do capitalismo americano hegemônico. Esse aspecto manifesta-se como uma verdadeira anexação colonialista praticada por meio dos governos em favor dos oligopólios americanos e em detrimento da economia de outros países. Essas anexações dão-se geralmente em articulação direta com os interesses do “complexo militar-industrial e com contratos militares lucrativos – constituindo com freqüência a motivação oculta por trás dos negócios relativos ao controle – que acaba por ser vital para a manutenção da lucratividade das corporações capitalistas dominantes”. Por consequência, as implicações de tais alterações no controle econômico das empresas repercutem no âmbito do trabalho e o resultado da política industrial transnacional é o desemprego estrutural (MEZÁROS, 1989, p. 166-167).

Assim, Mézáros reafirma que essas contradições dizem respeito ao “conjunto interdependente do sistema do capital global no qual o capital americano ocupa, mantém e, na verdade, continua a fortalecer sua posição dominante de todos os modos” (MEZÁROS, 1989, p. 170). Esclarece-nos, ainda, que essas contradições que caracterizam o sistema no seu conjunto são de natureza diferente e não podem ser confundidas com as crises cíclicas tradicionais, seja pelo *âmbito*, seja pela *duração* da crise atual, que superam os “limites historicamente conhecidos das crises cíclicas”. Enfatiza que “à medida em que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais do capital*” (MEZÁROS, 1989, p. 171).

Ao conter o otimismo da vontade que nos levaria a poder sugerir que o modo de produção capitalista esteja atingindo “seu ponto de não retorno a caminho do colapso”, Mézáros alerta que ainda “precisamos encarar a perspectiva de complicações muito sérias, quando o calote dos EUA reverberar na economia global com toda sua força num futuro não muito distante” (MEZÁROS, 1989, p. 171). Hoje, mais que naquele momento, este alerta é extremamente realista. Aliás, se sua autoria não fosse de um filósofo, comprovadamente comprometido com a

perspectiva filosófica de não só conhecer o mundo, mas também transformá-lo, diríamos que a precisão do alerta é tal que se assemelha a uma profetização, pois estamos todos a sentir os efeitos do *tsunami* provocado pela recente quebradeira financeira da economia norte-americana. Assim, procuramos apreender a concepção de crise estrutural do capital desenvolvida por Mészáros, que, pelas características apontadas, difere-a das crises cíclicas.

2.5 Trabalho na defensiva via sindicatos e parlamento

Mészáros (2002, p. 30) indica-nos que a “reconstituição da unidade da esfera política e reprodutiva material é a característica essencial definidora do modo socialista de controle sociometabólico”. Não se pode deixar para um futuro distante a criação das mediações necessárias para realização desse objetivo. É aqui que a “articulação defensiva e a centralização setorial do movimento socialista durante o século XX demonstram seu verdadeiro anacronismo e inviabilidade”. Por isso, enfatiza que não se pode esperar bons resultados do “confinamento da dimensão abrangente da alternativa radical hegemônica ao modo de controle sociometabólico do capital à esfera política”. E, apesar das evidências históricas, da necessidade da “*ofensiva socialista*”, a “incapacidade de enfrentar a dimensão sociometabólica vital do sistema” ainda permanece, em nossos tempos, sendo a característica das corporações políticas organizadas do movimento operário. Sendo assim, a alteração desse quadro passa a ser o “grande desafio histórico do futuro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 30).

Mészáros (2002, p. 94), ao tratar dos defeitos estruturais do capital, indica-nos que, em “fases anteriores do desenvolvimento histórico, muitas tendências e aspectos negativos do sistema do capital podiam ser ignorados, e realmente o eram, com relativa segurança”, exceto para o próprio Marx, que, com sua “perspectiva de longo prazo”, identificou-a em seu escrito já em 1845. “Em compensação, nas últimas décadas, os movimentos de protesto – de modo notável, as diversas nuances do ambientalismo – emergiram de um cenário social bastante diferente, e até com uma orientação de valor distante da socialista”.

Lembra-nos Mészáros (2002) que “esses movimentos procuravam estabelecer uma base de apoio político em muitos países capitalistas por meio da atuação dos partidos verdes de tendência reformista”. Firmaram-se apelando “aos indivíduos preocupados com a destruição ambiental em andamento, deixando indefinidas as causas socioeconômicas subjacentes e suas conotações de classe”. E o fizeram com o objetivo de “ampliar seu próprio apelo eleitoral, na

esperança de intervir no processo de reforma, com o objetivo de inverter as tendências perigosas identificadas”. Mas o que resulta desse processo, “em prazo relativamente curto”, é que “todos esses partidos” acabam sendo marginalizados, “apesar do espetacular sucesso inicial em quase todos os países”. Este fato permite-nos concluir que são

as causas da destruição ambiental muito mais profundamente enraizadas do que admitiam os líderes desses movimentos reformistas que ignoravam programaticamente a questão das classes, inclusive aqueles que imaginaram poder instituir uma alternativa viável ao projeto socialista, convidando seus adeptos a mudar “do vermelho para o verde” (MÉSZÁROS, 2002, p. 94).

Com isso, adverte-nos Mézáros (2002, p. 94-95) que, mesmo sendo inegável, na verdade “literalmente vital”, o “incontestável imperativo da proteção ambiental”, ao apresentar-se como “questão única” e na forma como as “variedades do movimento verde tentavam articular seus programas de reforma como um meio de penetrar na estrutura de poder e nos processos de tomada de decisão da ordem estabelecida”, acaba sendo frustrado e “inadministrável, em virtude das correspondentes restrições necessárias aos processos de produção em vigor exigidas para sua implementação”.

Podemos constatar, com esses eventos, que “o sistema do capital se mostrou impermeável à reforma, até mesmo de seu aspecto obviamente mais destrutivo”. E como vem reiteradamente alertando-nos, atribui essa impossibilidade

não apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação. Os perigos agora se estendem por todo o planeta; conseqüentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. Para agravar a situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. Assim, nenhuma “questão única” pode, realisticamente, ser considerada a “única questão”. Mesmo sem considerar outros efeitos, esta circunstância obrigatoriamente chama atenção para a desconcertante marginalização do movimento verde, em cujo sucesso se depositaram tantas esperanças nos últimos tempos, mesmo entre antigos socialistas (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

Reafirma que as circunstâncias não permitem mais que mesmo “questões parciais” possam ter “alguma esperança de êxito”, se não “desafiar o *sistema do capital como tal*”. E, com isso, indica-nos por que considera que, num passado não tão distante, foi possível atuar de forma defensiva e

extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram *reversíveis*), obtidos por meio de *organizações de defesa* do

trabalho: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser *assimilados* pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de autoexpansão (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

Diferentemente de “nossa própria época histórica, quando a autoexpansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam (daí o sonho impossível de se livrar do buraco negro da dívida “crescendo para fora dele”)”. É por isso que “o sistema de capital global *é obrigado a* frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais”. Nesse sentido, alerta Mézáros, (2002, p. 95), “os obstáculos a serem superados são na verdade *comuns* ao trabalho – ou seja, o trabalho como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital – e aos movimentos de ‘questão única’”. Assim, o “fracasso histórico da social-democracia” demonstra-nos que, sob o “domínio do capital, somente se podem legitimar as demandas integradas”. tornando evidente que

o ambientalismo, por sua própria natureza (assim como a grande causa histórica da liberação das mulheres), *é não integrável*. Consequentemente, e apesar de sua inconveniência para o capital, nenhuma causa desse gênero desaparecerá, não importa quantos tropeços e derrotas as formas politicamente organizadas dos movimentos de “questão única” tenham de sofrer no futuro previsível (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

Mézáros (2002, p. 95-96) observa que devemos considerar “prematura e ingênuas” a “transferência da lealdade dos socialistas desiludidos da classe trabalhadora para os chamados ‘novos movimentos sociais’ (hoje valorizados *em oposição* ao trabalho e desprezando todo o seu potencial emancipador)”, pois a “não integrabilidade definida em termos históricos e de época, apesar da sua importância para o futuro, não pode, por si só, ser garantia de sucesso”. E mesmo que os “movimentos de questão única” lutem por “causas não integráveis, podem ser derrotados e marginalizados um a um”, na medida em que não representam uma “alternativa coerente e abrangente à ordem dada como modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social”. O que coloca

o enfoque no potencial emancipador socialista do trabalho mais importante hoje do que nunca. O trabalho não é apenas não integrável (ao contrário de certas manifestações políticas do trabalho historicamente específicas, como a social-democracia reformista, que poderia ser corretamente caracterizada como integrável e na verdade completamente integrada nas últimas décadas), mas – precisamente como a única *alternativa estrutural* viável para o capital – pode proporcionar o quadro de referências estratégico abrangente no qual todos os movimentos emancipadores de “questão única” podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Contra o reformismo social-democrata, Mészáros (2002) observa que a “proposta do projeto socialista, como foi originalmente concebido, era precisamente contrapor esta alternativa estratégica global à existente, e não remediar, de forma integrável, alguns de seus defeitos mais gritantes”. Ao agir assim, “certas variedades do reformismo” facilitaram a “continuação do funcionamento do modo de controle metabólico do capital dentro do novo sistema ‘híbrido’, apesar de sua crise”. Além de que

com o passar do tempo, os adversários políticos socialistas da sociedade da mercadoria fragmentaram-se irremediavelmente pelas recompensas que a ordem vigente podia oferecer; o sistema do capital como tal adaptou-se muito bem a toda crítica parcial vinda de partidos social-democratas, ao mesmo tempo em que enfraquecia a proposta socialista original como alternativa estratégica (MÉSZÁROS, 2002, p. 42).

Neste sentido, Mészáros (2002, p. 43) desfere a crítica radical à via reformista e stalinista do movimento, uma vez que a aprovação positiva do quadro geral e da estrutura de comando do capital tornou-se a premissa absoluta de todo discurso político legitimado nos países capitalistas, e foi muito bem aceita como referencial comum pelos interlocutores social-democratas e trabalhistas. Ao mesmo tempo, e apesar de seu radicalismo verbal, o sistema stalinista refletia em detalhes, à sua maneira, a estrutura de comando do capital, liquidando, junto com incontáveis militantes que tentavam permanecer fiéis à busca originalmente pretendida de emancipação, até a memória dos legítimos objetivos socialistas. Assim que, para Mészáros (2002, p. 43), é compreensível que essas duas principais perversões práticas do movimento internacional da classe trabalhadora, emanando de circunstâncias sócio-históricas muito diferentes, tenham abalado fatalmente toda crença na viabilidade da alternativa socialista com que, por muito tempo, se haviam falsamente identificado. Na realidade, longe de serem negações socialistas coerentes e abrangentes da ordem estabelecida, ambas representavam *a linha de menor resistência* sob suas específicas condições históricas, acomodando-se, como modos de controle social, às exigências interiores do sistema do capital incorrigivelmente hierárquico.

Por um lado, Mészáros (2002, p. 43) adverte-nos de que a falha da estratégia social-democrata (dada sua aceitação espontânea das restrições impostas pelos parâmetros do “capitalismo autorreformador”) teve, no final, de assumir a forma do abandono total das metas socialistas outrora sustentadas. Por outro lado, todos os esforços de “reestruturação” do sistema stalinista, desde a “desestalinização” de Krushev até a “perestróika” de Gorbachev (produzida

quando o governo da sociedade, por meio de estados de emergência artificiais e seus campos de trabalho correspondentes, tornou-se econômica e politicamente insustentável), tiveram de naufragar, porque os supostos reformadores sempre detiveram o controle da estrutura hierárquica de comando da ordem social pós-revolucionária, com sua extração política autoritária do trabalho excedente (que, ao contrário, deveria ter sido objeto de ataque permanente).

Mészáros (2002, p. 43) considera que eles não poderiam pretender que a estrutura estabelecida fosse reestruturada, a menos que preservassem sua característica global de estrutura hierárquica, já que eles mesmos ocupavam, como se por direito de nascença, os mais altos escalões. E, por meio de seu empreendimento, em si contraditório, de “*reestruturar*” *sem mudar a própria estrutura* como encarnação da divisão hierárquica do trabalho social (exatamente como a social-democracia desejava *reformular o capitalismo sem alterar sua essência capitalista*), eles condenaram o sistema soviético a tropeçar de uma crise a outra.

Assim que a “crise do marxismo”, sobre a qual nas últimas décadas muito se escreveu, na verdade denotava a crise e a quase completa desintegração dos movimentos políticos que outrora professavam sua lealdade à concepção marxiana de socialismo. O clamoroso fracasso histórico dos dois movimentos principais – a social-democracia e a tradição bolchevique metamorfoseada em stalinismo – permitiu uma avalanche de todos os gêneros de propaganda triunfalista para celebrar a morte da ideia socialista como tal (MÉSZÁROS, 2002, p. 43). Por isso, a crítica de Mészáros (2002, p. 832) ao defensismo empreendido pela social-democracia, como o braço político e sindical, em sua longa história, primeiro perseguiu a alternativa de tentar introduzir grandes mudanças nas relações de classe predominantes graças à reforma parlamentar e, depois de poucas décadas de fracasso em levar adiante os objetivos da transformação socialista, terminou por renegá-los totalmente. De modo algum isso foi acidental ou simplesmente “traição pessoal” dos representantes da social-democracia parlamentar aos seus antigos princípios. O projeto de instituir o socialismo pelos meios parlamentares estava condenado desde o início, pois eles sonharam a realização do *impossível* e prometeram transformar gradualmente em ordem socialista – algo radicalmente diferente – um sistema de controle da reprodução social sobre o qual eles *não tinham, e nem poderiam ter, qualquer controle significativo dentro do Parlamento e por meio dele*.

Como vimos, Mészáros (2002, p. 832) é categórico em afirmar que “o capital – por sua própria natureza e suas determinações internas – é *incontrolável*”. Portanto, investir as energias

de um movimento social na “*tentativa de reformar* um sistema substantivamente *incontrolável* é um empreendimento muito mais infrutífero”, ironiza, dizendo que é um “trabalho de Sísifo”, já que a simples viabilidade mesmo da “reforma mais limitada é inconcebível sem a capacidade de exercer controle sobre aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que estamos tentando reformar”. Por isso, desde o princípio, isso foi o que condenou e tornou “autocontraditório o empreendimento parlamentar social-democrata”, e ainda assim, essa orientação dos partidos social-democratas persiste por décadas.

A próxima seção a complementar este capítulo tratará do processo dos limites absolutos do capital, que decorrem do desenvolvimento sistêmico, contraditório e expansionista do capital, cuja crise estrutural os ativa de forma intensiva.

2.6 Ativação dos limites absolutos do sistema do capital

Mészáros (2002, p. 991) analisa que o efetivo estabelecimento do capitalismo como um “sistema mundial economicamente articulado” contribui para a erosão e a desintegração das estruturas tradicionais parciais de estratificação e controle social e político, historicamente formadas e variáveis de local para local”, sem ser capaz de produzir um “sistema unificado de controle em escala mundial”. Por isso defende que, enquanto “prevalecer o poder do capital, o ‘governo mundial’ está fadado a permanecer um devaneio futuroológico”. Assim é que a “crise de hegemonia ou do Estado em todas as esferas” (Gramsci) tornou-se um fenômeno verdadeiramente internacional.

Observa o autor que, embora o “poder do capital, em suas várias formas de manifestação”, esteja “longe de ter se esgotado”, não consegue mais se expandir, uma vez que o capital opera sobre a “base da míope racionalidade do estreito interesse individual, do *bellum omnium contra omnes*: a guerra de todos contra todos”, constitui-se como um “modo de controle, por princípio, incapaz de prover a racionalidade abrangente de um adequado controle social”. E precisamente a necessidade deste controle é cada vez mais dramática e urgente (MÉSZÁROS, 2002, p. 993).

Apesar de constatarmos que a “consciência dos limites do capital tem estado ausente em todas as formas de racionalização de suas necessidades reificadas”, e não apenas nas versões mais recentes de ideologia capitalista, paradoxalmente, contudo, o “capital é agora compelido a tomar conhecimento de alguns destes limites”, ainda que, evidentemente, de “forma necessariamente

alienada”. Pelo menos agora os “limites *absolutos* da existência humana – tanto no plano militar como no ecológico – têm de ser avaliados, não importa quão distorcidos e mistificadores sejam os dispositivos de aferição da contabilidade socioeconômica capitalista”. Por isso não podemos descartar “os riscos de uma aniquilação nuclear, por um lado e, por outro, de uma destruição irreversível do meio ambiente”, tornando-se “imperativo criar alternativas práticas e soluções” que não aquelas fracassadas, o que acaba sendo “inevitável em virtude dos próprios limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana” (MÉSZÁROS, 2002, p. 993)

Mészáros (2002, p. 993-994) afirma que seria desnecessário dizer que os “limites do capital vêm acompanhados por uma concepção que procura extrair lucro até mesmo destas questões vitais para a existência humana”. As insensatas – porém, é claro, “racionais” do ponto de vista do capital – teorias (e práticas a elas associadas) da “crescente” indústria de guerra, segundo as quais a “corrida armamentista é a melhor maneira de se evitar a guerra”, têm dominado o “pensamento estratégico” nos últimos anos. E recentemente podemos observar a “proliferação de empresas parasitárias” – das menores às maiores – que tentam lucrar com nosso crescente esclarecimento sobre os perigos ecológicos, sem desconsiderarmos as “operações político-ideológicas associadas” a essas mesmas questões.

Mészáros (2002) relaciona quatro questões especialmente importantes para demonstrar a manifestação dos “limites absolutos” em discussão, sendo que chama a atenção também para o fato de que cada uma constitui o “ponto central” de alguma das grandes contradições a que se refere, são elas:

- (1) o antagonismo entre o capital transnacional que se afirma globalmente e os Estados nacionais, que continua irreconciliável apesar dos esforços mais do que ansiosos das personificações do capital no domínio político para tornar palatável o impulso para a “globalização” sob a hegemonia de um punhado de “jogadores globais”;
- (2) o impacto catastrófico das práticas produtivas do capital “avançado” sobre o ambiente natural, tendendo à destruição completa das condições mais básicas da reprodução sociometabólica;
- (3) a incapacidade total do sistema do capital – inclusive de suas variedades pós-capitalistas – de corresponder ao desafio irreprimível da liberação das mulheres, da igualdade real, expondo assim a vacuidade da forma tradicional de tratar o problema da desigualdade por meio de concessões formais/legais vazias e sob a hipócrita retórica de “oportunidades iguais”; e
- (4) o câncer do desemprego crônico que devasta o corpo social mesmo nos países de capitalismo mais avançado, ridicularizando o artigo de fé do consenso liberal-conservador-trabalhista posterior à Segunda Guerra Mundial que proclamou – e cuja realização reivindicou – o “pleno emprego numa sociedade livre” (MÉSZÁROS, 2002, p. 46-47).

Iniciamos comentando sobre o terceiro desses limites – o desafio irreprimível da liberação das mulheres, da igualdade real, pois queremos destacar que, neste aspecto, Mészáros também faz uma significativa recuperação do pensamento de Marx na abordagem do papel do ordenamento familiar para a ordem social, assim como Engels (1884), em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Observamos, também, que este é mais um aspecto da teoria marxiana que foi negligenciado pelo movimento marxista, desde Marx, não obtendo o realce e as considerações necessárias, como realizado por Mészáros.

Antes de tratarmos da abordagem de nosso autor, indicamos uma citação de Marx para relembramos que este situa essa questão, já no início de sua produção. Particularmente, no seu enfrentamento ao pensamento especulativo expresso em sua *Crítica da crítica contra Bruno Bauer e Consortes*, contra estes, inclusive, dialoga com os “textos do setor materialista do comunismo francês”, em especial Fourier, do qual considera “magistral” a sua “caracterização” sobre o “casamento”, citando-o quando diz que “ninguém paga mais caro do que o homem o facto de a mulher ser mantida em escravidão” (MARX; ENGELS, s/d, p. 300).

Observamos que Marx insere o tratamento dessa questão na análise que faz do próprio desenvolvimento histórico e social, cuja essência na sociedade burguesa transparece por seus antagonismos e contradições objetivas, condensados em sua expressão do “*bellum omnium contra omnes*”. Assim, considera que

A transformação de uma época histórica sempre determinável em função do progresso das mulheres no seu acesso à liberdade, pois é neste domínio, na relação da mulher com o homem, do fraco com o forte, onde se nota, com maior evidência, a vitória da natureza humana sobre a brutalidade. O grau de emancipação feminina é a medida natural do grau de emancipação geral. O aviltamento do sexo feminino é um traço essencial quer da civilização, quer da barbárie, com a única diferença de que a ordem civilizada eleva os vícios, que a barbárie pratica num modo simples, a um modo de existência composta, de duplo sentido, ambíguo e hipócrita... (MARX; ENGELS, s/d, p. 299).

Mészáros (2002) recorda-nos também a argumentação de Marx de que

nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais elevadas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais de sua existência (MÉSZÁROS, 2002, p. 467).

Isso é o que define os “limites estruturais últimos do capital como controle sociometabólico, abarcando toda a *época* para a qual suas forças produtivas podem ser desenvolvidas e estendidas”. Assim, as transformações mediadoras abertas ao capital como modo de controle são “coextensivas a tudo que possa ser compatível com estes limites definidos *por*

época”. Além disso, o autor destaca que “capital e trabalho são tão interpenetrantes no processo metabólico vigente, que os ajustes mediadores viáveis são necessariamente condicionados” – para melhor ou para pior – pelos movimentos estratégicos do adversário social do capital e, certamente, *vice-versa* (MÉSZÁROS, 2002, p. 467).

Mészáros (2002, p. 216) compreende que “todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente”. Nesse sentido, Mészáros (2002, p. 222) aponta-nos quatro questões referidas que foram selecionadas para indicar-nos da ativação dos limites absolutos do sistema do capital. No entanto, salienta-nos que as mesmas devem ser analisadas não como “características isoladas”, uma vez que cada uma delas é o “centro de um conjunto de grandes contradições. Como tais, elas demonstram ser insuperáveis precisamente porque, em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo”.

Uma das questões a serem analisadas pode ser identificada pelo “antagonismo estrutural inconciliável entre o capital global – irrestritamente transnacional em sua tendência objetiva – e os Estados nacionais necessariamente repressores”. Mészáros indica-nos que esse antagonismo é inseparável de (pelo menos) três contradições fundamentais as que existem entre:

- (1) *monopólio e competição*;
- (2) a crescente *socialização* do processo de trabalho e a *apropriação discriminatória e preferencial* de seus produtos (por várias personificações do capital – de capitalistas privados às autoeternizadoras burocracias coletivas);
- (3) a *divisão internacional do trabalho*, ininterrupta e crescente, e o impulso irreprimível para o desenvolvimento desigual, que, portanto, deslocam necessariamente as forças preponderantes do sistema global do capital (no período posterior à Segunda Guerra Mundial, basicamente os Estados Unidos) para a *dominação hegemônica* (MÉSZÁROS, 2002, p. 222).

O segundo conjunto de questões identificado por Mészáros (2002, p. 222) para caracterizar a ativação dos limites absolutos do capital “abrange todos os aspectos vitais das condições da reprodução sociometabólica”. Vão bem mais além e “não se restringem às questões ambientais apregoadas em altos brados, mas convenientemente limitadas, como a hipócrita preocupação dos círculos oficiais com o ‘buraco do ozônio’”, do qual algumas companhias transnacionais apenas se utilizam rapidamente para seus negócios e maximização dos lucros. Para Mészáros, essa discussão abrange desde

a alocação perdulária de recursos (renováveis ou não-renováveis) ao veneno que se acumula em todos os campos em detrimento das muitas gerações futuras; e isso, não

apenas sob a forma do irresponsável legado atômico para o futuro (tanto armamentos como usinas de energia), mas também no que diz respeito à poluição química de todo tipo, inclusive a da agricultura. Além do mais, com referência à produção agrícola, a condenação literal à fome de incontáveis milhões de pessoas pelo mundo afora é acompanhada das absurdas “políticas agrícolas comuns” protecionistas, criadas para assegurar o lucrativo desperdício institucionalizado, sem levar em conta as conseqüências imediatas e futuras (MÉSZÁROS, 2002, p. 222-223).

Mészáros alerta que “qualquer tentativa de tratar dos problemas relutantemente admitidos deve ser empreendida sob o peso proibitivo de leis fundamentais e antagonismos estruturais do sistema”. Por isso “medidas corretivas” contempladas em grandes encontros festivos – como a reunião de 1992 no Rio de Janeiro – acabam em malogro, pois estão subordinadas à perpetuação de relações de poder e interesses globais estabelecidos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 223). Complementa dizendo que a manifestação do processo de desintegração ocorre precisamente porque, devido às suas “contradições inerentes”, torna-se incapaz de “cumprir as funções vitais” que supostamente deve realizar na totalidade do intercuro social (MÉSZÁROS, 2002, p. 1010). Indica-nos de outra “contradição básica do sistema capitalista de controle”, aquele em que este não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas”. Quanto mais o sistema “destrava os poderes da produtividade, mais ele libera os poderes de destruição”; e quanto mais “dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante”. Assim que o real “conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a “*economia*” da produção do capital”, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por “usar com desperdício voraz os *limitados recursos* do nosso planeta”, o que é posteriormente “agravado pela *poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano*” decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes (MÉSZÁROS 2002, p. 1009).

A terceira grande questão a integrar a ativação dos limites absolutos do sistema do capital diz respeito, segundo Mészáros (2002), à

exigência elementar e politicamente irrefreável da liberação das mulheres – à guisa de permanente lembrete de promessas não cumpridas e não cumpríveis do sistema do capital – e transformam a grandiosa causa de sua emancipação numa dificuldade *não integrável* ao domínio do capital. Não pode haver nenhum modo de satisfazer a exigência da emancipação feminina – que veio à tona há muito tempo, mas adquiriu urgência num período da história que coincidiu com a crise estrutural do capital – sem uma mudança *substantiva* nas relações de desigualdade social estabelecidas. Neste sentido, o movimento feminista, que no início parecia ter um campo limitado, chega a uma audácia que vai muito além dos limites de suas necessidades imediatas; ele realmente questiona o âmago do sistema dominante de reprodução sociometabólica,[...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 223).

A quarta problemática a denunciar a ativação dos limites absolutos do sistema do capital, identificada por Mészáros (2002, p. 224-225), é a “questão do desemprego crônico, que traz à baila as contradições e os antagonismos do sistema do capital na forma potencialmente mais explosiva”. O autor considera que todas as medidas para tratar desse “profundo defeito estrutural do crescente desemprego tendem a agravar a situação, em vez de aliviarem o problema”. Considera relevante destacar que “o novo padrão de desemprego” que vem se delineando é a emergência do “desemprego crônico”, pois pode-se observar que, nas décadas recentes, o desemprego, nos países capitalistas altamente desenvolvidos, limitava-se, em grande parte, “aos bolsões de subdesenvolvimento”; e as milhões de pessoas afetadas por ele costumavam “ser otimisticamente ignoradas, no grande estilo de autocomplacência neocapitalista”, como representando os “custos inevitáveis da modernização”, sem que houvesse muita preocupação – se é que havia alguma – pelas repercussões socioeconômicas da própria tendência (MÉSZÁROS, 2002, p. 1004). Recorda-nos, ainda que, na medida em que a transformação predominante se dava na “substituição do trabalho *não qualificado* pelo qualificado, envolvendo grandes dispêndios de capital para o desenvolvimento industrial”, o assunto podia ser ignorado com relativa segurança, dada a “atmosfera de euforia” provocada pela “expansão”. Em tais circunstâncias, a “miséria necessariamente associada a todos os tipos de desemprego” – inclusive aquele produzido no interesse da “modernização” – podia ser “capitalisticamente justificada em nome de um brilhante futuro de consumo” para todos (MÉSZÁROS, 2002, p. 1004).

Naqueles dias, “milhões de pessoas desafortunadas, patéticas e ‘desprivilegiadas’ podiam ser facilmente relegadas à periferia da sociedade. Isoladas como um fenômeno social da ‘Grande Sociedade’ afluyente”, elas deveriam responsabilizar exclusivamente a sua própria “inutilidade” (falta de qualificação profissional, “preguiça” etc.) pelos seus apuros e resignar-se a consumir os restos do farto banquete neocapitalista, magnanimamente servido sob a forma de “benefícios”-desemprego e de cupons para o consumo dos excedentes invendáveis de alimentos. Não devemos esquecer que, naquela época, alguns dos mais “proeminentes economistas defendiam seriamente programas que teriam institucionalizado – em nome do ‘progresso técnico’ e da ‘minimização de custos’ – a condenação permanente de grande proporção da força de trabalho a uma existência brutalmente desumanizada”, na forma de “inatividade compulsória” e

da total dependência da “caridade social” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1004). No entanto, ao ignorar, sistematicamente, o fato de que a “tendência da ‘modernização’ capitalista e o deslocamento de uma grande quantidade de trabalho não qualificado, em favor de uma quantidade bem menor de trabalho qualificado”, ocorreu, em última “análise, a “*reversão* da própria tendência: ou seja, o colapso da ‘modernização’ articulado a um desemprego maciço”.

Mészáros (2002, p. 1004) acentua a gravidade de simplesmente *ignorar-se* esse fato, posto que seu “reconhecimento é radicalmente incompatível com a contínua aceitação das perspectivas capitalistas do controle social”, uma vez que

a contradição dinâmica subjacente que conduz a uma drástica reversão da tendência de modo algum é inerente à *tecnologia* empregada, mas à cega subordinação *tanto do trabalho como da tecnologia* aos devastadores e estreitos limites do capital como árbitro supremo do desenvolvimento e do controle sociais (MÉSZÁROS, 2002, p. 1004).

Mészáros observa que, frente à impossibilidade de reconhecer o caráter “socialmente determinado da tecnologia em questão”, sendo que, se assim o fizessem, seria o mesmo que “admitir as limitações socioeconômicas das aplicações capitalistas da tecnologia”, os “apologistas das relações capitalistas de produção” tiveram que

teorizar sobre o “crescimento”, o “desenvolvimento” e a “modernização” *enquanto tais*, em vez de investigar os modestos *limites* do crescimento e do desenvolvimento *capitalistas*. Razão pela qual também foram obrigados a discorrer sobre a sociedade “afluente”, “industrial-moderna” ou mesmo (até aqui p. 1004) (p. 1005) “pós-industrial” (!) e de “consumo” *enquanto tais*, em lugar de analisar a afluência artificial e contraditória da *sociedade de consumo produtora de desperdício* que depende, para seu ciclo de reprodução “industrial-moderno”, não apenas da mais cínica manipulação da demanda dos consumidores, mas também da mais desumana exploração dos “despossuídos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1004-1005).

Adverte que, embora, no tocante “à *tecnologia propriamente dita*, não haja, em princípio, razão para que a tendência de modernização e a transferência do trabalho não qualificado para o trabalho qualificado não possam prosseguir indefinidamente”, existe na realidade uma ótima razão para que essa tendência tenha de se repetir sob as relações capitalistas de produção, pelo modo como

os critérios desastrosamente restritivos da lucratividade e da expansão do *valor de troca* aos quais tal “modernização” está necessariamente subordinada. Assim, o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual (MÉSZÁROS, 2002, p.1005).

Da perpetuação dessa tendência resulta que o “problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*”, pois estes também, na atualidade, “disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis”. Igualmente,

a tendência da amputação “racionalizadora” não está mais limitada aos “ramos periféricos de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais *desenvolvidos* e modernizados setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial (MÉSZÁROS, 2002, p. 1005).

O inevitável de tudo isso é que o sofrimento gerado por toda essa situação atinge não somente a “multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas ‘desprivilegiadas’”, mas “*todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade*”. Portanto, podemos constatar que

não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico (MÉSZÁROS, 2002, p. 1005).

Apesar de tudo isso, adverte nosso autor que, muito embora o “estoque de contramedidas manipuladoras esteja longe de ter se exaurido, nenhuma dessas medidas é capaz de suprimir a própria tendência a longo prazo”. É sempre necessário frisar que Mézszáros delinea esse quadro como uma “*tendência* importante do desenvolvimento social e não algum determinismo mecânico que anuncia o colapso imediato do capitalismo mundial”. Contudo acredita que, independentemente do que seja e do

grau de sucesso das medidas que surjam, ou que sejam compatíveis com os requisitos e limitações básicos do modo de produção capitalista, o fato crucial é, e persiste sendo, que, sob as circunstâncias e condições atuais da produção do capital, a totalidade da força de trabalho se envolve numa confrontação cada vez mais intensa com o capital monopolista – o que traz consigo profundas consequências para o desenvolvimento da consciência social (MÉSZÁROS, 2002, p. 1005).

Assim, para finalizar esta seção e ressaltar o grau de complexidade destes problemas, realçamos ainda a indicação de Mézszáros (2002, p. 226) de que esses “limites absolutos do sistema do capital ativados nas atuais circunstâncias não estão separados, mas tendem, desde o

início, a ser inerentes à lei do valor”. Sendo assim, os mesmos “correspondem de fato à ‘maturação’ ou plena afirmação da lei do valor sob condições marcadas pelo encerramento da fase progressista da ascendência histórica do capital”. Da mesma forma que se pode dizer que a “fase progressista da ascendência histórica do capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema global do capital atinge os limites absolutos além dos quais a lei do valor não pode ser acomodada aos seus limites estruturais”.

Mészáros (2002, p. 227) lança-nos outro alerta sobre esses quatro conjuntos de problemas ameaçadores e de forças interativas, nas condições do desenvolvimento histórico que hoje se desdobram. Diz-nos que os mesmos já “não representam apenas uma *ausência* (que por si só já seria bastante ruim), mas um *impedimento atuante* para a acumulação tranqüila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital”. Nesse sentido, considera que a “ameaça da *incontrolabilidade*” lança uma sombra muito longa sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente singular de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução sociometabólica”. Assim, entendemos que Mészáros apresenta-nos não só um quadro da gravidade de cada um desses aspectos da “ativação dos limites absolutos sistema do capital”, mas um verdadeiro painel da luta de classes e dos desafios para a sobrevivência humana. E, sempre pautado na perspectiva teórico-prática da ontologia marxiana, entende Trabalho e Capital como categorias históricas que se desenvolvem no movimento da realidade e, assim, precisam ser atualizadas, de acordo com as mudanças significativas do desenvolvimento histórico desde a época de Marx.

Essa teoria, em sua fundamentação ontológica, analisa o processo histórico, buscando a gênese, a origem da sociedade humana, como chegamos até aqui, e como podemos superar o conjunto das alienações que se constituíram a partir da “autoalienação do trabalho”, e atingir um desenvolvimento mais pleno das potencialidades verdadeiramente humanas. Realiza um profundo e minucioso diagnóstico de como a humanidade vem se organizando para construir sua existência, e neste processo, como Marx identificou, só o Trabalho é uma condição ineliminável da existência humana. O homem nasceu com ele e não sobrevive sem ele. Nesse sentido, podemos depreender, como afirma Mészáros (2002), que,

enquanto o capital depende *absolutamente* do trabalho – no sentido de que o capital inexistente sem o trabalho, que ele tem de explorar permanentemente –, a dependência do trabalho em relação ao capital é *relativa, historicamente criada e historicamente superável*. Em outras palavras, o trabalho não está condenado a ser permanentemente contido no círculo vicioso do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 31).

Já o Capital é uma forma histórica circunscrita a uma época histórica, é uma ordem social específica, que tem uma gênese e uma origem, não existiu sempre e não precisa permanecer eterna. É um modo de existência específico, de como produzir e reproduzir a existência humana, como historicamente também tivemos a comunidade primitiva, os modos asiáticos, escravismo, feudalismo, capitalismo, pós-capitalismo (sociedades do “socialismo real”, que é compreendido por Mészáros como sendo sociedades do sistema do capital pós-capitalista).

Todos esses modos de existência, conforme relembra-nos Mészáros, tiveram e têm suas formas de ordenamento, de regulamentar sua ordem, cada um pautou-se ou na tradição ou em normas jurídicas/legais, órgãos de comando, até a formação do Estado moderno. Mas nosso autor enfatiza que todo ordenamento possui um “limite último”, “limites absolutos”, “sistêmicos”, que não podem ser superados sem desintegrar-se. Assim, Mészáros identifica que, devido ao agravamento das contradições fundamentais da ordem do capital, o sistema entrou em uma crise estrutural que ativa seus “limites absolutos”, no sentido de serem “insuperáveis na ordem do capital”, uma vez que integram suas determinações materiais objetivas.

Esses limites manifestam-se via produção destrutiva em si, na destrutividade da indústria bélica, que é preponderante na atualidade, e nos processos destrutivos dos recursos naturais fundamentais para a reprodução da vida humana. Adverte-nos o autor, no entanto, que essa lógica produtiva só é absurda do ponto de vista humano, sendo, do ponto de vista do capital, duplamente útil, pois, além de viabilizar o processo de acumulação, sobretudo, pelo Estado hegemônico estadunidense, é utilizada como intimidação para impor seu poder aos demais Estados, tanto àqueles considerados aliados, civilizados, ou cinicamente e religiosamente, tratados como Estados do “eixo do bem”, quanto àqueles decretados como inimigos, atrasados ou Estados do “eixo do mal”.

Essa rivalidade é insuperável, segundo Mészáros, devido à “falha estrutural do sistema do capital”, que constituído economicamente sem fronteiras, politicamente é ancorado nos Estados Nacionais, sendo impossível constituir o seu próprio Estado global. Com isso, o instável sistema de Estados mantém o mundo sob injustificadas e permanentes guerras localizadas e sob o risco de uma Terceira Guerra Mundial. Embora considere essa saída pouco provável, frente ao potencial de total aniquilação da vida na terra, mas não plenamente e definitivamente descartável, devido ao poder e comando irracional do sistema, seja por via da destruição inegável e visível do

ambiente natural imprescindível à vida humana, cujo desequilíbrio pode ser irreversível; seja pela via da total destruição bélica de uma Terceira Guerra Mundial, para a qual as grandes potências possuem arsenal para destruir o planeta, não só uma, mas cinco vezes, quando nada restaria. As duas possibilidades são insanas, do ponto de vista humano.

Considerando toda essa conformação entre os antagonismos estruturais fundamentais do sistema do capital em sua base material objetiva e caracterizada fundamentalmente como uma crise estrutural global, Mészáros analisa o papel do Estado. A categoria Estado é o tema do próximo capítulo, em que dissertaremos sobre o seu surgimento, desenvolvimento, necessidade e possibilidade de sua superação. Como analisa o autor, o Estado surge em reciprocidade dialética com os fundamentos da base material do sistema do capital e atua na complementação, manutenção e sustentação dessa ordem. Assim, como nosso autor perspectiva, *para além do capital*, projeta também sobre a necessidade e possibilidade do “*fenecimento do Estado*”.

3 ESTADO: PARA O CAPITAL, A PERMANÊNCIA; PARA O TRABALHO, A TRANSCENDÊNCIA

“A formação do Estado moderno é um constituinte essencial do sistema orgânico do capital.”

Mészáros*

Poderíamos entender que, quando o filósofo húngaro István Mészáros dedica um esforço intelectual, por 25 anos de sua vida, na elaboração principalmente de sua grande obra, que tem como foco e preocupação central contribuir para a elaboração de uma teoria da transição socialista, como indica o seu subtítulo, “rumo a uma teoria da transição”, e o título indica que vá *Para além do capital*, e quando ouvimos sua declaração pessoal na Conferência²⁴ intitulada “A Dialética de Lukács e o enigma do Estado”, proferida quando do lançamento no Brasil, em 26 de novembro de 2013, de sua obra *O conceito de dialética em Lukács*, de que dedicaria os anos de vida que lhe restavam para concluir sua obra sobre a teoria do Estado²⁵ é porque ele considera que a teoria social de Marx carece de uma teoria do Estado? Ou de uma teoria política válida, para conduzir com sucesso a luta revolucionária dos trabalhadores, de forma a serem bem-sucedidos no processo de superação e erradicação do sistema do capital, num processo de transição socialista que assegure a construção da sociedade comunista? Principalmente quando sabemos que o autor considera que não houve, nas experiências revolucionárias do século XX, uma transição socialista, sendo que analisa e critica, clara e exaustivamente, ao longo de sua obra, o modelo soviético de revolução; quando inclusive, coerentemente com essa análise, intitula-o “sistema do capital pós-capitalista” e, portanto, não como comumente faz-se referência, de “socialismo realmente existente”, pois Mészáros (2002, p. 561) constata o fato real de que, nessas sociedades, “não houve sinais de ‘fenecimento’ do Estado” e, contrariando as expectativas, os “acontecimentos reais” moveram-se na “direção oposta, fortalecendo maciçamente o poder do

* Mészáros (2002, p. 738)

²⁴ A Conferência, intitulada “A dialética de Lukács e o enigma do Estado”, foi proferida por István Mészáros no evento organizado pela Boitempo e pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG, no Auditório Nobre do CAD 1, do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, em 26 de novembro de 2013. Nesse evento, ocorreu também o lançamento do livro de Mészáros, *O conceito de dialética em Lukács*, traduzido e publicado no Brasil pela Boitempo.

²⁵ Parte desse esforço já está publicada em seu último livro, lançado no Brasil em 2015, sob o título *A montanha que devemos conquistar*, em cuja “Introdução” o autor nos informa que esta “é uma versão expandida de algumas palestras sobre o Estado realizadas em novembro de 2013 em quatro universidades brasileiras. Fará parte do volume vindouro, *Critique of the State [A crítica do Estado]*” (MÉSZÁROS, 2015, p. 16). Portanto, sua sistematização mais profunda sobre a teoria do Estado ainda não foi consumada.

político sobre e contra o corpo social”, e, ao contrário de “um processo sustentado de ‘fenecimento’”, o que tivemos foi um superdimensionamento do Estado, que passou a assumir “o controle sobre todas as facetas da vida social, e a ditadura do proletariado foi promovida ao *status* de ser a forma política permanente de *todo* o período histórico de transição”. Ao não se materializar, nessas experiências, a diretiva marxiana do necessário “fenecimento” do Estado, é um indicativo, para Mészáros, e pode ser para todos nós, da superação dessa tese marxiana? Quando Mészáros (2002, p. 597-598) ainda afirma que “a elaboração da teoria marxista do Estado hoje é ao mesmo tempo possível e necessária. Na verdade, é vitalmente importante para o futuro das estratégias socialistas viáveis”, e, ao prosseguir afirmando que não é “de modo algum surpreendente que Marx nunca tenha tido sucesso em sequer rascunhar os meros esboços de sua teoria do Estado”, significam, estas afirmações, que Mészáros considera que inexistente uma teoria do Estado em Marx? Ao contrário, para Mészáros (2002, p. 563), considerar a teoria marxiana do Estado inválida significa, na verdade, tornar “completamente insustentável” a teoria social de Marx como um todo, tendo-se em vista a centralidade que a “reciprocidade dialética entre base e superestrutura, entre as fundações materiais da sociedade e sua esfera política” tem na teoria de Marx. Mas não é contraditório dizer isso e, ao mesmo tempo, que Marx nunca sequer rascunhou sobre a teoria do Estado?

Neste capítulo, procuraremos explicitar e analisar a apropriação que Mészáros faz do que seja a elaboração marxiana sobre a política e o Estado e como, para nosso autor, ela articula-se a todo o “edifício” conceitual marxiano, por isso ele dizer que invalidá-la é torná-lo insustentável. E quanto a dizer que Marx não tenha sequer rascunhado sobre o Estado, Mészáros (2015, p. 38) esclarece que “um dos projetos importantes que Marx esperava realizar, particularmente em seus primeiros anos, era uma visão teórica geral dos problemas espinhosos do Estado”. Mészáros nos propicia elencar pelo menos três fatores em razão dos quais “esse projeto cada vez mais se afastou de seu horizonte”. O primeiro, de ordem pessoal; o segundo, de ordem sócio-histórica objetiva; e o terceiro devido aos “princípios metodológicos fundamentais” nos quais Marx orientou sua análise.

O primeiro, que nos remete ao terceiro, resulta de “seu envolvimento sempre mais profundo na crítica radical à economia política, o que exigiu um esforço monumental – que até mesmo consumiu dolorosamente sua saúde”. Mészáros (2015, p. 38) considera que esta é “apenas uma explicação parcial, ainda que compreensível em termos estritamente pessoais”. Mas o

segundo é “mais importante”, pois diz respeito ao “próprio desenvolvimento histórico objetivo”. Sendo caracterizado pelo recuo da “onda revolucionária do final da década de 1840”, seguida da “relativa estabilização da ordem social do capital”, ao se reerguer das “graves crises econômicas do final da década de 1850 e 1860, nas quais Marx e Engels depositaram tanta esperança em relação à possibilidade de uma mudança fundamental da sociedade”. Neste processo, tivemos também a explosão social, na forma da Comuna de Paris de 1871, que foi imediatamente sufocada, ao mesmo tempo em que se deu o “fortalecimento da solidariedade da classe burguesa contra o ‘inimigo comum’”. Assim, todos esses eventos tiveram “grande impacto sobre as perspectivas de desenvolvimento do movimento da classe trabalhadora”. E, claro, interferindo na priorização da meta inicial de Marx, uma vez que ele estava também íntima e diretamente associado a eles “em termos pessoais, como um intelectual militante e líder político da articulação organizacional do movimento, a Primeira Internacional” (MÉSZÁROS, 2015, p. 38).

O terceiro, de ordem metodológica, pode ser compreendido pelo “delineamento feito por Marx do plano geral” da investigação pretendida por ele e expressa, segundo Mézszáros, “em uma passagem-chave dos *Grundrisse*”. Mas, como sabemos, várias partes por ele sumariadas não foram cumpridas, entre elas o tópico sobre o Estado. Seu projeto deveria abordar:

- 1) os *determinantes gerais abstratos* que prevalecem em quase todas as formas de sociedade, mas no sentido acima explicado;
- 2) as categorias que compõem a *estrutura interna* da sociedade burguesa e na qual se apoiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. Suas relações internas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. Trocas entre elas. Circulação. Sistema de crédito (privado);
- 3) concentração da sociedade burguesa na forma do *Estado*. Vista em relação a si mesma. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida estatal. Ordem pública. A população. As colônias. Emigração;
- 4) as relações *internacionais* de produção. Divisão internacional de trabalho. Troca internacional. Exportação e importação. Taxa de câmbio;
- 5) *O mercado mundial e crises* (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 702).

Uma vez que se concentrou nas “categorias necessárias para compreender a estrutura interna da ordem social” do capital, segundo Mézszáros, “lastimavelmente, apenas os problemas enumerados em 2 foram trabalhados em detalhe nos livros publicados por Marx e nos manuscritos póstumos”. Mas, mesmo assim, neste tópico, “a questão fundamental das relações de classe praticamente não foi tocada, já que o manuscrito do terceiro volume de *O capital* foi interrompido exatamente no início da discussão desse assunto” (MÉSZÁROS, 2002, p.702-703).

Entendemos que essas razões, que nos são apresentadas por Mézszáros, esclarecem não somente quanto ao caráter inacabado do projeto marxiano, mas também sobre sua afirmação de

“que Marx não tenha sequer rascunhado sobre o Estado”. Muito embora não signifiquem que Marx não teorizou sobre a política e o Estado, ao contrário, segundo Mészáros, são claras as suas diretrizes quanto à necessidade do “fencimento” do Estado.

Quanto às experiências revolucionárias do século passado, Mészáros chama nossa atenção para que tais experiências realçam a necessidade de “um exame cuidadoso da teoria marxiana do Estado, à luz dos desenvolvimentos pós-revolucionários”. Afirma, nesse sentido, que “não é apenas o valor heurístico da teoria social que se coloca em questão, mas algo incomparavelmente mais tangível e imediato”. Para ele, essa questão torna-se particularmente aguda porque considera o atual “momento crítico da história”, e que ela tem “implicações políticas *diretas* para as estratégias de todos os movimentos socialistas existentes, tanto no Ocidente como no Oriente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 563). Por isso, considera inevitável realizar esse exame crítico e se disponibilizou a enfrentar os elementos da teoria marxiana, numa perspectiva positiva, e a contribuir com a iniciativa da elaboração de uma teoria da transição socialista. Em vez de tirar “conclusões apriorísticas” e ficar afirmando a existência de uma denominada “crise do marxismo”, e se deserdar desse campo, como fizeram muitos intelectuais, que outrora o integraram e passaram a somar-se ao coro dos tradicionais adversários da teoria social de Marx.

Como indicamos na “Introdução”, nas três grandes questões sobre as quais Mészáros se debruça ao longo de sua produção teórica, a preocupação com o Estado comparece. Por essas indicações iniciais, podemos perceber a importância de apreendermos sua concepção sobre a categoria Estado. Ainda que, como indica seu projeto mais sistemático de *Crítica do Estado*, não esteja consumado e o que publicou em *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado* (2015, seja apenas parte de um “volume vindouro”. Mesmo não sendo, portanto, uma obra conclusiva, este livro, ao centrar-se na “crítica socialista radical do Estado” (MÉSZÁROS, 2015, p. 89), possui o mérito de dar prosseguimento ao legado do autor, pois várias de suas teses são reafirmadas, e sua coerência em recuperar a radicalidade e a perspectiva revolucionária da teoria social marxiana permanece.

Consideramos que *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado* (2015) articula-se com toda a produção anterior do autor, pois reafirma, também nesta, a perspectiva totalizante e radical que adota em suas outras obras. Nesse sentido, procuramos compreendê-la no “espírito próprio da obra e do próprio autor”, situando-a e referenciando-a na

complexidade de sua produção teórica. Já na “Introdução” deste livro, o autor demonstra que seu projeto articula-se a um conjunto de difíceis questões teórico-práticas que “devem ser respondidas hoje” e leva-nos a refletir sobre

O que está acontecendo em nosso lar planetário nos críticos tempos atuais? Por que as soluções tradicionais do Estado não conseguem produzir os resultados esperados? O Estado, tal qual constituído historicamente, é mesmo capaz de resolver todos os nossos graves problemas ou o Estado como tal tornou-se um dos principais contribuintes para o agravamento de seus próprios problemas e para sua insolubilidade crônica? Quais são os requisitos de uma alternativa radicalmente diferente? Existem quaisquer perspectivas viáveis para o futuro, caso uma forma substancialmente diferente de controlar o metabolismo social não possa ser instituída em oposição à preponderância das perigosas determinações do Estado em falência? Existe uma saída do círculo vicioso ao qual estamos confinados pelas determinações estruturais incorrigíveis de controle sociometabólico do capital no domínio reprodutivo material e no âmbito de suas formações estatais necessárias? (MÉSZÁROS, 2015, p. 15-16)

Entendemos que essas questões apontam para as preocupações que movem a reflexão de Mézáros e articulam-se não só com suas inúmeras elaborações, mas também com o procedimento teórico-metodológico que adota em suas obras, rigorosamente matizado pela ontologia social marxiana, da nova filosofia e ciência instaurada por Marx, de não só interpretar o mundo, mas também transformá-lo, de não só compreender as “formas de ser, as determinações de existência” (MÉSZÁROS, 2015, p. 101), mas também apreender as possibilidades de sua “transcendência/superação” (MÉSZÁROS, 2015, p. 99), preocupação presente não só nesta indicação, mas que comparece em vários outros momentos de seu texto. Além desse livro, que trata especificamente da categoria Estado, esta é abordada também em outros títulos, como procuraremos desenvolver neste capítulo.

Assim, temos elementos, no decorrer das obras de Mézáros, que nos possibilitam cumprir um dos objetivos específicos que nos propusemos nesta tese: o de realizar uma análise de sua concepção sobre a categoria Estado. É o que buscamos explicitar nas seções que se seguem, nas quais procuramos analisar o que apreendemos, principalmente, em seu aspecto histórico e teórico-prático, pois não desconsideramos as diferentes concepções e as controvérsias existentes no movimento internacional da classe trabalhadora e, principalmente, as experiências revolucionárias históricas da tentativa de implementar uma nova ordem social e suas relações com o Estado. Ainda mais quando, como analisa Mézáros, faz-se necessário atentar para o imenso desafio que advém do necessário enfrentamento da perceptível crise política instaurada mundialmente.

Crise política que é analisada por nosso autor, não como algo conjuntural e removível por promessas (nunca cumpridas) de possíveis *ajustes* a serem feitos em cada novo pleito “democrático”. Enfatiza ele que a natureza da crise política é também estrutural e vincula-se à crise estrutural abrangente, que afeta todas as esferas produtivas e reprodutivas da ordem vigente, atingindo os limites absolutos do sistema do capital em superá-la. Por isso aponta para a necessidade e a possibilidade de transitar para uma nova forma de sociabilidade, que, segundo o filósofo, passa pela necessidade de erradicar todas as “mediações de segunda ordem”, entre estas, claro, o Estado.

Conforme procuraremos dissertar neste capítulo, Mészáros concebe a atualidade do pensamento original marxiano da política e do Estado, e avalia que esta é a única alternativa tanto à concepção liberal quanto às fracassadas tentativas de superação da ordem burguesa, seja pela via reformista da social-democracia, seja pelo modelo soviético. No entanto, enfatiza como extremamente necessário considerar as transformações que ocorreram, desde a época de Marx, e que afetaram tanto as forças do trabalho quanto as do capital e o papel do Estado na manutenção da ordem vigente.

Portanto, neste capítulo, analisaremos a elaboração de Mészáros sobre o papel da política e do Estado, sendo que, na primeira seção, apresentamos a compreensão de Mészáros sobre a teoria liberal do Estado e sua vinculação à perspectiva da perpetuação da ordem do capital; na segunda seção, a teoria política de Marx; na terceira, a natureza do Estado como um imperativo corretivo do sistema do capital; e na quarta seção, a política radical e princípios orientadores de uma teoria da transição socialista: emancipação do trabalho, para além do capital e fencimento do Estado.

3.1 O Estado do ponto de vista do Capital - Hegel, seu maior ideólogo

Segundo Mészáros (2002, p. 68), não somente Hegel, o maior filósofo que adotou o ponto de vista do capital, cujos princípios fundamentais são extraídos da economia política clássica, mas todos aqueles que compartilham o “ponto de vista do capital” tentam justificar a permanência do Estado. Assim Hegel, partindo desse ponto de vista, realiza uma “análise circular” e concebe que “a ‘história do mundo’ se desdobrava pelo domínio da atividade própria do ‘Espírito do Mundo’, que se consuma como uma ‘intranscendível ordem mundial’ da ‘sociedade civil’ capitalista e seu ‘Estado ético’”. Considera-se, assim, que “Hegel é o primeiro

teórico da tese do ‘Fim da História’, e é a sua maneira de dizer o jargão da atualidade, de que ‘*não há alternativa*’”, cuja perspectiva é “entusiasticamente adotada no século XX por todos os apologistas do sistema do capital e de sua alegada insuperável “modernidade”” (MÉSZÁROS, 2002, p. 70-71).

Mészáros (2002, p. 53-54) destaca Hegel para dizer da forma como seu legado foi apreendido pelo marxismo. Considera que o “legado hegeliano representou um problema difícil para o movimento socialista, tanto no sentido positivo quanto no negativo”. Acredita que Marx “aprendeu com ele”, “apropriando-se de suas grandes realizações, por um lado e, por outro, sujeitando suas mistificações eternizadoras do capital a uma crítica radical”. Indica-nos “três razões para se concentrar a atenção na obra de Hegel, ao longo do processo de articulação da concepção marxiana”.

Mészáros (2002, p. 54) condidera que como “a filosofia de Hegel foi originalmente concebida em circunstâncias históricas de grandes conflitos sociais e – apesar dos ajustes conservadores de seu autor em seus últimos anos”, manteve “as marcas de uma era dinâmica de transição”. E exatamente por isso essa filosofia pode abrir-se a uma “série de interpretações radicais, inclusive a mais impressionante e abrangente de todas, corporificada no socialismo marxista”.

Pela “importância vital da dialética objetiva” característica dessa filosofia, Mészáros (2002, p. 54) não se surpreende pelo fato de, por volta dos anos 1920, “os burocratas stalinistas da Terceira Internacional tivessem adotado a mesma linha de abordagem negativa do legado de Hegel, tornando-se assim companheiros da social-democracia reformista bernsteiniana, apesar de suas diferenças retóricas”. Pois, pelos rumos adotados, e por lamentável que seja, não admitiam, na sociedade socialista, pensadores dialéticos, rotulando negativamente como insulto e excomungando de “hegeliano” quem divergia da “ortodoxia recentemente instituída do Comintern”.

Entende Mészáros (2002, p. 55) que essa postura é compreensível, pelo fato incômodo de a filosofia hegeliana compreender “a história como um movimento objetivo inexorável, com uma lógica própria irresistível que não poderia ser atenuada por projetos subjetivos sonhados nem pela correspondente intervenção voluntarista”, característica persistente do pensamento soviético na época. Mas claro que essa marca de Hegel não anula, ao mesmo tempo, sua tentativa de “encerrar arbitrariamente, em seus textos, a dinâmica histórica no ponto central do presente

eternizado do capital sob a supremacia colonial européia”. Isso exatamente porque, como “Adam Smith, Hegel adotou o ponto de vista do capital, incorporando com grande sensibilidade os princípios fundamentais da economia política de Smith em sua própria magistral concepção filosófica”.

Mészáros (2002, p. 55) realça que como Hegel, justamente nos anos mais importantes de sua formação intelectual, foi “contemporâneo da Revolução Francesa de 1789 e de todos os levantes sem precedentes históricos que a seguiram”. E como estes eventos foram “dotados, pela primeira vez na história, de um sentido significativamente global”, é inegável que estes vão repercutir em sua teoria pela incorporação da “categoria dialeticamente definida da *contradição*”.

Assim que a categoria da “*contradição*” assume um “lugar de importância central em seu sistema, ainda que tratasse as relações sociais incorporadas nessa categoria de forma extremamente abstrata e idealista”, o que acabava por atenuar, assim, “suas implicações explosivas no modo de reprodução sociometabólica do capital”, mesmo que, ao longo de suas “sínteses conciliatórias idealistas”, Hegel tenha delas abolido “completamente os antagonismos percebidos da dinâmica histórica objetiva”, o que Mészáros (2002, p. 55) enfatiza é “a importância do simples fato de que uma filosofia concebida do ponto de vista do capital, em determinado estágio do desenvolvimento histórico, tenha reconhecido os antagonismos históricos objetivos”. Mészáros (2002, p. 56) destaca que a teoria de Hegel foi “articulada num momento histórico em que, em consequência da Revolução Francesa, os notáveis representantes intelectuais da burguesia em ascensão” debatiam o fato “desagradável de que o “Terceiro Estado”, longe de ser homogêneo, estava profundamente dividido por interesses de classe conflitantes”. Isso porque “no mínimo *esperavam*, que os interesses divergentes de classe identificados viessem a ser solucionados sob alguma força ou ‘princípio’ universalmente benéficos”.

Mas claro que, depois das “revoluções de 1848/1849”, como observa Mészáros (2002, p. 56), era em vão qualquer esperança num “discurso filosófico legítimo”. Assim que a “universalidade” e os termos de sua realização foram teorizados por Hegel, de modo a buscar a “superação de interesses egoístas de classe, por meio da ação da ‘classe universal’ de funcionários públicos altruístas, que supostamente compensariam, no Estado idealizado, as determinações inalteravelmente egocêntricas da ‘sociedade civil’”. Mas, como o “injustificado

postulado hegeliano” da “classe universal”, involuntariamente admitia a presença de alguns “defeitos estruturais na ordem social estabelecida”, o que era indesejável e, no final das contas, “Hegel teve de se tornar um ‘cachorro morto’ para sua própria classe e sua visão histórica pioneira teve de ser inteiramente abandonada”.

Por isso, segundo Mészáros (2002, p. 56), o próprio Marx, numa perspectiva socialista, saiu em defesa do “legado hegeliano num sentido historicamente qualificado”, concentrando a “atenção na dialética objetiva do próprio processo histórico: suas *continuidades na descontinuidade* e suas *descontinuidades na continuidade*”. Mészáros justifica que as “ideias de Hegel poderiam e tinham de ser preservadas”, porque

havam emergido daquela *continuidade* objetiva de relações antagônicas de classe que o projeto socialista tentava dominar à sua maneira. Ao mesmo tempo, o horizonte limitador da visão de Hegel – a “conclusão” a-histórica, marcada pela determinação de classe, de seu silogismo histórico: a ordem sociometabólica eternizada do capital – teria de submeter-se a uma crítica radical, como premissa prática objetiva inevitável, mas de modo algum permanentemente dominante (MÉSZÁROS, 2002, p. 56).

Segundo Mészáros (2002, p. 56), é exatamente “a necessária *descontinuidade* da mudança estrutural radical” que será o “alvo real” visado por Marx, ao elaborar que a “mudança estrutural radical” só poderia ser atingida pela “superação das relações de hierarquia e dominação além da ascendência histórica objetiva do capital – sem o qual o projeto socialista não poderia dar certo”.

Mészáros (2002, p. 57) realça ainda que as marcas da contradição não puderam estar ausentes do horizonte desse grande pensador, pelo fato de Hegel ter sido

contemporâneo da Revolução Francesa e suas turbulentas consequências. Ele acompanhou com vivo interesse as primeiras sublevações na França e por toda a Europa em meio às guerras napoleônicas. No momento em que encerrou *A fenomenologia do espírito*, residia em Iena e testemunhou a vitória de Napoleão nos morros vizinhos, comentando que vira o “Espírito do Mundo” realizando seu projeto montado num cavalo. E, mais importante ainda, ele também testemunhou, com razoável capacidade de previsão, a emergência da classe trabalhadora como força política e social independente que, mesmo de forma hesitante, começava a agir em seu próprio nome e não mais apenas como parte subordinada do “Terceiro Estado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 57).

Assim, Mészáros (2002) compreende que, embora Hegel tenha evitado a “armadilha do *otimismo acrítico*”, acabou por apresentar, nos termos de Marx, um “sistema de *positivismo acrítico*”, no que diz respeito à ordem burguesa. E assim vai elaborar a primeira concepção de “fim da história”, na medida em que, em sua concepção, as pessoas, “todas elas, mesmo as que

tinham uma posição de ‘individualidades históricas mundiais’ (como Napoleão, seu grande contemporâneo)”, eram descritas como

instrumentos nas mãos da Razão/ Espírito do Mundo e, por isto, destinadas meramente a levar adiante, de maneira inconsciente, os *desígnios do Espírito do Mundo*, simultaneamente à perseguição de suas próprias metas limitadas. Daí sua mensagem de que *tínhamos chegado* ao estágio histórico final, além do qual seria inconcebível sequer tentar prosseguir sem autocontradição, pois o que até então fora realizado não resultava de um empreendimento humano limitado, mas era a jornada – prevista desde o início – da autorrealização do Espírito do Mundo, culminando, no plano do esforço humano, na ordem última do *capital permanente universal* (MÉSZÁROS, 2002, p. 57).

Assim, Mézáros (2002, p. 57) destaca o grande contraste da interpretação hegeliana com a “interpretação de Marx acerca do desenvolvimento histórico em curso”, uma vez que

a adoção por Hegel do capital como horizonte absoluto insuperável e como a culminação da história do homem e suas instituições concebíveis, coroado pelo Estado “germânico” capitalista (a encarnação do “princípio do Norte” de Hegel), orientou o “positivismo acrítico” do grande dialético para a ordem estabelecida. Um ponto de vista apoloético que terminou por prevalecer no sistema de Hegel, apesar da resignação com que ele descrevia o papel da filosofia em relação aos desenvolvimentos inalteráveis decididos pelo Espírito do Mundo. A adoção desse ponto de vista inevitavelmente também significou uma atitude cega de Hegel em relação à dimensão *destrutiva* do capital como sistema de controle (MÉSZÁROS, 2002, p. 57-58).

Mézáros (2002, p. 59) avalia que, apesar de todas as “recaídas e reverses históricos que tendem a reforçar o ‘positivismo acrítico’, a tarefa de quebrar o encanto do ‘capital permanente universal’ de Hegel permanece dentro da agenda histórica”. O que realmente torna a situação de hoje particularmente grave em relação à época de Marx é que a presente articulação do capital como um sistema global, na forma da acumulação de suas forças repressivas e interdependências paralisantes, nos coloca diante do *espectro da incontrolabilidade total*.

É muito instrutiva a elaboração que Mézáros (2002) realiza sobre o que seja uma concepção “histórica legítima” em seus elementos “essenciais”. Diz-nos que o “desenvolvimento da consciência histórica está centrado em torno de três grupos fundamentais de problemas”, quais sejam:

- 1) a determinação da *ação* histórica;
- 2) a percepção da mudança não como simples lapso de tempo, mas como um movimento de caráter intrinsecamente *cumulativo*, implicando alguma espécie de avanço e desenvolvimento;
- 3) a oposição implícita ou consciente entre a universalidade e a particularidade, visando obter uma *síntese* de ambas, de modo a explicar historicamente eventos relevantes em termos de seu significado mais amplo que, necessariamente, transcende sua especificidade histórica imediata (MÉSZÁROS, 2002, p. 59).

Por isso, Mészáros (2002, p. 59) considera que não é o bastante conceber genericamente que “o homem é o ator da história”, caso a “natureza da própria mudança histórica não for devidamente apreendida ou se o complexo relacionamento entre particularidade e universalidade for violado em relação ao sujeito da ação histórica”. Da mesma forma, o conceito de “progresso humano como tal”, tomado em separado das outras “duas dimensões da teoria histórica, é facilmente conciliável com uma explicação inteiramente a-histórica quando se considera a atuação supra-humana da ‘Divina Providência’ como a força motora das mudanças ocorridas”.

Assim, Mészáros (2002, p. 60) realça que a filosofia de Hegel foi a primeira a apresentar uma “concepção global da história”. Foi ela que tentou “sintetizar a dinâmica histórica em sua integridade como processo de ‘autodesenvolvimento’”. Por isso ele encontra-se “muito além até mesmo de seus maiores predecessores neste terreno, como Vico e Kant”, pois,

Hegel ofereceu uma narrativa de eventos e transformações reais da história em termos das necessidades subjacentes de uma *história do mundo* que se desenrolava e da concretização da liberdade. Até onde era compatível com seu ponto de vista social – e somente até aí –, a filosofia de Hegel fez a tentativa mais coerente de satisfazer todos os três critérios da legítima concepção histórica acima mencionada. Ele tentou tornar a história inteligível em relação a uma atuação que *tinha de* empenhar-se para se manter na estrada da “história do mundo” que se desenrolava e que levou ao moderno “Estado germânico” (MÉSZÁROS, 2002, p. 60).

Mészáros (2002, p. 60) identifica como positiva a concepção de Hegel de “tempo histórico”, para o qual este “não era a sucessão de narrativas detalhadas que falavam apenas por si, nem a concatenação de ciclos repetitivos, mas o tempo de um inesgotável movimento de avanço na realização da ideia de liberdade”. Por isso,

ele ofereceu uma explicação em termos da dialética entre particular e universal, no sentido de que seu conceito de ação histórica não era uma particularidade limitada nem a “Divina Providência” em seu sentido diretamente religioso (o que obscurecia até mesmo as visões históricas progressistas de Vico e Kant), mas sujeitos identificáveis, de nações e povos registrados nas crônicas até como “indivíduos históricos do mundo”, como Alexandre Magno, Júlio César, Lutero e Napoleão (MÉSZÁROS, 2002, p. 60-61).

Mas o inevitável é que Hegel, ao identificar-se com o “ponto de vista do capital, com todas as suas inevitáveis limitações”, assim como os “grandes economistas políticos ingleses e escoceses”, não pode “conceituar a história como algo *irreprimivelmente aberto*”, pois os “determinantes ideológicos de sua posição estipulavam a necessidade de conciliação com o presente e daí o arbitrário *encerramento* da dinâmica histórica no quadro da ‘sociedade civil’ capitalista e de sua formação do Estado”. Deste “ponto de vista”, a “história poderia ser tratada

como aberta, desdobrando-se objetivamente” só até o presente, no tocante à “direção de um futuro radicalmente diferente”, as portas teriam de “continuar fechadas”. Assim, a “necessidade ideológica de justificar tal encerramento da história levou Hegel à identificação de *racionalidade* com *realidade*, de onde poderia derivar a equação de realidade e *positividade*, harmonizada com inevitável resignação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 61).

Assim, apesar de suas primeiras intenções, Hegel acaba por justificar a eternização do capital, pois sua “teleologia semiteológica característica da ‘sociedade civil’ capitalista, em sua reciprocidade circular com o Estado burguês, afirmava-se como último referencial conciliatório – e ‘ponto final’ – do sistema hegeliano”. Por isso Mézszáros destaca que não é nada espantosa a afirmação de Hegel – ideia inclusive presente no discurso mistificador hegemônico do Estado norte-americano de que a imposição de seus interesses aos demais é feita em nome da “Liberdade” – de que

Na história do mundo, só podemos observar os povos que formam um Estado. Devemos entender que este último é a realização da Liberdade, ou seja, da *meta final absoluta*, que existe *para si mesmo*. Deve-se ainda entender que todo o mérito que possui o ser humano – toda a realidade espiritual –, ele só o possui por meio do Estado. ... Pois a Verdade é a Unidade da Vontade subjetiva universal; e o *Universal* será encontrado no Estado, em suas leis, em seus arranjos universais e racionais. *O Estado é a presença da Ideia Divina na Terra* (HEGEL *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 61).

Com isso, Mézszáros (2002, p. 568) situa-nos que, comparando a concepção de Estado em Hegel e Marx é notável que “seus discursos pertencem a universos completamente diferentes”. Em Hegel, apesar de admitir “contradições”, o Estado é idealizado, eternizado, apresentado “sem crítica”, de modo a “racionalizar e legitimar a ordem sociometabólica vigente do capital como absolutamente insuperável”. Pois

Hegel deseja preservar (de fato, glorificar) o Estado, inventando a classe burocrática “universal” como um *Sollen* quintessencial (um “dever ser”); esta cumpre a função de conciliar as contradições dos interesses em guerra ao preservá-los, protegendo e assegurando desse modo a permanência da estrutura estabelecida da sociedade em sua forma antagônica (MÉSZÁROS, 2002, p. 568).

Assim que, para Mézszáros (2002, p. 568), mesmo Hegel tendo reconhecido “plenamente o imperativo de uma solução “universal” que deveria superar as colisões das parcialidades em guerra”, ao adotar o “ponto de vista da economia política (isto é, o ponto de vista do capital), compartilhado com seus grandes antecessores ingleses e escoceses”, Hegel foi compelido a “transubstanciar os elementos percebidos de uma realidade inerentemente contraditória na figura-fantasia, ‘universalmente’ reconciliatória e pseudoempírica, do altruísta burocrata-estatal”. Mas mesmo tais mistificações, segundo Mézszáros, não podem “obliterar as realizações de Hegel”,

devido às quais ele se “encontra num nível de teorização política qualitativamente superior ao de qualquer outro antes de Marx, inclusive Rousseau”. Por isso, embora a “reciprocidade entre sociedade do capital e Estado burguês” já estivesse presente em Hegel, mas este identificou-se com o “ponto de vista do capital, com todas as suas inevitáveis limitações”, não pode “conceituar a história como algo *irreprimivelmente* aberto”, como em Marx. Assim, “os determinantes ideológicos de sua posição estipulavam a necessidade de conciliação com o presente e daí o arbitrário encerramento da dinâmica histórica no quadro da ‘sociedade civil’ capitalista e de sua formação do Estado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 61).

Mas como “na época em que Hegel escreveu a Filosofia da história e a Filosofia do direito”, bem depois da conclusão das guerras napoleônicas e da consolidação da nova ordem social, os antagonismos da “sociedade civil” e seu Estado político estavam por demais em evidência para reafirmar as ilusões e os postulados morais iluministas de Kant, assim a “determinação do comportamento do Estado pelos interesses materiais da ‘sociedade civil’ devia ser aceita como o que parecia ser, do ponto de vista da própria economia política” (MÉSZÁROS, 2002, p. 61). Nos termos a seguir, segundo Mézáros (2002), Hegel, na *Filosofia do direito*, identifica as mudanças e os conflitos que se desdobravam:

Em seus súditos, um Estado tem conexões disseminadas e interesses variados, e estes poderão ser pronta e consideravelmente prejudicados; no entanto, permanece inerentemente indeterminável saber-se quais desses prejuízos devem ser encarados como quebra específica do trato ou insulto à honra e à autonomia do Estado (HEGEL *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 62).

Mészáros (2002, p. 62) considera que, tanto em Kant quanto em Hegel, via-se como “premissa indispensável para todas as demais explicações a permanência da ‘sociedade civil’ e todas as suas contradições”. Assim, a “difícil fusão dos inúmeros componentes diferentes do processo histórico foi descrita por Hegel”, nos seguintes termos:

Os Estados estabelecem relações entre si como entidades particulares. Por isso, numa escala mais geral, suas relações são um turbilhão de contingências externas e da particularidade íntima de paixões, interesses privados e metas egoístas, capacidades e virtudes, vícios, força e erros. Tudo isso rodopia em conjunto e, em seu vórtice, o próprio conjunto da ética, a autonomia do Estado, está exposto à contingência. Os princípios dos espíritos nacionais estão inteiramente restritos por sua particularidade, pois é nesta particularidade que, como indivíduos existentes, eles têm sua realidade objetiva e sua autoconsciência (HEGEL *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 62).

Mészáros (2002, p. 62) considera que, em Hegel, “havia novamente uma percepção profunda indissolúvelmente combinada a uma mistificação apologética”. Desse modo, “Hegel

admitia que no processo histórico há uma legalidade inerente que necessariamente transcende as limitadas aspirações egocêntricas dos indivíduos particulares”. Hegel apreende “o caráter objetivo das determinações históricas” invariavelmente da única maneira “viável do ponto de vista do capital e sua ‘sociedade civil’: o conjunto paradoxalmente consciente/inconsciente de interações individuais, efetivamente derrotado pela ‘astúcia da Razão’ totalizadora”.

Assim, Mészáros (2002, p. 62 - 63) observa que não somente Hegel, mas em toda a “tradição filosófica burguesa”, descreve-se a lei histórica de forma a atribuí-la a uma “força que se afirmava e impunha suas próprias metas acima e contra as intenções, desejos, ideias e planos conscientes dos seres humanos”. É o que se depreende das teorizações como: “a ‘providência’ de Vico, a ‘mão oculta’ de Adam Smith, o ‘plano da natureza’ providencial de Kant ou a ‘astúcia da Razão’ de Hegel”. Assim que a “possibilidade de um sujeito coletivo real como ator histórico – materialmente identificável e socialmente eficaz – era algo totalmente incompatível com o ponto de vista eternizado da ‘sociedade civil’”. Portanto, não havendo, nestas concepções, qualquer “atuação histórica transindividual”, somente uma “ação supraindividual” (consequentemente, também supra-humana), seria compatível com o ponto de vista do capital – e com o correspondente “ponto de vista da economia política” –, postulando assim a misteriosa solução das incontáveis contradições da “sociedade civil” fragmentada, sem alterar sua base material. Em outras palavras, a projetada solução hegeliana não visava a nenhuma mudança significativa na própria “sociedade civil” existente e inerentemente dilacerada por conflitos. Assim, Hegel postulava como a “solução e reconciliação de todas as contradições” do processo histórico em andamento, com as seguintes afirmações

O reino do fato se desfez de sua barbárie e de seu capricho amoral, ao passo que o reino da verdade abandonou o mundo do além e sua força arbitrária, de modo que a verdadeira reconciliação, que expõe o Estado como a imagem e realidade da razão, tornou-se objetiva. No Estado, a consciência encontra a realidade de sua vontade e de seu conhecimento substantivos em um desenvolvimento orgânico (HEGEL apud MÉSZÁROS, 2002, p. 63).

Portanto, Mészáros (2002, p. 63-64) afirma que Hegel, mesmo tendo muitas vezes protestado contra “a intrusão do ‘deveria’ na filosofia”, utiliza-se claramente do “deveria” da “racionalização do desejo” como sua “própria maneira de fazer o desenvolvimento histórico culminar no Estado moderno definido como imagem e realidade da razão”. Assim, foi o “próprio Hegel quem chamou enfaticamente” a atenção para a “questão do desenvolvimento global”, ainda

que de “forma idealista”, em suas “duas obras estreitamente interligadas: *A filosofia da história e A filosofia do direito*”.

Desse modo, Mészáros (2002, p. 64-65) pontua que Hegel postula o “fim da história” em seu *A filosofia da história*, quando, ao “examinar o rumo do desenvolvimento histórico do mundo e após definir sua essência como ‘a necessidade Ideal de transição’”, concluiu que “A História do Mundo viaja do Oriente para o Ocidente, pois a Europa é absolutamente o fim da história”. Para, finalmente, afirmar que “não há mais transição, pois atingimos ‘absolutamente o fim da história’, após o que só se pode pensar em ajustes mínimos na ordem do Espírito do Mundo, a que finalmente se chegou”. Sendo, naturalmente, a “maneira de Hegel dizer: ‘Não há alternativa!’”.

Assim, Mészáros (2002) conclui que, para além dessa teorização, a questão fundamental permanece ao indagarmos se “estaremos realmente destinados a viver para sempre sob o encantamento do sistema global do capital, glorificado em sua conceituação hegeliana, resignados”. Uma vez que a “teoria liberal”

é nada mais que uma teoria da transição: e nisto uma teoria das mais peculiares. Ela opera no interior da moldura que tem um conjunto de *pressuposições ideológicas* como seus pontos de referência *permanentes*, produzindo a *aparência* de um movimento para um fim que, sempre inquestionavelmente, é considerado garantido. Assim, a “natureza humana possessiva”, o inevitável conflito dos indivíduos egoístas; a “mão invisível” miraculosamente benfazeja e a não menos miraculosa “maximização das utilidades individuais”; o conjunto hierarquicamente ordenado das relações sociais na “sociedade civil” e o Estado político correspondente, são os parâmetros absolutos cuja *continuidade* constitui o objetivo central da *estruturalmente apologética* teoria liberal da transição (MÉSZÁROS, 2002, p. 525).

No liberalismo, somos apresentados a um programa de transição dos *absolutos* da sociedade advogada para a sua *preservação* mais eficaz. Em outras palavras, recebemos a oferta de uma “transição” dos conjuntos *dados* de relações sociais para a sua reprodução – por meio de variações de “engenharia social”, da “arte do compromisso”, da política do “consenso” etc. –, numa forma parcialmente alterada mas *estruturalmente idêntica*. Assim, nada poderia dar uma descrição mais adequada da teoria liberal da transição que o ditado segundo o qual *plus ça change, plus c’est la même chose* (“quanto mais muda, mais permanece o mesmo”). Isso porque a teoria liberal é, em si, a-histórica e anti-histórica, o que tornou imperativo para Marx rejeitar radicalmente a problemática liberal como um todo no curso de sua elaboração da concepção materialista da história (MÉSZÁROS, 2002, p. 525).

3.2 Teoria política de Marx

Percebemos que Mészáros, além de procurar realizar uma atualização das categorias marxianas frente ao desenvolvimento histórico, da época de Marx aos nossos dias, procura também recuperar a dialeticidade dessas categorias, em suas inter-relações complexas, preocupação manifesta em vários momentos de sua obra. O autor húngaro declara que, embora relevantes e fundamentais para a alternativa socialista, elas foram negligenciadas pelo marxismo, com consequências desastrosas para o movimento emancipatório da classe trabalhadora, como atestam os desdobramentos das experiências revolucionárias do século XX. Entre estas, abordaremos mais diretamente, neste momento, a concepção marxiana da política, e o Estado em sua relação com as categorias Trabalho e Capital, tratadas no capítulo anterior.

Nesse sentido, para Mészáros (2006), é compreensível que, para o marxismo que negligenciou Marx, tal como para a filosofia que foi dominada por “várias tendências de empirismo e formalismo positivistas”, o caráter ontológico do pensamento marxiano não seja apreendido e, juntamente com ele, o caráter negativo que Marx atribui à política. Por isso vários “conceitos usados por Marx – talvez a maioria de seus conceitos fundamentais” – pareçam “estranhos, ou talvez mesmo totalmente sem significado ou autocontraditórios, a todos os que estão habituados à enganosa ‘simplicidade do senso comum’ do empirismo positivista, ou à clareza esquemática e linear do formalismo filosófico, ou a ambos” (MÉSZÁROS, 2006, p. 18).

Então nos parece muito importante atentarmos para o alerta que Mészáros (2006, p.19) faz de que, para compreendermos a “unidade e a coerência interna” do pensamento e da visão de mundo de Marx, é fundamental entender que “toda a estrutura da teoria de Marx é dialética, seus conceitos fundamentais simplesmente não podem ser entendidos fora da inter-relação dialética” (Aliás, entendemos que esse mesmo procedimento pode e deve ser aplicado na leitura e na interpretação de Mészáros)

De acordo com Mészáros, (2006, p. 19) “o leitor deve lembrar-se constantemente de que está lidando com complexidades de uma estrutura de discurso dialética”, na qual cada “microcosmo é um macrocosmo”, em suas “múltiplas interligações dialéticas” ou mesmo das suas “interligações estruturais fundamentais”, ou ainda da “reciprocidade dialética” entre a base material objetiva e a superestrutura geral. Nesses termos que, para Mészáros, se a “teoria marxiana do Estado” fosse inválida, “o marxismo como um todo se tornaria completamente insustentável, em vista da centralidade” que a “reciprocidade dialética entre base e superestrutura,

entre as fundações materiais da sociedade e sua esfera política” tem na teoria de Marx (MÉSZÁROS, 2015, p. 113-115). E já que, no sistema do capital, essa relação comparece como um “círculo vicioso”, na “forma de uma dialética atrofiada”, com “contradições fundamentais”, ela não pode ser ignorada, pois o recíproco “intercâmbio alienado entre os domínios material/econômico e político do sistema do capital” domina o trabalho (MÉSZÁROS, 2015, p. 107).

Essa “reciprocidade dialética” entre base e superestrutura, para Mézáros, é de “vital importância” para a compreensão da teoria de Marx, pois relaciona-se diretamente com o “doloroso fracasso histórico em alcançar qualquer progresso até o momento em direção do fenecimento do Estado, tal qual vislumbrado por Marx” e, por conseguinte, com a perspectiva da “emancipação humana em termos verdadeiramente universais e em termos substantivamente equitativos” (MÉSZÁROS, 2015, p. 92).

Assim é que devemos procurar “apreender a problemática da “reciprocidade” e “correspondência dialética” da concepção marxiana de base e superestrutura, e a relação entre a superestrutura jurídica e política e a base material, isto é, “como um complexo integrado de determinações materiais e ideais, com a prioridade *última* conferida à primeira”, para não incorremos em “alguma concepção estrutural-funcionalista”. E, principalmente, para o desafio de compreender o “modo de *funcionamento atual*” da esfera estatal, nesse complexo, em “suas *transformações* potenciais ou reais no futuro, incluindo a possibilidade de seu completo ‘fenecimento’ como uma ‘forma política’ separada (que acaba por constituir a preocupação central da teoria política de Marx)”, segundo Mézáros (2011c, p. 78).

Nosso autor orienta-nos a tomarmos cuidado com a apresentação “telegráfica” da “interconexão dialética entre base e superestrutura”, como apresentada por Marx no “Prefácio de 1859”. Essa “breve” e “concisa” citação não pode, “de modo algum, ser considerada um *substituto* adequado para suas visões cuidadosamente qualificadas e ‘matizadas’, conforme formuladas em diversos livros, artigos e cartas”. Enfatiza que, sobre a complexa “discussão de base e superestrutura”, as “notáveis proposições” de Marx, expostas no “‘Prefácio’ de 1859 em si só adquirem seu significado apropriado se lidas em conjunção com a análise de alguns outros grandes aspectos da mesma problemática, ao passo que sem essa leitura é-se tentado a atribuir uma intenção mecânica à tão citada passagem” (MÉSZÁROS, 2011c, p. 67). Considera-se que essas “categorias-chave” só podem ser compreendidas quando se leva em “conta pelo menos os

principais argumentos nos termos dos quais seu autor tenta articulá-las”, o que demanda, segundo Mészáros, que nos familiarizemos “com algumas dimensões negligenciadas da explicação de Marx” sobre a reciprocidade dialética entre essas categorias-chave, “que sequer são aludidas no ‘Prefácio’, – antes de podermos realmente apreciar ou questionar o valor explicativo da ‘base e superestrutura’” (MÉSZÁROS, 2011c, p. 67).

Mészáros nos esclarece que é central, fundamental e mesmo necessário que nos concentremos na “distinção” que Marx realiza entre a “superestrutura *enquanto tal*” e a superestrutura jurídica e política específica, em que o “todo da superestrutura, até mesmo suas dimensões mais mediadas (crenças religiosas, práticas artísticas, concepções filosóficas)” foi “constituída e articulada dentro do quadro de costumes e tradição *bem antes*” dessa superestrutura geral, em seu curso de desenvolvimento histórico, poder assumir a forma característica de “superestrutura jurídica e política” e na “forma apropriada a vários modos de reprodução ‘ordenada’ dentro dos confins da divisão hierárquico-estrutural do trabalho”, com todo o resto devendo se sujeitar às “suas determinações, embora, obviamente, no sentido dialético”. Assim é que a “proeminência das determinações jurídicas e políticas no exercício das funções essenciais do metabolismo social é característica das *sociedades de classe*, incluindo o longo período histórico de transição da formação social capitalista para a ‘fase superior da sociedade socialista’ (ou comunista)” (MÉSZÁROS, 2011c, p. 94-95).

Portanto, para Mészáros, devemos atentar para a existente “distinção marxiana” entre

superestrutura *enquanto tal* e o conceito mais limitado de “superestrutura *jurídica e política*”, que se refere a determinações e condições sócio-históricas qualitativamente diferentes. Os dois conceitos frequentemente são irremediavelmente fundidos, carregando consigo a falha em fazer a necessária distinção e uma tendência a oferecer explicações e interpretações mecânicas completamente implausíveis. Pois somente com referência à transformação historicamente constituída, e, em um certo estágio de desenvolvimento social, antagonisticamente determinada, da superestrutura em uma esfera separada e cada vez mais alienada de dominação jurídica e política é que algumas das idéias seminais de Marx – inclusive sua crítica radical da política em si – podem se tornar de fato intelegíveis (MÉSZÁROS, 2011c, p. 67).

Assim, em sua análise, Mészáros (2002, p. 48), além de chamar nossa atenção para a necessária e correta compreensão do procedimento metodológico de Marx, expõe-nos do seu próprio procedimento, na busca da compreensão da “visão do próprio Marx”, de modo que procura examiná-la com “algum detalhe”, desde “as origens do movimento socialista” e à “luz dos fatos históricos subseqüentes”. Diz-nos que procura “discutir a forma como a teoria marxiana

foi concebida e, direta ou indiretamente, afetada pelos objetos de sua negação (especialmente a teoria liberal e a visão hegeliana do desenvolvimento histórico do mundo)”.

Nesse sentido, Mészáros (2002, p. 563) considera que a ”concepção de política mais antiga de Marx foi articulada na forma de uma tripla negação, visando colocar em perspectiva as potencialidades e limitações do modo político de ação”. Sua concepção “predominantemente negativa de política permaneceu um tema central de sua obra até o fim de sua vida”, mesmo considerando toda a evolução e as mudanças surgidas nos seus escritos posteriores. “A negação de Marx foi dirigida a três objetos claramente identificáveis, e as conclusões derivadas de suas avaliações fundem-se no imperativo de identificar os elementos constitutivos de um modo de ação social radicalmente diferente”, sendo que, para Mészáros, como podemos verificar em sua *Crítica à filosofia do direito de Hegel. Introdução*, Marx identificou o proletariado como o sujeito social “tanto necessário como adequado à tarefa de uma mudança estrutural”.

Sua visão negativa da política, primeiramente, foi motivada pelas próprias “circunstâncias do que ele chamou ‘miséria alemã’”, levando-o, com isso, a enfatizar a “severidade de tais limitações” e a “vacuidade de uma ação política sob os limites” do próprio subdesenvolvimento do capitalismo alemão. “Seu segundo objeto de negação foi a filosofia política de Hegel, que elevou ao nível de ‘ciência’ as ilusões de produzir uma mudança muito necessária, enquanto permanecia de fato nos limites da matriz política anacrônica”. E o terceiro objeto negado por Marx foi “as limitações até mesmo da política francesa”, que, embora se encontrasse mais avançada do que na Alemanha, sendo assim “contemporânea” do presente, em “termos estritamente políticos, era, todavia, desesperadamente inadequada para o imperativo de uma transformação social radical, sob as condições de um antagonismo social crescente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 563).

Assim, segundo Mészáros, Marx estende essa sua “primeira postura crítica e rejeição simples das restrições políticas locais” para “um questionamento radical da natureza e dos limites inerentes à *ação política propriamente dita*”, não restringindo, portanto, sua avaliação crítica às limitações políticas da Alemanha²⁶. Por consequência, Mészáros considera necessária a ruptura

²⁶ Cf. RUBEL, Maximilien (1991), em suas *Crônicas de Marx*, situa-nos dos embates empreendidos por Marx, já nos anos iniciais de formação, em que, numa “carta-confissão” de 10 de novembro de 1837, faz um relato ao pai da sua vida atormentada e dos seus estudos em Berlim. E, já com o título de doutor da Faculdade de Filosofia da Universidade de Iena, em 1841, começa a ter reconhecimento, como o de Moses Hess, que manifesta sua admiração pelo jovem Marx, em carta a um amigo, nos seguintes termos: Marx é o “maior, talvez o único filósofo verdadeiro

que realiza “com seus primeiros camaradas políticos já num estágio inicial do seu desenvolvimento”, pois, em contraposição a esses, Marx passa a vislumbrar “um modo muito diferente de ação política que se iniciava pela rejeição consciente das determinações mutiladoras da ação social pela necessária unidimensionalidade de *toda política* ‘propriamente dita’” (MÉSZÁROS, 2002, p. 564).

Podemos ver em Marx (2010, p. 71-72) sua manifesta disposição em realizar uma “*crítica inescrupulosa da realidade dada*”, sendo que situa como um importante componente desta realidade o “*Estado político*, em todas as suas formas *modernas*, inclusive onde ele ainda não está imbuído conscientemente das exigências socialistas” (...) e, em toda a parte, onde “ele incorre na contradição entre sua destinação ideal e seus pressupostos reais”. Marx prossegue desferindo sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, em que expõe a “degeneração do nosso sistema estatal”.

A contraposição de Marx à visão política, “não apenas de Hegel e seus epígonos, mas também dos socialistas franceses contemporâneos”, passa não só pela negação e rejeição da política, mas pelo seu empenho em compreender a “anatomia da sociedade burguesa”. Assim é que, ao realizar sua “avaliação crítica da economia política”, apresenta como “orientação ao movimento emergente da classe trabalhadora” sua “contrapartida positiva à sua tripla negação”, situando-a não no plano político, mas num plano material (MÉSZÁROS, 2002, p. 564).

atualmente vivo”; apesar de sua juventude, “ele dará o golpe de misericórdia na religião e na política medievais”; ele reúne em sua pessoa Rousseau, Voltaire, Holbach, Lessing, Heine e Hegel”. E de fato Marx, em 1842, numa carta a Ruge, anuncia-lhe o envio de dois ensaios em que o “núcleo é um ataque contra a monarquia constitucional, coisa bastarda de ponta a ponta, ser contraditório que destrói a si mesmo” (RUBEL, 1991, p. 21.). Sobre o estado, Marx assim se pronuncia: “O estado irradia todo tipo de enervações espirituais, e é necessário que cada ponto se constate que não é a matéria que domina, mas a forma; não a natureza sem estado, mas a natureza do estado; não o objeto servil, mas o homem livre”. Em nova carta a Ruge, em 1843, Marx continua sua crítica à monarquia prussiana quando declara: “O sistema de lucro e comércio, de propriedade e exploração dos homens conduzirá (...), mais rápido que o aumento da população, a uma ruptura que o velho sistema não poderá evitar, porque não cura, nem cria nada; não faz mais que existir e desfrutar (...). Cabe a nós trazer à luz o velho mundo e formar positivamente o mundo novo. Quanto mais tempo os acontecimentos deixem à humanidade pensante para tomar consciência, à humanidade sofredora para se unir, mais perfeita será o produto que nascerá e que o presente traz em si mesmo”. Ainda por carta a Ruge, Marx define o programa da nova revista *Anais Franco-Alemães*, que lançará com ele em 1844. Deste consta uma “crítica implacável da ordem estabelecida” e uma “análise da consciência obscura, seja religiosa ou política”. Esse propósito inicia-se com o primeiro e único número da referida revista, que “circula em Paris no fim de fevereiro” de 1844, na qual Marx, em resposta a dois artigos de Bruno Bauer, lança seu ensaio em duas partes “Sobre a questão judaica”. O foco da crítica de Marx nesse ensaio é o limite da “emancipação política, que não liberta o homem do espírito religioso”, e a qual contrapõe a “emancipação humana, que só será alcançada pela supressão do Estado e do Dinheiro”. (RUBEL, 1991, p. 26).

A disposição de Marx em buscar, “na *essência do Estado*” o “fundamento do mal social”, e não apenas “numa determinada *forma de Estado*” que pudesse saná-lo ao substituí-la por “uma outra forma de Estado”, segundo Mészáros, levou-o a criticar “seus camaradas socialistas”, pois, de acordo com nosso autor, Marx entende que, do “ponto de vista político, o *Estado* e o sistema de sociedade não são duas coisas diferentes. *O Estado é o sistema da sociedade*”, por isso, para uma crítica radical do Estado, “para Marx era imperativo *sair* do ‘ponto de vista político’”, proposição que fica claramente explicitada nesse trecho das *Glosas críticas* de Marx, citado por Mészáros (2002, p. 564), em que aquele afirma que

quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais *político* é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto *no atual ordenamento* da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males *sociais* e compreender-lhes o princípio geral. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa *dentro* dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto *menos é capaz* de compreender os males *sociais*. O período clássico do intelecto político é a Revolução Francesa. Bem longe de descobrir no princípio do Estado a fonte dos males sociais, os heróis da Revolução Francesa descobriram antes nos males sociais a fonte das más condições políticas. Desse modo, Robespierre vê na grande miséria e na grande riqueza um obstáculo à democracia pura. Por isso, ele quer estabelecer uma frugalidade espartana geral. O princípio da política é a *vontade*. Quanto mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego diante dos limites naturais e espirituais da vontade e, conseqüentemente, tanto mais é incapaz de descobrir a fonte dos males sociais (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 564).

Mészáros põe-se de acordo com essa indicação marxiana e, por sua vez, advoga que

Política e voluntarismo estão, portanto, enredados um no outro, e a irrealidade de remédios políticos baseados no desejo emana do “substitucionismo” inerente à política enquanto tal: seu *modus operandi* necessário, que consiste em assumir, ela própria *o social*, negando assim a ele qualquer ação reparadora que não possa estar contida na sua própria estrutura – auto-orientada e autopetruante (MÉSZÁROS, 2002, p. 564-565).

Referenciando-se nessa concepção, Mészáros (2002, p. 565) nos convida a refletir sobre qual “categoria é realmente abrangente” e central, segundo Marx, se a política ou o social? O entendimento de qual seja a questão central, de acordo com nosso autor, se restrito aos “limites da política”, leva ao “substitucionismo”. Conforme praticado por Stalin, que ao advogar a “substituição de um “burocrata” por um “líder político iluminado”, ainda que bem-intencionado”, implementa “uma outra forma de voluntarismo político”. Ou podemos adotar o “ponto de vista” marxiano, que leva-nos a compreender que

A política, dada a forma como se constitui, não pode evitar a substituição da autêntica universalidade da sociedade por sua própria parcialidade, impondo assim seus próprios interesses sobre os dos indivíduos sociais, e apropriando-se, para si própria, do poder de

arbitrar os interesses parciais conflitantes em nome de sua universalidade usurpada (MÉSZÁROS, 2002, p. 565).

Na concepção de Mézáros (2002, p. 565), a implementação de uma “política não substitucionista” requer “toda uma ordem de mediações sociais – e, claro, a existência de forças sociais/materiais correspondentes” – e se, para nós, representa um agudo problema e coloca-se como um grande desafio na atualidade, este “estava ausente do horizonte histórico dentro do qual Marx esteve situado durante toda sua vida”. Por isso ele manteve sua “definição predominantemente negativa da política, inclusive em seus últimos escritos, apesar de sua sóbria apreciação do envolvimento necessário na política”, desde as ações com o propósito de sua negação ou nas ações “após a conquista do poder, ‘dentro das formas antigas’” que ainda persistirem. Portanto, segundo nosso autor, conceber a política em sua negatividade não implica, e não implicava para Marx, o “abstencionismo” e nem a “indiferença à política”.

Mézáros (2002, p. 565) novamente recorre às *Glosas críticas* para indicar-nos que “Marx percebeu que a contradição entre o social e o político seria inconciliável. Dado o caráter antagônico da própria base social, perpetuada como tal pela estrutura política, o Estado seria irredimível, portanto descartado” mediante as

consequências que brotam da natureza associal dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, diante de tais consequências, a impotência é a lei natural da administração. Com efeito, essa fragmentação, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil são o fundamento natural onde se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. A *existência do Estado* e a existência da *escravidão* são inseparáveis. ... Se ele [o Estado moderno] quisesse eliminar a vida privada, deveria *eliminar a si mesmo*, um vez que ele só existe como antítese desta (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 565).

Frente aos termos com que Marx trata o Estado, Mézáros defende que “a ênfase na necessidade de abolir o Estado para resolver as contradições da sociedade civil articula-se à ideia de que o Estado e a política em geral, como a conhecemos, são, por sua própria natureza, incapazes de abolir a si mesmos”, mas reitera que “o imperativo de abolir o Estado foi colocado em evidência, mas não em termos voluntaristas”. Ao contrário, segundo Mézáros, Marx sempre alertou quanto à “completa futilidade dos esforços voluntaristas. Para ele era claro, desde o início, que nenhum fator material pode ser ‘abolido’ por *decreto*, incluindo o próprio Estado, um dos mais poderosos de todos os fatores materiais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 565).

Ao constatarmos a impotência do Estado “diante dos problemas sociais tangíveis, cujo alegado controle constituía sua tênue legitimação”, Mészáros (2002, p. 565) leva-nos a refletir sobre como podemos conceber que o próprio Estado “confrontasse todo o peso de suas próprias contradições para abolir a si próprio no interesse do progresso social geral?” E, não sendo o “próprio Estado capaz de realizar tal tarefa, qual força da sociedade terá condições de fazê-lo?” Essas questões estão a nos desafiar desde “que foram postas na agenda histórica”. E “as respostas amplamente diferentes que encontramos nos anais” do movimento socialista refletem as “estratégias qualitativamente diferentes” existentes entre as forças empenhadas na luta emancipatória.

Preocupado com os desenvolvimentos históricos pós-Marx, os insucessos das tentativas revolucionárias, as persistentes divergências na compreensão do legado marxiano, Mészáros realiza sua própria prospecção do pensamento marxiano. A partir de uma minuciosa investigação de seus textos fundamentais, dos quais procura recuperar os “principais traços da teoria política de Marx”, constata que, para as questões levantadas acima, a resposta de Marx “foi substancial e claramente formulada no início da década de 1840, com repetidas advertências contra o voluntarismo e o dogmatismo, *Leitmotifs* de sua visão política” (MÉSZÁROS, 2002, p. 566).

Um dos principais pontos apontados por Marx e, primeiramente indicado por Mészáros, diz da “política em geral, como um domínio separado” e do Estado em particular, sobre os quais a indicação de Marx é categórica. Para Mészáros, ele afirma, lembremos, já desde 1840, que o “Estado deve ser *transcendido* por meio de uma transformação radical de toda a sociedade, mas não pode ser *abolido* nem por decreto, nem por toda uma série de medidas político-administrativas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 566).

O segundo traço fundamental da teoria política de Marx a que Mészáros faz referência é que, já no tempo de Marx, a revolução não poderia “ser simplesmente uma revolução política”. Mészáros reafirma a radical proposição marxiana da necessidade de realizar uma “revolução social”, como condição para superar os “limites do sistema autoperpetuador de exploração socioeconômica” e erradicar o sistema de exploração do homem pelo homem. E o terceiro refere-se ao objetivo da revolução social, sendo que as “revoluções sociais buscam remover a contradição entre parcialidade e universalidade que as revoluções políticas do passado sempre reproduziram” (MÉSZÁROS, 2002, p. 566).

Só a “revolução social”, em sua positividade, é capaz de reerguer o edifício que deve ser demolido pela revolução política, que, obviamente, constitui-se num primeiro e necessário passo, mas que, pelas próprias limitações intrínsecas à política em sua negatividade, é capaz apenas de negar o poder de comando alheio e substituí-lo por outro, ainda assim, estranho à totalidade do corpo social. Por isso, a meta final de um processo revolucionário não é a revolução política, esta apenas o inicia. O papel positivo, da edificação de um nova sociedade, inicia-se com a revolução social, em que o poder deve ser restituído à totalidade do corpo social, aos “trabalhadores livremente associados”.

Nos próprios termos de Marx (2010, p. 39), a revolução política, ao realizar, a não desprezível *emancipação política*, no ato de “se libertar *politicamente*, liberta-se através de um *desvio*, isto é, de um *meio*, ainda que se trate de um *meio necessário*”. Marx (2010, p. 41-42) prossegue enfatizando que “a *emancipação política* de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui”. E, na sequência, realça: “Todavia, não tenhamos ilusões quanto ao limite da emancipação política”, prossegue dizendo que “a *emancipação política* não é por si mesma a *emancipação humana*”. Esclarece-nos ainda que “a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral”. Assim, para transitar para a efetiva emancipação social, faz-se necessária uma revolução social que ponha abaixo todo o edifício da ordem do capital, e que construa a autoedificação humana. Ou seja, outra forma de sociabilidade que realize, segundo Mészáros (2006, p. 25-26), a “transcendência positiva da autoalienação do trabalho”, que restitua ao “corpo social”, aos “produtores livremente associados”, a “autogestão” de sua atividade produtiva.

Essa elaboração marxiana não resulta de uma ação voluntarista. Advém de sua crítica à filosofia hegeliana, que apregoava a perpetuação da ordem vigente, e consolida-se com o aprofundamento de seus estudos e crítica à economia política, que lhe propicia identificar qual força social será capaz de realizar a referida revolução social. E este caracteriza, para Mészáros (2002), o quarto traço da teoria política de Marx, ao indicar que

O sujeito social da emancipação é o proletariado porque é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante, ao mesmo tempo em que é incapaz de impor a si próprio como uma nova parcialidade dominante – uma classe dominante mantida pelo trabalho de outras – sobre toda a sociedade (MÉSZÁROS, 2002, p. 566).

O quinto traço da teoria política de Marx refere-se a algo sobre que Mészáros vem alertando como uma característica fundamental apontada por Marx, já desde os primórdios de sua intervenção no movimento socialista, e que ele procurou assegurar junto à organização dos trabalhadores, a I Internacional. Mas a orientação marxiana de que “lutas políticas e socioeconômicas constituem uma unidade dialética e conseqüentemente a negligência da dimensão socioeconômica despoja a política de sua realidade” acabou desvirtuando-se, com o declínio revolucionário e a ascensão do revisionismo (MÉSZÁROS, 2002, p. 566).

Ao repúdio marxiano do “voluntarismo” acrescenta-se o que Mészáros considera como o sexto traço da teoria política de Marx, que se manifesta no “sóbrio realismo” quanto à necessidade da existência das “condições objetivas para a implementação das medidas socialistas”, pois, na ausência destas, o movimento revolucionário “ironicamente pode apenas levar adiante as políticas dos adversários na eventualidade de uma conquista prematura do poder” (MÉSZÁROS, 2002, p. 567).

Mészáros, ao recuperar o que ele considera como sendo o sétimo traço da teoria política de Marx, explicita também mais uma das limitações com as quais as experiências revolucionárias do século XX depararam-se, bloqueando o processo de transição socialista, uma vez que, na concepção marxiana, a “revolução social”, para ser “bem-sucedida, não pode ser local ou nacional”, ela precisa “ser *global/universal*; o que implica a transcendência necessária do Estado em escala *global*”, pois “apenas revoluções políticas podem se confinar a uma situação limitada, de acordo com sua própria parcialidade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 567).

Uma vez identificados os elementos da teoria política marxiana, Mészáros (2002, p. 567) enfatiza que estes “constituem, claramente, um todo orgânico e não podem ser separados um a um, pois cada um deles se refere a todos os outros e só adquirem seu significado pleno graças a suas interconexões recíprocas”. Em sua maioria, “tratam todos das inevitáveis condições objetivas de transformação social, concebida como uma complexa totalidade social com dinamismo interno próprio”.

Na elaboração marxiana, transparece a necessidade da “*transcendência* do Estado e da política como tal”, bem como identifica a força social, que, em sua universalidade, é capaz de realizá-la – “o proletariado (uma universalidade ainda-não-dada, ainda-para-ser-realizada) como uma *parcialidade* que necessariamente se *autoextingue*”. Mészáros (2002, p. 568) compreende

que, para Marx, o proletariado, em sua “tarefa histórica”, tem uma “*função* universalizante objetivamente fundada. Ao mesmo tempo, sua parcialidade é também única, já que não pode ser convertida em uma condição *de domínio exclusivo* da sociedade”.

Diferentemente das outras revoluções (burguesa e de outras classes dominantes da história passada), que sempre propiciaram a dominação de uma classe sobre as outras, a revolução social conduzida pelo proletariado deve “generalizar sua própria condição de existência: a saber, a incapacidade de dominar, como uma parcialidade, às expensas de outros grupos sociais e classes”. Essa é a condição para o “estabelecimento de uma sociedade sem classes”, que, por sua vez, vincula-se ao “peculiar domínio de classe ‘da parcialidade que se autoextingue’, cuja medida de sucesso é a generalização de um modo de existência totalmente incompatível com o domínio de classe (exclusivamente a favor de si mesma)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 568).

Sobre a dimensão da política em Marx e a necessidade da transcendência do Estado, Mézáros esclarece-nos ainda, que

O domínio da parcialidade sobre a sociedade como um todo é sempre sustentado pela política como o complemento necessário à iniquidade das relações materiais de poder estabelecidas. Isto explica a impossibilidade de a sociedade emancipar-se do domínio da parcialidade sem radicalmente transcender a política e o Estado. Em outras palavras, se age *politicamente*, o proletariado permanece na órbita da parcialidade (com sérias implicações para o próprio proletariado, que é necessariamente afetado pelo domínio de sua própria parcialidade), enquanto a realização da revolução *social* advogada por Marx envolve inúmeros outros fatores, muito além do nível político, junto com a maturação das condições objetivas relevantes (MÉSZÁROS, 2002, p. 568).

Nesse sentido, os elementos constitutivos da teoria marxiana articulam-se integralmente, sem que se possa cindi-los, sendo que é “precisamente a sua categoria de universalidade objetivamente fundada que coloca a política em perspectiva: por se mover ‘para fora’ da política (o que significa para além das restrições impostas pelo ‘pensar no interior da estrutura da política’)”. Esse deve ser o direcionamento para “se ter a capacidade de *negar* a parcialidade crônica da política”; mas a condição de sua realização não passa por uma elaboração de caráter lógico-metafísico abstrato, mas “a partir da única e exclusiva universalidade não fictícia (que não tem o caráter de um *Sollen*), isto é, do *metabolismo* fundamental da sociedade, o *social*”, (MÉSZÁROS, 2002, p. 569).

Quanto aos principais aspectos da teoria política de Marx, abordados por Mézáros, devemos atentar ainda para o seu alerta de que os mesmos devem ser “tomados no seu todo”,

pois torna-se claro que nenhum dos pontos analisados “faz sentido se o sujeito social da transformação revolucionária for abandonado”, o que comprometeria também a coerência da afirmação de que o Estado pode apenas ser “transcendido”, e não “abolido” (tanto em uma situação nacional limitada quanto em uma escala global), pois como dizê-lo “se não houver força social que deseje e seja capaz de empreender essa tarefa?” O mesmo é válido para todos os outros pontos, que inter-relacionam-se. Como destaca Mészáros,

A distinção entre revolução social e política tem algum conteúdo apenas se um sujeito, ou sujeitos, socialmente existente possa *realmente* conferir a ela sentido, por meio dos objetivos precisos e das estratégias de sua ação e por intermédio da nova ordem social que emerge desta ação. Do mesmo modo, é impossível predicar uma reciprocidade íntima abrangente entre política e economia antes de um estágio razoavelmente avançado do desenvolvimento econômico/social; isso pressupõe que as principais forças da sociedade estejam recíproca e realmente engajadas numa confrontação inextrincavelmente política tanto quanto econômica. Do mesmo modo, as revoluções são “prematuras” ou “atrasadas” apenas em termos da dinâmica específica dos sujeitos em questão, definidas por referência ao alcance das circunstâncias objetivas e às exigências enormemente variáveis da ação consciente (MÉSZÁROS, 2002, p. 570).

Entendemos portanto que, de acordo com Mészáros (2002, p. 571), é importante e mesmo imprescindível atentarmos para a necessária interconexão dialética entre as categorias fundamentais – Trabalho, Capital e Estado –, que “constituem o ponto central da teoria política de Marx”, pois, como o mesmo sublinha, estão inseparavelmente interligadas. O “proletariado” ou, “para utilizar um termo teoricamente mais preciso: o trabalho, o antagonista estrutural do capital”, tem como tarefa histórica desencadear “a transcendência do Estado”.

Lembremos, ainda, que segundo o autor, essa concepção não deriva de nenhum romantismo, mas de condições e determinações objetivas, assim, negligenciá-las é comprometer todo o arcabouço teórico de Marx. Portanto, quanto ao “proletariado” como um conceito vital da teoria de Marx (cujo “Fim” tem sido tão apregoado), Mészáros sublinha “sua importância desse modo: apenas um alerta destinado àqueles que querem expurgá-lo da estrutura conceitual de Marx, que deveriam perceber quanta coisa mais – de fato quase todo o resto – teria que ser jogado ao mar junto com eles” (MÉSZÁROS, 2002, p. 571).

Portanto concluímos com Mészáros (2002, p. 571) que o “núcleo da concepção política de Marx – a asserção de que a política (com ênfase particular na versão associada ao Estado moderno) *usurpa* o poder social de decisão que ela *substitui* – é e permanece completamente inatacável”, sendo, assim, “inquestionável a validade fundamental da abordagem de Marx sobre a política, no que diz respeito aos *parâmetros absolutos* – os critérios *últimos* – que definem e

circunscrevem estritamente seu papel na totalidade das atividades humanas”. Manifesta também o seu “agudo contraste com o ‘falso positivismo’ de Hegel”, em sua busca pela permanência, enquanto Marx nunca deixou de realçar o caráter essencialmente *negativo*²⁷ da política e de que esta não sendo, portanto resolutive, deve ser transcendida.

3. 3 Estado como um imperativo corretivo do sistema do capital

Como temos afirmado, Mészáros, referenciando-se em Marx, considera que, na ordem social, o econômico é, em “última instância determinante”, mas é também determinado. Assim, considera o sistema do capital como um “*modo de controle sociometabólico historicamente específico*”, cujo caráter totalizador não encontra “paralelo em toda a história, até nossos dias”, tanto que estabelece “uma correlação anteriormente inimaginável entre *economia e política*”. É dessa correlação entre economia e política que surge o Estado moderno. Assim, Mészáros compreende que o sistema do capital detém um comando totalizador sobre toda a sociedade. Isso porque, além do comando que exerce por meio de suas estruturas produtivas e reprodutivas, sobre a base desse metabolismo socioeconômico, ergue-se a superestrutura jurídica e política do Estado, de forma que o Estado, imensamente poderoso e igualmente totalizador, não apenas serve o sistema do capital, mas o “*complementa* de forma indispensável” e “em alguns aspectos essenciais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 98).

Assim, a dura verdade é que o capital é que controla o Estado, pois, sendo de “sua natureza ser um modo de controle, não pode ser controlado, nem mesmo de forma superficial, nem pelos capitalistas privados, (nem por funcionários públicos do Estado de tipo soviético), pois

²⁷ Cf. também a produção do importante intelectual brasileiro Chasin (1988; 1989; 2000; 2001; 2009), primeiro editor dos textos de Mészáros no Brasil, pela editora Ensaio. Só não nos estenderemos na rica, inovadora e radical abordagem desse autor em razão de nossa delimitação em focar a análise, prioritariamente, no texto de Mészáros. Mas conhecendo seus textos, reconhecemos a importante contribuição desse pensador brasileiro em recuperar o estatuto ontológico da teoria marxiana e a sua radicalidade ao identificar que a obra revolucionária da emancipação humana tem primazia no social, e não no político. Chasin procura em seus textos identificar os enunciados ontológicos do pensamento marxiano, nos quais alerta-nos, de forma enfática, para a “mais extraordinária das concepções marxianas sobre a esfera política – a sua determinação ontonegativa da politicidade” (2009, p. 219). Na oportunidade, prestamos nosso reconhecimento e agradecimento pelo conhecimento que tivemos oportunidade de adquirir em suas aulas, no Programa de pós-graduação em Filosofia, na Fafich/UFMG, e disseminado também em toda a sua produção teórica, que, lamentavelmente, foi interrompida, tornando-se mais um autor de profundidade que tem a obra inconclusa. Embora seu legado e os delineamentos de seu projeto de pesquisa estejam esboçados em *Ad hominem – Rota e prospectiva de um projeto marxista*, como apresenta-nos Silva (2000, p. 10), o “denso material teórico deixado por Chasin, cuja característica principal talvez seja o abandono de todo tipo de convencionalismo no tratamento da questão que perpassa esse conjunto de notável reflexão filosófica: o poder, a política e o estado”.

é ele que controla o Estado”. Nesse sentido, o poder do capital não pode ser superado ou subjugado “pela expropriação legal/política dos capitalistas privados”, conforme testemunha sua permanência no sistema soviético, mesmo após a expropriação legal/política dos expropriadores. O capital por “necessidade sempre retém seu *primado* sobre o *pessoal* por meio do qual seu *corpo jurídico* pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história” (MÉSZÁROS, 2002, p. 98).

Sobre essa relação de complementariedade entre o sistema do capital e o Estado moderno, Mézáros apresenta-nos sua visão bastante elucidativa, ao afirmar que

O Estado moderno não foi formado como *resultado* de alguma determinação econômica direta, como um afloramento superestrutural mecânico, em conformidade com uma visão reducionista da supostamente *unidimensional dominação material* da sociedade, tal qual apresentado pela concepção marxista vulgar de tais questões. Pelo contrário, foi constituído dialeticamente por meio de sua necessária *interação recíproca* com a base material altamente complexa do capital. Nesse sentido, o Estado não foi apenas *moldado* pelas fundações econômicas da sociedade, como também *moldou de forma bastante ativa* a realidade multifacetada das manifestações reprodutivas do capital no decorrer de suas transformações históricas, tanto ascendente como na fase descendente de desenvolvimento do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011b, p. 235).

Como já pontuamos, Mézáros (2002, p. 49) considera que a “era da ascendência histórica do capital” chegou ao fim, sendo suplantada pela “fase descendente, de produção destrutiva” e, no “novo padrão”, o que predomina com frequência crescente é a “*recessão* tendendo a um *continuum em depressão*”. Dada a característica globalmente entrelaçada do sistema do capital autocontido – que faz todas as conversas sobre a “sociedade aberta” soarem totalmente ridículas, se não completamente obscenas –, o grande desafio, sem cuja solução não se poderá superar a crise do desenvolvimento, é o seguinte: como romper o círculo vicioso entre “macrocosmo” e células mutuamente paralisantes que constituem o sistema.

O atual quadro de desenvolvimento do sistema do capital global, segundo Mézáros (2002, p. 49), indica-nos da inviabilidade e “insustentabilidade irreversível” dessa fase de produção destrutiva, pois maciçamente voltada para o complexo militar/industrial. O complexo industrial bélico, mesmo sendo “diretamente sustentado pelo Estado”, do qual retira imensos recursos, só faz intensificar as contradições insolúveis do sistema, pois tende a “ativar um dos limites estruturais impossíveis de serem transcendidos” por essa ordem, que é “a destruição, em nome do lucro, dos recursos não renováveis do planeta”. Procurando assegurar a sua perpetuação, o sistema do capital prossegue alheio à contínua destruição de “recursos humanos e materiais numa escala proibitiva”, justificada em nome de um treinamento militar “contra um inimigo que

já não mais se identifica, e no qual muito menos se acredita; desse modo, realça-se repetidamente o fato de que as verdadeiras razões por trás de tais práticas são primordialmente *econômicas* e não *militares*".

Mészáros (2015, p. 16) afirma ser o Estado um “órgão de comando global do capital”, cuja “*função vital*” sempre foi atuar como “*corretivo* das estruturas antagônicas do sistema”, sempre foi a “manutenção” e também o “fortalecimento dos irremovíveis imperativos materiais de autoexpansão do sistema”. Assim, nosso desafio atual “exige uma crítica radical dos termos de referência fundamentais do Estado”, uma vez que essa modalidade de tomada de decisão afeta a *totalidade* das funções reprodutivas da sociedade. Ainda mais frente à impossibilidade de o Estado, como “órgão de controle do capital”, constituir-se em Estado global do capital, para além das rivalidades nacionais, numa era em que o poder do capital se manifesta de forma globalizada (MÉSZÁROS, 2015, p. 108-109).

Assim, Mészáros (2002) insere sua avaliação do Estado no quadro dinâmico desse “modo de controle” e da sua capacidade de ajustar-se “às condições sócio-históricas alteradas”.

Diz-nos a este respeito que

agigantam-se os problemas do Estado, pois o *deslocamento* temporariamente viável (muitas vezes entendido equivocadamente como a *superação* permanente) das contradições internas do sistema do capital anda de mãos dadas com uma mudança fundamental do capitalismo, do *laissez-faire* para uma confiança cada vez maior na intervenção direta do Estado nas questões econômicas, ao mesmo tempo em que a mistificação ideológica continua a glorificar o “livre-mercado”, praticamente inexistente, o faz de conta da “ausência da intervenção do Estado” e as virtudes do individualismo sem restrições (MÉSZÁROS, 2002, p. 48).

Como o sistema do capital estrutura-se de forma contraditória e fragmentada em seus fundamentos produtivo e reprodutivo, Mészáros (2002, p. 48) considera que cabe ao Estado exercer o papel de “corretivo” para essas “falhas estruturais”. Ou seja, como o sistema do capital, estrutura-se por uma *ausência de unidade* em todo o processo produtivo, pois se alicerça sobre a fragmentação estrutural e antagônica, entre *produção e controle*, *produção e consumo* e *produção e circulação*, ele precisa de uma “estrutura de comando político”. Assim, segundo Mészáros (2002, p. 105-106), surge o Estado moderno, cujo papel é atuar como um corretivo a esses “defeitos estruturais” e aplacar os conflitos sociais que surgem desse antagonismo.

Mészáros (2002, p. 105) postula que os “microcosmos” que compõem o sistema do capital são “internamente fragmentados de muitas formas”, permitindo que seus “defeitos estruturais” seja visualizados como se segue:

- Primeiro, a *produção* e seu *controle* estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos.
- Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a *produção* e o *consumo* adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas.
- E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja *capaz* de penetrar – porque *tem de* penetrar – no domínio da *circulação global* (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar *a circulação como empreendimento global* de suas próprias unidades *internamente fragmentadas*), na tentativa de superar a contradição entre *produção* e *circulação*. Dessa forma, a necessidade de *dominação* e *subordinação* prevalece, não apenas *no interior* de microcosmos particulares – por meio da atuação de cada uma das “personificações do capital” – mas também *fora* de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos alienantes do sistema do capital global (MÉSZÁROS, 2002, p. 105).

E, para garantir a “dominação”, manter a “subordinação” e ainda realizar a “ação corretiva” desses “defeitos estruturais”, na estrutura do sistema do capital, deparamo-nos com a “formação do Estado moderno imensamente inchado e, em termos rigorosamente econômicos, perdulariamente burocratizado”. Por isso Mézszáros considera sem sentido toda a crítica “recorrente em algumas escolas de teoria econômica e política burguesa” que, em vão, defendem que a “necessária disciplina da boa administração” e “eficiência econômica” dispensaria a intervenção estatal (MÉSZÁROS, 2002, p. 106). Segundo Mézszáros (2002, p. 106), contrariamente a essas teorizações, a história nos revela que o Estado moderno emergiu “com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*”. Assim também “este implacável desdobramento das estruturas estreitamente entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial” e nos diz “da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico tão singular ao longo de toda a sua vida histórica”.

Com isso, Mézszáros (2002, p. 106) afirma categoricamente que “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”. Ao mesmo tempo, podemos constatar que “o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno”. Consequentemente, para nosso autor, devido a essa inter-relação,

“não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas”.

Mészáros (2002, p. 106-107) analisa que a crise política engloba desde os “Estados de formação liberal-democrática” como também os “Estados capitalistas de extremo autoritarismo (como a Alemanha de Hitler ou o Chile miltonfriedmannizado de Pinochet)”, abarcando também “os regimes pós-coloniais” e até mesmo os “Estados pós-capitalistas de tipo soviético”. Assim nosso autor adverte-nos de que “a crise política em geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado”, e aquela que “afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes”, vincula-se à crise estrutural do capital.

Como reafirma Mészáros (2002, p. 107), é esse “sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado” como uma “modalidade histórica específica” que faz surgir o Estado moderno, e dele necessita, “acima de tudo, para poder exercer o *controle abrangente* sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital”. Considera ainda que o “Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico”. Mas enfatiza que embora “sua função (seja) retificar” a falta de unidade nas três esferas produtivas e reprodutivas do sistema (conforme indicado no capítulo anterior, estas são: “*produção e controle*”; “*produção e consumo*” e “*produção e circulação*”), a necessária ação corretiva depara-se e tem de se “ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital”.

Mészáros (2002, p. 107) identifica que “a unidade ausente” na estrutura de “*produção e controle*” é garantida pela formalidade da lei, e acaba sendo entendida

como cortesia do Estado, que protege legalmente a relação de forças estabelecida. Graças a esta salvaguarda, as diversas “personificações do capital” conseguem dominar (com eficácia implacável) a força de trabalho da sociedade, impondo-lhe ao mesmo tempo a ilusão de um relacionamento entre iguais “livremente iniciado” (e às vezes até constitucionalmente ficcionalizado) (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

Mészáros (2002, p. 107) leva-nos a perceber, também, que a “estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho”, pois é ela que garante a “possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de *produção e controle*”. Supre-se essa “falha estrutural” pela

capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas

personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem esta estrutura jurídica, até os menores “microcosmos” do sistema do capital – antagonicamente estruturado – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica (MÉSZÁROS, 2002, p. 107-108).

Podemos identificar, no tocante à “fragmentação entre produção e controle”, que o “maquinário do Estado moderno é também uma exigência absoluta do sistema do capital”, pois conta-se com esse aparato jurídico para assegurar que a “transmissão da propriedade” seja “compulsoriamente regulamentada – isto é: legalmente prejulgada e santificada – de uma geração à próxima, perpetuando também a alienação do controle pelos produtores”. Podemos notar, ainda, que é igualmente importante a “necessidade de intervenções políticas e legais diretas ou indiretas nos conflitos constantemente renovados entre as unidades socioeconômicas particulares”, uma vez que suas inter-relações não são nada harmoniosas. Mézáros (2002, p. 108) lembra-nos também que a “intervenção corretiva” do Estado obedece a “dinâmica mutante de expansão e acumulação do capital, facilitando a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes até a formação de corporações transnacionais gigantescas e monopólios industriais”.

Mézáros (2002, p. 108) reitera que, de fato, o “Estado moderno altamente burocratizado, com toda a complexidade do seu maquinário legal e político”, funda-se na “absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma precondição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto”. Com isso, opõe-se às idealizações dos teóricos burgueses, que adoram “descrever todas essas relações ao reverso”, como, por exemplo, e inclusive, Max Weber, mesmo que esse possa ser considerado como um dos maiores, em sua avaliação. Assim, Mézáros (2002, p. 108-109) considera que o Estado afirma-se “como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital”, pois atua como um “corretivo” já no primeiro dos antagonismos estruturais que se manifesta em seus microcosmos e nas “interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos”, da “*produção e controle*”, até estender-se aos de “nível mais mediato e abrangente”.

Mézáros (2002, p. 109) identifica que a “falha estrutural” manifesta-se também na existente “ruptura entre *produção e consumo*”. Essa segunda característica estrutural do sistema do capital propicia a eliminação de “algumas das principais restrições” produtivas do passado, de

forma tão completa que leva “os controladores da nova ordem socioeconômica” a adotarem a “crença de que o ‘céu é o limite’”. Esse fator gerou a “possibilidade da expansão antes inimaginável” e, praticamente, quase ilimitada, ao abandonar-se “historicamente a dominância do valor de uso característica de sistemas autossuficientes”, e adotar-se como predominante o valor de troca, característico da sociedade produtora de mercadorias. Mas essa tendência, aparentemente infinita, mais cedo ou mais tarde atinge seus limites. Mesmo que a “expansão desenfreada do capital desses últimos séculos abriu-se não apenas em resposta a necessidades reais, mas também por gerar apetites imaginários ou artificiais – para os quais, em princípio, não há nenhum limite”, esse sistema produtivo esbarra no inconveniente de sua destrutividade e nas “profundas *iniquidades* das relações estruturais” presentes também na “esfera do consumo”.

Embora essa relação seja “idealizada como “*competição saudável*”, universalmente benéfica” e desvirtuada, de modo a “proporcionar a impressão de coesão e unidade” e projetar a “imagem de uma ordem saudável e racionalmente administrável”, ela é objetivamente estruturada sob o princípio descrito, segundo Mészáros (2002, p. 109), por Hobbes do “*bellum omnium contra omnes*”, em sua “tendência objetiva a deixar os fracos serem devorados pelos fortes”. Mesmo sendo ilusoriamente propagandeado como a “*soberania do consumidor*” individual, é esse critério que também vigora na “regulação da distribuição e do consumo”, e predomina nas “condições reais pelas quais a esmagadora maioria da sociedade é excluída, de forma estruturalmente prejudgada e legalmente protegida, da possibilidade de controlar o processo socioeconômico de reprodução”. Mészáros (2002, p. 109) realça que

como o antagonismo estrutural de produção e controle é inseparável dos microcosmos do sistema do capital, a combinação de unidades socioeconômicas particulares num quadro produtivo e distributivo abrangente deve apresentar as mesmas características de fragmentação encontradas nas unidades socioeconômicas menores: um problema de importância fundamental, que deve ser resolvido de alguma forma (MÉSZÁROS, 2002, p. 109).

É, nesse sentido, por não poder admitir as implicações potencialmente explosivas desses “requisitos estruturais da ordem estabelecida”, que se realiza constantemente toda uma “racionalização ideológica”, a fim de manter em bons termos a situação realmente existente. Mészáros (2002, p. 109) chama nossa atenção ainda para o fato inegável de que o “papel do trabalhador não se limita apenas ao de *produtor*”. Por isso a “proclamada “supremacia do cliente” em nome da “soberania do consumidor” seja uma ficção útil, assim como a ideia da “competição saudável” no quadro de um mercado idealizado”. Por isso, Mészáros (2002, p. 109-110) adverte-

nos para compreendermos como meras justificativas ideológicas as alegações que descrevem “o capitalista como ‘o produtor’ (ou ‘o produtor da riqueza’)”, juntamente com as que dizem do “consumidor/cliente como uma misteriosa entidade independente, de modo que o verdadeiro produtor da riqueza – o trabalhador – desapareça das equações sociais pertinentes”. Sem dizer das lamentações e alegações quanto à incapacidade de aumentar a parcela que recebemos do “produto social total”, mesmo quando “escandalosamente baixa”.

A verdade é que as “grandes questões socioeconômicas subjacentes não podem ser resolvidas de modo satisfatório simplesmente fazendo o trabalho – num passe de mágica – desaparecer do domínio da política prática”. Por isso são obrigados a reconhecer, “mediante a aplicação de medidas práticas apropriadas, que o trabalhador como *consumidor* desempenha um papel de grande (ainda que muito variável ao longo da história) importância no funcionamento saudável do sistema do capital”. Mesmo que seu papel varie segundo o “estágio mais ou menos avançado de desenvolvimento do capital”, o que se vê, na verdade, é uma “tendência a aumentar seu impacto no processo de reprodução” (MÉSZÁROS, 2002, p. 110).

Assim, segundo Mézáros (2002, p. 110), o que vemos *na prática*, em “interesse da própria ordem estabelecida”, é que em “todas essas questões, o papel totalizador do Estado moderno é essencial”. Contribui diretamente para que “o papel do trabalhador-cliente-consumidor” adquira uma “importância muito maior no século XX do que na era vitoriana”, não importando “a força com que se deseja, em certos lugares, recuar o relógio e voltar a impor ao trabalho alguns valores vitorianos e, naturalmente, as restrições materiais correspondentes”, cabendo ao Estado “ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar” as imensas e desumanas desigualdades da distribuição e do consumo.

Mészáros (2002, p. 110) lembra-nos que não podemos esquecer, acima de tudo, que o “Estado deve também assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente”, cabendo-lhe a função de

prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada “infraestrutura” ao fornecimento de serviços de seguridade social) e também a satisfação de “apetites em sua maioria artificiais” (por exemplo, alimentar não apenas a vasta máquina burocrática de seu sistema administrativo e de imposição da lei, mas também o complexo militar-industrial, imensamente perdulário, ainda que diretamente benéfico para o capital) – atenuando

assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo (MÉSZÁROS, 2002, p. 110).

Mészáros (2002, p. 110) alerta-nos que mesmo essa “ação corretiva empreendida pelo Estado” sendo de “suma importância”, devemos reconhecer que a

intervenção totalizadora e a ação corretiva do Estado não podem produzir uma *unidade* genuína neste plano, porque a separação e a oposição de produção e consumo, com a radical alienação do controle dos produtores, pertencem às determinações estruturais mais internas do próprio sistema do capital, e constituem portanto requisito indispensável para sua reprodução constante (MÉSZÁROS, 2002, p. 110).

Frente a essas determinações, Mészáros (2002, p. 110-111) leva-nos a compreender a articulação da “*produção e consumo*” com o poder estatal e a concluir que

Os processos reprodutivos materiais do sociometabolismo do capital e as estruturas política e de comando de seu modo de controle sustentam-se reciprocamente enquanto o desperdício inevitável que acompanha esse relacionamento simbiótico não se tornar proibitivo, do ponto de vista da produtividade social. Em outras palavras, os limites externos em que se pode reconstituir e administrar, dessa maneira singular, a correlação problemática entre produção e consumo na base fragmentada da ordem sociometabólica do capital são determinados pela extensão em que o Estado moderno pode eficazmente contribuir para a necessidade irresistível de expansão e acumulação do capital, em vez de tornar-se para ele um peso materialmente insustentável (MÉSZÁROS, 2002, p. 110-111).

No tocante à “*produção e circulação*” como o “terceiro principal aspecto” do processo reprodutivo material do sistema do capital, Mészáros (2002, p. 111) diz-nos que “o papel ativo do Estado moderno é igualmente grande, se não maior”, considerando a “necessidade de criar a circulação como empreendimento global das estruturas internamente fragmentadas do sistema do capital ou, em outras palavras, a procura de alguma espécie de unidade entre *produção e circulação*”. Mas adverte-nos que não se pode perder de vista “que todas essas relações são não apenas “infectadas pela contingência”, como Hegel uma vez sugeriu, mas simultaneamente também por insolúveis contradições”. A começar pelo fato de que o “papel e as diversas funções que o Estado é chamado a preencher” nesses domínios circunscrevem-se, em, “primeiro lugar, dentro de suas próprias fronteiras nacionais”. Essa é uma “das contradições mais evidentes e, em última análise, mais inadmissíveis” (conforme já indicamos no capítulo anterior, Mészáros a considera um dos limites absolutos intransponíveis do sistema do capital). Uma vez que historicamente as “estruturas corretiva global e de comando político do sistema do capital se articulam como *Estados nacionais*”, enquanto é inconcebível que o sistema do capital “como

modo de reprodução e controle sociometabólico (com seu imperativo de circulação global)” mantenha-se confinado a esses limites (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

Considerando o caráter intransponível dessa contradição, Mézáros enfatiza que

a única forma pela qual o Estado pode tentar resolver essa contradição é com a instituição de um sistema de “duplo padrão”: em casa (ou seja, nos países “metropolitanos” ou “centrais” do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na “periferia subdesenvolvida”, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

Por isso, Mézáros (2002, p. 111) analisa que a “globalização”, tão propalada, como se fosse uma inovação no desenvolvimento capitalista e, claro, idealizada como uma nova fase de prosperidade para todos, na verdade, é uma “tendência que emana da natureza do capital desde o seu início” e, na “realidade, significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação”. Considerando a correlação de forças no “plano da política totalizadora”, a globalização nada mais é, na “ordem de poder do capital global”, que o “estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor”, mesmo que, de vez em quando, inevitavelmente, essa hierarquia seja “violentamente contestada”.

Outro aspecto importante, na operação desse “duplo padrão” no ordenamento global do capital, a ser enfatizado é que o mesmo “não se destina a permanecer como um aspecto permanente”. Mézáros (2002, p. 111) expõe-nos que sua duração depende das “condições da ascendência histórica do sistema”, persiste na medida em que a “expansão e a acumulação” proporcionem a “margem de lucro necessária que permita um índice de exploração relativamente favorável da força de trabalho nos países ‘metropolitanos’, em relação às condições de existência da força de trabalho no resto do mundo”.

Mézáros (2002, p. 111-112) destaca ainda duas outras “tendências complementares” e “altamente significativas” a respeito da participação do Estado, no sentido de garantir favoravelmente o processo de circulação do capital e na manutenção da hierarquia entre os diferentes Estados nacionais. A primeira tendência manifesta-se, nas últimas décadas, sob a forma de uma “*espiral para baixo* que afeta o padrão de vida do trabalhador nos países capitalistas mais avançados”, promovendo “certa *equalização no índice diferencial de exploração* que tende a se afirmar também como *espiral para baixo* do trabalho nos países ‘centrais’ no

futuro previsível”. Paralelamente a essa “tendência niveladora no índice diferencial da exploração”, temos a manifestação da segunda tendência, por meio da “emergência de seu necessário corolário político, sob a forma de um *crescente autoritarismo* nos Estados ‘metropolitanos’ antes liberais, e um desencantamento geral, perfeitamente compreensível, com a ‘política democrática’”, uma vez que está “profundamente implicada na virada autoritária do controle político nos países capitalistas avançados”.

Assim, vemos o “Estado como agente totalizador da criação da circulação global a partir das unidades socioeconômicas internamente fragmentadas do capital”, conforme pontua Mészáros (2002, p. 112-113), “comportar-se em suas ações internacionais de maneira bastante diferente da que utiliza no plano da política interna”. O procedimento internamente adotado procura, “até onde for compatível com a dinâmica variável da acumulação do capital”, evitar que a “inexorável tendência à concentração e à centralização do capital leve à eliminação prematura de unidades de produção ainda viáveis (ainda que menos eficientes, se comparadas a seus irmãos e irmãs maiores)”, uma vez que uma falência generalizada afeta “desfavoravelmente a força combinada do capital *nacional total*”.

É por isso que, buscando preservar o capital nacional, “medidas legais autenticamente *antimonopolistas*” são introduzidas sempre que as “condições internas exigirem e as condições gerais permitirem”. Mas, por outro lado, e ao mesmo tempo, conforme observa Mészáros (2002), essas

medidas são postas de lado sem a menor cerimônia no instante em que a alteração dos interesses do capital nacional combinado assim o decretar, fazendo com que toda crença no Estado – a estrutura de comando político do sistema do capital – como guardião da “saudável competição” contra o monopólio em geral se torne não apenas ingênua, mas inteiramente autocontraditória (MÉSZÁROS, 2002, p. 113).

Já no plano internacional, a ação do “Estado nacional do sistema do capital” dá-se na direção contrária, pois “não tem nenhum interesse em restringir o impulso monopolista ilimitado de suas unidades econômicas dominantes”. Mészáros (2002) indica-nos que

no domínio da competição internacional, quanto mais forte e menos sujeita a restrições for a empresa econômica que recebe o apoio político (e, se preciso, também militar), maior a probabilidade de vencer seus adversários reais ou potenciais. É por isso que o relacionamento entre o Estado e as empresas economicamente relevantes neste campo é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente o papel de facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior (MÉSZÁROS, 2002, p. 113).

O “papel facilitador” do Estado vai modificar-se quanto às formas e os recursos a serem empregados, de acordo com a alteração das relações de forças no país e no exterior, fruto de mudanças nas circunstâncias históricas. As ideias de “livre comércio” e de “competição justa” são, na atualidade falaciosas, pois, como sentencia Mészáros (2002, p. 113), “os princípios monopolistas orientadores de todos os Estados que ocupam uma posição dominante na ordem global de poder do capital permanecem os mesmos”. E mais,

No sistema do capital, o Estado deve afirmar, com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas de seu capital nacional – se preciso, com a imposição da “diplomacia das canhoneiras” – diante de todos os Estados rivais envolvidos na competição pelos mercados necessários à expansão e à acumulação do capital. Isto acontece em relação às mais variadas práticas políticas, desde o início do colonialismo moderno (com o papel por ele concedido às companhias comerciais monopolistas) até o imperialismo plenamente desenvolvido, passando pelo “desmembramento do império” pós-colonial, que garante novas formas de dominação neocolonialistas, para não mencionar as aspirações e os métodos neoimperialistas agressivos dos Estados Unidos e seus aliados subservientes na recentemente decretada “Nova Ordem Mundial” (MÉSZÁROS, 2002, p. 113).

Percebemos, assim, que, de fato, o enunciado do “*bellum omnium contra omnes*” é o “insuperável *modus operandi* do sistema do capital, pois, como sistema de controle sociometabólico, ele está *estruturado de maneira antagônica* das menores às mais abrangentes unidades socioeconômicas e políticas”. E, embora os diferentes interesses dos determinados capitais nacionais e o fato de os interesses dos Estados dominantes sejam “fortemente protegidos contra a invasão de outros capitais nacionais, esta proteção não tem como eliminar os antagonismos do *capital social total*, ou seja, a determinação estrutural interior do capital como força controladora *global*”. Isso é devido ao “*equilíbrio* estritamente temporário” que pode ser alcançado no sistema do capital, sendo impossível esperar deste sistema a “*resolução*” em definitivo dos conflitos sociais (MÉSZÁROS, 2002, p.113-114).

Mészáros (2002, p. 114) vai dizer-nos que para “prever uma resolução global, legítima e sustentável dos antagonismos do sistema do capital, seria necessário primeiro acreditar no conto de fadas da eliminação para todo o sempre da lei do desenvolvimento desigual das questões humanas”, pois não podemos desconsiderar que “todas as formas concebíveis de controle sociometabólico global, inclusive a socialista”, estão sujeitas à “lei absoluta do *desenvolvimento desigual*”. Mas o complicador no sistema do capital é que, nele, esta lei “vigora numa forma em última análise destrutiva, por causa de seu princípio estruturador interno antagônico”.

Por isso, Mészáros (2002, p. 114-115) considera absurdamente fantasioso apregoar que os ideais da chamada “Nova Ordem Mundial” são uma “aspiração universalmente benéfica e moralmente recomendável da espécie humana”. Na verdade, essa é uma “camuflagem” cínicamente “planejada para projetar os interesses hegemônicos dos poderes capitalistas preponderantes”, pois mesmo que, sob essa ordem, fosse “viável um “Governo Mundial” – e o correspondente sistema estatal – não seria uma solução”, uma vez que “nenhum sistema global deixa de ser explosivo e, em última análise, autodestrutivo se for antagonicamente estruturado até o seu núcleo central”. Ou seja, como sentencia Mészáros (2002, p. 115), os “defeitos estruturais” do sistema do capital não permitem que ele deixe de ser “instável e essencialmente explosivo”, por constituir-se como um “sistema abrangente de controle sociometabólico” que é:

constituído de microcosmos dilacerados pelo antagonismo interno devido a conflitos de interesse irreconciliáveis, determinados pela separação radical entre produção e controle, que é alienado dos produtores. A contradição absolutamente insolúvel entre produção e controle tende a se afirmar em todas as esferas e em todos os níveis do intercâmbio reprodutivo social, e inclui, naturalmente, sua metamorfose na contradição entre produção e consumo bem como entre produção e circulação (MÉSZÁROS, 2002, p. 115).

E é exatamente por “aceitar sem questionamento o microcosmo internamente fragmentado do sistema do capital” que os filósofos burgueses – até mesmo suas maiores personalidades, e Mészáros remete-se a Adam Smith, Kant, Fichte e Hegel, que “viam o mundo da perspectiva do capital em ascensão” – ofereceram apenas “remédios”, ou “contornavam os problemas” que precisam ser enfrentados, sobre as três contradições fundamentais entre “produção e controle, produção e consumo, produção e circulação”. Assim, suas teorias trataram desses problemas, sobrepondo

a força da Razão como solução genérica e *a priori* para todas as dificuldades e contradições concebíveis, ou inventavam planos especiais, sem qualquer base na realidade, pelos quais se *deveriam* encontrar as respostas para as contingências históricas perturbadoras identificadas (MÉSZÁROS, 2002, p. 115).

Então, as “soluções” que essas teorias nos oferecem “significam apenas a defesa de algum ideal irrealizável”, pois os antagonismos “jamais são realmente questionados”, sendo apenas “incorporados à idealidade do Estado”, na forma de “verdadeira reconciliação”, e, com isso, as contradições e antagonismos “deixam de representar perigo de ruptura ou explosão”. Assim, Mészáros (2002, p. 116) considera que todas elas elaboram “hipóstases do Estado como remédio para os defeitos e contradições admitidos”, seja no “ideal postulado de Kant do Estado

como meio da ‘paz perpétua’, quer no autoconfiante ‘Estado comercial fechado’ de Fichte, quer mesmo na projetada ‘verdadeira reconciliação’ de Hegel, quando o Estado incorpora a ‘imagem e realidade da razão’”.

Mas, alheios a essas teorizações, os “antagonismos explosivos do conjunto do sistema” permanecem “enquanto não se alteram radicalmente seus microcosmos dilacerados”. Na verdade, “paralelamente à crescente integração da ordem sociometabólica do capital em um sistema global plenamente desenvolvido”, os “conflitos e contradições” são “sempre regenerados”. Passam a ser “disputados em todos os níveis, com uma tendência a passar dos níveis mais baixos de conflito para os mais altos”, elevando-se também de intensidade ao ponto de utilizar-se da “guerra sem limites, se falham os métodos ‘normais’ de sujeição e dominação”, como demonstraram, com dolorosa clareza, as duas guerras mundiais no século XX. Assim, para Mészáros (2002, p. 116), fica evidenciado que a “hipostasiada instituição da ‘paz perpétua’ sobre a base material dos microcosmos internamente fragmentados do capital não passa de doce ilusão”.

Muito ao contrário dessas idealizações de “paz perpétua”, Mészáros (2002, p. 116) enuncia que, na atual fase de seu desenvolvimento, o sistema do capital global, na verdade, tem que se “ajustar a uma nova contradição estrutural, sobreposta a todas as suas partes constituintes pelos fatos históricos ocorridos depois da Segunda Guerra Mundial e por uma mudança fundamental na tecnologia da guerra”. O arsenal bélico existente, forçosamente, impõe uma paz, no tocante à “*guerra total*”, ou a uma Terceira Guerra Mundial, que inevitavelmente levaria à aniquilação da humanidade. Mas essa restrição não exclui as “guerras parciais (das quais podem existir muitas, como realmente há, pois elas *são necessárias* nos campos dilacerados por conflitos do capital)”. Assim, em vez do “sonho kantiano”, temos o agravamento dos “explosivos antagonismos do sistema global”. Portanto, sem a “sanção final” de uma “guerra total” como meio para enfrentar suas contradições estruturais, e no momento em que o

sistema do capital atinge o mais alto nível de globalização pela consumação de sua ascensão histórica, os microcosmos socioeconômicos de que é feito revelam um segredo terrível: o de serem, *em última análise, os responsáveis* por toda a destrutividade, em absoluto contraste em relação a suas idealizações estabelecidas por Adam Smith e Kant, passando por todos os diversos Hayeks e “socialistas de mercado” do século XX (MÉSZÁROS, 2002, p. 117).

Assim, Mészáros (2002, p. 117) sentencia que somos levados a enfrentar a inevitável e “perturbadora verdade de que os próprios microcosmos constitutivos devem ser objetos de um exame radical, se desejamos encontrar um meio de superar a destrutividade incorrigível da ordem

sociometabólica do capital”. E esse grande desafio “surge diretamente da contradição entre *produção e circulação*”, imensamente agudizada pelo atual desenvolvimento global, plenamente realizado, do capital.

Conforme a elaboração de Mészáros (2002, p. 117) sobre a *complementaridade* do Estado com “relação a todos os três principais aspectos do defeito estrutural do controle do capital”, podemos compreender que “o Estado moderno como única estrutura corretiva viável não surge *depois* da articulação de formas socioeconômicas fundamentais, nem como mais ou menos diretamente *determinado* por elas”. O que vamos ter, sem sombra de dúvida, é uma “*determinação unidirecional* do Estado moderno por uma base material independente, pois a base socioeconômica do capital é totalmente inconcebível separada de suas formações de Estado”.

Assim, considera o autor que não dá para falar em “funções metabólicas particulares de uma estrutura que corresponda às determinações e exigências estruturais diretas da outra”, pois “tais funções podem se contrapor vigorosamente umas às outras”, uma vez que suas “estruturas internas vão se ampliando durante a expansão necessária e a transformação adaptativa do sistema do capital”. Sendo assim, pode falar apropriadamente de “correspondência” e “homologia”, apenas em relação às *estruturas* básicas do capital, historicamente constituídas (o que, em si, implica um limite de tempo)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 117). Também por isso, paradoxalmente,

a “homologia das estruturas” surge primeiro de uma *diversidade estrutural de funções* cumpridas pelos diferentes órgãos metabólicos (inclusive o Estado) na forma absolutamente única da divisão social hierárquica do trabalho desenvolvida ao longo da história. Esta diversidade estrutural de funções produz uma separação extremamente problemática entre “sociedade civil” e Estado político sobre a base comum do conjunto do sistema do capital, de que são partes constitutivas as estruturas básicas (ou órgãos metabólicos) (MÉSZÁROS, 2002, p. 117).

Agora, o que precisa também ser considerado é que, “apesar da base comum de sua constituição interdependente, o relacionamento estrutural dos órgãos metabólicos do capital está cheio de contradições”. Porque, caso contrário, na ausência de contradições, prevaleceriam as “projeções de pessoas como Max Weber, Hayek e Talcott Parsons” e a “iniciativa emancipadora socialista estaria condenada à inutilidade”, pois

a homologia de todas as suas estruturas e funções básicas, que sempre prevalece, e que corresponde plenamente aos imperativos materiais da ordem do controle sociometabólico do capital, produziria uma verdadeira “gaiola de ferro” para todo o sempre – inclusive durante a fase global do desenvolvimento do capital, com seus graves antagonismos nacionais e internacionais –, da qual não haveria como escapar (MÉSZÁROS, 2002, p. 117).

Assim, “a respeito da base material e dos limites gerais em que se devem desempenhar as funções corretivas essenciais da formação do Estado historicamente desenvolvido sob o sistema do capital”, Mészáros (2002, p. 118) observa ainda que por o capital ser “um modo singular de controle sociometabólico”, é bastante compreensível que ele seja “incapaz de funcionar sem uma estrutura de comando adequada”. Por isso é importante compreender que

o capital é uma articulação e um tipo histórico específico de estrutura de comando. Além do mais, o relacionamento entre as unidades socioeconômicas reprodutivas – ou seja, os microcosmos sociometabólicos do capital – e a dimensão política deste sistema não pode ter nenhuma das duas direções como unilateralmente dominante, ao contrário, por exemplo, do sistema feudal (MÉSZÁROS, 2002, p. 118).

Diferentemente do sistema feudal, no qual o “fator político se caracterizava por um poder *supervisor externo*, mais do que *interno reprodutivo*”, podendo “persistir apenas enquanto as próprias unidades metabólicas básicas do sistema permanecessem *internamente coesas e restritas*” sob os dois aspectos em que se constituía, os quais “circunscreviam, num sentido muito real, o exercício do poder supervisor feudal em si”, considerando que pela sua “própria natureza” estava constituído de forma restrita, em duas direções básicas: “era essencialmente *local* em seu exercício, segundo o grau relativamente alto de autossuficiência das unidades sociometabólicas dominantes”, e “tinha de deixar as funções de controle básico do próprio processo de reprodução econômica para os produtores”. Desse modo,

o fator político podia assumir uma posição dominante – a ponto de conferir ao senhor feudal até mesmo o poder de executar seus servos, se assim o desejasse (e fosse bastante cego para fazê-lo, pois sua própria existência material dependia do tributo que deles poderia extrair para sempre) – precisamente porque (e enquanto) o princípio da “supremacia política” do senhor era sustentável em seus próprios termos. A *ausência formal de limites* do poder feudal arbitrário podia ser mantida porque o modo de controle político realmente vigente era *substantivamente limitado* pela forma como era realmente constituído (MÉSZÁROS, 2002, p. 118).

E por mais paradoxal que pareça, segundo Mészáros (2002, p. 118), foi exatamente devido, de um lado, “à expansão do poder político feudal – que era localmente limitado – na direção do *substantivamente absoluto* (por meio do desenvolvimento da monarquia absoluta na França, por exemplo)” e, de outro, a “intrusão dos constituintes capitalistas destrutivos nas estruturas reprodutivas amplamente autossuficientes anteriores”, que, juntamente, contribuíram para destruir este “sistema sociometabólico no *auge* de seu poder político”.

Em compensação, o sistema do capital evoluiu historicamente a partir de “constituintes *irrefreáveis*”, mas longe de autossuficientes. As “falhas estruturais” de controle que vimos antes

exigiam o estabelecimento de estruturas específicas de controle capazes de “*complementar*” – no nível apropriado de abrangência – os constituintes reprodutivos materiais, de acordo com a necessidade totalizadora e a cambiante dinâmica expansionista do sistema do capital. Foi assim que se criou o “Estado moderno como estrutura de comando político de grande alcance do capital, tornando-se parte da ‘base material’ do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 118-119).

É possível perceber, quanto à questão da *temporalidade*, que o inter-relacionamento desenvolvido entre as estruturas reprodutivas materiais diretas e o Estado se caracteriza pela categoria da *simultaneidade*, e não pelas do “antes” e do “depois”. Estas só podem se tornar momentos subordinados da dialética da simultaneidade quando as partes constituintes do modo de controle sociometabólico do capital surgem durante o desenvolvimento do capital global, seguindo sua lógica interna de expansão e acumulação. Da mesma forma, em relação à questão das “determinações”, só se pode falar adequadamente de *codeterminações*. Em outras palavras, a dinâmica do desenvolvimento não deve ser caracterizada sob a categoria do “*em consequência de*”, mas em termos do “*em conjunção a*”, sempre que se deseja tornar inteligíveis as mudanças no controle sociometabólico do capital que emergem da reciprocidade dialética entre sua estrutura de comando político e a socioeconômica (MÉSZÁROS, 2002, p. 119).

Mészáros (2002, p. 119) observa que, assim, seria completamente equivocado descrever o “próprio Estado como uma superestrutura”. Na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital (o que é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema), o Estado não pode ser reduzido ao *status* de superestrutura. Ou melhor, “o Estado, em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria *superestrutura* – a que Marx se referiu apropriadamente como ‘superestrutura legal e política’” –, exatamente como as “estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais”. (Por exemplo, as teorias e práticas de “relações públicas”, de “relações industriais” ou as da chamada “administração científica” se originaram na empresa capitalista de Frederic Winslow Taylor.)

Da mesma forma, argumenta Mészáros (2002, p. 119), é perfeitamente inútil perder tempo tentando “tornar inteligível a especificidade do Estado em termos da categoria da “*autonomia*” (especialmente quando se expande esta ideia para significar “independência”)” ou de sua negação. Uma vez que, como “estrutura de comando político abrangente do sistema do

capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis”.

Ao mesmo tempo, pode-se dizer, segundo Mészáros (2002, p. 119), que “o Estado está muito longe de ser *reduzível* às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital”, assim, que um “Estado historicamente dado contribui de maneira decisiva para a determinação – no sentido já mencionado de *codeterminação* – das funções econômicas diretas, limitando ou ampliando a viabilidade de algumas contra outras”. Além do mais, a “superestrutura ideológica” – que não deve ser confundida ou simplesmente identificada com a “superestrutura legal e política”, e “muito menos com o próprio Estado” – também não pode se tornar inteligível, a menos que seja entendida “como *irreduzível* às determinações materiais/econômicas diretas”, ainda que a esse respeito se deva resistir com firmeza à atribuição frequentemente tentada de uma “autonomia fictícia (no sentido idealisticamente ampliado de independência)”.

E ainda sobre a questão da “autonomia”, Mészáros (2002, p. 119) observa que, num “sentido bem definido, não é pertinente apenas para a avaliação do relacionamento entre ideologia e economia, ideologia e Estado, “base e superestrutura” etc.”, pois ela é também “essencial para compreender o complexo relacionamento entre as diversas seções do capital diretamente envolvidas no processo de reprodução econômica, quando estas ganham proeminência” – em momentos diferentes e com peso relativo variável –, no curso do desenvolvimento histórico (MÉSZÁROS, 2002, p. 120).

Assim, Mészáros (2002, p. 120) adverte que a “questão da “superestrutura legal e política” de que Marx fala só se torna inteligível em termos da espessa materialidade e necessária articulação do Estado moderno como estrutura de comando fundamental e *sui generis*”, uma vez que a “base comum de determinação de todas as práticas essenciais no interior da estrutura do sistema do capital”, desde a “reprodutiva econômica direta até as funções reguladoras mais mediadas do Estado, é o imperativo estrutural orientado para a expansão do sistema a que se devem adaptar os diversos órgãos sociais que atuam sob a regra do capital”. De outra maneira, esse singular sistema de controle metabólico não sobreviveria, muito menos garantiria a dominação global que obteve em seu desenvolvimento histórico.

Mészáros (2002, p. 120) pondera que a “condição material necessária para afirmar com sucesso o imperativo estrutural expansionista do capital é a constante extração do trabalho excedente de uma forma ou de outra, de acordo com as mudanças das circunstâncias históricas”.

No entanto, devido à “determinação *centrífuga* dos constituintes reprodutivos econômicos do capital”, sem levar em conta seu maior ou menor tamanho, envolvendo até as “gigantescas corporações transnacionais quase monopolistas”, eles são incapazes de realizar por si sós o “imperativo estrutural do capital”, pelo fato de lhes faltar a “determinação *coesiva* essencial para a constituição e o funcionamento sustentável de um sistema sociometabólico”. Assim é que o

inexistente princípio coesivo ordenador dos constituintes econômicos básicos que é conceituado, até mesmo pelos maiores pensadores que enxergam o mundo do ponto de vista do capital, como a misteriosa “mão invisível” de Adam Smith e a “astúcia da Razão” de Hegel. É assim que surge a mitologia do *mercado*, não apenas como *regulador suficiente*, mas até como regulador *global ideal* do processo sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002, p. 120).

Nestes termos, Mézáros (2002, p. 120) considera que essa visão, mais tarde, é “levada ao extremo, atingindo seu clímax nas teorias grotescamente explicativas do século XX, na forma da ideologia de ‘reduzir as fronteiras do Estado’ quando as transformações que realmente ocorrem apontam na outra direção”. No entanto, o papel diversificado do mercado, nas diferentes fases de desenvolvimento do sistema do capital, desde os “intercâmbios limitados até o *mercado mundial* completamente realizado, é totalmente incompreensível sem relacioná-lo ao outro lado da mesma equação: a dinâmica igualmente variável do Estado como estrutura de comando político totalizadora”.

Portanto, observa Mézáros (2002, p. 120) que considerar as “unidades reprodutivas econômicas diretas do sistema do capital como ‘base material’ sobre a qual se erige a ‘superestrutura do Estado’ é uma simplificação autocontraditória”, que leva à “hipóstase de um grupo de poderosos ‘capitães de indústria’ – expressões mecânicas grosseiramente determinadas da base material – como verdadeiros controladores da ordem estabelecida”. Pior ainda, essa concepção não é apenas “mecânica e reducionista”, ela também não consegue explicar como uma “superestrutura totalizadora e produtora de coesão” poderia surgir de uma “base econômica” da qual está completamente ausente.

Mézáros (2002, p. 121) adverte que essa não é mais uma daquelas discussões “acadêmicas autodevoradoras”, pois o que está em jogo é que essa concepção não oferece “uma explicação plausível do funcionamento do sistema do capital”. Ela oferece apenas “o mistério de uma ‘superestrutura atuante’, que surge de uma ausência material estruturalmente essencial, de modo que corrija os defeitos de todo o sistema, quando se admite que o próprio sistema seja

diretamente determinado por sua base material”. Se fosse apenas uma questão de discussões tudo isso poderia ser deixado de lado, com toda segurança. Infelizmente não é, pois

A interpretação mecânica do relacionamento entre a “base material” do capital e sua “superestrutura legal e política” pode ser – e realmente tem sido – traduzida, nas condições das sociedades pós-revolucionárias, como seu reverso autoilusório, segundo o qual o controle político voluntarista da ordem pós-capitalista, depois da transferência da propriedade para o “Estado socialista”, representa a superação da base material do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 121).

Mészáros (2002, p. 121) afirma que não tem como contestar que o “Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente”. Enfatiza que é isso que caracteriza “todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital”. E isso se dá, precisamente, porque o “princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas – inclusive as variedades pós-capitalistas –, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente”. Uma vez que

as unidades econômicas reprodutivas do sistema têm um caráter incorrigivelmente centrífugo – caráter que, há longo tempo na história, tem sido parte integrante do incomparável dinamismo do capital, ainda que em certo estágio de desenvolvimento ele se torne extremamente problemático e potencialmente destrutivo –, a dimensão coesiva de todo o sociometabolismo deve ser constituída como uma estrutura *separada* de comando político totalizador. Como prova da substantiva materialidade do Estado moderno, realmente descobrimos que, em sua condição de estrutura de comando político totalizador do capital, ele não está menos preocupado em assegurar as condições da extração do trabalho excedente do que com as próprias unidades reprodutivas econômicas diretas, embora, naturalmente, ofereça à sua própria maneira sua contribuição para um bom resultado (MÉSZÁROS, 2002, p. 121).

Assim, Mészáros (2002) pondera que o Estado, “como parte constituinte da base material do sistema abrangente do capital, deve articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias”. Mesmo que sua “superestrutura legal e política”, ao longo da história, assuma variadas formas, do tipo

parlamentarista, bonapartista ou até de tipo soviético pós-capitalista, além de muitas outras, conforme exijam as circunstâncias históricas específicas. Além disso, mesmo dentro da estrutura da mesma formação socioeconômica (por exemplo, capitalista), pode deixar de cumprir suas funções, digamos, em uma rede legal e política liberal-democrática e passar a adotar uma forma abertamente ditatorial de legislação e dominação política; e também neste aspecto pode avançar e recuar (MÉSZÁROS, 2002, p. 121).

Mészáros (2002, p. 124) adverte ainda que poderia ser um “completo equívoco considerar simplesmente ser o próprio Estado idêntico à estrutura de comando do sistema do capital”, uma vez que “o capital é um modo de controle sociometabólico historicamente específico, cuja estrutura de comando deve ser adequada em todas as esferas e em todos os níveis, por não poder tolerar absolutamente nada acima de si”. Destacamos o alerta de Mészáros (2002, p. 124), segundo o qual,

uma das principais razões pelas quais o sistema soviético desmoronou foi o fato de a *estrutura de comando político de sua formação de Estado ter ultrapassado em muito seus limites*. Ela tentou em vão *substituir a si mesmo pela estrutura de comando socioeconômica* do sistema do capital pós-revolucionário em sua integridade, assumindo de modo voluntarista a *regulação política de todas as funções produtivas e distributivas*, para a qual estava absolutamente desaparelhada (MÉSZÁROS, 2002, p. 124).

Assim, Mészáros diz-nos que “bem antes do fim da ‘perestroika’ de Gorbachev e da catastrófica implosão do sistema soviético”, argumentou o seguinte, em *O poder da ideologia*:

O Estado capitalista é absolutamente incapaz de assumir as funções reprodutivas substantivas das estruturas materiais reguladoras, a não ser em extensão mínima e em situação extrema de emergência. E nem se espera que o faça em circunstâncias normais. Diante de sua constituição intrínseca, o Estado não poderia controlar o processo de trabalho ainda que seus recursos fossem centuplicados, dada a *ubiquidade* das estruturas produtivas particulares que teriam de estar sujeitas a seu poder de controle necessariamente limitado. Tragicamente em relação a isso, o fracasso das sociedades pós-capitalistas deve ser atribuído em boa parte à tentativa de atribuir essas funções de controle metabólico a um Estado político central, embora, na realidade, *o Estado em si* não seja adequado à realização da tarefa que envolve, de um ou outro modo, as atividades da vida cotidiana de cada indivíduo (MÉSZÁROS, 2002, p. 124).

O que se faz necessário considerarmos, segundo Mészáros (2002, p. 124), é que “o capital é *seu próprio* sistema de comando, de que é *parte integrante* a dimensão política, ainda que de modo algum parte *subordinada*”. Assim, mais uma vez, vemos aqui a “manifestação prática de uma reciprocidade dialética”, de forma que

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido fundamental, o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto (MÉSZÁROS, 2002, p. 124-125).

Mészáros (2002, p. 125) reafirma que o inter-relacionamento íntimo entre a base material e o Estado se mantém, quando visto pelo outro lado, pois

o Estado moderno em si é totalmente inconcebível sem o capital como função sociometabólica. Isto dá às estruturas materiais reprodutivas do sistema do capital a condição necessária, não apenas para a constituição original, mas também para a sobrevivência continuada (e para as transformações históricas adequadas) do Estado moderno em todas as suas dimensões. Essas estruturas reprodutivas estendem sua influência sobre todas as coisas, desde os instrumentos rigorosamente repressivos/materiais e as instituições jurídicas do Estado, até as teorizações ideológicas e políticas mais mediadas de sua *raison d'être* e de sua proclamada legitimidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 125).

Por isso Mészáros (2002, p. 125) enfatiza que, em razão dessa “determinação recíproca”, temos de considerar a “correspondência estreita entre, por um lado, a base sociometabólica do sistema do capital e, por outro, o Estado moderno como estrutura totalizadora de comando político da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida”. Alerta ele que, “para os socialistas, esta é uma “reciprocidade desafiadora e desconfortável”, uma vez que ela põe em relevo

O fato acautelador de que qualquer intervenção no campo político – mesmo quando visa à derrubada radical do Estado capitalista – terá influência muito limitada na realização do projeto socialista. E, pelo lado oposto, o corolário desse mesmo fato acautelador é que, precisamente porque têm de enfrentar a força da *reciprocidade autossustentada do capital* sob suas dimensões fundamentais, os socialistas jamais deverão esquecer ou ignorar – embora o esquecimento proposital deste fato tenha sido a razão da tragédia de setenta anos da experiência soviética – que não existe a possibilidade de superar a força do capital sem permanecer fiel à preocupação marxista com o “encolhimento” do Estado (MÉSZÁROS, 2002, p. 125).

A reciprocidade entre base e superestrutura “diz respeito à relação entre a forma como reproduzimos nossas condições materiais diretas de vida através das horas que dedicamos todos os dias ao trabalho em comparação com as horas que alocamos para outras atividades”. E a “questão vital do papel do Estado” entra em cena, também, e precisamente nesse ponto, pois o “processo de reprodução social geral, com a multiplicidade de suas ações produtivas materiais e de várias iniciativas de tomadas de decisão, deve *coerir* de alguma maneira, caso contrário, a sociedade em questão não poderia sobreviver” (MÉSZÁROS, 2015, p. 93). E, na “ordem sociometabólica de reprodução” regida sob o domínio do capital, “essa coesão é possível somente se a dimensão de controle político geral se constituir como órgão de tomada de decisão *separado/alienado* de algumas das funções mais vitais”. Assim é que a “função vital” das “formações de Estado do sistema do capital” é agir como “*corretivos necessários*”, pelo menos enquanto forem historicamente capazes de cumprir tais “funções corretivas” para alguns “*defeitos*

estruturais identificáveis na própria natureza das *estruturas reprodutivas materiais*”. A constatação dessa realidade, como alerta Mészáros, tem “duas importantes conseqüências” para o projeto socialista marxiano: Primeiramente, na avaliação do passado, como indicado, por não ter cumprido com as expectativas originais de “fenecimento do Estado” (MÉSZÁROS, 2015, p. 94); num segundo aspecto, tem implicações também no presente, para a “crítica radical do Estado do capital” frente ao seu “*fracasso histórico* em cumprir suas *funções corretivas*” vitais. E por ser cada vez mais impossibilitado de cumpri-las, mediante a crise estrutural que só se avoluma, para a qual não tem soluções, além de ainda, por suas intervenções, colocar em “perigo o processo metabólico social geral”. Isso porque o Estado, sendo “*parte integral* das determinações estruturais do sistema do capital”, não pode “*eximir-se da crise estrutural* em desdobramento do sistema do capital como um todo” (MÉSZÁROS, 2015, p. 94).

Essas conseqüências se reverberam também nas prospecções para o futuro, pois é “impossível vislumbrar o necessário fenecimento do Estado sem, simultaneamente, confrontar também os problemas críticos de alterar radicalmente o processo de reprodução material global”. Ou seja, considerando que, em Marx, a “primazia relativa nessa inter-relação inextrincável entre as estruturas reprodutivas materiais do capital e suas formações de Estado – que em um determinado ponto da história torna-se um ciclo vicioso – pertence às primeiras”, o fenecimento do Estado requer a erradicação do capital e do trabalho assalariado; ainda, nos termos de Mészáros, de todas as “mediações de segunda ordem”²⁸ do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2015, p. 94).

Para Mészáros, o atual desenvolvimento da ordem do capital, marcado pela crise estrutural, sinaliza a emergência histórica e urgente da necessidade da elaboração de uma teoria da transição socialista, juntamente com sua realização prática, por meio da reestruturação do movimento socialista internacional, na perspectiva do projeto socialista original de Marx, temáticas que desenvolveremos neste capítulo, nos itens 3.6 e 3.5. Mas, para Mészáros, a possibilidade de sucesso desse imenso desafio histórico, de realizar a transição socialista, implica a necessária crítica e autocrítica, teórica e prática, da experiência socialista derrotada, nos moldes do modelo soviético, pois, conforme indicamos, para Mészáros, são “sociedades do capital pós-

²⁸ Cf. MÉSZÁROS. *A teoria da alienação em Marx e Para além do capital*, nos quais a tematização das “mediações de segunda ordem” e de “primeira ordem” são abordadas em profundidade.

capitalista”, nas quais o capital não foi superado, o Estado não feneceu e o trabalho não se emancipou, portanto, não houve transição socialista.

3.4 O tripé trabalho, capital e Estado: uma necessidade histórica a permanecer ou a transcender?

Mészáros é veemente em afirmar a necessidade de uma avaliação – mais uma vez enfatizamos, e ela constitui seu projeto teórico, como consubstancia o título de sua grande obra: *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* –, dos “fatos históricos reais desde a época da morte de Marx”, os quais “produziram algumas limitações dolorosas” quanto a duas questões relevantes, fundamentais e interligadas. “A primeira diz respeito à necessidade da *transição* e a segunda, ao quadro histórico e global em que se poderia realizar com sucesso a transição para a ordem socialista defendida” (MÉSZÁROS, 2002, p. 87).

Sobre transição relembra-nos Mészáros que, além de ser pensada nos termos do projeto original vislumbrado por Marx, em que a transformação socialista ocorreria por meio de uma “grande revolução social – não isolada – na Europa. Seria, também, realizada pelas classes trabalhadoras dos “povos dominantes”, de maneira a assim bloquear a via para a indefinida ascendência histórica do capital sobre o ‘terreno bem mais vasto’ existente”. Marx previa ainda que, assim como o século XVI trouxe a sociedade burguesa “à vida”, o século XIX a levaria “para o túmulo”. Mas, na realidade, “como sabemos, a esperança expressa na última sentença foi amargamente negada”, e a “ascensão da sociedade burguesa continuou daí por diante sem grandes obstáculos”. Porém Mészáros considera que, mesmo tendo vivenciado a derrota da Comuna de Paris, em 1871, “Marx permaneceu fiel à sua perspectiva inicial” de uma “revolução social”, conforme previsto por ele (MÉSZÁROS, 2002, p. 90-91).

Quanto à segunda, o grande problema, que se converte em verdadeiro e imenso desafio para o movimento socialista, é que grandes “transformações históricas” ocorreram “desde os dias de Marx”, com implicações fundamentais não apenas “do lado do capital”, mas também em “relação ao trabalho”. Mas, como “as novas tendências de desenvolvimento”, mal despontavam no horizonte, não eram tão visíveis durante a vida de Marx, não o suficiente que o fizessem mudar sua perspectiva original. Portanto “seria absurdo censurar Marx por não oferecer soluções para problemas” dos quais ele “não foi contemporâneo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 89). Entre essas, as “transformações monopolistas na economia” e o correspondente “impacto dos impérios

capitalistas emergentes”, em seu próprio território e nas “relações entre os Estados”, que não evidenciavam, à época de Marx, todo o “potencial de reestruturação do conjunto do sistema do capital”. Por parte do capital, a “expansão *imperialista*, por um lado, e os desdobramentos *monopolistas*, pelo outro, proporcionam novo alento ao sistema do capital, retardando acentuadamente o momento de sua saturação”. Essas transformações vão propiciar “enorme vantagem às forças socioeconômicas dominantes” e, para o sucesso deste empreendimento, o Estado capitalista intervirá de “todas as formas possíveis, internamente e no exterior” (MÉSZÁROS, 2002, p. 89).

Assim é que, no “quadro de um complexo imperialista”, a “competição”, já “quase impossível de eliminar”, torna-se ainda mais problemática, pois “muitas das contradições do sistema competitivo industrial são transferidas para o plano da rivalidade entre os Estados, e as consequências são potencialmente ruinosas, como atestam duas guerras mundiais”. Ao mesmo tempo, “as regras da competição”, num ambiente dominado pelo poder monopolista, acabam sendo revertidas como “vantagem para as forças econômicas dominantes”. Mézáros (2002, p. 89) identifica que esse processo tem por consequência o fato de que “os monopólios poderosos adquirem grandes privilégios em todo o mercado mundial”. Como também a “concentração e a centralização do capital” passam a ser “grandemente facilitadas, em conformidade com os interesses dos monopólios, oligopólios e cartéis dominantes”.

Em relação ao trabalho, Mézáros (2002, p. 89) analisa que as mudanças são também muito significativas, intensificando as dificuldades para a “ideia da ação simultânea pelas classes trabalhadoras dos ‘povos dominantes’ em toda a duração – ainda que temporária – das condições” de competição imperialista/monopolista. Na medida em que a “*taxa diferencial de exploração*” passa a ser “parte integrante do sistema do capital global”, a margem de vantagem diferencial – que rende *taxas diferenciais de lucro* e superlucro –, certa porção pode ser deslocada para a força de trabalho “metropolitana”, em detrimento da “periferia”, gerando disputa interna à classe trabalhadora.

Frente a esse quadro de ascendência da ordem burguesa e às novas contradições e antagonismos surgidos após Marx, Mézáros (2002) considera que, enquanto essa tendência conseguir afirmar-se sobre o terreno global, “nenhum socialista pode levar a sério a ideia de que o sistema do capital possa ser historicamente suplantado”. Por isso, afirma a necessidade de reavaliar “todas as estratégias socialistas, em diferentes partes de nosso planeta”, no sentido de

compreender a dimensão perturbadora e negativa desta ascensão, tanto na interpretação do passado histórico como na avaliação do futuro, pois a não atribuição do devido peso às forças que sustentam o sistema do capital em seu conjunto leva às ingênuas expectativas do “catastrofismo” ou ao desencantamento derrotista e total abandono da perspectiva socialista, como se viu no passado recente (MÉSZÁROS, 2002, p. 91).

Devemos atentar, nessa citação, que se Mézáros considera “ingênuas” a perspectiva “catastrofista”, não nos parece que o mesmo incorreria nesta “ingenuidade”, de modo a permitir que se atribua um teor “catastrofista” ao seu pensamento, como muitos o fazem. É importante observarmos também que o filósofo está preocupado com a chamada “crise do marxismo”, perceptível pela forma como, nos últimos anos, muitos se decepcionaram e voltaram-se “inteiramente contra a ideia do socialismo”. Nosso autor atribui esse “desencantamento derrotista”, em grande parte, à postura defensiva adotada pelo movimento socialista internacional, além de associá-lo também ao voluntarismo e ou mecanicismo.

Contrariamente a essa tendência, Mézáros procura recuperar a perspectiva revolucionária da teoria marxiana, além de reafirmar a sua radicalidade e propugnar pelo “utopismo realista” da transformação socialista, desde que esta seja orientada por uma teoria da transição socialista que se pautar numa análise objetiva da realidade. Por isso também Mézáros (2002, p. 48) acentua a “necessidade de fundamentar as expectativas socialistas em base material muito mais segura”, que leve em consideração a complexidade do mundo atual, em seu caráter global e de crise estrutural.

Ao mesmo tempo, Mézáros considera igualmente importante e “positivo do dilema histórico inexplorado de Marx”, e que para estar em consonância com a análise da realidade adotada por ele, é não esquecer o fato de que “a ascendência histórica até mesmo no terreno global – e mesmo quando considerada em sua totalidade intensiva – é apenas histórica”. Conforme nosso autor analisa, a “fase de ascendência histórica do capital em suas linhas gerais está chegando ao fim” e, ao se consumir, passa a vigorar a “fase descendente de produção destrutiva”. Assim, essa fase estará “necessariamente confinada às limitações das reais potencialidades produtivas do capital” e permanecerá “sujeita aos inextirpáveis antagonismos deste sistema de reprodução sociometabólica em sua totalidade”. Portanto, em consequência do caráter do desenvolvimento global ocorrido nos últimos cem anos, com a prevalência da “dominação de meia dúzia de países capitalistas avançados, os termos da equação original de

Marx mudaram fundamentalmente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 91-92). Assim, considerando a “natureza global” dessas “transformações históricas”, Mézáros entende que não é mais possível

confinar as probabilidades de levantes sociais fundamentais a um “cantinho do mundo”. Não existe mais, e absolutamente não pode mais existir, “cantinho” algum, muito menos “socialismo em um país”, não importa qual fosse a vastidão desse país ou a imensidão de seu povo. Nada poderia sublinhar esta verdade simples com força maior do que a impressionante implosão do sistema soviético (MÉSZÁROS, 2002, p. 91).

Motivado pela convicção de que a necessária transformação da ordem social tem que ter caráter global, Mézáros (2002, p. 93) insiste na necessidade de um reexame crítico e autocrítico quanto às experiências revolucionárias do século passado, pois considera que até mesmo os ideólogos do “capitalismo avançado”, que “gostavam de pensar que o sistema soviético era diametralmente oposto ao seu, tiveram de ser despertados pela desconcertante verdade” de que esse “era apenas o outro lado da mesma moeda”. Assim, avalia que nessas experiências

o socialismo sequer foi iniciado, não foram dados nem os primeiros passos na direção de uma transformação socialista, cujo alvo somente pode ser a derrubada do poder do capital e a supressão da divisão social do trabalho, a derrubada do poder do Estado, que é também uma estrutura de comando para a regulação da vida das pessoas a partir do alto (MÉSZÁROS, 1995, p. 132).

Frente a essa realidade “radicalmente nova no decorrer das últimas décadas”, Mézáros considera que as perspectivas futuras de desenvolvimento são seriamente afetadas, pois, em nítido contraste com o passado, o que se tornou hoje particularmente grave, do “ponto de vista do sistema do capital”, é “o fato de que até mesmo os privilégios dos poucos já não podem mais ser sustentados nas costas dos muitos”. Por “consequência, todo o sistema está se tornando bastante instável, ainda que leve algum tempo antes que transpirem todas as implicações dessa instabilidade sistêmica, exigindo remédios estruturais em lugar do adiamento manipulativo”. Nesse sentido, a “perspectiva alternativa de Marx só agora, neste nosso tempo, volta a prevalecer” (MÉSZÁROS, 2002, p. 93).

Parece-nos que o grande diferencial da análise de Mézáros, em relação a grande parte do movimento socialista, refere-se à recuperação que faz do pensamento marxiano quanto ao papel do Estado e sua compreensão da negatividade da política. E esta, claro, está diretamente relacionada à sua concepção de que o projeto marxiano de socialismo diz da superação/erradicação/transcendência do capital, e não só do capitalismo, por conseguinte, do fim da “extração do trabalho excedente”, por qualquer força alheia ao “corpo social” ou aos “produtores livremente associados”. Ou seja, de qualquer comando político externo, na forma de

um “*Estado enquanto tal*”, qualquer tipo de Estado, seja o Moderno, seja o ordenado pelo Partido Operário.

Mészáros diz-nos que o empreendimento socialista tem de ser definido como uma “*alternativa radical para o modo de controle sociometabólico de todo o sistema do capital*”, com o propósito de realizar a “*restituição da função de controle historicamente alienada para o corpo social – os ‘produtores associados’ – sob todos os seus aspectos*”. Ou seja, para que “o projeto socialista” constitua-se “como um *modo de controle sociometabólico qualitativamente diferente*”, o “controle” deve ser “constituído pelos indivíduos de tal maneira” que não seja “deles *alienável*”, ou seja, sem a intermediação de algum Estado ou das “*personificações do capital*”. Complementa que, “para ser bem-sucedido”, tem de “ser um modo de controle capaz de regular as funções produtivas materiais e intelectuais dos intercâmbios de mediação dos indivíduos entre si mesmos” e a natureza, sem nenhum poder “*vindo de cima*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 88), pois se a supressão do antagonismo entre capital e trabalho visa a por fim às classes sociais, à divisão hierárquica do trabalho, à propriedade privada dos meios de produção, e devolver à “*totalidade do trabalho social*” o poder que lhe foi usurpado, de gerir a ordem social, não é a parte que deve comandar, mas o todo. Então não se justifica o Estado/Partido, se bem recordamos, o lema para Marx era: “Proletários, uni-vos” e até Lênin era: “Todo poder aos Soviets”.

A afirmação de Mészáros de que, se invalidarmos a teoria política de Marx, invalidamos todo o seu edifício teórico, apoia-se em sua assertiva de que a teoria social de Marx capta a síntese histórica da realidade social, fundada no tripé: trabalho e capital mediados pelo Estado. Assim é que se invalidarmos uma dessas fundações, todo o edifício será posto abaixo. Na mesma medida, afirma que os “adversários de Marx falharam completamente em compreender a necessária interligação entre *Estado, capital e trabalho*, e a existência de planos e dimensões absolutamente diferentes de mudança possível” (MÉSZÁROS, 2002, p. 576).

Sendo assim, e devido a essa “relação de autossustentação recíproca, Estado, capital e trabalho” podem apenas ser eliminados simultaneamente, mesmo no edifício teórico de Marx ou, na prática, como resultado de uma transformação estrutural radical de todo o sociometabolismo, se considerarmos que essas categorias estão presentes na realidade social. É neste sentido portanto que Mészáros afirma que nenhum dos três pilares pode ser “derrubado nem abolido”, mas apenas “transcendido e superado”, e que esse limite, por sua vez, “necessariamente traz

consigo a extrema complexidade e a temporalidade de longo prazo de tais transformações” (MÉSZÁROS, 2002, p. 576).

Assim, considerando-se a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articulado – trabalho, capital e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado, pois, paradoxalmente, o “pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital”. Mézáros lembra-nos que, na “sequência da conquista do poder político, Lênin e outros falaram da inevitável necessidade de ‘esmagar o Estado burguês’ como tarefa imediata da ditadura do proletariado”. Mas adverte-nos que, inclusive ancorado nos fatos históricos, “a dificuldade está em que a conquista do poder de Estado está muito distante de significar o controle sociometabólico da reprodução” (MÉSZÁROS, 2002, p. 600).

Como bem comprova a experiência histórica, Mézáros diz-nos que, de fato, pode-se

esmagar o Estado burguês pela conquista do poder político, pelo menos em uma extensão significativa. Contudo, é quase impossível “esmagar” a dependência estrutural herdada do trabalho em relação ao capital, já que esta dependência é assegurada materialmente pela divisão estrutural hierárquica do trabalho estabelecida. Pode ser alterada para melhor apenas pela reestruturação radical da totalidade do processo socio-reprodutivo, isto é, por meio da reconstrução progressiva do edifício herdado em sua totalidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 601).

Mézáros considera que é fundamental, quanto à possibilidade de emancipação do trabalho, e para efetivar a diretriz do “fenecimento do Estado”, considerar-se “quem realmente está no comando das determinações produtivas e distributivas do processo de trabalho pós-revolucionário”, pois enquanto

as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas autonomamente pelos produtores associados, mas deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado (ou seja, um novo tipo de personificação do capital), o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo materialmente e dessa forma estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade (MÉSZÁROS, 2002, p. 601).

Pois, caso contrário, afirma Mézáros (2002, p. 601), o que se tem é o *fortalecimento* do Estado pós-revolucionário, uma vez que, na sequência da “expropriação dos expropriadores”, institua-se um novo poder, que seja “igualmente separado”, como “pessoal de controle”. Assim sendo, a autoridade desse poder acaba por “ser politicamente estabelecida e imposta na ausência de um direito jurídico anterior para controlar as práticas produtiva e distributiva com base na posse da propriedade privada”. E, de fato, esse poder passa a ser exercido sobre e “contra a *força*

de trabalho”. E, como praticado na Rússia, tendo em vista a “máxima extração politicamente regulada do trabalho excedente”, esse “fortalecimento se transforma numa perversa necessidade estrutural”, e não simplesmente numa “degeneração burocrática” que pudesse ser facilmente corrigível e “retificada no plano político” por uma nova “revolução política”.

Mészáros (2002, p. 601) até mesmo ironiza que, como se pretendeu por via da *perestroika*, “instituir mudanças legal-políticas no plano da titulação de propriedade é uma brincadeira de criança comparada à tarefa penosa e prolongada de superar o modo pelo qual o capital controla a ordem socio-reprodutiva”. Podendo-se dizer que, como demonstrado pela implosão do sistema soviético do capital e dado o poder estatal enormemente fortalecido no país,

era muito mais fácil tramar *uma contrarrevolução política de cima* do que divisar realisticamente uma *revolução política de baixo* como forma de corrigir as contradições da ordem estabelecida. Mesmo se uma nova revolução política das massas pudesse prevalecer por um momento, ainda assim permaneceria a ser cumprida a tarefa real de reestruturar fundamentalmente o sistema do capital pós-capitalista (MÉSZÁROS, 2002, p. 601).

Assim, Mészáros (2002, p. 601-602) enfatiza que a orientação para o “fenecimento do Estado”, “sem o que a ideia de realizar o socialismo não pode ser seriamente contemplada sequer por um momento, é inconcebível sem o ‘fenecimento do capital’ como regulador do processo sociometabólico”. Adverte ainda que o

círculo vicioso que, por um lado, prende o trabalho à dependência estrutural do capital e, por outro, o coloca em uma posição subordinada no que concerne à tomada política de decisão por um poder estatal estranho apenas pode ser quebrado se os produtores progressivamente cessarem de reproduzir a supremacia material do capital. Isto eles só podem fazer desafiando radicalmente a divisão estrutural hierárquica do trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p. 602).

Para Mészáros, portanto, é inadiável compreender, pela importância fundamental que tem para o processo de transição socialista, que

o fortalecimento perverso do Estado pós-capitalista não é uma causa autossustentável, mas uma causa inseparável da dependência estrutural do trabalho em relação ao capital. Esta determinação contraditória do trabalho, sob o comando continuado do capital (mesmo que numa nova forma), se afirma apesar do fato de que o capital sempre foi – e só pode ser – reproduzido como a corporificação do trabalho em forma alienada e autopetuada (MÉSZÁROS, 2002, p. 602).

Por conseguinte, Mészáros (2002, p. 602) reafirma que a almejada “autoemancipação do trabalho não pode ser enfrentado apenas (nem principalmente) em termos políticos”, uma vez que a “determinação antagônica em questão é inerente à *estrutura de comando material do capital*, que apenas é *complementada*, e não *fundada*, no Estado enquanto uma estrutura abrangente de

comando político do sistema”. A própria história moderna das “incontáveis ‘revoluções traídas’ fornecem-nos evidências dolorosamente abundantes a respeito”. Assim, não há como desconsiderar que a

crítica necessária do poder do Estado, com o objetivo de reduzi-lo e ao final superá-lo, só tem sentido se for praticamente implementado, em seu ambiente sociometabólico/material-reprodutivo. Pois o “fenecimento” do Estado implica não apenas o “fenecimento” do capital (como o controlador objetivado e reificado da ordem social-reprodutiva), mas também a autotranscendência do trabalho da condição de subordinado aos imperativos materiais do capital imposta pelo sistema prevalecente da divisão estrutural/hierárquica de trabalho e poder estatal. Isto é possível apenas se todas as funções de controle do sociometabolismo – que sob todas as formas de dominação do capital devem estar investidas na estrutura de comando material e política de um poder de tomada de decisão alienado – forem progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados (MÉSZÁROS, 2002, p. 602).

Nesse sentido, Mézáros (2002, p. 602) manifesta que o deslocamento “estrutural objetivo das personificações do capital (em vez do político-jurídico insustentável por si mesmo) por meio de um sistema de *autoadministração genuíno é a chave para a reconstrução bem-sucedida das estruturas herdadas*”. Assim, consideramos que a elaboração de Mézáros confirma a tese aqui analisada de que o sistema do capital estrutura-se sob o tripé: trabalho assalariado, capital e Estado, e, para a consecução bem-sucedida do processo de transição socialista, o “tripé” desse edifício tem de ser superado, na sua totalidade.

3.5 Política radical e a ofensiva socialista

Ao capturar a tendência histórica de desenvolvimento do capital, Mézáros identifica o fim da “fase ascendente do sistema do capital” e que ela realça a entrada em uma “fase descendente”, de decadência e barbárie, que só pode ser superada pelo socialismo, ou seremos condenados a viver nesta crescente crise e barbárie; ou, ainda, sob o risco da autodestruição da humanidade, que o mesmo não elimina frente à produção destrutiva que caracteriza o atual sistema do capital.

Mézáros considera que a chamada “crise do marxismo” deve-se principalmente ao fato de que muitos dos seus representantes continuam a adotar uma postura *defensiva*. Numa época em que, tendo acabado de virar uma página histórica importante, deveríamos nos engajar numa ofensiva socialista, em sintonia com as condições objetivas. Paradoxalmente, os últimos 25 anos, que progressivamente manifestaram a crise estrutural do capital – e daí o início da necessária ofensiva socialista num sentido histórico –, também testemunharam a disposição de muitos

marxistas, maior do que nunca, de buscarem novas alianças defensivas e de se envolverem com todos os tipos de revisões e compromissos, em grande escala, ainda que não tenham realmente nada para mostrar como resultado de tais estratégias fundamentalmente desorientadoras.

Mészáros apresenta-nos sua proposta de uma política radical e uma ofensiva socialista, como uma pauta necessária para o trabalho fazer frente à crise estrutural do sistema do capital, com claras diretrizes, que não respaldam as usuais justificativas argumentativas do tipo “mas o que fazer enquanto a revolução não chega”. Reafirma as condições necessárias para que a luta emancipatória seja viável e irreversível. Em vez de “conciliarmos” e procurarmos “controlar” e “reformatar” uma ordem social que é “incontrolável” e “irreformável”, conforme sólidas comprovações visíveis no processo histórico de desenvolvimento do sistema do capital, em sua determinação objetiva de reger-se pela expansão e acumulação. Mészáros insiste que a ordem do capital permite apenas as mudanças que possam ser incorporadas por sua lógica e que contribuam para sua perpetuação. Como a maior experiência histórica demonstrou de forma conclusiva, não é “sequer suficiente pensar em termos de ‘derrubar o capitalismo’”, nos moldes da “ordem pós-capitalista do tipo soviético”, pois isso foi tentado e foi derrotado com grande sacrifício humano, “finalizando com uma grande implosão, não somente na ex-União Soviética, como também em toda a Europa do Leste”.

Devemos lembrar que Mészáros, antes mesmo dessa implosão definitiva, já em 1970, alertava que pensar uma mudança radical, nos termos de Marx, requer pensar num projeto muitíssimo mais difícil, que equivale à tarefa histórica do trabalho de “superar a lógica objetiva do *capital em si*, mediante uma tentativa sustentada de ir *mais além do próprio capital*”, e não apenas em termos da “derrubada do Estado capitalista e das personificações capitalistas privadas do capital”.

3.5.1 Movimentos alternativos na América Latina

É nesse quadro de referência mais amplo que Mészáros sempre manifestou sua solidariedade aos movimentos mais radicais que buscam romper com uma postura *defensiva* e adotem uma *ofensiva socialista*, que tenham como foco o questionamento do conjunto de problemas que bloqueiam o real desenvolvimento de nossas sociedades, ou seja, os poderes constituídos do capital e, particularmente, a imposição do poder hegemônico da potência imperialista beligerante dos Estados Unidos, pelo grande bloqueio que esta impõe ao progresso

da humanidade, além de, na atualidade, até mesmo ameaçar nossa sobrevivência. Pois, desde 1992, expressa sua convicção de que “o futuro do socialismo será decidido nos Estados Unidos, por mais pessimista que isto possa parecer”. E acrescenta: “ou o socialismo se afirma universalmente, e de tal forma que inclua todas as áreas, inclusive as áreas capitalistas mais desenvolvidas do mundo, ou não terá sucesso” (MÉSZÁROS, 2002, p. 31).

Tendo essas diretrizes no horizonte, mas atento às manifestações “das forças que trabalham pela instituição de uma ordem social diferente”, Mézáros observa que essas “encontraram manifestações encorajadoras” em várias partes do chamado “quintal geopolítico” dos Estados Unidos. Como exemplo, a luta dos “Zapatistas no México, até os militantes que desafiam todas as dificuldades que favorecem a ordem estabelecida na Colômbia e em outros países da América Latina” (MÉSZÁROS, 2002, p. 33). Assim, enfatiza que “o fermento social e intelectual na América Latina promete para o futuro mais do que podemos encontrar atualmente nos países capitalistas avançados”. Credita isso ao fato de a “necessidade de mudança radical” ser muito “mais urgente na América Latina do que na Europa e nos Estados Unidos, e porque as soluções prometidas da ‘modernização’ e ‘desenvolvimento’ demonstraram não passar de uma luz que se afasta, num túnel cada vez mais longo”. Portanto, considera “muito mais provável que uma convulsão social venha a ocorrer na América Latina do que nos Estados Unidos, com implicações de longo alcance para o resto do mundo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 31-32).

Nesse sentido, Mézáros direciona seu apoio crítico, mas solidário, aos movimentos vivenciados na América Latina, por exemplo, a Revolução Cubana, a Revolução Bolivariana e o Movimento dos Sem Terra – MST. Apesar do “estágio muito inicial desses processos”, considera “muito significativo que os movimentos sociais radicais em questão queiram se livrar das limitações organizacionais da esquerda histórica a fim de conseguirem articular na ação” o duplo movimento da “necessária negação do que aí está, mas também a dimensão positiva de uma *alternativa hegemônica*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 33). É nesse sentido que avalia positivamente o Movimento dos Sem-Terra – MST, no Brasil (além de ser materialmente solidário, pois como sabemos destinou todos os ganhos dos direitos autorais de suas obras publicadas no Brasil para esse movimento), por “afirmar seus objetivos com grande rigor e coragem, gerando ecos em diferentes partes do mundo”. Afinal, quando os movimentos de ocupações afirmam o poder real e põem em xeque o poder legal sobre a terra, questionam diretamente esse poder, e colocam para toda a sociedade a indagação fundamental: a terra deve estar a serviço de quem e para o quê – dos

trabalhadores e para a produção dos seus meios de vida? Ou a serviço das “personificações do capital” e para a produção e reprodução ampliada do capital? Esse movimento, posto nesses termos, abre “caminhos no campo da produção material” e desafia o “modo de controle sociometabólico do capital por meio da empresa cooperativa dos sem-terra” (MÉSZÁROS, 2002, p. 33).

Já o movimento radical na Venezuela – o Movimento Bolivariano Revolucionário – MBR, segundo Mézáros, realiza o mesmo questionamento das finalidades, mas “a partir da direção oposta: pelo uso da força política da Presidência e da Assembleia Constitucional, ele tenta introduzir alterações importantes e necessárias no terreno da reprodução material, como parte fundamental da alternativa visada”. Assim, esses dois movimentos tentam “enfrentar a tarefa extremamente difícil de unir a esfera reprodutiva material à política, fazendo-o de formas diferentes, mas complementares” (MÉSZÁROS, 2002, p. 33). Mézáros apresenta-nos as motivações do líder desse movimento, Hugo Chaves Frias, e sua crítica “à crise crônica do sistema sociopolítico do país”, expressa nas seguintes palavras:

Com o aparecimento dos partidos populistas, o sufrágio foi convertido em uma ferramenta para adormecer o povo venezuelano com o fim de escravizá-lo em nome da democracia. Durante décadas os partidos populistas basearam o seu discurso em inúmeras promessas paternalistas criadas para dissolver a consciência popular. As mentiras políticas alienantes pintaram uma “terra prometida” a ser alcançada através de um jardim de rosas. A única coisa que os venezuelanos teriam que fazer seria ir às urnas eleitorais e esperar que tudo fosse resolvido sem o mínimo esforço popular. ... Assim, o ato de votar foi transformado no começo e no fim da democracia (FRIAS *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 829).

Mészáros considera que, ao escrever, em 1993, o discurso acima, Hugo Chávez “rejeita, por razões muito diferentes, o ‘canto de sereia’” dos propagandistas da política de democracia burguesa, que se repete em todos os países nos quais seja essa a norma vigente. Os sucessivos pleitos eleitorais visam sempre a pacificar o eleitorado e iludi-lo, com a promessa de “não se preocuparem com a crise” porque tudo se resolverá com “as próximas eleições”. As promessas de sempre, acrescidas dos “pedidos”, na verdade, “imposições”, de que tenha “um pouco mais de paciência”, que os “ajustes são necessários”, que “todos (entenda-se os trabalhadores) devem fazer sacrifícios”, “apertar os cintos”, pois, assim que passada a crise, “todos voltam a ganhar” são simultâneas ao fato real de que

a cada minuto centenas de crianças nascem na Venezuela com a saúde ameaçada por falta de comida e medicamentos, enquanto bilhões são roubados da riqueza nacional, sangrando o que ainda resta do país. Não há razão que justifique qualquer crédito a uma classe política que demonstrou à sociedade não ter a menor vontade de instituir qualquer

mudança. Não há nenhuma razão para baixar a guarda e arrefecer as lutas populares até novo aviso. Em troca, temos muitas razões para seguir pressionando o acelerador da máquina que move a história (FRIAS *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 829-830).

Na interpretação de Mézszáros, é devido a essa convicção que Chávez rejeitou o “sistema existente de representação parlamentar” e propôs que “o povo soberano deve se transformar no *objeto* e no *sujeito* do poder. Chegamos a um ponto de não retorno e não nos é permitido retroceder. Para os revolucionários esta opção não pode ser negociável”. A realização desse “princípio” requer uma “estrutura institucional” que ele a projetou no curso de uma mudança radical:

O poder eleitoral do estado federal se tornará o componente político-jurídico pelo qual os cidadãos serão depositários da soberania popular, cujo exercício permanecerá daqui para frente realmente nas mãos do povo. O poder eleitoral será estendido a todo o sistema sociopolítico da nação, estabelecendo os canais para uma verdadeira distribuição policêntrica de poder, deslocando o poder do centro para a periferia, aumentando o poder efetivo da tomada de decisão e a autonomia das comunidades e municipalidades particulares. As Assembleias Eleitorais de cada municipalidade e estado elegerão Conselhos Eleitorais que possuirão um caráter permanente e funcionarão com independência absoluta dos partidos políticos. Eles serão capazes de estabelecer e dirigir os mecanismos mais diversos de democracia direta: assembleias populares, referendos, plebiscitos, iniciativas populares, vetos, revogação etc. ... Assim, o conceito de democracia *participativa* será transformado em uma forma na qual a democracia baseada na soberania popular se constitui como a *protagonista* do poder. É precisamente nestas fronteiras que temos que traçar os limites de avanço da democracia bolivariana. Então nós deveremos estar muito perto do território da *utopia* (FRIAS *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 830).

Segundo a análise e o alerta de Mézszáros, para que esse projeto possa ser transformado em realidade ou se continuarão “sendo ideais utópicos é uma questão que não pode ser decidida nos limites da esfera política. Em si mesma, esta é uma necessidade de transformação radical que pressagia, desde o início, a perspectiva de ‘fenecimento do Estado’”. Mesmo considerando necessária e nunca excessiva a “condenação do vazio paternalismo parlamentar”, que se manifesta por meio dos protestos “contra as práticas políticas tradicionais e o uso apologético legitimador ao qual é submetido o ‘sistema democrático eleitoral’, com a falsa pretensão de que o sistema está inquestionavelmente justificado pelo ‘mandato conferido pela maioria’”.

A exemplo da Venezuela, “país em que até *90 por cento da população* se rebela pela abstenção eleitoral contra o absurdo do voto”, não podemos desconsiderar ainda que, em “algumas democracias ocidentais, o ato de votar é compulsório e não acrescenta mais valor legitimador que as formas mais extremas de abstencionismo abertamente crítico ou resignadamente pessimista”. Frente a isso, não se pode entender de forma definitiva que “a

elevada participação eleitoral seja a prova de um consenso popular democrático realmente existente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 830). Assim, é fundamental atentarmos para o que Mészáros considera como realmente aquilo que traça a “linha de demarcação entre a revolução socialista, que é socialista em sua *intenção* – como a Revolução de Outubro de 1917 –, e a ‘*revolução permanente*’ de transformação socialista efetiva”, sem a qual “não pode haver esperança para os membros da comunidade pós-revolucionária de se transformarem em *sujeitos* do poder”. Esta implica a: “transferência progressiva e total da tomada de decisões reprodutivas e distributivas materiais aos produtores associados” (MÉSZÁROS, 2002, p. 830).

Enfatiza que a “*linha crucial de demarcação*” entre a ordem dominante e a ordem emancipatória coloca a questão fundamental a ser respondida, teórica e praticamente, e diz respeito ao “controle efetivo dos recursos combinados da sociedade”, sobre o qual há que se indagar quem os detém, se “os ‘produtores associados’ ou uma força externa de formação de decisões, ainda que esta seja ideologicamente adornada com o nome da imaginária e benevolente ‘mão invisível’ de Adam Smith?” ou qualquer outra força que não o corpo social (MÉSZÁROS, 2004a, p. 17-18).

Reitera o alerta da necessidade da emancipação do trabalho, pois, uma vez que o trabalho seja mantido como uma mercadoria qualquer e se mantenha “manipulado de acordo com as exigências *fetichistas e mistificadoras* – tudo menos *objetivas* – do mercado de trabalho, fecham-se firmemente todas as portas para as aspirações à realização dos tão necessários objetivos socialistas do povo”. E as tão aspiradas conquistas pós-revolucionárias são perdidas, e tudo novamente “é lançado no remoinho da restauração capitalista, como nos informa a amarga experiência histórica” (MÉSZÁROS, 2004a, p. 18). Retrocesso que, é preciso enfatizar, contribuiu para os “incríveis sucessos do capital”, não somente como ocorreu com as sociedades do “socialismo realmente existente”, mas também em quaisquer outras, e em diferentes partes do mundo.

Por isso, adverte-nos que

a medida da validade da crítica radical ao sistema de representação parlamentar é o empreendimento estratégico de não só exercitar a “soberania do trabalho” em assembleias políticas, – não importa o quão *diretas* elas possam ser em relação à sua organização e a seu modo de tomada de decisão política –, mas na atividade de vida produtiva e distributiva autodeterminada dos indivíduos sociais em todo domínio singular e em todos os níveis do processo sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002, p. 830-831).

Prosseguindo em sua análise do quadro das lutas sociais na América Latina, e considerando que estamos a quase cinquenta anos da revolução cubana, Mészáros (MÉSZÁROS, 2004a, p. 16) adverte-nos de sua dupla mensagem a convocar-nos “não apenas para a luta antiimperialista, mas também para uma mudança *estrutural e sistêmica* como a condição última do sucesso daquela luta”. Manifesta que o “significado universal da revolução cubana reside na sua grande afinidade com as aspirações de todos aqueles que pretendem se libertar das restrições paralisantes da ordem social do capital”. Reconhece e nos lembra ainda que “a solidariedade é uma rua de duas mãos”. Assim como a “revolução cubana demonstrou sua solidariedade, da forma mais tangível, com a causa da emancipação humana em muitas ocasiões”, implica que a “solidariedade internacional tem condições de dar uma contribuição significativa para os próximos quarenta e cinco anos da revolução cubana” (MÉSZÁROS, 2004a, p. 18).

Quando analisa as “várias razões importantes” que conferem um caráter único à revolução cubana, alerta que, exatamente por sua “unicidade”, essa experiência, em sua forma específica e histórica, “não pode ser imitada ou repetida, muito menos revertida no modelo compulsório de transformação revolucionária, assim como não se pode dar toda a ênfase necessária à sua significância universal”. Mészáros alerta-nos para não esquecermos o prejuízo imenso que “as tentativas passadas de imposição do modelo soviético, sob Stalin e seus sucessores, causaram ao movimento socialista em toda parte”. (Lembremos inclusive do que se passou na Hungria, terra natal de Mészáros, que, ao contestar esse modelo, juntamente com o povo húngaro, levou-o ao exílio, uma vez que o Levante Húngaro acabou sendo massacrado pelas tropas soviéticas). Assim, não devemos “permitir que isso se repita no futuro, por maiores que sejam as tentações” (MÉSZÁROS, 2004a, p. 14).

A clareza quanto à necessidade de evitar o erro histórico, da imposição de modelos, é manifestada, segundo Mészáros, pelo próprio Fidel Castro, ao dizer-nos que

Surgem movimentos de massa que se formam com tremenda força, e eu creio que esses movimentos desempenharão papel fundamental nas lutas futuras. Serão outras táticas, já não será a tática no estilo bolchevique, nem mesmo ao nosso estilo, porque pertenceram a um mundo diferente. Nesse de agora devem surgir novas táticas, sem que isso signifique desânimo para ninguém, em lugar algum, e fazê-lo da forma que se considere conveniente. Mas tratemos de ver e analisar com a maior objetividade possível, o quadro atual e o desenvolvimento da luta sob o domínio unipolar de uma superpotência: Estados Unidos. Serão outros caminhos e outras vias pelos quais irão se criando as condições para que esse mundo global se transforme em outro mundo (Fidel Castro Ruz *apud* MÉSZÁROS, 2004a, p. 14).

Por todas essas diretrizes e real potencial revolucionário, Mészáros acredita que “o antagonismo e a resistência da ordem estabelecida, apoiados pelas forças mais reacionárias do imperialismo hegemônico mundial, às mudanças tentadas por esses movimentos e seus aliados em outras partes da América Latina” se manifestarão sempre feroz e destrutivamente, em todos os aspectos: políticos, econômicos, militar, ideológico, etc. Por isso mesmo, nosso autor considera que “o sucesso dos movimentos radicais alternativos” depende, de forma imprescindível,

da solidariedade internacional socialista e de sua capacidade de inspirar também a esquerda organizada tradicional de seus países a se unir à luta. Pois somente um *movimento socialista de massas* tem condições de enfrentar o grande desafio histórico que nos espera no século decisivo à nossa frente (MÉSZÁROS, 2002, p. 33).

É nesse amplo quadro de análise que Mészáros constata que a única saída viável é uma mudança estrutural, que deve ser implementada pela “muito necessária alternativa socialista”, pois identifica que a realidade configura-se por uma crise estrutural do capital. E para tentar perpetuar a ordem existente, suas “*personificações*” atuam obsessivamente, mesmo pondo em perigo até mesmo a sobrevivência da humanidade em nosso planeta, com suas permanentes e “imprudentes aventuras de guerras”, cuja destrutividade põe em risco todo o “progresso histórico já alcançado até ao presente momento”.

3. 5. 2 Política radical e a Nova Internacional

Mészáros, ao analisar também o quadro organizacional do trabalho para implementar a alternativa socialista, constata que seus adeptos “estão fragmentados e divididos entre si, ao invés de combinar internacionalmente sua força para a causa de um confronto bem-sucedido com os seus adversários”. Como forma de reverter esse quadro, Mészáros (2014) defende a necessidade de uma Nova Internacional.

O quadro de referência da análise que Mészáros (2014, p. 73) empreende sobre a necessidade de reorganização internacional da classe trabalhadora abrange toda uma “época histórica”, que se inicia com a “fase ascendente do desenvolvimento histórico do capital”, na qual o “necessário processo de expansão e acumulação do capital pode ser conduzido de modo relativamente imperturbado”, até sua significativa mudança, com o início da “fase descendente do capital”, que começou em meados do século XIX, gerando grande crise econômica e social e trazendo consigo grande efervescência e os “levantes revolucionários na década de 1840”.

Mészáros recorda-nos que nessa época surge, na cena histórica, o antagonista do capital – o trabalho. Este se impõe “com suas próprias demandas, como sujeito ativo de uma ordem alternativa qualitativamente diferente de reprodução social metabólica e começou a afirmar suas reivindicações na forma de ação organizada”. Assim, daquele momento em diante, esse “processo foi necessariamente associado a uma articulação *internacional* vital das demandas do trabalho para o estabelecimento de uma ordem hegemônica alternativa de reprodução social”, programa que foi claramente enunciado por Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, para a Liga dos Comunistas, fundada em 1847. Conforme vislumbrado por estes, “a ordem estrutural global do capital, que tende irresistivelmente para a expansão e integração global, só poderia ser superada com êxito por meio de uma alternativa hegemônica autoafirmativa igualmente global da “nova forma histórica” do trabalho” (MÉSZÁROS, 2014, p. 73).

O *Manifesto* visionário permaneceu, mas a Liga dos Comunistas foi perseguida, não pode sobreviver e foi dissolvida em 1852, cinco anos após sua fundação. O que foi obviamente compreendido, desde o início, permanece válido até hoje, que “só uma poderosa organização internacional da classe trabalhadora poderia defender sua posição” frente à ordem dominante. Assim, a necessidade de organização da classe trabalhadora e da correspondente “estratégia combativa de tal movimento internacional apareceu na agenda histórica no início dos anos de 1850 e permanece, desde aquela época, como um desafio inevitável para as sucessivas gerações de antagonistas do capital” (MÉSZÁROS, 2014, p. 74).

Segundo Mészáros, o próprio Marx viu naquela grave crise as chances de uma transformação revolucionária, pois as crises financeiras daquela época apontavam nessa direção. Embora reconhecesse também, em uma carta a Engels, que o *mercado mundial*, em suas linhas gerais, estava se consumando através da colonização de vastos territórios para além da Europa, e que a “revolução no continente europeu” era iminente, e “seu caráter” seria “de imediato socialista”; não seria “*necessariamente esmagada, nesse cantinho do mundo*”, mas que em “um terreno mais amplo, o desenvolvimento da sociedade burguesa” ainda estava “em ascensão” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2014, p. 75).

Assim, Mészáros (2014, p. 75) observa que Marx estava criticamente atento a essa realidade e, frente à experiência sofrida com a derrota da Liga dos Comunistas, definiu duas questões fundamentais e claras “em relação à orientação estratégica do movimento emancipatório da classe trabalhadora”. Esse movimento teria de ser reconstruído a partir de dois princípios

estratégicos fundamentais: Primeiro, teria de “ser reconstituído sobre a base mais ampla possível” e “compatível com seu vitalmente caráter combativo”, cujo *objetivo geral* do movimento socialista organizado tinha de ser inflexível quanto à “*superação radical do sistema reprodutivo do capital em sua totalidade*” (e em contraste com a tendência sindical de buscar apenas melhorias salariais).

Mészáros (2014, p. 75-76) insiste que “este ponto foi potencialmente sublinhado” por Marx, em seu importante discurso proferido em 1865 para os trabalhadores da “recém-criada Associação Internacional dos Trabalhadores” – AIT, conhecida como a Primeira Internacional, nas seguintes palavras:

Os sindicatos trabalham bem como centros de *resistência* contra a usurpação do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma *luta de guerrilhas* contra os *efeitos* do sistema existente, ao invés de, ao mesmo tempo, se esforçarem por transformá-lo ou empregarem, as suas forças organizadas como alavanca para a *emancipação final* da classe operária, isto é, para a *abolição definitiva do sistema do trabalho assalariado* (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2014, p. 76).

Nesses termos, Mészáros enfatiza que “o primeiro e mais geral objetivo estratégico do movimento de massa organizado foi indicado como uma *mudança estrutural radical* no modo de reprodução societal *como um todo*”. Esclarece-nos ainda que a radicalidade dessa estratégia referencia-se nos “*necessários fundamentos causais*” do processo de dominação, diferindo, assim, da “*luta contra os efeitos do capital*”. Embora necessária, a luta contra *os efeitos* que corrompem o padrão de vida dos trabalhadores é limitada, pois só pode obter algumas concessões que permitem “melhorias mais ou menos temporárias e potencialmente divisionistas das condições materiais e culturais de existência dos membros da classe trabalhadora em alguns países ou regiões *específicas*”, mas não a ruptura com o sistema de exploração em si (MÉSZÁROS, 2014, p. 76).

O segundo princípio estratégico refere-se à “necessidade de uma orientação e solidariedade *totalmente internacionais* da organização”, ou seja, o sucesso do primeiro objetivo depende da capacidade do trabalho, de fazer frente ao poderio de seu adversário de classe – o capital. Depende de “sua própria ação internacional militante conscientemente coordenada” em todos os lugares, pois os “sucessos parciais obtidos em algumas áreas limitadas poderiam ser, mais cedo ou mais tarde, revertidos, e até mesmo anulados, pelo poder do capital internacional, tendendo para a sua extensão e integração global” (MÉSZÁROS, 2014, p. 76).

O significado histórico da Primeira Internacional, fundada em 1864, reverte-se do espírito desses dois objetivos estratégicos fundamentais e intimamente interligados, e funcionou com sucesso por uma década. Mas a contínua ascensão histórica do capital atuava contra a organização internacional mais ampla dos trabalhadores, como prova a derrota da Revolução de 1871 – a Comuna de Paris –, que foi “*esmagada neste contínuo europeu do mundo*” e reprimida com sangue pelas brutais forças de classe da ordem dominante. Esse episódio tornou “absolutamente claro que todas as tentativas de uma transformação revolucionária da sociedade” deveriam esperar a mesma selvageria que os comunardos sofreram na França. Assim é que essas duas derrotas históricas, o massacre da Comuna e o fim da Primeira Internacional, foram extremamente problemáticas e “significaram uma reviravolta contra o avanço do movimento internacional da classe trabalhadora” (MÉSZÁROS, 2014, p. 76).

Em termos históricos gerais, Mézáros considera que, nas décadas que seguem-se a esses eventos, o sistema do capital entrava na “*fase descendente*” de seu desenvolvimento como sistema produtivo, sendo que passa imperar o “*impulso monopolista/imperialista* dos países capitalistas mais avançados para uma dominação mundial militarmente assegurada”, e no plano interno, o estabelecimento de uma “*indústria de armas permanente*”, com as guerras a ela associadas. É neste contexto, e bem antes da Primeira Guerra Mundial, que Rosa Luxemburgo, ao escrever sobre o papel da produção militarista massiva, denunciou a natureza destrutiva da produção desenvolvida de forma *monopolista/imperialista*, lembrando sempre que o caráter destrutivo da produção não se manifesta somente “no plano militar, mas também com relação à *usurpação cada vez mais destrutiva da natureza por parte da expansão do capital*” (MÉSZÁROS, 2014, p. 77-78).

Desse modo, Mézáros (2014, p. 78-79) analisa que, inegavelmente, essa característica e essa articulação do sistema do capital, dos últimos anos do século XIX, caracterizada pela fase monopolista/imperialista, trouxeram consigo consequências amargamente negativas para a organização internacional do trabalho, com o agravante de que essa fase propiciou a expansão e a acumulação do capital militarista para alguns países imperialistas privilegiados, mesmo à custa de toda a destrutividade de duas devastadoras guerras mundiais, além da ameaça de aniquilação total da humanidade, na possibilidade sempre presente, desde a segunda metade do século XX, de uma Terceira Guerra Mundial, juntamente com a perigosa destruição da natureza, que é evidente e inegável.

Nesse quadro, outro fator desfavorável à organização internacional dos trabalhadores dá-se com a “emergência, nesses países imperialistas monopolistas mais bem sucedidos, de partidos políticos eleitoralmente mais influentes da classe trabalhadora”, cujas “conseqüências negativas que emergiam dessa orientação oportunista do movimento da social democracia alemã” foram dolorosamente diagnosticadas e denunciadas por Marx, em sua *Crítica ao programa de Gotha*. Isso demonstrou, da “forma mais clara possível, o caráter fatídico do ilusório beco sem saída eleitoral no qual embarcou o movimento social democrata no final dos anos de 1870”. Engels também se pronunciou, numa carta a Augusto Bebel, dizendo que a “unificação oportunista das duas alas do futuro partido social-democrata traria consigo implicações de longo alcance”, para “o princípio da internacionalidade do movimento operário”, que, com isso, foi “completamente renegado”. Essas denúncias e diagnósticos foram confirmados quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando o partido ficou sem quaisquer reservas, do lado da burguesia de seu país, em sua desastrosa aventura imperialista. Assim, a “social democracia nunca pode se livrar de seu tegumento nacionalista e impôs suas próprias algemas ao movimento internacional da classe trabalhadora sob sua contínua influência eleitoral” (MÉSZÁROS, 2014, p. 79-80).

Todos esses fatores vão repercutir nas organizações internacionais dos trabalhadores, que terminaram, de acordo com a análise de Mézáros, em “grande decepção histórica”, uma vez que a Primeira Internacional, apesar de estar sob a “incansavelmente dedicada liderança intelectual e política de Marx”, não pode ser salva por ele de seus problemas internos, cada vez mais evidentes, nos últimos anos de 1860. Em 1872, Marx ainda tenta “preservar a sua firme orientação internacional” e sua existência, transferindo seu centro organizador para Nova York, mas sem obter sucesso. A mesma se “desintegrou como resultado da intensificação das pressões e contradições que prevaleceram entre suas partes constituintes” e também pela pressão do desenvolvimento da fase monopolista/imperialista do capital, cuja expansão contribuiu para “superar as grandes crises financeiras da década de 1850 e 1860, redefinindo a relação de forças, por um período histórico bastante longo”, em favor do capital (MÉSZÁROS, 2014, p. 81-82).

A Segunda Internacional, sob os critérios de sua unificação e constituição social-democrata, não pode aproximar-se, sequer remotamente, do ideal vislumbrado por Marx, de “uma organização combativa internacional da classe trabalhadora”. Sua total capitulação aos interesses da classe imperialista da ordem dominante, assim que eclodiu a Primeira Guerra Mundial, demonstrou a “fatídica inadequação dessa organização para a esperada afirmação da

alternativa hegemônica do trabalho ao capital” (MÉSZÁROS, 2014, p. 82). Sucedendo essa implosão capitulacionista, da desastrosa experiência da Segunda Internacional, a “Terceira Internacional foi constituída sob a liderança de Lênin, após a Primeira Guerra Mundial e por um tempo prometeu a reorientação estratégica radical do movimento socialista internacional”. Mas, logo depois da morte de Lênin, a “esperança ligada à Terceira Internacional foi também totalmente desapontada, visto que essa organização foi transformada em um instrumento flexível de políticas de Estado stalinista” e, conseqüentemente, acabou sendo dissolvida no devido tempo (MÉSZÁROS, 2014, p. 82).

A Quarta Internacional também não obteve sucesso. “Ela provou ser incapaz de estar à altura da concepção marxiana original de constituir um *movimento de massa* combativo internacional da classe trabalhadora, a despeito das expectativas de seus fundadores e integrantes”. Assim, lamentavelmente, podemos constatar que a “fragmentação e divisão” frequentemente prevaleceram nas “organizações políticas radicais, militando negativamente contra a esperança da influência crescente” (MÉSZÁROS, 2014, p. 82). Frente aos desdobramentos históricos Mézszáros (2014), constata que

nenhuma das quatro internacionais do movimento dos trabalhadores pode realizar a estratégia marxiana de superar, por meio de uma ofensiva sustentada, o quadro causal do sistema sob as circunstâncias históricas prevaletentes. Na melhor das hipóteses, a ala radical do movimento pode incluir alguns dos objetivos relevantes em seus manifestos, mas não pôde realizar tais objetivos sob o domínio estrutural historicamente favorecido do sistema do capital no curso de sua ascendência histórica (MÉSZÁROS, 2014, p. 85).

Temos que a ala reformista do movimento internacional da classe trabalhadora, mesmo quando empreende lutas contra os “efeitos” da usurpação do capital, sempre se mantiveram “bem dentro dos limites administráveis do sistema”. Nem mesmo a implementação da plataforma do “socialismo evolutivo” foi sequer tentada. Nada foi realizado conforme explicitamente “prometido por Edward Bernstein e seus cupinchas da social-democracia trabalhista e do trabalhismo tradicional”, sem mencionar o New Labor, de Tony Blair, que abandonou completamente até mesmo os mais mansos princípios possíveis de “reforma” (MÉSZÁROS, 2014, p. 85).

Quanto aos partidos associados à Terceira Internacional, “o triste fato histórico é que fracassaram na promessa totalmente irrealizável”, como na assim chamada “via parlamentar italiana e francesa para o socialismo” e se “reduziram ao quadro acomodacionista do sistema

parlamentar, em formações políticas de tipo neoliberal, e, assim, em pilares da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2014, p. 82-83).

Ao analisar as novas circunstâncias históricas da nossa contemporaneidade, Mézáros identifica aspectos positivos e negativos das condições atuais. No sentido negativo, temos a “intensificação dos perigos para a sobrevivência humana, tanto no plano militar quanto na destruição da natureza”. O primeiro perigo manifesta-se pela *destrutividade* das “intermináveis guerras do imperialismo hegemônico global”; o segundo perigo, “pela *destrutividade* desenfreada da natureza” que “representa um perigo potencialmente muito mais agudo do que jamais visto na história da humanidade” (MÉSZÁROS, 2014, p. 83). Mas, mesmo nesse quadro negativo, de imensa destrutividade, Mézáros vislumbra uma positividade, pois acredita que a “*destrutividade* nunca resolveu – e nunca pode ou poderia resolver - nada por conta própria”. Assim, o certo é que “todo sistema produtivo concebível, mesmo o mais poderoso já conhecido na história da humanidade, o outrora irresistível *sistema do capital*, tem seus *limites estruturais* historicamente intransponíveis”. A ascensão histórica do capital está agora totalmente consumada, e com isso “já percorreu o seu curso histórico”. Esta é uma forte razão, que demanda uma “resposta combativa necessária por parte de um movimento *de massa* historicamente sustentável” (MÉSZÁROS, 2014, p. 83).

Outro aspecto negativo identificado por Mézáros refere-se ao caráter de crise sistêmica do capital. Como analisa ele, na fase de “ascendência global do capital, as crises econômicas eclodiam com regularidade cíclica”. Mézáros diz que, na terminologia de Marx, eram aquelas que “*desabavam em tormentas*, seguidas por *fases expansionistas* cíclicas relativamente longas”. Hoje, na fase descendente, Mézáros constata que o “padrão é radicalmente novo”, manifesta-se com uma frequência permanente e “crescente de *fases recessivas*, tendendo a um *depresso continuum*” (MÉSZÁROS, 2014, p. 84).

Para Mézáros, também esse outro aspecto negativo carrega em si uma positividade. Devido ao “caráter globalmente interligado do sistema autoafirmativo do capital”, suas forças destrutivas, como uma “ordem reprodutiva cada vez mais perdulária”, só podem ser derrotadas por meio de uma “ação combativa organizacionalmente sustentada” por parte do trabalho, cuja “*atitude defensiva* que costumou caracterizar o movimento socialista do passado” tem que dar lugar a uma *ofensiva socialista* (MÉSZÁROS, 2014, p. 84).

Guiado por uma perspectiva verdadeiramente positiva, Mészáros percebe que, pela “primeira vez na história, o movimento internacional combativo da classe trabalhadora – única alternativa hegemônica factível em relação ao capital – pode ser realizado”. Considera que “grandes fatores sociopolíticos” que, no passado, deram força ao capital e levaram o “trabalho a uma *postura defensiva*, foram bloqueadas no nosso tempo” e, assim, impedem a “saída anteriormente praticável pelo capital de sua crise de hoje” (MÉSZÁROS, 2014, p. 84).

A perspectiva positiva vislumbrada por Mészáros ancora-se na sua avaliação das vias bloqueadas para o capital, sendo que a primeira é a via reformista, pois a não realização da promessa de conquistar uma ordem socialista por meio de minúsculas mudanças econômicas e por via parlamentar, dolorosamente experimentado pelo movimento operário, reabre a “questão de qual via de ação deve ser seguido no futuro, a fim de opor de forma estratégica e sustentável às condições de vida em agravamento dos trabalhadores, mesmo nos países capitalistas avançados”. Hoje, mesmo demandas e objetivos mais limitados requerem formas de “ação combativas radicais e organizacionalmente eficazes, dirigidas ao controle estrutural do núcleo do próprio sistema de trabalho assalariado enquanto tal” do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2014, p. 86).

A segunda via bloqueada para o capital, em sua crise estrutural profunda, é ainda mais grave. Deve-se à inviabilidade de resolver os problemas por meio de uma *guerra total*, conforme foi tentado por duas vezes, via duas Guerras Mundiais. Mészáros avalia que “nada pode desbloquear essa fatídica avenida”, nem mesmo o aventureirismo “belicista do capital”, pois constitui-se de uma “contradição insolúvel no interior do quadro reprodutivo do sistema do capital enquanto tal”. Essa contradição se manifesta, por um lado, por meio da

inexorável *concentração e centralização de capital em curso em escala global*, e, por outro, por meio da incapacidade estruturalmente imposta do sistema estabelecido em produzir a *necessária estabilização política em escala global correspondente*. Mesmo as intervenções militares mais agressivas do imperialismo hegemônico global – no presente aquele dos Estados Unidos –, em diferentes partes do planeta, estão condenadas ao fracasso a esse respeito. A destrutividade das guerras limitadas, não importa quantas, está muito longe de ser suficiente para impor por toda parte, de forma duradoura, a regra incontestável de uma *hegemonia imperialista* única e de seu “*governo global*” – a única coisa que beneficiaria a lógica do capital hoje (MÉSZÁROS, 2014, p. 86-87).

Frente ao bloqueio por essas duas situações objetivas, pelas quais o capital buscava a saída para suas crises, Mészáros reafirma sua convicção de que apenas a “alternativa hegemônica socialista pode mostrar uma saída para esta contradição destrutiva”, que deve se apresentar como

uma “alternativa histórica organizacionalmente viável que respeite plenamente a complementaridade dialética entre nacional e internacional no nosso tempo histórico”. Assim também defende que a necessidade da constituição e operação “bem-sucedida de uma *Nova Internacional*” não é apenas dolorosamente óbvia, mas também extremamente urgente hoje (MÉSZÁROS, 2014, p. 87). O grave na dinâmica radicalmente alterada do domínio do capital nas circunstâncias atuais é que devido à

consumação irreversível de ascendência histórica do sistema do capital, sem mais territórios restantes para invadir e subjugar em nosso limitado planeta, o imperativo autoexpansionista do sistema de usurpação do capital ameaça diretamente com a destruição o *substrato natural da existência humana em si*, como uma vã tentativa de compensar a perda de novos territórios de dominação conquistáveis (MÉSZÁROS, 2014, p. 87).

Nesse quadro de riscos objetivamente extremos para a própria sobrevivência humana, Mézáros considera que as “apostas históricas a serem disputadas entre capital e trabalho tornaram-se agora - e, como tais, elas estão fadadas a permanecer também no futuro – ou *tudo ou nada*”. Com isso, elimina-se a *postura defensiva do trabalho*, que tem de ser relegada irremediavelmente ao passado, pois não se pode alimentar qualquer ilusão de outorgar ao “capital sempre cada vez mais destrutivo no controle do metabolismo social“ a tarefa de “salvar da destruição as condições elementares da existência da humanidade”. Vislumbrar que esse sistema seja capaz de realizar essa “*concessão*” é uma esperança que, segundo Mézáros, equivale “à maior irracionalidade e à derradeira contradição em termos” (MÉSZÁROS, 2014, p. 87).

Mézáros, ao analisar a realidade da ordem do capital, juntamente com o quadro organizativo da classe trabalhadora por meio da história das Internacionais, e mesmo identificando o caráter destrutivo da primeira e pondo em relevo o insucesso deste último, adota uma postura que *olha positivamente para o futuro*. Considerando os desafios a serem enfrentados pela alternativa hegemônica do trabalho, esboça as características necessárias de uma Nova Internacional para tornar viável a tarefa histórica da alternativa socialista internacional, conforme vislumbrado por Marx, desde os primórdios do movimento operário. Defende que esta deve ser uma Nova Internacional com N maiúsculo, como seu adjetivo. Não uma Quinta ou a Sexta Internacional, mas a Nova Internacional, que, por meio de seu nome, deve relegar ao passado não somente a *postura defensiva*, mas também as *posturas divisionistas* (MÉSZÁROS, 2014, p. 87-88). Precisa estar “engajada na negação revolucionária da presente ordem destrutiva do capital e na constituição de um modo radicalmente diferente de intercâmbio social metabólico entre seus

membros”; ser firme na “negação efetiva do sistema global do capital”, por meio de uma “intervenção organizacional estrategicamente viável e consciente no cenário global adequado”; ser combativa, para superar a defensiva crônica e as prejudiciais divisões internas do movimento operário do passado, “por meio de seus princípios operacionais práticos historicamente viáveis e coerência plenamente cooperativa”; deve constituir-se sob a “base organizacional necessária da *igualdade substantiva* de suas partes constituintes – sejam eles organizações políticas estrategicamente articuladas ou inflexíveis movimentos sociais” (MÉSZÁROS, 2014, p. 87-88).

Adverte Mézáros que a unidade deve ser garantida por meio da “adoção de princípios orientadores organizacionalmente viáveis”, e não por meio de uma “*unidade doutrinária*”, respeitando as diferentes “circunstâncias históricas e sociais” em um “cenário *globalmente* variado”, que clamam pela “adoção de determinações organizacionais diferentes, de acordo com as condições sociais e políticas específicas e as correspondentes alavancas estratégicas”. Desse modo, o primeiro e autoevidente requisito é que “todos aqueles que organizacionalmente vierem a pertencer à *Nova Internacional* definam-se em termos de sua identificação com o *princípio geral amplo e o objetivo emancipatório fundamental de uma transformação socialista da sociedade*” (MÉSZÁROS, 2014, p. 89).

Assim, entendemos que as *Reflexões sobre a Nova Internacional* de Mézáros (2014) condensa dois princípios orientadores que ele considera fundamentais: ela tem de ser o mais ampla possível, de massa, combativa, internacional, e tem de ter como estratégia geral a transformação radical, socialista, da sociedade, sendo *Nova*, no sentido de sentar-se sobre essas bases e organizar um novo projeto contemporâneo de organização internacional da classe trabalhadora. Por isso, proclama-se que a “criação e o funcionamento combativo da *Nova Internacional* seria o quadro organizacional mais apropriado para enfrentar as desafiadoras condições de nosso tempo”, embora se enfatize que

Abraçar esse princípio geral amplo e o objetivo estratégico da transformação socialista da ordem social do capital não significa nenhuma *prescrição doutrinária* quanto aos modos particulares sustentáveis de instituir *medidas práticas e modos de ação* que levem ao objetivo geral adotado (MÉSZÁROS, 2014, p. 89).

Portanto, consideramos fundamental que o movimento organizado da classe trabalhadora apreenda dessas *Reflexões* de Mézáros a sua compreensão de que as organizações, partidos, sindicatos, movimentos sociais, experiências revolucionárias são formas históricas, e estas formas podem ser boas ou ruins para comportar o conteúdo – que é o essencial – de uma

“estratégia genuína de transformação socialista”. As formas podem e devem variar, dependendo de cada momento histórico, e não guardam em si nenhum princípio doutrinário.

Seis meses após a publicação das *Reflexões sobre a Nova Internacional*, de Mészáros (2014), por ocasião do Encontro Internacional comemorativo dos 150 anos da AIT – *Primeira Internacional*, realizado em 2014, em diversas universidades brasileiras, alguns autores, como Ricardo Antunes, Michael Löwy e Marcelo Musto, também realçaram a importância e o legado da Primeira Internacional e a necessidade de uma Nova Internacional. Antunes (2014) relembra-nos a mensagem inaugural da AIT que afirmava a célebre consigna: “*a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores*”. E lança-nos algumas reflexões:

Cento e cinquenta anos depois, o que significa pensar internacionalmente a classe trabalhadora? Teriam suas bandeiras mais gerais perdido o sentido ou seriam hoje ainda mais atuais? A classe trabalhadora contemporânea necessita organizar-se internacionalmente? É possível derrotar o sistema do capital com ações e formas de luta e confrontação social que se atenham ao espaço nacional? Ou ao contrário, dada a conformação cada vez mais mundializada do capitalismo, a retomada de um novo projeto contemporâneo de organização internacional dos trabalhadores torna-se imperiosa? (ANTUNES, 2014, p. 120)

Löwy (2014) entende que “a experiência da Primeira Internacional não pode ser repetida, obviamente, mas ela é de extrema relevância para nós, neste começo do séc. XXI”, quando:

novamente marxistas e anarquistas – ou autonomistas, *libertaires* etc. – reúnem forças e agem conjuntamente, seja como indivíduos, redes ou organizações políticas (cuja existência não é um obstáculo à cooperação), em apoio aos zapatistas em Chiapas, no movimento de Justiça Global, nas lutas ecológicas radicais, nas mobilizações de massa dos Indignados (Espanha e Grécia), ou no Occupy Wall Street (LÖWY, 2014, p. 128).

Musto (2014), por sua vez, nos diz que “os objetivos da organização nascida em Londres, há 150 anos, são hoje mais atuais e indispensáveis que nunca”. Também analisa, como Mészáros, que, para corresponder aos desafios do presente, a “nova Internacional não poderá prescindir de dois requisitos fundamentais: Deverá ser plural e anticapitalista”. Porém, esse autor identifica, que

existe um verdadeiro abismo a separar as esperanças daquele tempo e a desesperança do presente; a determinação antisistêmica daquelas lutas e subalternidade ideológica contemporânea; a solidariedade daquele movimento operário e o individualismo de nossos dias ...; a paixão pela política dos trabalhadores reunidos em Londres em 1864 e a resignação e apatia hoje imperante... (Mas) o projeto da Internacional retorna com extraordinária atualidade. Sob cada injustiça social, em todo lugar em que trabalhadores se veem privados de seus direitos, germina a semente da nova Internacional (MUSTO, 2014, p. 135).

Vemos que, a seu modo, esses autores manifestam sintonia com as *Reflexões* de Mészáros (2014) e também destacam a imperiosa necessidade da reorganização internacional da classe trabalhadora. Portanto, é no quadro desta, denominada por Mészáros, “*época histórica*”, que ele enfatiza sobre a necessidade da realização do “projeto genuíno” de Marx – de uma transformação socialista – constar como prioridade na agenda histórica do movimento internacional da classe trabalhadora. Em acordo com esse projeto, nosso autor vem nos conclamar para a realização da “utopia realista” marxiana, do grande empreendimento; do “imperativo de uma transformação social radical”; da tarefa histórica da classe operária; nos termos de Mészáros, do “trabalho social total” sair da pré-história e realizar a verdadeira história da humanidade.

3.6 Princípios orientadores de uma teoria da transição socialista - *Para além do capital, o fenecimento do Estado e a emancipação do trabalho*

Mészáros (2002, p. 993) adverte-nos de que “estamos diante de uma crise sem precedentes do controle social em escala mundial e não diante de sua solução”. Nesse sentido, considera que “seria uma grande irresponsabilidade se nos tranquilizássemos numa espécie de estado de euforia, contemplando uma ‘revolução socialista mundial na virada da esquina’”. Mas, ao mesmo tempo, por estar consciente da insustentabilidade gerada pelas contradições insolúveis do sistema do capital, mantém a “esperança de uma mudança estrutural básica, apesar de todos os empecilhos e desilusões amargas do passado recente”. Por isso, ironiza a “maneira predileta” adotada pelas “personificações do capital” para “solucionar os problemas na presente fase do desenvolvimento”, como sendo aquela de “encher buracos cavando buracos cada vez maiores”, a qual acredita não ser possível “continuar indefinidamente”. Frente a essa realidade, tem se empenhado e conclamado as forças do trabalho para encontrar as alternativas capazes de superar “as contradições do sistema do capital global por meio de uma transição sustentável para uma ordem social muito diferente”, propagando ser esse o caminho “mais imperativo hoje do que jamais o foi, diante da instabilidade cada vez mais ameaçadora” (MÉSZÁROS, 2002, p. 41).

Acredita o autor que instituir “uma alternativa viável à ordem dada” coloca-se, inevitavelmente, como um “desafio histórico”, mas defende também que esta “exige uma grande reavaliação do quadro estratégico do socialismo e das condições de sua realização, diante dos fatos e decepções do século XX”. Mészáros considera ser uma necessidade urgente a elaboração

de uma teoria socialista da transição, “não simplesmente como antídoto para as absurdas teorizações do ‘fim da história’ e o concomitante enterro prematuro do socialismo”, mas também, pelos “seus próprios termos positivos, uma teoria da transição é necessária para que se reexamine o quadro conceitual da teoria socialista, elaborada originalmente em relação ao ‘cantinho do mundo’ europeu” (MÉSZÁROS, 2002, p. 41). Enfatiza, ainda, que essa tem de ser elaborada considerando a realidade do sistema do capital global, pois tem “implicações de longo alcance para a necessária reformulação das estratégias originais de emancipação socialista”.

É nesse quadro de domínio global do sistema do capital, em sua “realidade histórica dinâmica e contraditória”, que as “desconcertantes transformações e reversões que testemunhamos em nosso século” podem ser inteligíveis, o que tem implicações também para a “possibilidade de implementar uma mudança estrutural fundamental numa direção verdadeiramente socialista”, uma vez que essa transformação tem de contrapor-se ao sistema do capital global e colocar-se como alternativa viável e convincente a toda a sua complexidade e dinâmica histórica, como o “modo socialista de controle”, que se viabiliza “por meio da autogestão dos produtores associados” (MÉSZÁROS, 2002, p. 42).

Mészáros (2002, p. 571) alerta que a “política socialista deve se preocupar, em todos os passos, mesmo nos menores, com a tarefa de *restituir* ao corpo social os poderes usurpados”, pois abandonar tal diretriz, “inevitavelmente, despoja a política de transição de sua orientação e sua legitimação estratégicas” e, com isso, “necessariamente *reproduz*, de uma nova forma, o ‘substitucionismo burocrático’ herdado” com o risco de “criá-lo novamente com base em algum místico ‘culto à personalidade’”. Portanto adverte que “a política socialista ou segue o caminho aberto por Marx – *do substitucionismo à restituição* – ou deixa de ser política socialista e, ao invés de ‘abolir a si própria’ no processo, transforma-se em autoperpetuação autoritária”.

Assim, faz-se necessário nunca perder de vista o “caráter essencialmente *negativo* da política”, que Mészáros (2002, p. 571) identifica em Marx, levando-nos a compreender que, devido a este caráter, “a política é adequada para realizar as funções *destrutivas* da transformação social – tal como a ‘abolição da escravidão assalariada’, a expropriação dos capitalistas, a dissolução dos parlamentos burgueses, etc.”. Assim, estas podem ser “realizáveis todas por decreto –, mas não as tarefas *positivas* que devem resultar da própria reestruturação do sociometabolismo”.

Por causa de sua “*parcialidade* intrínseca (um outro modo de dizer ‘negativa’), a política não poderia deixar de ser o *meio* mais inadequado para servir à finalidade desejada” de uma transformação radical. Ao mesmo tempo, a indicação de que estamos próximos da finalidade almejada pode ser percebida na medida em que se reconheça que se pode “descartar completamente os meios restritivos, de tal modo que ao fim os indivíduos sociais pudessem ser capazes de operar em relação direta uns com os outros, sem a intermediação mistificadora e restritiva ‘do manto da política’” (MÉSZÁROS, 2002, p. 571-572).

Considerando a “subjetividade negadora da vontade, que corre solta na política, pode dizer ‘sim’ apenas quando diz ‘não’, a utilidade da política em si” deve ser “considerada extremamente limitada mesmo após a conquista do poder”. Nestes termos, para Mézáros (2002, p. 572), não é surpreendente o modo como Marx se manifesta na *Crítica ao programa de Gotha*, orientando que na sociedade de transição não se poderia esperar da política nada “mais que uma intervenção negativa, demandando que agisse ‘desigualmente’ a favor dos fracos, de tal modo que as piores desigualdades herdadas do passado pudessem ser removidas mais rapidamente”. Por conseguinte, “o socialismo exige a maior transformação *positiva* na história, a modalidade negativa da política (classe *contra* classe, etc.) a faz, por si própria, completamente inadequada para esta tarefa”.

Mészáros (2002, p. 572) compreende então que “Marx conceituou o modo de superar a relação problemática entre política e sociedade sobrepondo conscientemente à revolução política sua dimensão social oculta”, conforme Marx insiste e explicita claramente, em suas *Glosas críticas*, dizendo que

se uma *revolução social* com uma alma política é uma paráfrase ou um absurdo, uma revolução política com uma alma *social*, ao contrário, é racional. A revolução em geral – a *derrocada* do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um *ato político*. Por isso, o socialismo não pode se efetivar sem a revolução. Ele tem necessidade deste ato político na medida em que tem necessidade da *destruição e da dissolução*. No entanto, logo que tenha início sua atividade *organizativa*, logo que apareça o seu *próprio objetivo*, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu *vestimento político* (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 572).

Mészáros (2002, p. 572) considera que, por essa avaliação crítica, e na medida em que Marx “procedeu ao estabelecimento dos contornos mais gerais de uma estratégia livre de elementos voluntaristas”, sua elaboração difere da maioria dos líderes socialistas de sua época. Assim, nosso autor compreende que, para Marx, “a necessidade da revolução não era nem um determinismo econômico (de que ele é frequentemente acusado), nem um ato soberano de

vontade política arbitrária (de que, curiosamente, ele também é acusado)”. Afirma ainda que “aqueles que o julgam nestes termos apenas provam que são, eles próprios, incapazes de pensar sem o esquematismo pré-fabricado de falsas alternativas”. Enquanto, para Mészáros (2002), Marx vai indicar-nos claramente que

revolução social corresponde a algumas funções determinadas. Tem que emergir com base em algumas condições objetivas (que constituem seus pré-requisitos necessários) de modo a ir muito além delas no curso do seu desenvolvimento, transformando radicalmente tanto as circunstâncias como o povo envolvido na ação (MÉSZÁROS, 2002, p. 572).

Portanto Mészáros (2002, p. 572), ao realizar esse exame cuidadoso da teoria marxiana da política e do Estado, vai indicar-nos que “foram precisamente esta objetividade e esta complexidade dialéticas da revolução social que desapareceram por meio de sua redução procustiana a ato político unidimensional”, do horizonte teórico seja das elaborações “pré-revolucionárias do voluntarismo anarquista, seja nas práticas, igualmente arbitrárias e muito mais danosas, reducionistas e substitucionistas do ‘burocratismo’ pós-revolucionário”.

Por isso, quando Mészáros (2015) levanta a questão – “Quais são os requisitos de uma alternativa radicalmente diferente?” –, ao mesmo tempo, empenha-se ardorosamente em contribuir com o atual desafio posto à luta emancipatória. Desafio considerado por ele como uma demanda histórica das mais urgentes – diante do risco real, iminente e contínuo de destruição das condições da vida humana – que é elaborar os “princípios orientadores de uma teoria da transição socialista”, para que a “tarefa histórica da classe trabalhadora” não incorra nos mesmos erros do passado e possa ser vitoriosa e sustentável. Assim, reafirma

a alternativa socialista está preocupada com a concepção geral e o estabelecimento prático de um modo *qualitativamente diferente* de intercâmbio social. Uma forma de intercâmbio em que as células constitutivas ou os *microcosmos* do metabolismo social dado possam realmente *ser coerentes* em um *todo historicamente sustentável* (MÉSZÁROS, 2015, p. 17).

Para tal, uma de suas teses centrais é como visualizar uma transição socialista que vá para além do capital, para além da “expropriação dos expropriadores” e “transcenda”/ supere o tripé que sustenta a ordem do capital: o trabalho assalariado, o capital e o Estado. Como podemos perceber em todos esses grandes desafios, a problemática do Estado como um componente indissociável do sistema do capital se faz presente. É, portanto, nesse quadro de referência que devemos inserir o desafio apresentado por Mészáros, em *A montanha que devemos conquistar*, de

realizar uma “crítica radical do Estado” e, ao mesmo tempo, como salienta o autor, “a crítica só é viável se acarretar uma alternativa historicamente sustentável” (MÉSZÁROS, 2015, p. 16).

Em *Teoria da alienação em Marx* (2006), Mézáros sistematiza os fundamentos filosóficos que o norteiam para a elaboração de uma teoria da transição socialista. Portanto, segundo ele, esses fundamentos estão essencialmente ancorados nos “princípios orientadores” da teoria marxiana, conforme Mézáros apreendeu-os a partir de seu estudo minucioso e em profundidade da obra marxiana, e, no caso da referida obra, principalmente dos *Manuscritos econômico-filosóficos*.

Mézáros chama-nos atenção para a necessidade da teoria da transição procurar apresentar uma “avaliação adequada” das possibilidades reais da humanidade rumar para uma sociedade genuinamente socialista, a par da fracassada experiência histórica, que, inegável e realisticamente, diz-nos que erros impeditivos foram cometidos nessa travessia, mas não diz da impossibilidade de fazê-la. Assim, faz-se necessário pensar a teoria da transição socialista no espírito do projeto socialista original, visualizado por Marx, que implica a superação do domínio do capital em escala global. Como formula Mézáros, “ir para além do capital” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 73). Propugnar, ainda hoje (de acordo com o pensamento conformista dominante) ou mais do que nunca hoje (como uma tendência histórica e em consonância com o pensamento radicalmente revolucionário de Marx), a realização dessa “mudança estrutural radical” e pretender alcançar essa “transformação fundamental” seria um apelo a uma utopia irrealizável?

Mézáros responde com um não redundante, pois, para ele, o que é utópico, de acordo com as teorias utópicas modernas, é, como foi tentado, por exemplo, por Robert Owen, projetar que a “melhoria pretendida nas condições de vida dos trabalhadores poderia ser alcançada no âmbito da base estrutural existente das sociedades criticadas”. Complementa ainda que Marx escreveu *O capital* com esse propósito, o de contribuir para a derrocada do capital, que toda a sua obra pretendeu identificar, com rigor científico e paixão socialista, as possibilidades de essa transformação, na perspectiva de Marx, rumar para o “reino da nova forma histórica” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 53).

Em sua obra *O poder da ideologia* (2004), Mézáros combate veementemente a ideologia burguesa e suas variantes, que apregoam o “adeus ao proletariado”, o “fim do trabalho”, o fim da história e das ideologias – que na verdade são ideologias – que tentam eternizar a ordem vigente e insistem na afirmação de que “não há alternativa”. Diferente e

contraditoriamente, Mézáros afirma que há possibilidade real de uma alternativa, mas que esta só terá chance de sucesso e poderá ser sustentável se tiver como centralidade a totalidade do trabalho. Ou, nos termos do próprio Mézáros (2004), de que “outro mundo é possível e necessário”, desde que o movimento socialista ative o “poder da ideologia emancipadora” e, assim, torne “reais as potencialidades socialistas de que está carregado nosso tempo histórico”. Há que se atentar para o que apareceu na “agenda histórica”, a “urgente necessidade de instituir a alternativa hegemônica do trabalho à ordem estabelecida”. Mézáros considera que estamos hoje mais próximos dessa transição do que à época de Marx. A possibilidade é real, e não utópica, pois as condições objetivas são favoráveis, e novas potencialidades históricas da ofensiva socialista estão presentes e são inerentes à crise estrutural do capital. Mas alerta: essa percepção não deve induzir ao voluntarismo e ao imediatismo, e deve ser entendida exatamente nos termos em que é posta – como “possibilidade” e “tendência histórica” –, em que o projeto socialista adquire uma “nova atualidade histórica e mais urgente em vista da intensidade e severidade da crise estrutural do capital”.

O reconhecimento de que nosso tempo está carregado dessa “potencialidade e possibilidade histórica” pode ativar nosso otimismo para afirmar que somos contemporâneos da “nova fase histórica da ofensiva socialista”, o que não significa acreditar que, de agora em diante, o percurso seja tranquilo e a vitória, próxima (MÉSZÁROS, 2011a, p. 76). Para que se possa ser bem-sucedido no cumprimento dessa tarefa histórica, faz-se necessário perseguir várias estratégias orientadoras, que são indicadas por ele como essencialmente vitais. Para um resultado positivo, as demandas estão postas numa “nova perspectiva histórica orientadora”, que demanda a adoção de “novas estratégias socialistas” que sejam viáveis, sendo preciso reexaminar alguns requisitos, definir objetivos e buscar responder a alguns problemas e desafios estreitamente vinculados, e na perspectiva de procurar “soluções globais para enfrentar nossos problemas globais”. Entre estes e à luz da experiência histórica passada, deveríamos principiar indagando – fazer revolução para quê? Pois, é necessário identificar a meta e o alvo apropriados da transformação socialista, que é ir “para além do capital”, pois a identificação equivocada daqueles “traz consigo, inevitavelmente, sérias conseqüências para o movimento socialista, como é dolorosamente bem conhecido da história passada” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 75-76).

Por isso, nosso autor enfatiza que o “objetivo estratégico fundamental do socialismo” é avançar *Para além do capital*, “superando, assim, efetivamente, o mundo do capital propriamente

dito”. Este pode ser confundido com o “objetivo imediatamente realizável, necessariamente limitado, de negação do capitalismo”, que define “seu alvo apenas como o ataque e a superação das forças dominantes do capitalismo, permanecendo, necessariamente, num sentido vitalmente importante, no interior dos parâmetros estruturais do capital” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 77-78). E, conseqüentemente, pretender, em “nome deste último ter realizado o primeiro leva à desorientação, à perda de toda medida objetiva” –, tal como denominado por Stalin. Insiste-se ainda que é inconcebível levar o projeto socialista à sua efetivação apropriada “sem a reestruturação radical do arcabouço estrutural do capital, inerente não apenas a um dado mecanismo econômico, mas ao sociometabolismo herdado em geral”, sem, contudo, deixar de considerar também que o projeto socialista é “realizável somente como um processo histórico complexo, com todas as suas contradições e potenciais retrocessos e perturbações” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 77-78).

Por não ser tão clarividente, e porque nos remete às experiências passadas e àquelas ainda postas em prática na atualidade, além de demonstrar como se faz necessária a articulação de pelo menos quatro ordens de desafios apontados por nosso autor, justifica-se a longa citação a seguir, na qual Mészáros indica-nos sobre o primeiro desses desafios, quando insiste que:

O objetivo estratégico real de toda transformação socialista é, e continua sendo, a radical transcendência do próprio capital, em sua complexidade global e na totalidade de suas configurações históricas dadas e potenciais, e não meramente dessa ou daquela forma particular de capitalismo mais ou menos desenvolvida (subdesenvolvida). É possível visualizar a negação e a superação do capitalismo numa estrutura sócio-histórica particular, dado que as próprias condições específicas favorecem tal intervenção histórica. Ao mesmo tempo, a estratégia muito debatida do “socialismo num só país” é efetivável apenas como um projeto pós-capitalista limitado – isto é, ainda não inerentemente socialista. Em outras palavras, é realizável apenas como um passo na direção de uma transformação sócio-histórica global, cujo objetivo não pode ser outro senão ir para além do capital em sua totalidade. Além disso, o fato inevitável é que a fase pós-capitalista como um todo permanece – mesmo se em grau potencialmente diminuído – no interior dos limites e parâmetros estruturais objetivos das determinações últimas do capital, os quais, contrariamente às práticas stalinistas, não podem ser concebidos como se fossem nada mais do que a subjetiva manipulação conspirativa do “inimigo”. Conseqüentemente, o verdadeiro processo de reestruturação radical – condição crucial para o sucesso do projeto socialista – só pode progredir se os objetivos estratégicos para a supressão radical do capital, enquanto tal, reduzirem consciente e persistentemente o poder de regulação do capital sobre o próprio sociometabolismo em vez de proclamarem como realização do socialismo algumas limitadas conquistas pós-capitalistas (MÉSZÁROS, 2011a, p. 78).

A atualidade demanda-nos uma segunda ordem de problema – a necessidade de uma “ofensiva socialista” –, entendida como uma “tendência histórica”. Esta emergiu na agenda histórica e é atual, mas com toda a sua “complexidade histórica”, pois que “abarca toda uma

época” e delimita os seus “parâmetros estratégicos”, em circunstâncias mutáveis e com todas as possíveis “flutuações, reflexos e irregularidades”. Como tal, demanda “grandes mudanças institucionais” para que a “tendência histórica” possa se efetivar, uma vez que estamos diante de uma contradição fundamental que é como visualizar e responder à necessidade dessa ofensiva com instituições e instrumentos de luta do movimento socialista existentes, que foram construídos para a defensiva em condições históricas muito diferentes no passado, e mais: se constituíram em oposição ao capitalismo, e não ao capital enquanto tal, e de modo fundamentalmente defensivo (MÉSZÁROS, 2011a, p. 79).

Sabe-se que hoje nos deparamos com a dificuldade e até a impossibilidade de obter ganhos defensivos e ainda enfrentar a postura mais agressiva das forças dominantes do capital contra o trabalho. Então, uma reestruturação radical das instituições de luta socialistas se faz necessária para que se constitua uma estrutura organizativa adequada à ofensiva socialista, cuja função não é só negar a ordem dominante, mas também e simultaneamente exercer as “funções vitais positivas de controle, na nova forma de autoatividade e autogestão, capazes de romper o círculo vicioso do controle social do capital e da dependência negativa e defensiva em relação a ele” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 79).

O primeiro – “ir para além do capital” – e o segundo – visualizar uma “ofensiva socialista”, ambos são, segundo Mézáros, “objetivos paradigmáticos da transição ao socialismo”. Eles nos remetem ao terceiro desafio, que é a necessidade de uma “teoria geral da transição socialista”, em conexão com as condições atuais, uma vez que emerge objetivamente na agenda histórica e significa o desafio de “como passar do mundo negado do capital” ao “reino da nova forma histórica”. O autor adverte-nos que a transição hoje não pode mais ser conceituada num sentido histórico-social limitado, parcial (em um só país). A necessidade de uma “transformação social radical” coloca-se como um fenômeno em escala global.

Assim, a teoria da transição tem que se orientar e estar articulada às três perspectivas mencionadas anteriormente e a um quarto desafio, o do “papel que a política radical é chamada a jogar nessa reestruturação fundamental da sociedade como um todo e necessária em qualquer transição para o socialismo”, diferentemente e em contraste com as “discussões que tendem a responder a presente crise simplesmente advogando reestruturações limitadas da economia”.

Nosso autor delinea alguns aspectos da complexidade e dos imensos desafios postos para a política radical obter êxito (MÉSZÁROS, 2011a, p. 90). Entre estes, Mézáros destaca que uma

precondição e único caminho para que a política radical obtenha sucesso é fundir o “poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura – determinada genuinamente pela massa – de intercâmbios socioeconômicos e políticos”. O que revela, para o nosso contexto atual, a “necessidade de reestruturação radical da própria política, pela qual a realização dos objetivos econômicos socialistas tornam-se, pela primeira vez, factíveis como um todo”. E ainda ressalta a “urgência de complementar a política parlamentar-institucionalizada pela ampliação de áreas e formas de ação extra-parlamentar” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 90).

Mészáros (2007) apresenta-nos os delineamentos dos desafios históricos postos ao movimento socialista no século XXI. Aponta como um desses desafios a necessidade de uma teoria para a transição socialista. Esta deve orientar o movimento socialista na implementação de uma organização social que seja política, econômica e filosoficamente alternativa, sustentável e ancorada na igualdade substantiva entre os trabalhadores livremente associados e guiados pela perspectiva de rumar para além do capital, como foi originalmente vislumbrado nos primórdios da elaboração socialista, construir a sociedade dos iguais.

Portanto, a luta emancipatória só pode ser pensada em termos de soluções globais, e não apenas via reformas parciais; tem de visar à erradicação do capital, pela supressão do trabalho assalariado e do seu órgão de controle político, o Estado. Mészáros insiste no “tudo ou nada”, esses três componentes da atual modalidade de organização social têm de ser superados juntos. Assim, não nos cabe alimentar ilusões quanto aos limites das lutas por ganhos parciais e das lutas das chamadas “causa única”, conforme a realidade inequivocamente nos tem mostrado, vide o quadro restrito de abrangência do chamado Estado de bem estar social, e sua completa falência e retirada de direitos, pela alegada falta de recursos para sustentá-lo. Assim, esses processos por si sós não são resolutivos, e a luta apenas *defensiva* por direitos formais legalmente prescritos ou aceitáveis pelo quadro jurídico do Estado burguês é insuficiente, o que não quer dizer desprezível. No entanto, como experimentado, tudo o que pode ser dado pode ser retirado, continuando os reais e plenos direitos inatingíveis nesta ordem.

Mesmo os movimentos do alcance das experiências históricas do século XX, representados pelos “dois ramos do movimento operário – os social-democratas/reformistas e os pós-revolucionários stalinistas”, ao fixarem o “alvo da transformação socialista” restritos aos “limites estratégicos globais da ordem estabelecida”, não foram capazes de “desafiar as

determinações sistêmicas do capital e sua lógica de auto-reprodução” (MÉSZÁROS, 2003a, p. 103).

Mészáros ao referenciar-se em Marx, considera atuais os fundamentos do seu projeto original de emancipação do trabalho, considerando que este só pode se realizar por meio da erradicação do sistema do trabalho assalariado e por consequência do capital e do Estado. Tem o mérito de contribuir com o desenvolvimento da análise marxiana, reafirmando seus fundamentos e atualizando-a diante dos desdobramentos do sistema do capital até os nossos dias, e por identificar o aprofundamento de sua crise estrutural em todas as dimensões da vida humana, que só faz intensificar suas contradições insolúveis e ativar os limites estruturais absolutos da ordem vigente. Por isso aponta como mais urgentes que à época de Marx a necessidade e a possibilidade de conclamarmos a classe trabalhadora para o chamamento que Marx fez 150 anos atrás, e que subscreve o *Manifesto Comunista*: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. Juntamente com a expectativa marxiana de que

No seu processo de desenvolvimento, a classe operária deverá substituir a velha sociedade civil por uma associação que há de excluir as classes e seus antagonismos, e o *poder político propriamente dito* deixará de existir, pois o poder político é exatamente a expressão oficial do antagonismo na sociedade civil (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 22).

Mészáros (2002, p. 21) concebe que a atual realidade social constitui-se de uma grave crise estrutural do capital, sem precedentes na história, e que “afeta todas as formas do sistema do capital e não apenas o capitalismo”. Assim, considera imensos os desafios históricos diante do movimento socialista e indica-nos que as soluções viáveis para tais contradições somente podem advir de “uma alternativa socialista radical” a esse modo de controle metabólico social. Considera tão profunda a crise que indica também que hoje a “inflexível alternativa é o socialismo ou barbárie, senão a completa aniquilação do gênero humano” (MÉSZÁROS, 2007, p. 227). O filósofo enfatiza que este é um fato histórico que clama por um conjunto de estratégias coerentes, de uma mudança radical, que possam ser vitoriosas. Assim, dá sua contribuição propositiva, ao elaborar os principais objetivos e características da necessária transformação socialista, ou seja, indica alguns princípios orientadores para a elaboração de estratégias viáveis para o futuro próximo e mais distante.

Mészáros alerta que uma genuína transformação socialista constitui-se numa totalidade estreitamente integrada. Assim, esses princípios orientadores “são em certo sentido, pontos

arquimedianos que sustentam a si mesmos e uns aos outros por meio de suas determinações recíprocas e implicações globais” (MÉSZÁROS, 2007, p. 225). Todos têm igual importância, no sentido de que nenhum deve ser negligenciado ou omitido. E tematiza sobre oito princípios orientadores, sendo que a “educação” (perspectivada como “o desenvolvimento contínuo da consciência socialista”) comparece como sendo o oitavo destes, embora a educação nos interesse mais diretamente, os demais serão mencionados a seguir, apenas para visualizarmos a totalidade social em que esta é incorporada.

Os princípios orientadores são: 1º – a busca da “irreversibilidade” (“o alvo da transformação socialista sustentável deve ser firmemente reorientado a partir da deposição do capitalismo – administrável apenas de modo estritamente temporário – à completa erradicação do processo sociometabólico do capital”); 2º – “participação” (“a progressiva transferência do poder de decisão aos ‘produtores associados’”); 3º – “igualdade substantiva” (“a condição absoluta de sustentabilidade”); 4º – “planejamento” (“a necessidade de superar o abuso do tempo cometido pelo capital”); 5º – “crescimento qualitativo em utilização” (a única economia viável”); 6º – “o nacional e o internacional” (“sua complementaridade dialética em nosso tempo”); 7º – “a alternativa ao parlamentarismo” (a unificação das esferas da reprodução material e da política”); 8º – “desenvolvimento contínuo da consciência socialista” (MÉSZÁROS, 2007, p. 226-316).

Para nosso autor, essa transformação para uma ordem social qualitativamente diferente não é misticamente idealizada. Só se realiza a partir das determinações da ordem presente, mas não se segue natural e espontaneamente a uma crise econômica, e não é obra do “imediatismo” e “voluntarismo” da ação política tradicional; precisa ser estruturada sobre as bases sólidas de uma “política radical”, de uma “ofensiva socialista” que vise “para além do capital”, pois, conforme adverte-nos,

Hoje o mundo do capital é de fato muito diferente do que era no momento em que o moderno movimento socialista iniciou sua viagem na primeira metade do século XIX. Sem um exame rigoroso das décadas intermediárias do desenvolvimento – orientado para o referencial teórico estratégico da alternativa socialista tanto quanto para suas exigências organizacionais radicalmente alteradas – o projeto socialista não pode renovar-se. Este é o problema que todos os socialistas devem enfrentar no futuro previsível (MÉSZÁROS, 2002, p. 43-44).

Portanto, o desafio é para constituir um movimento ativo e consciente – por isso requer a necessária elaboração de uma teoria da transição socialista –, que, mundialmente organizado, atue para sua implementação da alternativa socialista. Essa teoria requer a integração da luta política,

– que, entendida de forma realista e coerente aos desafios da atual “época histórica” de “crise estrutural do capital”, deve superar a *postura defensiva* por parte do trabalho e orientar-se para uma *ofensiva socialista* – com a luta econômica – e teoricamente pautada nos *princípios orientadores socialistas* – e numa perspectiva de longo prazo, o que não significa desprezar e ignorar “o aqui e agora” (MÉSZÁROS, 2003a, p. 121-122).

Ou seja, a *montanha que devemos conquistar* deve ter o socialismo como horizonte e meta, e os *princípios orientadores socialistas* como bússola para a escalada, para não se desviar dos objetivos vitais de longo prazo. Mas, compreendendo as “determinações objetivas e subjetivas do ‘aqui e agora’”, atentando para definir, já no presente, a “tarefa de instituir as mudanças necessárias” que podem começar a realizar-se no “exatamente aqui e agora”, “(mesmo que o seja de maneira modesta, mas com plena consciência das limitações existentes e das dificuldades para sustentar a jornada em seu horizonte temporal mais distante) ou não chegaremos a parte alguma”. Isso não implica incentivar ações irresponsavelmente precipitadas e prematuras, mas a “verdade é que não se poderá conseguir nada se ficarmos esperando as *condições favoráveis e o momento adequado*” (MÉSZÁROS, 2003a, p. 122).

Portanto, a plataforma de Mézáros está alicerçada em sua convicção de que, “em sua origem, o projeto socialista, se complementado pelas evidências das circunstâncias históricas alteradas, mantém sua validade para o presente e para o futuro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 45). Por isso, insiste no resgate do “projeto revolucionário genuíno de Marx”, de que a luta deve ser por uma *ofensiva socialista*, no sentido de visar a uma “transformação hegemônica radical da sociedade”, na sua extensão global e universal e, em sua totalidade constituinte – o trabalho assalariado, o capital e o Estado. Assim, nosso autor realiza um chamamento para uma ação consciente e organizada, por conseguinte, entendemos que sua análise não é sinônima de imobilismo ou pessimismo sem alternativa. Apenas não se ilude, e não nos ilude, quanto à destrutividade do sistema do capital, que além de não poder oferecer mais ganhos civilizatórios para a humanidade, tem colocado em risco o progresso conquistado em nossos tempos.

Contrariamente a toda apologia e mistificação da ideologia liberal burguesa de perpetuação do Estado e todos os seus esforços materiais e legais para a permanência de seu poder, e a par das experiências revolucionárias de todo um século, que se autointitularam socialistas, a verdadeira e genuína ordem social socialista da emancipação do trabalho vislumbrada por Marx, e reafirmada em toda a obra de Mézáros, tem de constituir-se pela

autogestão dos “produtores livremente associados”, livres da regência do capital e, por conseguinte, pela transcendência de qualquer forma de poder estatal.

Essa diretriz é claramente explicitada por Mészáros (2002, p. 50), quando identifica que o “prosseguimento do domínio do capital no sistema de tipo soviético”, mesmo “sob uma forma politicamente muito diferente”, resulta principalmente da negligência de tal princípio. Por isso, considera que essa experiência revolucionária, consolidada por Stalin, ao “seguir a *linha da menor resistência* em relação às estruturas socioeconômicas herdadas, permaneceu assim presa dentro dos limites do sistema do capital”, uma vez que “continuaram a explorar e a oprimir os trabalhadores debaixo de uma grande *divisão hierárquica do trabalho* que operava uma extração politicamente reforçada do trabalho excedente à maior taxa possível”.

É necessário lembrarmos que esses problemas existentes nas experiências revolucionárias não foram percebidos por Mészáros (2002, p. 45) depois dos “fatos consumados”. Ele os identificou muito antes da “clamorosa queda do sistema soviético”, pois, como adotou uma perspectiva diferente deste, confrontou-o, na própria Hungria. Por considerar que suas “contradições estiveram visíveis por muitas décadas”, não se surpreendeu quando do seu desmoronamento, entendendo que era no “mínimo esperável depois do choque de 1956 e do fracasso da desestalinização posterior”. Sabemos, inclusive, que, por participar do Levante de 1956, teve de exilar-se. E, após migrar-se para o ocidente, prosseguiu em sua análise crítica – como testemunham seus escritos entre 1959 e 1969 e publicados em 1970, no livro *Teoria da alienação em Marx*, e também em *Para além do capital*, escrito entre 1970 e 1990 e publicado em 1995, nos quais denuncia a “permanência da alienação” e “os insuperáveis antagonismos característicos do instável sistema do tipo soviético” –, mas não abandonou a perspectiva socialista, por ponderar que

a importância do projeto socialista é infinitamente maior do que a da antiga União Soviética. Ele foi concebido como um meio de superar o poder do capital muito tempo antes da existência da União Soviética e permanecerá conosco, numa forma adequada às circunstâncias históricas alteradas, muito tempo depois que o pesadelo stalinista estiver completamente esquecido. O desafio de ir “para além do capital” por meio do estabelecimento de uma legítima ordem socialista diz respeito a toda a humanidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 45).

Portanto, em “contraste com essa trágica experiência histórica, e com as ilusões da solução dos graves problemas estruturais das sociedades pós-revolucionárias por meio da ‘mercadização’ capitalista”, Mészáros (2002, p. 50) reafirma que a única “alternativa concreta é

proporcionada pelos princípios orientadores de um sistema de produção e consumo *comunal* (e de nenhuma maneira coletivista em abstrato) socialista”. Assim, aponta-nos que os “principais princípios de funcionamento da alternativa socialista” são:

a regulação, pelos produtores associados, do processo de trabalho orientada para a qualidade em lugar da superposição política ou econômica de metas de produção e consumo predeterminadas e mecanicamente quantificadas; a instituição da contabilidade socialista e do legítimo planejamento *de baixo para cima*, em vez de pseudoplanos fictícios impostos à sociedade *de cima para baixo*, condenados a permanecer irrealizáveis por causa do caráter insuperavelmente *conflitante* deste tipo de sistema; a mediação dos membros da sociedade por meio da *troca planejada de atividades*, em vez da direção e distribuição políticas arbitrárias tanto da força de trabalho como de bens no sistema do capital pós-capitalista do tipo soviético ou da fetichista *troca de mercadorias* do capitalismo; a motivação de cada produtor por intermédio de um sistema autodeterminado de incentivos morais e materiais, em vez de sua regulação pela cruel imposição de normas stakhanovistas ou pela tirania do mercado; tornar significativa e realmente possível a responsabilidade voluntariamente assumida pelos membros da sociedade por meio do exercício de seus poderes de tomada de decisão, em vez da *irresponsabilidade institucionalizada* que marca e vicia *todas* as variedades do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 50).

Portanto, entendemos que Mézáros, ao visar *Para além do capital*, realiza uma crítica radical do capital e de suas formações estatais e, ao fundamentar-se na perspectiva marxiana, procura elaborar os princípios orientadores de uma teoria da transição socialista ainda não efetivada, segundo o pensamento original de Marx, de que “o Estado (e a política em geral, como um domínio separado) deve ser *transcendido*, por meio de uma transformação radical de toda a sociedade, mas não pode ser *abolido* nem por decreto, nem por toda uma série de medidas político-administrativas”. E que essa transformação “não pode ser simplesmente uma revolução política”, mas “deve ser uma revolução social”, que, para ser “bem-sucedida, não pode ser local ou nacional – apenas revoluções políticas podem se confinar a uma situação limitada, de acordo com sua própria parcialidade –, e sim *global/universal*, o que implica a transcendência necessária do Estado em escala *global*”. Adverte-nos ele que “os elementos dessa teoria constituem, claramente, um todo orgânico e não podem ser separados um a um, pois cada um se refere a todos os demais e só adquirem seu significado pleno graças a suas interconexões recíprocas” (MÉSZÁROS, 2015, p. 120-122).

Outro aspecto importante que acrescenta a essa advertência é que “programas e instrumentos de ação sociopolíticos verdadeiramente adequados só podem ser elaborados pela própria prática social crítica e autocrítica no curso de seu efetivo desenvolvimento”. Assim, as “instituições socialistas de controle social não podem ser definidas *em detalhe* antes da sua

articulação prática”, entendendo que, neste momento de “transição histórica, as questões relevantes dizem respeito ao seu caráter geral e à sua direção”, e ambos são determinados, em primeiro lugar, “pelo modo e pelas instituições de controle predominantes, em relação aos quais devem constituir uma alternativa radical” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1008-1009).

Por essas considerações, podemos concluir, que para Mézáros, a necessidade da implementação da alternativa socialista “não resulta de ponderações teóricas abstratas, mas da crise estrutural cada vez mais profunda do sistema do capital global”. E para essa tarefa histórica, considera ele que é fundamental o “desenvolvimento da consciência socialista”, que deve ser ativada por uma concepção de educação para além do capital. É do que trataremos em seguida, no capítulo sobre a educação.

4 EDUCAÇÃO: PROCESSOS DE INTERIORIZAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO OU PARA A TRANSFORMAÇÃO DA ORDEM SOCIAL

4.1 Fundamentos da educação – do indivíduo isolado ao indivíduo social

Para Mészáros, é inadequado dizer que “apenas os mecanismos de produção e troca” explicam o funcionamento real da sociedade capitalista, pois que “nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema próprio de educação”, sendo esta a verdadeira dimensão do problema educacional, contribuir para a interiorização do sistema de valores dominantes em todas as suas dimensões. Assim, é através desse processo formativo, ideologicamente estruturado, que “os indivíduos ‘contribuem para manter uma concepção de mundo’ e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde àquela concepção de mundo” (MÉSZÁROS, 2006, p. 263-264). Por isso, Mészáros (2002), ao analisar a “vendabilidade universal” que é instituída pelo modo de existência alienado, explica-nos que tudo é transformado em mercadoria, é assim que ocorre a

conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados”, que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 39).

Esses princípios filosóficos burgueses norteiam a educação institucionalizada formal, que visa a uma formação para o mercado e contrapõe-se a uma formação humana, na perspectiva emancipatória. Mészáros questiona os pressupostos da filosofia burguesa, da ciência (sociologia), da literatura, do pensamento político particularista da sociedade mercantil, que mistificam a realidade contraditória e antagônica em que se estrutura. Analisando como um pensamento é dominante em determinada época, Mészáros (2006, p. 234) resgata o princípio ético aristotélico segundo o qual “um instinto social é colocado em todos os homens pela natureza” e “é evidente que a mesma vida é melhor para cada indivíduo, e para os Estados e para a humanidade coletivamente”. Observa que essa é uma “expressão filosófica adequada de um certo estágio da evolução histórica, na qual o indivíduo está organicamente integrado na comunidade (coesão) à qual pertence”, e não como um simples “dever” ser, e segundo essa concepção, existe uma “relação harmoniosa entre indivíduo e comunidade”. A essa concepção contrapõe-se a perspectiva que resulta do desenvolvimento capitalista, onde o “indivíduo isolado” passa a ser

intrínseco ao capitalismo; e esse desenvolvimento realiza uma inversão/oposição a esse princípio onde “as liberdades individuais parecem pertencer ao reino da ‘natureza’, e os laços sociais, ao contrário, parecem ser artificiais e impostos, por assim dizer, ‘de fora’ ao indivíduo auto-suficiente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 233).

Mészáros (2006, p. 233) analisa que o processo de desenvolvimento leva a uma alteração das ideias dominantes, como a que se deu nos fins da Idade Média, para o mundo moderno, quando a opinião predominante naquela época, como a concepção aristotélica de coesão e harmonia natural entre indivíduo e sociedade, quando “o homem só tinha consciência de si mesmo como membro de uma raça, de um povo, partido, família ou corporação – só por meio de alguma categoria geral”, desaparece das teorias modernas. Pois a partir do séc. XVII os filósofos dedicam uma atenção cada vez maior ao problema da “liberdade individual”, e o lugar da ideia “de coesão e harmonia” é ocupado pela descrição dessa relação em termos de “conflitos e contradições”.

Assim, vemos perpetuar os “lugares-comuns” da moderna literatura sociológica que realçam expressões como: “a multidão solitária”, “privatização forçada”, sendo que de “fato a ‘solidão’, nos últimos cinquenta anos, tem sido o tema central das obras de arte, bem como de muitas discussões teóricas”. Basta lembrarmos, nesse sentido, o predomínio não só dos “incontáveis trabalhos que se referem explicitamente à alienação do homem, mas também as expressões mais mediadas dessa problemática – em particular, a ‘interioridade’ da maior parte dos credos artísticos do século XX” (MÉSZÁROS, 2006, p. 234).

Mészáros alerta-nos para a base social objetiva que gesta essas concepções, dizendo que são as condições sociais de vida que induzem tais teorias, são seus fatores causais – tanto as de aristóteles quanto as teorias modernas. Assim, “devemos lê-las, porém, de uma perspectiva adequada: em contraposição ao pano de fundo histórico deste século. Quando os filósofos começaram a preocupar-se intensamente com os problemas da ‘liberdade individual’, isso se deveu – como já vimos – ao desenvolvimento dinâmico das relações capitalistas de produção, que exigiam a extensão universal da ‘liberdade’ a todo indivíduo, de modo que ele pudesse estabelecer ‘relações contratuais livres’ com outros indivíduos, com o objetivo de vender e alienar tudo o que lhe pertencia, inclusive a sua própria força de trabalho” (MÉSZÁROS, 2006, p. 234).

Mészáros (2006, p. 235) destaca que é o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo que permite um “modo de vida que coloca uma ênfase cada vez maior na privacidade”. E, assim, podemos observar que, no século XX, o que passa a predominar é “a crença de que a ‘liberdade’ é inerente – como se fosse ‘um direito natural’ - ao indivíduo isolado”. As referências políticas e sociais tendem a desaparecer e as circunstâncias, condicionadas sócio-historicamente, da vida atomizada e privatizada do indivíduo, são caracterizadas, de maneira a-histórica, como a “condição humana”.

Por conseguinte, à medida que avança a liberação capitalista do homem em relação à sua dependência direta da natureza, também se intensifica a escravidão humana ante a nova “lei natural” que se manifesta na “alienação e reificação das relações sociais de produção”. Diante das “forças e dos instrumentos incontroláveis da atividade produtiva alienada sob o capitalismo”, vemos que o indivíduo é cada vez mais compelido a refugiar-se no seu “mundo privado ‘autônomo’”. E o fator predominante desse processo está no fato de que ele é induzido

a retirar-se para seu pequeno reino privado – e não apenas capacitado a fazê-lo pelo desenvolvimento capitalista das forças produtivas – na medida em que, com a extensão da produção de mercadorias, o seu papel como consumidor privado adquire uma significação cada vez maior para a perpetuação do sistema capitalista de produção (MÉSZÁROS, 2006, p. 236).

Contudo, nesse “reino da privacidade”, em que o indivíduo afirma sua “soberania” ilusória e a liberdade parece completa, a contradição implícita é notável. Os objetivos e limites da ação e os meios e poderes da execução parecem coincidir, estar em perfeita harmonia, mas esquece-se de que a “relativa liberação do homem em relação à dependência direta da natureza é realizada por meio de uma ação social”, embora, devido à reificação das relações sociais de produção, tal realização surja numa forma alienada: não como uma independência relativa da necessidade natural, mas como uma liberdade em relação às limitações das relações e laços sociais como um culto cada vez mais intenso da “autonomia individual”. Assim, temos que esse tipo de alienação e reificação produz

uma aparência enganosa de independência, auto-suficiência e autonomia do indivíduo, atribuem um valor *per se* ao mundo do indivíduo, em abstração das suas relações com a sociedade, com o “mundo exterior”. A autonomia individual fictícia representa o pólo positivo da moral e as relações sociais contam apenas como meras interferências, como mera negatividade. A realização egoísta é a camisa-de-força imposta ao homem pela evolução capitalista, e os valores da “autonomia individual” representam a sua glorificação ética (MÉSZÁROS, 2006, p. 237).

Por isso, o “individualismo é a expressão sublimada do egoísmo burguês bruto”, que prevalece em consequência da “reificação das relações sociais de produção”. Nessa ética, o conceito de “natureza humana” – um reflexo mistificado, dessocializado da “lei natural” do capitalismo nas relações humanas de “individualidades autônomas” privatizadas, fragmentadas, isoladas – serve para absolutizar, como inevitabilidade metafísica, uma ordem social que “mantém os homens em sua brutal solidão”, opondo-os uns aos outros como antagonistas, subordinando-os a seus “apetites artificiais” e ao “domínio das coisas mortas sobre o homem” (MÉSZÁROS, 2006, p. 237)

Podemos perceber que as concepções modernas diferem fundamentalmente das anteriores, e essa “modificação foi consequência da forma capitalista de superação da dependência direta do homem em relação à natureza”. Isso é perceptível, por exemplo, segundo Mézáros, na elaboração de Paracelso, que, no “alvorecer da idade moderna, simplesmente não pode ainda conceber o homem e a atividade humana exceto na mais íntima relação orgânica com a natureza”. Assim, Paracelso manifesta que “a essência humana” só se pode tornar manifesta por via do trabalho. Para ele, “o trabalho (*Arbeit*) deve servir como princípio ordenador da sociedade”, portanto, Paracelso, “nos umbrais da idade moderna, não só entoava o canto do cisne de um mundo que terminava, mas também antecipava um futuro longínquo”, muito além do horizonte burguês, insistindo nas grandes potencialidades da humanidade, inerentes ao seu trabalho (MÉSZÁROS, 2006, p. 238).

Mézáros (2006, p. 240) indica-nos a gênese do surgimento “da privacidade” na filosofia e na literatura, como “idealização da autonomia individual, levada ao seu extremo, conduz inevitavelmente não só à aceitação da inatividade, mas também a atribuir-lhe o mais alto valor moral”. E que “a desvalorização da *vita activa* e a idealização da ‘autonomia individual’ – ao ponto de opô-la à ‘liberdade’ – pertencem ao mesmo processo de alienação” – do desenvolvimento capitalista, quando “o princípio da liberdade se realiza na forma de uma desigualdade econômica e social gritante” (MÉSZÁROS, 2006, p. 240).

Assim, nas primeiras fases do desenvolvimento capitalista, quando este ainda se “contrapunha aos privilégios feudais e lutava pela adoção do pré-requisito contratual ‘da sociedade civil’, o que regia era o princípio da ‘liberdade universal e igual’”, a “ênfase recaía inevitavelmente, no aspecto universal da liberdade”. Ocorre que a adoção da “liberdade igual” como “princípio orientador da ‘sociedade econômica’ é a preocupação central do ‘Terceiro

Estado’, em oposição aos interesses dos Estados dominantes da sociedade feudal”. Portanto, podemos ver aqui, já presente, o imbricamento dos interesses econômicos com os postulados jurídicos do Estado. E ainda, “para fortalecer as pretensões morais do princípio defendido, ressalta-se que a ‘liberdade’ é a preocupação universal de todos os homens. Não há, portanto, nenhum sinal de uma concepção da liberdade como ‘autonomia individual’ em oposição ‘à liberdade universal e igual’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 240).

Mészáros (2006) indica-nos ainda que, só mais tarde, quando

a “igualdade” envolvida na “liberdade universal” se revela oca – uma igualdade puramente formal – e o princípio da liberdade se realiza na forma de uma desigualdade econômica e social gritante, bem como na universalização da “escravidão mercadológica” (isto é, a total negação da liberdade humana pelas relações sociais de produção reificadas; a dominação dos homens por uma “lei natural” que prevalece cegamente, e que é sua própria criação), então, mas só então, o conceito de “autonomia individual” é trazido para o primeiro plano (MÉSZÁROS, 2006, p. 240).

E desde que as relações de poder da sociedade estão “solidificadas e estruturalmente protegidas pela reificação capitalista das relações sociais de produção, o conceito de ‘liberdade universal e igual’ só pode representar um desafio e uma ameaça de ‘subversão’”. Sendo assim, o culto da “privacidade” e da “autonomia individual” preenche a dupla função de proteger objetivamente a “ordem estabelecida contra o ‘desafio da ralé’”, e subjetivamente proporcionar a realização espúria de uma retirada escapista para o indivíduo isolado e impotente, que é mistificado pelos mecanismos da sociedade capitalista que o manipulam” (MÉSZÁROS, 2006, p. 240-241).

Mészáros (2006) considera as consequências do trabalho alienado nos seguintes termos:

Não é necessário dizer que nessa situação a atividade humana “dirigida para fora” não pode proporcionar uma realização para o indivíduo. A *vita activa* não pode adquirir uma significação moral, a menos que se reconheça – como fazem Paracelso ou Fausto – que as realizações são uma “preocupação comum”. Essa atividade envolve necessariamente o “outro” e, portanto, não pode ser concebida em termos de “autonomia individual”, em isolamento das relações sociais existentes (MÉSZÁROS, 2006, p. 241).

Quando, porém, o “trabalho é desumanizado e subordinado como simples meio ao objetivo de perpetuar as relações sociais de produção reificadas”, a “preocupação comum” torna-se uma palavra vazia, e a “autorrealização” obtida por meio do “trabalho como atividade vital do homem é impensável”. O que resta, depois da “desvalorização do mundo do homem” pelo capitalismo é, simplesmente, a “ilusão desumanizada de uma realização pela ‘interiorização, pela

ociosidade ‘contemplativa’, por intermédio do culto da ‘privacidade’, da ‘irracionalidade’ como contraposta aberta ou implicitamente à ‘liberdade universal’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 241).

Com isso, Mézáros (2006) observa que os “fenômenos sócio-históricos específicos do capitalismo moderno são inflados até as proporções ‘cósmicas’ de uma ontologia irracional, atemporal e metafísica”. E é esta que “manipula e desarma, com êxito, o protesto anticapitalista espontâneo dos indivíduos”. Temos, ainda,

que “sua metodologia comum é a fusão mistificadora da realidade negativa da rotina capitalista com a potencialidade positiva de sua superação numa forma enganosa de negação, que deixa a ordem existente inquestionada, e na realidade fortalecida. O desvelamento de sua metodologia revela a substância ideológica de sua ontologia congelada, “atemporal” (MÉSZÁROS, 2006, p. 241-242).

Mészáros (2006) segue criticando esse “culto da ‘autonomia’ do indivíduo, que se manifesta nos sermões aristocráticos sobre a inevitabilidade metafísica da alienação e reificação capitalistas”, por entender que o central desse pensamento visa a reafirmar a “imutabilidade da ordem social”. Pontua, também, que até mesmo os “intelectuais liberais”, com frequência, se deixam envolver pela mesma mistificação e têm dificuldade de explicitar o que seja essa “autonomia”. Buscam apenas valorar a “diferenciação individual de cada um, em detrimento do convívio social”. Assim, a ideia de que os “homens são criados livres e iguais é ao mesmo tempo verdadeira e enganosa”, pois “os homens são criados diferentes, eles perdem sua liberdade social e autonomia individual ao buscarem tornar-se uns como os outros” (MÉSZÁROS, 2006, p. 242-243)

Mészáros (2006, p. 243) indaga se a diferenciação pode ser valorizada, dita de forma abstrata, pois o “importante é se pode ou não se tornar valorizada nas condições reais de vida a que a análise se refere. Uma vez que não é evidente que uma ‘diferenciação’ constitua-se em um valor em si mesma, dizer que ‘os homens são criados diferentes’ é mera retórica altissonante ou a mais superficial das trivialidades”. Os homens só podem ser humanamente diferentes na medida em que uma dada forma de sociedade permita, ou seja capaz de permitir, uma diferenciação autêntica. Assim a diferenciação real, longe de igualar-se à “autonomia”, só pode adquirir sentido e valor se for concebida como uma reciprocidade social. Observa ironicamente que “ser diferente, apenas por ser diferente, de nada vale. O assassino é, reconhecidamente, diferente de sua vítima, mas ninguém o elogiaria por isso”.

Duas questões metodológicas importantes são apresentadas por Mészáros (2006, p. 243). A primeira diz respeito ao conteúdo das coisas, e a segunda diz da necessidade de uma análise focada nas condições reais da vida e sua possibilidade real de integrar-se socialmente. Por isso, afirma ele que “é o conteúdo efetivo da diferenciação que importa. Somente pode ser considerada como um valor a diferenciação que é capaz de ser integrada socialmente, contribuindo com isso para o enriquecimento e o desenvolvimento positivo do indivíduo social”. Para ser consequente, e considerando que a sociedade interfere na diferenciação desejada, devemos levantar a questão de como mudar a sociedade para realizar os valores que são o ponto focal de nossa crítica.

Mészáros (2006, p. 244) acrescenta que esse autor ainda opõe “a tenacidade dessa estrutura de caráter àquela da estrutura social, em vez de relacioná-la com esta última”. E, novamente, também na perspectiva desse autor, espera-se pelo milagre de obter a “mudança desejada sem transformar em profundidade aquela estrutura social”. E sentencia que, “quanto aos prováveis frutos do planejamento urbano, seria pelo menos ingênuo esperar dele alguma coisa, sob o capitalismo”. Até porque os poucos planejadores urbanos imaginativos encontram grande resistência de grupos extremamente poderosos e de interesses estabelecidos. A verdade amarga é que (qualquer perspectiva) só podem produzir resultados significativos se a resistência das relações sociais de produção reificadas for, primeiro superada.

Mészáros analisa que buscar o “remédio na autonomia” é estar no caminho errado. Nossos problemas não resultam de uma falta de “autonomia”, e sim, ao contrário, de uma estrutura social, um modo de produção, que “impõe ao homem um culto dela, isolando-o dos outros homens”. Indica que a “pergunta vital” que deve ser formulada sobre a autonomia é:

o que se pode fazer com ela? Se apenas a “temos” como uma “faculdade psicológica”, um aspecto da “estrutura do caráter”, ou como um direito oco limitado à esfera da “privacidade”, para todas as razões práticas isso equivale à mesma coisa que simplesmente não a ter. Pois, ser capaz de fazer alguma coisa por meio da “autonomia” envolve necessariamente “o outro” (MÉSZÁROS, 2006, p. 244).

Assim, vemos que Mészáros realiza uma crítica contundente ao “culto do indivíduo”, quando afirma que a única forma de “autonomia” que vale a “pena examinar é a ‘autonomia’ não-autônoma”. Em outras palavras, diz-nos que a “autonomia humanamente significativa” não é, na realidade, “diferente da reciprocidade social, no curso da qual os indivíduos envolvidos uns com os outros adaptam-se mutuamente às condições determinadas de intercâmbio e, ao mesmo tempo, conservam o poder de iniciativa”. O que se precisa levar em consideração para saber se

“tal reciprocidade existe ou não” é o “caráter da estrutura social dada”. Alerta-nos, portanto, que é “muito enganoso reduzir esse problema – que envolve muitos fatores econômicos, políticos, sociais, educacionais, etc. – ao slogan psicológico oco, da palavra ‘autonomia’ obscuramente sugerida” (MÉSZÁROS, 2006, p. 244).

Podemos, então, concluir com o entendimento de Mészáros (2006, p. 244) de que o “culto do indivíduo” é, claramente, ele mesmo um “produto da alienação” e, com isso, “não pode oferecer nenhum antídoto contra a alienação e reificação. Só pode ampliar o abismo que separa o homem, no capitalismo, de sua integração social”, não sendo, portanto, um princípio válido, para fins da construção de uma educação emancipatória. Em contraste ao “culto do indivíduo isolado”, que prevalece no ordenamento burguês, Mészáros apresenta-nos a perspectiva de uma educação emancipatória, que tem como um de seus princípios fundadores a concepção de “indivíduo social”. Temática de que passamos a tratar na próxima seção.

4.2 Educação emancipatória – para além do capital

A concepção de Educação que Mészáros (2006) apresenta-nos contrasta com o pensamento dominante. Diz-nos que o conceito de formação humana em Marx é questão-chave e está em agudo contraste com as concepções atualmente predominantes, pois estreitamente centradas nas instituições, sendo fundamental para a “transcendência positiva da autoalienação do trabalho”. Mészáros (2006) expressa, com firme convicção, ainda sobre essa questão, que somente o conceito marxiano de formação humana que “abarca a totalidade dos processos individuais e sociais – pode oferecer uma solução para a crise social contemporânea, que está se tornando progressivamente mais aguda, e não menos, no campo da própria educação institucionalizada” (MÉSZÁROS, 2006, p. 28), esclarecendo que consideramos que a categoria formação humana incorpora a categoria educação, e um dos nossos objetivos é explicitar as implicações para a educação, a partir da elaboração teórica realizada por Mészáros.

A concepção de educação como “desenvolvimento contínuo da consciência socialista”, na sociedade como um todo, é um processo complexo, que se articula, como indicado, a todos os outros princípios orientadores do processo de transição socialista apontados por Mészáros, sobre o qual podemos, no momento, apenas sintetizar que tal concepção afasta-se radicalmente das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo, além de só poderem se realizar por meio do

que diz Marx, “quando se descarta a forma burguesa estreita” e se possa afirmar o “indivíduo social rico”, para reformular:

é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos, gerados por meio do intercâmbio universal? O que é senão a elaboração plena do domínio humano sobre as forças da natureza, tanto as da assim dita natureza como as da sua própria natureza? O que é senão o desdobramento absoluto de suas potencialidades criativas, sem qualquer outro pressuposto que não o desenvolvimento histórico anterior que compõe essa totalidade do desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento de todas as capacidades humanas como um fim em si, não decidido por um padrão preestabelecido? O que é senão uma situação em que o homem não se reproduz numa especificidade, mas produz sua própria totalidade? Em que ele não busca permanecer na condição que assumiu, mas se encontra em meio ao movimento absoluto do devir? Na economia burguesa – e na era de produção que lhe corresponde –, essa elaboração plena do íntimo humano se manifesta como um esvaziamento pleno, essa objetivação universal, como alienação total, e a demolição de todos os fins limitados e unilaterais, como sacrifícios do fim-em-si a um fim inteiramente externo (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2006, p. 86-87).

Assim, a concepção de educação como o “desenvolvimento contínuo da consciência socialista” só pode realizar-se, conforme Mészáros (2006), retomando o próprio Marx, por meio da “educação concebida como a autoeducação radical dos indivíduos sociais, no curso de sua ‘alteração que só pode ter lugar em um movimento prático, em uma revolução’, somente nesse processo podem os indivíduos sociais tornar-se simultaneamente educadores e educados”. E com isso superar a “dicotomia conservadora de todas as concepções elitistas que dividem a sociedade em seletos ‘educadores’ misteriosamente superiores e o resto da sociedade consignada a sua posição permanentemente subordinada de ‘educandos’, como realçado por Marx” (MÉSZÁROS, 2007, p. 314), em suas teses *Ad Feuerbach*. Portanto, o processo de educação para além das determinações alienantes, desumanizadoras e destrutivas do capital deve visar, por conseguinte, a um processo emancipatório mais amplo de toda a humanidade.

Vimos que, implícita ou explicitamente, temos determinada concepção de mundo a nos guiar, uma metodologia adequada à compreensão da realidade e, por conseguinte, mais de uma concepção de educação. Segundo Mészáros (2006), Marx se empenhou na “desmistificação científica” do processo de alienação, definido por aquele como a “*perda do controle*” do processo de autoconstrução humana posto pelo ato fundante da especificidade do ser social – o trabalho. Este último, fruto de um longo desenvolvimento histórico, e não como uma “fatalidade da natureza” (como de fato são representados os antagonismos estruturais do capital), de fator humanizante passou a ser hostilmente desumanizante em suas formas de *autoalienação*, postas pela divisão do trabalho – propriedade privada e intercâmbio capitalista.

Mészáros (2006) afirma enfaticamente que já que este atual estado de coisas é resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, ele pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para “transcender a autoalienação do trabalho”. Coerente com essa concepção, aponta-nos que, neste contexto,

o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Então, pensar uma educação emancipatória é pensá-la na sua relação intrínseca com a produção e a reprodução da vida social, a partir de seu ato constitutivo do trabalho. E como essa relação é contraditória, segundo Mészáros, a educação tem “possibilidade de contribuir na mudança social, bem como na manutenção da sociedade”, sendo que as “idéias que orientam as políticas educacionais no capitalismo são para a sua manutenção, portanto, o papel que a educação tem no processo de mudança social é relativo”.

A “educação por si só não é capaz de transformar a sociedade rumo à emancipação social”, uma vez que a educação é apenas uma parte do processo complexo de internalização, que envolve a necessidade, por parte do capital, de manutenção ativa dos trabalhadores, “assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45). Portanto, pensar uma educação que vise à emancipação humana é pensar “uma educação para além do capital” e “educar para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital”. Para tanto, é inseparável da luta por uma transformação radical da sociedade. Isto é romper com o conformismo e o consenso de que “não há alternativa”. Em Mészáros, educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.

Mészáros (2008, p. 17) sustenta ainda que a “superação positiva da alienação é tarefa educacional que exige uma ‘revolução cultural’ radical para ser colocada em prática”. Implica, portanto, uma mudança educacional radical e que não se limita a reformas corretivas das deformações incorrigíveis do capital, pois senão “significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação qualitativa”. Por isso é “necessário

romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 47).

Mészáros (2008, p. 25) vai dizer-nos que uma transformação significativa da educação é inconcebível sem uma correspondente transformação no quadro social, no qual “as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”. Precisa-se considerar o determinado modo de produção da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, caso contrário serão feitos apenas pequenos ajustes em todos os âmbitos, incluindo o da educação. Assim, teremos meras reformas, pois os interesses da perversa lógica do capital sempre permanecem, como permaneceram, mesmo dentre as mais nobres utopias educacionais formuladas do ponto de vista do capital, pois

Os interesses objetivos de classe tinham que prevalecer mesmo quando os subjetivamente bem intencionados autores dessas utopias e discursos críticos observavam claramente e criticavam as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes. Suas posições críticas poderiam, no limite, apenas desejar utilizar as *reformas educacionais* que propusessem para remediar os piores *efeitos* da ordem reprodutiva capitalista estabelecida sem, contudo, eliminar os seus *fundamentos causais* antagônicos e profundamente enraizados (MÉSZÁROS, 2008, p. 26).

Mészáros (2008, p. 30) realça que, mesmo estando motivadas por um espírito iluminado e sinceramente expressando uma “preocupação humanitária genuína”, as grandes figuras que pretenderam instituir grandes mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais lúcidas, ao conceituarem o mundo a partir do “ponto de vista do capital”, apresentaram concepções circunscritas aos “limites objetivos da lógica do capital”. E estas prevalecem acima das vontades subjetivas, uma vez que as determinações do ponto de vista do capital são *irreformáveis*. Por isso qualquer tentativa de reforma que tente se reconciliar com o ponto de vista do capital tende ao fracasso,

Como sabemos muito bem pela lamentável história da estratégia reformista, que já tem mais de cem anos, desde Edward Bernstein e seus colaboradores – que outrora prometeram a transformação gradual da ordem capitalista numa ordem qualitativamente diferente, socialista –, o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente *incorrigível* (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

Inclusive, acrescenta Mészáros, as medidas reformistas contribuem para a “sobrevivência” do sistema do capital, pois,

em seus parâmetros estruturais fundamentais, o capital deve permanecer sempre incontestável, mesmo que todos os tipos de corretivos estritamente marginais sejam não só compatíveis com seus preceitos, mas também benéficos, e realmente necessários a ele no interesse da sobrevivência continuada do sistema (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

Por isso, enfatiza Mészáros (2008, p. 47), não há “margens de *reforma sistêmica*”. É necessário romper com a lógica do capital; e romper com a lógica do capital, na área da educação, equivale a substituir as “formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta e abrangente”. Insiste ele que também não adianta tentar “escapar da ‘formidável prisão’ do sistema escolar estabelecido”, buscando margens nas estratégias reformistas, pois, mais cedo ou mais tarde, tudo o que existia antes de tais reformas com certeza acaba sendo restabelecido, devido ao “absoluto fracasso” em querer alterar, por meio de uma “mudança institucional isolada, a lógica autoritária global do próprio capital. O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões visíveis e ocultas”.

Essa alternativa para ser “concreta e abrangente” deve ser capaz de “substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora”. Isto porque, em sua acepção, a educação, no amplo sentido do termo, sob o “domínio do sistema do capital”, trata de conferir aos indivíduos a internalização da legitimidade das posições sociais que lhes foram atribuídas na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”. Questão crucial a essa educação é “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

Para Mészáros (2008) somente uma ampla concepção de educação pode nos ajudar a alcançar o objetivo de uma educação que seja verdadeiramente qualitativa, alternativa à ordem capitalista, pois a educação sob o domínio do capital é definida como

atividade intelectual, da maneira mais tacaña possível, como a única forma certa e adequada de preservar os “padrões civilizados” dos que são designados para “educar” e governar, contra a “anarquia e a subversão” ela exclui a esmagadora maioria da humanidade do âmbito da ação como sujeitos, e condena-os, para sempre, a serem apenas considerados como objetos (e manipulados no mesmo sentido), em nome da suposta superioridade da elite: “meritocrática”, “tecnocrática”, “empresarial”, ou o que quer que seja (MÉSZÁROS, 2008, p. 49).

Nesse sentido, Mészáros apresenta duas dimensões da educação: uma que se dá ao “longo da vida” e outra que ocorre no âmbito das “instituições educacionais formais”. Nessa perspectiva, como “as determinações gerais do sistema do capital afetam profundamente *cada âmbito particular*” da existência humana, atingem a educação em todos os seus âmbitos, e não apenas as

instituições de educação formal, uma vez que estas estão “estritamente integradas na totalidade dos processos sociais”. Assim, “não podem funcionar adequadamente, exceto se estiverem em sintonia com as *determinações educacionais gerais da sociedade* como o todo”.

Segundo o autor, uma das principais funções da educação formal, sob o domínio do sistema do capital, é:

produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Por isso, Mészáros (2008, p. 44-45) afirma que a educação formal é apenas “uma parte importante do sistema global de internalização. Mas apenas uma parte”, pois mesmo que

os indivíduos participem ou não – por mais ou menos tempo, mas sempre em um número de anos bastante limitado – das instituições formais de educação, eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes forem atribuídas (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

Então a educação formal “não é a força ideologicamente *primária* que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz, *por si só*, de fornecer uma alternativa emancipadora radical”. Como já nos indicou Mészáros, na análise geral do processo de alienação, esta só pode dar-se a partir da superação das “mediações de segunda ordem” em geral, incluindo assim as instituições educacionais.

Mészáros confere especial importância às práticas de educação não-formal. Segundo o autor, é na dimensão da educação não-formal que se situa a maior parte do nosso processo de aprendizagem, pois este ocorre durante toda a vida. Ele indica que essa afirmação já fora enunciada muito antes, por Paracelso, que enfatizava que “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”. Ainda em relação à importância que confere à educação não-formal, Mészáros diz que felizmente, “muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa (...) fora das instituições educacionais formais”. Por isso mesmo, “esses processos não podem ser manipulados e

controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada”, pois os processos de educação não-formal comportam tudo, desde

o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e com a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem as partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas e diferentes maneiras ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias (MÉSZÁROS, 2008, p. 53).

Discorrendo sobre essa ampla concepção de educação, Mézáros diz que a posição de Gramsci, por reconhecer todo homem como um intelectual que “partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral e, portanto contribui para manter ou mudar a concepção de mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento” (GRAMSCI *apud* MÉSZÁROS, 2006, p. 49), é a única profundamente democrática. Segundo o autor húngaro, a concepção de Gramsci é bifacetada porque:

Primeiro ele insiste em que todo ser humano contribui, de uma forma ou de outra, para a formação de uma concepção de mundo predominante. Em segundo lugar, ele assinala que tal contribuição pode cair nas categorias contrastantes da “manutenção” e da “mudança”. Pode não ser apenas uma ou outra, mas ambas, simultaneamente. Qual das duas é mais acentuada, e em que grau, isso obviamente dependerá da forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e defendem seus interesses alternativos importantes (MÉSZÁROS, 2008, p. 50).

Diz Mézáros que é da capacidade de todos nós a possibilidade de manter ou mudar concepções de mundo, e que isso vai depender do jogo conflitante das relações sociais em impor-se. Isso significa que a educação formal não precisa reinar para sempre em favor do capital, pode haver mudança, mas Mézáros deixa muito claro que

seja em relação à “manutenção”, seja em relação à “mudança” de uma dada concepção de mundo, a questão fundamental é a necessidade de modificar, de uma forma duradoura, o modo de internalização historicamente prevalecente. Romper com a lógica do capital é inconcebível sem isso. E, mais importante, essa relação pode e deve ser expressa também de uma forma concreta (MÉSZÁROS, 2008, p. 53).

Esse processo de mudança para uma sociedade concretamente sustentável, com uma educação para além do capital, não deve basear-se apenas na negação da ordem atual. Ainda que a negação faça-se necessária como parte do processo, o empreendimento não pode esgotar-se na negação, ou seja, é necessário também um processo de “contra-internalização coerente e sustentada” e que “defina seus objetivos fundamentais, como a criação de uma alternativa abrangente concretamente sustentável ao que já existe” (MÉSZÁROS, 2008, p. 56). O caminho

para a construção desse sistema educativo alternativo, duradouro e comprometido com uma transformação emancipadora, além de ter de romper com a lógica do capital, deve abarcar a totalidade das práticas político-educacional-culturais, abrangendo tanto os processos de educação formais quanto os não-formais. A citação a seguir indica não só o desafio posto à educação formal, mas delinea o rumo de uma educação emancipadora, quando diz que:

Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como “a nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias aspirações emancipadoras. Se, entretanto, os elementos progressistas da educação formal forem bem sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper com a lógica do capital, não só em seu próprio e limitado domínio como também na sociedade como um todo (MÉSZÁROS, 2008, p. 59).

Mais uma vez, MéSZáros demonstra como é necessário conceber os processos em sua totalidade e reciprocidade dialética, na medida em que articula sua concepção de educação emancipadora com a concepção da negatividade da política, quando alerta que

a negação radical de toda estrutura de comando político do sistema estabelecido deve afirmar-se, na sua inevitável negatividade predominante, na fase inicial da transformação a que vise. Mas, mesmo nessa fase, e na verdade, antes da conquista do poder político, a negação necessária só é adequada para o papel assumido se for orientada efetivamente pelo alvo global da transformação social visada, como uma bússola para toda a caminhada (MÉSZÁROS, 2008, p. 61).

E, nesses termos, reafirma que, desde o início, o papel da educação é de importância vital não só para se “romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à ‘legitimação constitucional democrática’ do Estado capitalista que defende seus próprios interesses”, mas também para a construção dessa alternativa concretamente sustentável, baseada na fundamental “contra-internalização”. Que fique bem claro: a construção de uma ordem social qualitativamente diferente não deve basear-se “na tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade na qual se removem *defeitos específicos*, de forma a minar a base sobre a qual as reivindicações de um *sistema alternativo* possam ser articuladas”. Isso porque, como já aludido, a lógica do capital é irreformável (MÉSZÁROS, 2008, p. 61-62).

O caminho para a construção de tal ordem social qualitativamente diferente deve, de acordo com a concepção do autor, colocar em primeiro plano: a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana autorrealizadora, de forma indissociável. MéSZáros enfatiza que Marx já indicava o grau de mudança a ser perseguido, ao dizer que “os

seres humanos devem mudar completamente as condições de sua existência industrial e política e, conseqüentemente, *toda sua maneira de ser*” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2008, p. 59). Ou seja, é necessária “uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social” (MÉSZÁROS, 2008, p. 59). Portanto, o trabalho, enquanto dimensão fundamental de nossa existência individual e social, precisa também desta intervenção consciente, principalmente sob as condições nas quais se encontra hoje, sob a ordem capitalista, desumanizante e alienado.

É dessa maneira que a educação tem papel fundamental “tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 65). Como vem afirmando Mészáros, o trabalho assalariado, bem como o Estado e a relação de troca orientados para o mercado funcionam como “*mediações de segunda ordem*” e, sendo imprescindíveis para o domínio do sistema do capital, impõem à humanidade uma forma alienada de mediação. Por isso

A alternativa concreta a essa forma de controlar a reprodução metabólica social só pode ser a automeadiação, na sua inseparabilidade do autocontrole e da autorrealização através da liberdade substantiva e da igualdade, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados (MÉSZÁROS, 2008, p. 73).

E, mais uma vez, é destacada a vital importância da educação na realização dessa automeadiação, na construção de uma ordem social alternativa qualitativamente diferente e concretamente sustentável. Em consonância com o desafio de se romper com a lógica do capital, a educação a ser construída deve visar “para além do capital” e deve mirar-se na

autogestão – pelos produtores livremente associados – das funções vitais do processo metabólico social é um empreendimento progressivo – e inevitavelmente em mudança. O mesmo vale para as práticas educacionais que habilitem o indivíduo a realizar essas funções na medida em que sejam redefinidas por eles próprios, de acordo com os requisitos em mudança dos quais eles são agentes ativos (MÉSZÁROS, 2008, p. 75).

Mészáros (2008, p. 75) destaca que a educação não deve ser nem vocacional, “que significa o confinamento das pessoas envolvidas a funções utilitaristas estreitamente predeterminadas, privadas de qualquer poder decisório”, nem uma educação geral, “que deve ensinar aos indivíduos, de forma paternalista, as ‘habilidades do pensamento’”. Ela é concebida em termos de uma

“educação continuada”, como constituinte necessário dos princípios reguladores de uma sociedade para além do capital, é inseparável da prática significativa da *autogestão*. Ela

é parte integral desta última, como representação no início da *fase de formação* na vida dos indivíduos e, por outro lado, no sentido de permitir um efetivo *feedback* dos indivíduos educacionalmente enriquecidos, com suas necessidades mudando corretamente e redefinidas de modo eqüitativo, para a determinação global dos princípios orientadores e objetivos da sociedade (MÉSZÁROS, 2008, p. 75).

Pelo exposto, Mézáros leva-nos a indagar com maior profundidade a natureza da crise educacional e nos alerta que esta não se limita à educação formal ou pode ser atribuída a uma instituição educacional, mas que se vincula à “crise estrutural de todo o sistema da ‘interiorização’ capitalista”. “Neste sentido a crise atual da educação formal é apenas a ‘ponta do *iceberg*’”. E mais: a “crise das instituições educacionais é então indicativa do conjunto de processos dos quais a educação formal é uma parte *constitutiva*”. O autor indica-nos, então, que a “questão central” que deve mover nossa “contestação” não só envolve, inevitavelmente, a totalidade dos processos educacionais, “desde a juventude até a velhice”, mas também “a razão de ser dos instrumentos e instituições do intercâmbio humano em geral” (MÉSZÁROS, 2006, p. 275).

Mézáros salienta que a questão de profundidade a ser formulada é “se essas instituições – incluindo as educacionais – foram feitas para os homens, ou se os homens devem continuar a servir às relações sociais de produção alienadas”. Nesses termos mais amplos, a “contestação” da educação pode representar o “maior desafio ao capitalismo em geral, pois afeta diretamente os processos mesmos de ‘interiorização’ por meio dos quais a alienação e a reificação puderam, até agora, predominar sobre a consciência dos indivíduos” (MÉSZÁROS, 2006, p. 275).

Nesse processo, tanto de afirmação quanto de negação, Mézáros (2004) destaca o papel preponderante da ideologia, e nos dá o significado preciso de ideologia, que justifica citá-lo na íntegra.

A ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação do conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

É a partir dessa concepção do papel da ideologia e sua implicação prática nos diversos complexos sociais que Mészáros considera inadequado dizer que “apenas os mecanismos de produção e troca” explicam o funcionamento real da sociedade capitalista, pois que “nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema próprio de educação”, sendo esta a verdadeira dimensão do problema educacional: contribuir para a interiorização do sistema de valores dominantes em todas as suas dimensões. Assim, é através desse processo formativo ideologicamente estruturado que “os indivíduos ‘contribuem para manter uma concepção de mundo’ e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde àquela concepção de mundo” (MÉSZÁROS, 2006, p. 263-264).

Mas, como o filósofo reitera insistentemente, essa condição não é “natural” e nem “eterna”. Ao contrário, o sistema do capital, na atualidade, caracteriza-se por uma “*crise estrutural global*”, por isso esta é também uma “época histórica de *transição* de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente”. O atual espaço histórico e social se define por apresentar duas características fundamentais, e nele “os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar”.

Portanto, a tarefa educacional essencial é, simultaneamente, a “tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora”. A citação a seguir, além do que foi exposto, consubstancia, a nosso ver, a perspectiva teórico-metodológica adotada por Mészáros, quando reafirma que

A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo, tal como foi descrito neste texto. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. Cabe a nós *todos* – todos, porque sabemos muito bem que “os educadores também têm de ser educados” – mantê-las de pé, e não deixá-las cair. As apostas são elevadas demais para que se admita a hipótese de fracasso (MÉSZÁROS, 2008, p. 76-77).

Temos clareza de que a validade dos fundamentos aqui expostos é altamente questionada, não só fora, mas no próprio campo do marxismo, como denota a chamada “crise do marxismo”. Mas Mészáros realiza um intenso esforço no resgate do referencial teórico-metodológico marxiano, considerando sua atualidade e vigor, pois produziu uma revolução na história do conhecimento humano insuperável, não só por romper com a concepção idealista e metafísica, até

então predominante, mas também por indicar-nos algumas categorias fundamentais para o conhecimento da realidade. Como Marx bem o disse, o ponto de partida para a investigação da realidade é o “como produzimos nossa existência material”, e esta se produz através do trabalho. A categoria *trabalho*, como o filósofo alemão reitera é, portanto, “o primeiro ato histórico” e inseparável dos processos formativos.

O modo de produção e as relações sociais que os homens estabelecem entre si para garantir sua produção material e social conformam uma *totalidade histórico-social* – “unidade do diverso”. A *totalidade* é uma categoria que nos leva a perceber os fenômenos, de qualquer ordem, na sua inter-relação, nunca isolados e, sim, como elementos de uma totalidade, “diferenças dentro da unidade” (MARX, 1978, p. 115). Assim, os apontamentos de Mészáros de que, para a “transcendência positiva da autoalienação do trabalho”, o conceito de formação humana em Marx é questão-chave e está em agudo contraste com as concepções atualmente predominantes, pois estreitamente centradas nas instituições; é um indicativo de que a questão educacional deve ser central para uma teoria da transição socialista.

Ainda sobre esta questão, Mészáros (2006) expressa, com firme convicção, que somente o conceito marxiano de formação humana, que “abarca a totalidade dos processos individuais e sociais – pode oferecer uma solução para a crise social contemporânea, que está se tornando progressivamente mais aguda, e não menos, no campo da própria educação institucionalizada” (MÉSZÁROS, 2006, p. 28).

Foi possível perceber que toda a elaboração de Mészáros estrutura-se coerentemente, e em sua concepção a educação é um complexo inter-relacionado ao tripé que analisamos. As consequentes implicações desse tripé para a educação são extremamente importantes, atuam no sentido não só da preservação da ordem, mas impulsionam o processo de sua superação. Para tal, é fundamental que desenvolvamos processos educativos que perspectivem a efetivação da emancipação humana, de uma sociedade humanamente livre e sem classes. Segundo Mészáros, o determinante, nesse processo histórico, é a mediação e uma reciprocidade dialética entre objetividade e subjetividade, para que esta se objetive.

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Apresentamos as considerações conclusivas para a finalidade da tese, pois, como fizemos uma delimitação da grandiosa obra de Mészáros, colecionando livros, artigos e entrevistas, não fizemos uma leitura em profundidade de toda ela, além de considerar que o autor nos promete mais um volume vindouro. Assim, como nos diz Mészáros: a “Educação é para toda a vida”, e considerando a própria processualidade dinâmica do conhecimento e que sua obra é fonte inesgotável de ensinamentos, não pretendemos afastar-nos dela, já que passou a se constituir não só um objeto de pesquisa, mas um projeto para toda a vida, não podendo ser contemplado em apenas quatro anos.

Assim, do que nos foi possível conhecer do conjunto de suas obras, constatamos que Mészáros realiza um intenso enfrentamento teórico-prático sobre muitas temáticas, mas pode-se destacar sua contribuição para o esclarecimento de pelo menos três grandes ordens de desafios. O primeiro deles é realizar a captura do real movimento do sistema do capital em seu desenvolvimento, desde a “fase ascendente” até a atual “fase descendente”. Essa investigação permitiu-lhe caracterizar o sistema do capital como um “modo singular” de “reprodução sociometabólica” na história humana, cuja conformação global, destrutiva, incontrolável entra em uma crise estrutural, sistêmica, que ativa seus limites relativos e absolutos, pois suas contradições, antagônicas e irreconciliáveis, não podem ser solucionadas sob esta ordem (MÉSZÁROS, 2015). Com isso, Mészáros denuncia o “anacronismo histórico” da ordem do sistema do capital, que o direciona a elaborar a terceira ordem de questão, mas antes alerta-nos para uma segunda ordem, muito importante e desafiadora.

A segunda ordem dos desafios é o chamamento que Mészáros faz, em vários momentos de sua obra (já desde 2002, e reaparece em sua última obra lançada no Brasil, em 2015), ao movimento internacional da classe trabalhadora, para realizar a necessária autocrítica, quando do reexame crítico da especificidade do sistema do tipo soviético. Sobre as experiências revolucionárias do século XX, Mészáros apresenta sua tese inédita, corajosa, inovadora e que está longe de alcançar alguma unanimidade no movimento socialista, uma vez que Mészáros (2002, p. 50) caracteriza o modelo soviético como um “sistema do capital pós-capitalista”, para ainda sentenciar que “absolutamente nada tinha em comum com o socialismo” original/genuíno da elaboração marxiana.

Mas, para nosso autor, isso não implica o abandono da perspectiva socialista, ao contrário, reafirma que esta é extremamente necessária e o único caminho possível para superar a grave crise que afeta a humanidade. Significa apenas que, para o projeto socialista ser bem-sucedido e sustentável, a longo prazo, o movimento socialista internacional necessita fazer um reexame crítico dessas experiências, para não repetirmos os mesmos erros no futuro. Ele acredita, inclusive, manifestando um “otimismo realista”, que não deve ser um futuro muito distante, frente aos riscos iminentes e à inexistência de garantias seguras para a sobrevivência da humanidade, sob a regência do sistema do capital. Acredita que há um limite para o sofrimento humano e os protestos que ocorrem, em escala mundial, devem permanecer, pois são uma manifestação da crise e de buscas de soluções.

Sua terceira contribuição para um desafio, considerado por ele como uma demanda histórica das mais urgentes – frente ao risco real, iminente e contínuo de destruição das condições da vida humana sob a regência do capital –, é a elaboração de uma teoria da transição socialista. Esta é uma de suas teses centrais, que ele trata com destaque. Aliás, essa proposição vem na obra *Para além do capital*, que tem como subtítulo “Rumo a uma teoria da transição”. Tal livro indica para a necessidade da reorganização do movimento socialista internacional, para uma “ofensiva socialista” que rompa as amarras da postura “defensiva do trabalho” em atuar pela via da “menor resistência”, frente ao capital e ao Estado. Essa teoria deve visar a uma transição que vá *Para além do Capital* e efetive o “fenecimento do Estado”, para que a humanidade possa cumprir seu possível destino histórico, que é emancipar o trabalho do jugo do capital e do ordenamento estatal e construir a sociedade dos homens “humanamente ricos”, como, segundo Mészáros, perspectivou Marx. Para tal, Mészáros oferece sua contribuição elaborando os fundamentais “princípios orientadores” para o “funcionamento da alternativa socialista”.

Procuramos, também, compreender as implicações dessa síntese histórica para a educação. Percebemos que, de acordo com a proposição de Mészáros, só será possível uma formação humana, por conseguinte, processos educativos, que efetive a emancipação humana se superarmos o trabalho do jugo da dominação estrutural a que este está submetido pelo capital e pelo Estado. Do que nos foi possível apreender, entendemos que a concepção de Mészáros é clara e sua orientação é decisiva, isto é, é necessária a realização dessa complexa superação do tripé que analisamos nesta tese: trabalho assalariado, capital e Estado. Em seus próprios termos, uma “transcendência positiva da autoalienação do trabalho”; “*Para além do Capital*” e “*fenecimento*

do Estado” para que o homem possa sair da sua “pré-história” e realizar a verdadeira história da humanidade, pautada por outras bases, da plena e substantiva liberdade.

Indica-nos ele, ainda, que o determinante, nesse processo histórico, é a mediação, e uma reciprocidade dialética, entre objetividade e subjetividade, para que esta se objetive. Só assim a utopia da realização humana pode ser uma “utopia realista”, uma vez que o sentido verdadeiro da existência humana é realizar-se enquanto humano. E as provas científicas que temos até hoje indicam que somos o único ser dotado de liberdade e, por isso, podemos fazer, em sintonia com o autor em estudo, nossa escolha entre “socialismo ou barbárie”.

Nosso autor considera que esta é uma “utopia realista” porque se funda não na vontade, no imediatismo político, num ideal abstrato ou num determinismo, mas nas determinações objetivas da realidade, que está estruturada em antagonismos insolúveis por esta ordem. Mas, tendo em vista a negação teórica e prática da teoria marxiana, pelos revisionismos e desvirtuamentos por que passou seu pensamento, já em sua época e até nossos dias, passando pelas experiências socialistas do século XX, a contribuição de Mészáros no resgate do caráter revolucionário da teoria social marxiana é indispensável e fundamental.

Por isso, Mészáros insiste na necessidade da análise crítica dessas experiências, e pauta-se nessa análise não para negar a possibilidade da transição, mas para reorientar os rumos do combate; defende que a ação organizada internacionalmente deve guiar-se de forma orientada e sabendo o alvo a atingir – para além da derrubada do capitalismo –, o sistema do capital. Consideramos, assim, fundamental sua contribuição na elaboração dos “princípios orientadores” que devem nortear a elaboração de uma teoria da transição socialista, principalmente frente à urgência histórica da “necessária reconstituição prática de estratégias socialistas possíveis”. Esta deve, do ponto de vista teórico, não renegar a segundo plano – como foi comum às duas tendências do movimento do trabalho – a ala reformista e a ala radical – desde sua origem, apesar da total diferença entre elas, no plano da ação política – a exigência “marxiana original de subordinação estrita de qualquer movimento político como um meio, ao objetivo central da *emancipação econômica* da classe trabalhadora, a qual seria levada a cabo com a transformação radical da divisão do trabalho”, como historicamente o trabalho tem sido subjogado, seja no livre mercado do sistema do capital, seja politicamente, nas sociedades do sistema do capital pós-capitalistas (MÉSZÁROS, 2004, p. 373).

Procuramos, nos capítulos que conformam o desenvolvimento da tese, com seus respectivos subtópicos, contemplar o que apreendemos do tratamento que Mészáros dá a cada uma das categorias analisadas. Compreendemos que nosso autor, ao abordar as categorias, geralmente inicia apresentando-nos como cada uma é compreendida e tematizada, do ponto de vista burguês. Em contraposição, apresenta-nos uma análise do ponto de vista do real, sem a mistificação burguesa e, por conseguinte, realiza a crítica na perspectiva marxiana. Por fim, fruto dessa análise de realidade, e ancorado nos princípios norteadores da teoria social marxiana, realiza uma proposição alternativa e de superação das contradições postas pelo sistema vigente, que ancora-se no tripé: trabalho assalariado, capital e Estado, na perspectiva de uma sociedade socialista sustentável e que possa ser irreversível.

Assim, quanto à categoria *trabalho*, Mészáros, como Marx, considera-a em suas duas dimensões. Mészáros inova em sua análise ao denominá-la, em sua acepção geral, como uma “mediação de primeira ordem”, assim sendo, é um fator fundante do homem, ineliminável em seu intercâmbio com a natureza e produção dos bens necessários à vida humana. Com isso, alerta-nos também para o real sentido da luta ecológica, ao inseri-la como um componente da natureza destrutiva do capital. Sendo assim, é extremamente grave a destruição do ambiente de vida humano, pois se a natureza está ameaçada, e está, também a vida humana está.

Mészáros faz a importante distinção da concepção do trabalho enquanto fator ontológico e, em sua outra dimensão específica, historicamente datado, portanto, transitória, na forma de trabalho alienado, assalariado, sendo essa forma a raiz causal de todo o complexo de alienação, que precisa ser transcendida para a emancipação do trabalho e, por conseguinte, de toda forma de alienação.

Quanto à categoria *capital*, Mészáros considera que é uma relação social orientada para o seu expansionismo e autorreprodução, com o predomínio do valor de troca em detrimento do valor de uso, no atendimento das necessidades humanas. É um modo produtivo e reprodutivo que tudo abarca, sendo caracterizado pela *incontrolabilidade*. Nosso autor identifica que, desde 1970, o sistema do capital entrou em uma crise estrutural, sistêmica, em todas as dimensões da vida humana, ativando seus limites absolutos. Considera que, desde então, a produção é destrutiva dos meios de produção, em todos os sentidos, inclusive da vida humana e do substrato natural da vida humana – a natureza –, seja por meio da produção destrutiva em si, seja por meios militares.

Mas, devemos considerar que esse “sociometabolismo”, embora totalizante, é uma construção humana, portanto, histórico e, como tal, transitório. Então, a grande questão a saber, o verdadeiro *desafio e o fardo do tempo histórico*, ou *A montanha que temos que conquistar*, é se a humanidade vai superar o sistema do *capital*, transcender o *Estado* e tornar o *trabalho* emancipado, para dar continuidade à vida humana; ou se a humanidade terá fim, pois pode ser destruída pela barbárie do capital. Mészáros entende que emancipar o trabalho é um desafio do tamanho de uma montanha, pois temos de superar todo o tripé.

Por isso, também uma das motivações de Mészáros para realizar a crítica radical do Estado fundamenta-se na perspectiva marxiana, ainda não efetivada, de que “o Estado (e a política em geral, como um domínio separado) deve ser *transcendido*, por meio de uma transformação radical de toda a sociedade, mas não pode ser *abolido* nem por decreto, nem por toda uma série de medidas político-administrativas”; e que essa transformação “não pode ser simplesmente uma revolução política”, mas “deve ser uma revolução social”. Esta, para ser “bem-sucedida, não pode ser local ou nacional”, pois apenas “revoluções políticas podem se confinar a uma situação limitada, de acordo com sua própria parcialidade”. Por isso o caráter negativo da política, contraposto à positividade da revolução social, em seu caráter “*global/universal*”, o que implica a “transcendência necessária do Estado em escala *global*”. Assim, adverte-nos o autor que os elementos da teoria marxiana constituem, claramente, um “todo orgânico e não podem ser separados um a um, pois cada um se refere a todos os demais e só adquirem seu significado pleno graças às suas interconexões recíprocas” (MÉSZÁROS, 2015, p. 120-122).

Portanto, a crítica radical do Estado do capital relaciona-se diretamente aos processos produtivos e reprodutivos da vida humana, da emancipação do trabalho do jugo do Estado e do capital, pois, como vemos hoje, no sistema do capital, sobre uma questão fundamental, como o desemprego estrutural, Estado e capital acordam sobre a redução da jornada de trabalho só em prejuízo do trabalhador e “a serviço da acumulação de capital e da maximização do lucro”. Relaciona-se também com a “categoria crucial do tempo disponível”, que, para tornar-se um “princípio orientador para a regulação da reprodução social”, implica a “criação de uma ordem social radicalmente diferente”. Esse princípio, para efetivar-se, demanda “um modo de tomada de decisão na qual a escolha autônoma dos objetivos dos indivíduos livremente associados possa ser

combinada com uma estrutura geral racionalmente planejada e historicamente sustentável e possa ser verdadeiramente integrada nela” (MÉSZÁROS, 2015, p.109).

Portanto, para consubstanciar sua “crítica radical do Estado”, Mézáros não está movido pela mera imediaticidade de uma crise econômica conjuntural, mas pela “urgência histórica”, impulsionada pelo agravamento do quadro de sua análise de uma “época histórica” e desafiadora, de “aprofundamento da crise estrutural do sistema do capital”, abrangente e “sistêmica”, em “todas as dimensões da vida humana”, no âmbito político, econômico, social, educacional, cultural, familiar, religioso, ecológico etc.

Aliás, o autor nos convida a olhar em nosso entorno e dizer qual dimensão da vida humana não está em crise profunda e que não seja regulada pelo Estado. É inegável que a crise atinge as principais instituições de reprodução da ordem social. O autor apresenta-nos essa análise, desde os anos de 1970, em *A teoria da alienação em Marx* (2006), aprofunda-a em *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (2002), agrupa-se em *A crise estrutural do capital* (2011) e ela está presente também no artigo “Uma crise estrutural necessita de mudança estrutural” (2011a).

Reafirmamos a necessidade de atentarmos para o alerta que nos faz Mézáros, nas referidas obras, sobre algumas distinções fundamentais estabelecidas por Marx, cuja necessidade de precisão não é meramente acadêmica, mas pelas suas implicações na luta pela emancipação social e porque foram negligenciadas pelo marxismo. Entre elas, por exemplo, as duas dimensões do trabalho: uma que se refere a sua “acepção geral” como uma “mediação de primeira ordem”, em seu fundamento ontológico, insuperável da vida humana (e que, ao transcender os poderes alheios, deve livremente reger o modo humano de existência); e a outra dimensão parcial, específica, histórica, na forma assalariada (sendo que esta última forma tem que ser transcendida, e não a impossibilidade do propalado “fim” de todo o trabalho).

Uma segunda importante ordem de distinção diz respeito ao capital e capitalismo, em especial quando Mézáros diz que eles são coisas distintas, como já evidenciamos (pois também implica a estratégia socialista de transformação, com consequências bastante distintas e danosas, como comprovou a experiência histórica, que se direcionou apenas para a “derrubada do capitalismo”, deixando intactos os fundamentos do capital, e com isso, propiciando a permanência de toda miséria humana, física e espiritual). Aqui coloca-se também a importante distinção entre revolução social e revolução política. A esta se segue a distinção entre uma *crise*

periódica/conjuntural e a “*crise estrutural do sistema do capital*” (com consequências e intervenções bastante distintas).

E ainda, a distinção entre o “Estado enquanto tal”, como órgão de “comando do capital”, e sua superestrutura jurídica e política específica e distinta da “superestrutura geral, enquanto tal”. Lembrando, portanto, que ambas as esferas, capital e Estado, possuem sua base material e sua superestrutura, que atuam, se sustentam e se modificam por uma reciprocidade dialética. Portanto, como ressalta Mészáros, todas essas distinções têm implicações para a esfera social, em suas estratégias de luta.

Assim é que, para compreendermos as proposições de Mészáros, como a que expressa na metáfora da *montanha*, é necessário uma visão que não seja tão míope quanto ao horizonte a mirar - se o do trabalho ou se o do capital, se o da transformação de longo alcance ou da perpetuação da ordem vigente, se o plano nacional ou o plano universal. Pelo menos, como aquela manifestada pelos governantes do Brasil, que - parafraseando a canção do mineiro Milton Nascimento – “ficam de frente para o mar e de costas para o Brasil, o que não faz desse lugar um bom país”.

Mesmo assim, mirando além mar, como não vivenciamos em nosso litoral, a fúria das águas marinhas que formam um tsunami, na ausência do fenômeno físico e talvez por incapacidade de abstrair, o presidente Lula teve dificuldade de acreditar que um tsunami atingiria a economia. E procurou convencer o povo brasileiro de que no Brasil só vivenciaria uma “marolinha”. Mas, nos dias atuais, sentimos as consequências dessa visão enganosa, e as consequências das manifestações da “crise estrutural”, e não só “conjuntural”, que afetam não só o Brasil, mas o mundo, em sua totalidade, regido pelo capital. Limitando nossa observação à mentalidade política brasileira imediatista e míope, que talvez tenha dificuldades com as metáforas que nos remetem para fenômenos físicos que ocorrem para além dos limites das fronteiras nacionais, atentamos para o risco de que a mesma miopia possa prevalecer na compreensão do significado da metáfora utilizada por Mészáros. Lembrando que, se adotarmos certo rigor geológico, não temos montanhas em nosso território: temos morros, serras, picos, mas não montanhas. Talvez, por isso, a dificuldade para compreender a diferença dos desafios para escalar uma montanha, comparados aos esforços daqueles que almejam simplesmente escalar nada mais que o planalto central do Brasil, mais especificamente as rampas do Governo Federal, para “*conquistar*” apenas os poderes ali sediados.

Sem essa miopia, e se conseguirmos visualizar para além de nossas fronteiras e do imediatismo, talvez, mesmo sem a presença física dessa dimensão, possamos compreender Mészáros (2015, p. 111), quando enfatiza que os desafios e obstáculos que “devemos escalar e conquistar” são do tamanho de “muitos Himalaias um em cima do outro”, o que talvez seja mais fácil para nossos vizinhos da América do Sul, que têm uma montanha como a Cordilheira dos Andes, e mesmo outros povos, que também possuem suas montanhas.

Se o campo teórico-prático indicado por Mészáros, e simbolizado por essa metáfora, não é suficiente para esclarecer-nos, talvez devêssemos acercar-nos de um alpinista, que também sabe o que significa “conquistar uma montanha”; entende que para conquistá-la é preciso conhecê-la, escalá-la, chegar ao topo, ver o que há lá e além dele. Sabe também que, no desafio da escalada, é fundamental, depois de atingir o cume, desarmar o acampamento e fazer a escalada de volta, descer com vida e prosseguir. Isso requer resistência física e espiritual, materiais e conhecimentos adequados, persistência e tenacidade para superar os obstáculos. Ou seja, é um desafio imenso e, por mais que estejamos preparados, temos de fazer a escalada sem garantias totais de sucesso.

Mészáros analisa que muitos nem ousam fazer a escalada (como os reformistas que propõem apenas mudanças graduais, e não uma ruptura radical). Muitos desistem antes da vitória final, outros morrem na escalada, muitos tomam caminhos errados, que não levam à meta final, que é chegar ao topo, depois descer e prosseguir com vida (como testemunham os países que experimentaram as revoluções no século XX). E mesmo frente a esses insucessos, muitos ainda continuam sonhando em fazer a escalada. Muitos outros despertarão e ousarão novamente a experimentar a escalada, pois uma montanha é sempre um convite à escalada, nos aguça saber como chegar lá, o que há no topo e atrás dele. E as montanhas também têm sua formação, suas estruturas, suas fissuras, rachaduras, seus metamorfismos e, dependendo de seus fundamentos, pode ser explodida, pode desabar, implodir-se ou ser “transcendida/superada”.

Então a metáfora da “*montanha*”, aplicada à nossa realidade sócio-histórica, com seus imensos desafios, que parecem ser intransponíveis, mas que precisam ser “transcendidos/superados” para prosseguirmos, sabendo o que há lá no topo e para além dele, é uma boa metáfora, e é nesse sentido que Mészáros a emprega. Como bem compreendeu Mascaró (2015, s/p), “a montanha a que Mészáros se refere como alvo a ser conquistado não é apenas o Estado e o campo político, mas a totalidade da sociabilidade capitalista”. Podemos ainda, referenciados em Mészáros, acrescentar que o que precisa ser “transcendido”/superado é o

próprio sistema do capital e todas as suas “mediações de segunda ordem”. Constatação que nos encaminha para a necessidade e a possibilidade histórica de emancipar o trabalho do próprio sistema do capital, algo que só poderá ser vitorioso se o trabalho, em sua totalidade social, nortear-se pelos “princípios socialistas orientadores”, e se, de forma organizada internacionalmente, atuar em conformidade com a *Atualidade histórica da ofensiva socialista* (2010), em um movimento que “não pode ser apenas um tipo de partido político orientado para a obtenção de *concessões parlamentares*”, mas, sim, como um “*movimento revolucionário de massas*, ativo de maneira consciente em *todas* as formas de luta política e social: local, nacional e global/internacional”. Acima de tudo, “sem medo de afirmar as demandas necessárias da *ação extraparlamentar* desafiadora” (MÉSZÁROS, 2010, p. 43).

Mészáros considera que esse sistema, em sua crise estrutural, pode desabar-se, implodir-se e, junto com ele, toda a humanidade; ou pode e deve ser escalado, *erradicado*, “trancendido”/superado e ser construída uma outra ordem social, cujo relevo seja acessível a todos, pois sedimentado em uma “igualdade substantiva”. Então, até a metáfora, para ser entendida, tem de ser no “espírito do autor” que a elaborou, tem de ser analisada do ponto de vista do autor, da perspectiva adotada por ele. E se, mesmo assim, para nós brasileiros, a metáfora soa incômoda, ainda resta-nos o texto do autor em si, que pode ser compreendido, pois tudo isso está expresso na obra de Mészáros. E quem sabe esta possa inspirar aqueles que verdadeiramente procurem orientar-se pelo projeto marxiano da emancipação humana, via uma revolução social que ponha abaixo *a montanha*.

A presente tese procurou, também, compreender a proposição de Mészáros de que só será possível uma formação humana, por conseguinte, processos educativos, que efetive a emancipação humana real, radical, e não restrita à emancipação política, se superarmos o trabalho do jugo da dominação estrutural a que ele está submetido pelo capital e pelo Estado. Mas nosso autor indica-nos que o doloroso e dramático é que esse novo edifício tem de ser construído “no aqui e agora” e a partir da demolição do atual. Do que nos foi possível apreender, entendemos que a concepção de Mészáros é clara; e é decisiva sua orientação de que “as soluções têm que ser globais” e não bastam “reformas parciais”, é necessária a realização da complexa superação do tripé: trabalho, capital e Estado. Em seus próprios termos, “uma transcendência positiva da autoalienação do trabalho” pela autogestão dos “trabalhadores livremente associados”,

conscientemente e autonomamente organizados para que possa ser sustentável e durável e erradicar todo resquício do poder do capital e do Estado, de qualquer Estado.

Procuramos compreender Mészáros, situando-o em sua condição sócio-histórico-concreta, como um pensador que não está em seu laboratório, pensando/interpretando o mundo. Sua obra tem como ponto de partida o seu mundo e o “mundo dos homens”, efetivo, real, dinâmico e contraditório, regido pela ordem do capital e pela (i)legalidade do Estado, que comandam o trabalho e o impedem das realizações humanamente criativas, além de compeliem à produção destrutiva em si e dos recursos vitais da vida humana; hoje, mais do que nunca, instável. Pois em sua crise estrutural, sistêmica, profunda, global, afeta todas as dimensões da vida humana, e ativa os limites absolutos e intransponíveis pela ótica do capital. Época histórica que impõe, com urgência, a alternativa hegemônica do trabalho.

Enquanto a predominância do pensamento burguês e suas variantes apregoam o “adeus ao proletariado”, o “fim do trabalho”, da história e das ideologias, na verdade, para Mészáros, essas são ideologias que tentam eternizar a ordem vigente e insistem na afirmação de que “não há alternativa”. Diferente e contraditoriamente, Mészáros afirma que há possibilidade real de uma alternativa, mas que esta só terá chance de sucesso e poderá ser sustentável se tiver como centralidade a totalidade do trabalho. Mészáros declara que somente pela “transcendência positiva da autoalienação do trabalho em toda a sua multifacetada complexidade condicionante” poderemos instaurar, não a chamada “sociedade do conhecimento”, mas a verdadeira sociedade humana.

Vimos, portanto, que é desse ponto de vista, do trabalho, que Mészáros procura compreender o mundo atual. Busca sua gênese, as determinações fundamentais, as relações causais, as tendências, - grifemos - tendências objetivas, concretas, mas históricas, multifacetadas e em suas reciprocidades dialéticas-, não alguma concepção estrutural-funcionalista-determinista, de seu desenvolvimento. E, sim, as inter-relações dialéticas complexas entre a base material e a superestrutura geral (em seu todo, e “enquanto tal”, em suas várias formas de manifestação e em suas dimensões mais mediadas, como as crenças religiosas, práticas artísticas, concepções filosóficas), e a superestrutura jurídica e política específica do Estado. Ou seja, “como um complexo integrado de determinações materiais e ideais, com a prioridade *última* conferida à primeira”.

O próprio Mészáros (2006a) nos oferece um depoimento que comprova as origens e a natureza de sua compreensão e inserção no mundo:

O que aprendi em minha variada experiência laboral facilitou meu comprometimento com a visão de uma ordem mundial muito diferente, que precisamos ter como alternativa à nossa presente sociedade. Não aprendi sobre as condições de vida da classe trabalhadora por meio dos livros, eu as vivi diretamente e de muitas formas. Assim como não aprendi nos livros a total insustentabilidade da desigualdade feminina – sobre a qual discuti no capítulo 5 de *Para além do capital*. Era suficiente comparar o meu pagamento, de um trabalhador muito jovem, com o da minha mãe, que recebia menos, apesar de realizar um trabalho muito mais qualificado. Esses “fatos da vida” foram tão óbvios que era impossível ignorá-los ou esquecê-los. Pelo contrário, eles se tornaram orientações sobre meu modo de pensar todas as questões maiores. Percebi cedo que o mundo social, organizado com base nas desigualdades que presenciei diretamente, não poderia ser justificável nem sustentável. Naturalmente, levou muito tempo para que eu entendesse completamente por que uma ordem tão brutalmente desigual se constituiu na forma como hoje a sociedade se apresenta; mas compreendi também que existem as necessárias e socialmente sustentáveis – bem como humanamente justificáveis – alternativas correspondentes (MÉSZÁROS, 2006a, p. 16-17).

Como o autor realça, “essa é a maneira pela qual uma experiência formadora mais ou menos difícil se torna, para melhor ou pior, uma parte orgânica do próprio modo de pensar e escrever” (MÉSZÁROS, 2006a, p. 17). Para nós, sintetiza sua concepção formativa, não restrita aos processos educacionais formais, e moldada na compreensiva duplicidade de sentimentos justificáveis dos nossos tempos - “dor e esperança” -, provocados pela brutal desumanidade da ordem atual. E nos possibilita concluir nossa tese de que o *tripé: trabalho, capital e Estado* (têm) *implicações* (diretas) *na educação*, mas não mecânicas; atua como um determinante/determinado e, para que o tripé possa, e ele deve, ser superado na sua totalidade e radicalidade, o papel de uma educação emancipadora, nos moldes apresentados por Mészáros e inspirados na concepção marxiana de formação, é fundamental, já em nossa atualidade.

Assim, concluímos que a “ontologia singularmente humana a partir do trabalho” de Mészáros permite-lhe e nos permite apreender, na realidade, as possibilidades de afirmar a “utopia realista” de que “outro mundo é possível e necessário”, e num futuro não muito distante. A depender, para relegar as atuais desumanidades ao passado, da nossa intervenção, que seja consciente e orientada por uma teoria da transição socialista, e de uma prática organizada internacionalmente, na ordem presente e em toda a sua totalidade abrangente, material e espiritual, “em toda a maneira de ser”. É assim que o sentido verdadeiro de formação, enquanto “interiorização”, abarca a totalidade dos processos que fundam a existência humana.

Por isso podemos e devemos atuar para efetivar processos formativos que - em sintonia com o autor em estudo, e em sintonia com a realidade, mas desafiando-a, propositiva e radicalmente, com a exigência do “tudo ou nada” - contribuam para a alternativa emancipatória do trabalho. Esta deve fundamentar-se em um projeto genuíno de socialismo, que “ponha abaixo todo o edifício”: do trabalho assalariado, do capital e do Estado. Esse é o tamanho da *montanha que temos que conquistar* para viabilizar a autoedificação humana, a partir de sua atividade produtiva criativa, ou isso “tudo” ou o “nada” edificante de vivermos em conformidade com a barbárie, impositivamente reinante e mistificadamente eternizante.

Assim, finalizamos a pretendida leitura e análise imanente de Mészáros, desejosos de ter cumprindo nossos objetivos, se não totalmente, pelo menos parcialmente, pois, como nos lembra o poeta: “de tudo fica um pouco”, ou nos termos de Sartre, de que “deve-se aspirar a tudo para ter esperança de fazer alguma coisa” (SARTRE, 1959, apud MÉSZÁROS, 2012, p. 23). E para apreender o muito que ainda falta, pretendemos continuar a escalada da obra teórica de Mészáros, cujos “cumes luminosos” sabemos ser difícil de apreender no limitado tempo e modo de doutoramento, e só podem ser alcançados com a infatigável leitura do todo que se consubstancia no conjunto de sua obra e em seu testemunho de vida. E, assim, ao dar continuidade a esse percurso, quem sabe poderemos compreender, na exata profundidade, a perspectiva ferrenhamente crítica e propositiva de Mészáros, principalmente frente à urgência do “*desafio e fardo (de nosso) tempo histórico: (que clama pelo) socialismo no século XXI*” (2007), que vá *para além do capital*, cuja tarefa é imensa, do tamanho de uma *montanha que devemos conquistar* (2015).

Mészáros, em toda a sua produção teórica, reafirma a proposição marxiana de que o socialismo implica uma transformação total e global de todo o edifício societal, em que “os homens devem mudar de cima abaixo as condições de sua existência industrial e política, e conseqüentemente todo o seu modo de ser” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 791). Tal transformação é impossível via reformas e vai mais além de “expropriar os expropriadores”. Segundo a síntese de Mészáros, emancipar o trabalho implica demolir todo o edifício, do tamanho de uma “*montanha*”, em seu tripé: trabalho assalariado, capital e Estado, que usurpam do trabalho o seu potencial humano criativo libertador.

Percebemos, assim, que o projeto teórico-prático de Mészáros constitui-se como um diferencial quanto ao ecletismo, conformismo e reformismo que impera no movimento

internacional da classe trabalhadora. Filia-se entre aqueles que procuram, de forma intransigente, recuperar e propagar o caráter revolucionário da teoria social de Marx, por considerá-la apta a nos propiciar a compreensão do desenvolvimento sócio-histórico e econômico, em seu próprio termo, o “sociometabolismo”. Uma teoria que não é neutra, pois adota o ponto de vista de classe – do proletariado e da classe trabalhadora, na sua totalidade, como o sujeito social da revolução socialista, ou em termos categoriais, adota a perspectiva crítica do trabalho, contra a perspectiva eternizadora e mistificadora do capital e assegurada pelo seu ordenamento estatal.

Explicitamos também que o conjunto desse processo - desde a preparação do projeto, durante os estudos, as atividades acadêmicas realizadas, os debates, o desenvolvimento e conclusão da tese - provocou intensas transformações em nossa formação. Vivenciamos muitos momentos imensamente prazerosos e gratificantes, e outros tantos, ao mesmo tempo, profundamente inquietantes. Assim, desejamos que esse “pouco” aqui expresso, do “tudo” que foi apreendido no processo contínuo de “interiorização”, contribua, com algum nível de esclarecimento, para a formação de outros que queiram perfazer a escalada da obra teórica de Mézáros, cujos “cumes luminosos” consubstanciam-se em vários outros títulos e em seu testemunho de vida. Desde que “não temem fatigar-se a escalar as suas veredas escarpadas”, compreenderão a importância de sua contribuição para o processo de emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALBINATI, Ana Selva. Educación: la cuestión de la alienación individuo-gênero. In: INFRANCA, Antonino; VEDDA, Miguel (Comp.). *La alienación: historia y actualidad*. Buenos Aires/AR: Herramienta, 2012.

ANTUNES, Caio. *A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação*. Campinas/SP: Autores Associados, 2012. (Coleção Educação Contemporânea).

ANTUNES, Ricardo. As formas de ser do trabalho, da alienação e da emancipação contemporâneas: Notas a propósito do Seminário Internacional István Mészáros. *III Seminário Internacional Margem Esquerda: István Mészáros e os Desafios do Tempo Histórico*, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3zf0N2W7V_I>. Acesso em: 08 set. 2015.

ANTUNES, Ricardo. A Associação Internacional dos Trabalhadores, 150 anos depois. *Margem esquerda – ensaios marxistas*. São Paulo, n. 23, out. 2014.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação – O retorno de Lukács. In: ALVES, Giovanni. *Lukács e o Século XXI: Trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório*. Londrina/PR: Práxis; Bauru: Canal 6, 2010.

ANTUNES, Ricardo. Economia política/Marxismo impenitente (Notas de Leitura). *Margem esquerda – ensaios marxistas*. São Paulo, n. 9, jun. 2007.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição socialista*. Campinas/SP: Boitempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho).

BITENCOURT, Celeste Deográcias de Souza. Resenha: A natureza da crise contemporânea do capital e os desafios rumo a uma alternativa radical na obra de István Mészáros. *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte: FaE/UFMG, v. 22, n. 2, mai/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/issue/view/90/showToc>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

BITENCOURT, Celeste Deográcias de Souza. Possibilidades e a necessidade de uma nova Internacional na perspectiva de István Mészáros. *Ciclo de Estudos e Debates do Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação – GEPMTE/NETE/FaE/UFMG*, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hv0A3JukCdw>>. (Vídeo postado em 23 jun. 2015). Acesso: 24 de jun. 2015.

BOITEMPO. Lançamento de István Mészáros. A montanha que devemos conquistar. Disponível em: <<http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Titulos/visualizar/a-montanha-que-devemos-conquistar>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

BRAGA, Ruy. [Orelha]. In: MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo/SP: Boitempo, 2008.

CHASIN, José. Marx – Da razão do mundo ao mundo sem razão. In: CHASIN, José. (Org.) *Marx hoje*. 3 ed. São Paulo: Ensaio, 1988.

CHASIN, José. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Ensaio: Filosofia, política e ciência da história*. São Paulo, n. especial, 17/18, 1989.

CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHASIN, José. A determinação ontonegativa da politicidade. *Ensaio Ad Hominem*, N. 1, tomo III – Política, 2000.

CHASIN, José. Abertura. Ad Hominem – Rota e perspectiva de um projeto marxista. *Ensaio Ad Hominem*, n. 1, tomo IV – Dossiê Marx, 2001.

COSTA, Mônica Hallak Martins da (1999). Dissertação (Mestrado em Filosofia). *As categorias Lebensäusserung, Entäusserung, Entfremdung e Veräusserung nos Manuscritos Econômico-filosóficos de Karl Marx de 1844*. Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1999. Disponível em: <http://www.verinotio.org/di/di3_categorias.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <www.dicio.com.br>. Acesso em: 20 mar. 2015.

ENDERLE, Rubens. Apresentação. In: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 2 ed. Trad. Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FOSTER, John Bellamy. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI*. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo. 2007. (Coleção Mundo do Trabalho).

FREDERICO, Celso. *O jovem Marx: 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GANDÁSEGUI, A. hijo ... [et al.] . Presentación. In: GANDÁSEGUI, Marco A., hijo. (Coord.) *Crisis de hegemonía de Estados Unidos*. México: Siglo XXI Editores-Clacso, 2007. Disponível em: http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=96&campo=titulo&texto=estados%20unidos >. Acesso em: 20 dez. 2014.

GIORDANI, Jorge. Prefácio. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Orgs). *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

INFRANCA, Antonino; VEDDA, Miguel (Comp.). *La alienación: historia y actualidad*. Buenos Aires: Herramienta, 2012.

INFRANCA, Antonino; VEDDA, Miguel. Introducción: Sobre la gênesis de la categoria de alienación. In: INFRANCA, Antonino; VEDDA, Miguel (Comp.). *La alienación: historia y actualidad*. Buenos Aires: Herramienta, 2012.

JINKINGS, Ivana. Prefácio: O despertar da montanha. In: MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Orgs.). *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad. Karen Elsabe Barbosa. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOPES, Túlio. O mapa das esquerdas do Brasil: histórico das organizações, estratégia/referencial teórico e conexões internacionais. *Ciclo de Estudos e Debates do Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação – GEPMTE/NETE/FaE/UFMG*. Vídeo postado em 23 jun. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hv0A3JukCdw>. Acesso: 24 de jun. 2015.

LÖWY, Michael. Uma bandeira comum: marxistas e anarquistas na I Internacional. *Margem esquerda* – ensaios marxistas, São Paulo, n. 23, p. 121-128, out. 2014.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. (1859). Introdução à Contribuição para a crítica da economia política. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contriteconpoli/introducao.htm>>. Acesso em 30 de jun. 2015.

MARX, Karl. (1872) Prefácio à edição francesa de *O capital*: crítica da economia política. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/prefacios/04.htm#11>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm>>. Acesso em: 30 de jun. 2015.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 1818-1883. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega, s/d. V.1.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família ou crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e Consortes*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

MASCARO, Alysso Leando. [Orelha]. In: MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar*: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar*: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. *O conceito de dialética em Lukács*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. Reflexões sobre a Nova Internacional. *Margem esquerda* – ensaios marxistas, São Paulo, n. 22, p. 67-90, abr. 2014.

MÉSZÁROS, István. *A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. Uma crise estrutural necessita de mudança estrutural. *Margem esquerda – ensaios marxistas*, São Paulo, n. 17, p. 53-68, nov. 2011.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Trad. Francisco Raul Cornejo [et al.]. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. A reconstrução necessária da dialética histórica. Apêndice. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Orgs.). *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MÉSZÁROS, István. Tempos de Lukács e nossos tempos: socialismo e liberdade. Entrevista. *Verinotio Revista on-line de educação e ciências humanas*, ano V, n. 10, out. 2009. Disponível em: <http://www.verinotio.org/revistas_anteriores_interno.php?revista=10>. Acesso em: jun. 2013.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2 ed. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Mundo do Trabalho).

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI*. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Mundo do Trabalho).

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. Entrevista. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo, n. 7, p. 13-29, maio. 2006a.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004. (Coleção Mundo do Trabalho).

MÉSZÁROS, István. *O século XXI, socialismo ou barbárie?* Trad. Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. Economia, política e tempo disponível: Para além do capital. *Margem esquerda - ensaios marxistas*, São Paulo, n. 1, p. 93-124, maio 2003a.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho).

MÉSZÁROS, István. Entrevista com István Mészáros: O marxismo hoje. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 2, p.129-137, 1995.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, István. A crise atual. *Ensaio: Filosofia, Política e Ciência da História*, São Paulo, n. especial – 17/18, 1989.

MUSTO, Marcello. Notas sobre a história da I Internacional. *Margem esquerda – ensaios marxistas*, São Paulo, n. 23, p. 129-136, out. 2014.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. *Mészáros e a incontornabilidade do capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PAULO NETTO, José. *O socialismo na URSS*, s/d. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9DqmFN2wuOU>> ou <<http://marxismo21.org/jose-paulo-netto/>>. Postado em junho de 2014. Acesso em: ago. 2015.

PAULO NETTO, José. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULO NETTO, José. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José. *Marxismo impenitente*. Contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, José. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004. (Coleção Mundo do Trabalho).

PINASSI, Maria Orlanda. Apresentação: Pressupostos ontológicos de uma síntese *in statu nascendi*. In: MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

PINASSI, Maria Orlanda. Educação libertadora e transição para o socialismo. In: PINASSI, Maria Orlanda. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINASSI, Maria Orlanda. István Mészáros, um clássico do século XX. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo. (Orgs.). *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

RUBEL, Maximilien. *Crônicas de Marx*. São Paulo: Ensaio, 1991.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Trad. Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Mundo do Trabalho).

SEGRILLO, Ângelo. et al. *Hungria 1956: ...e o muro começa a cair*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Sabina M. Apresentação. J. Chasin: Para a crítica da razão política. *Ensaio Ad Hominem*, n. 1, tomo III – Política, 2000.

SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira de. As origens da Ontologia do Ser Social: a questão do Método. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, FaE/UFMG, v. 24, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/issue/current/showToc>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira de. Notas acerca de algumas questões filosóficas e de método em Durkheim, Weber e Marx: a afirmação da centralidade ontológica do trabalho na perspectiva marxiana. In: SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira de; LAUDARES, João Bosco. (Org.) *Diálogos conceituais sobre trabalho e educação*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011. p. 13-34.

SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira de. A centralidade ontológica do trabalho como essência da educação e dos conhecimentos. In: MENEZES, A. J. et al. (Org.) *Trabalho, política e formação humana: interlocução com Marx e Gramsci*. São Paulo: EJR Xamã, 2009. p. 128-138.

SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira de. Centralidade ontológica do trabalho ou centralidade da informação e do conhecimento nos processos de formação humana? *Pró-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2 (56), maio/ago. 2008.

SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira de. *As atuais formas de consciência da individualidade: um estudo a partir da Ontologia do Ser Social Marxiana*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) PUC São Paulo, 2001.

TONET, Ivo. Prefácio. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares. *Mészáros e a incontabilidade do capital*. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo. Marxismo para o século XXI. *Margem esquerda – ensaios marxistas*. São Paulo, n. 5, p. 103-121, abr. 2004.

TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. (Coleção Fronteiras da Educação).

VAISMAN, Ester. [Orelha]. In: MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. Apresentação. In: LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

VEDDA, Miguel. Sobre o ideal e o ideológico no Lukács tardio. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Org.). *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

VEDDA, Miguel. Tragédia, Actualidade, Utopia. A propósito de las controversias entre el joven Lukács y el joven Bloch. *Trabalho & Educação*, v. 24, n. 1, p.131-142, jan-abr. 2015.

VEDDA, Miguel; DUAYER, Mario. Introdução. In: LUKÁCS, G. *György Lukács: Anos de peregrinação filosófica*. Buenos Aires: Herramienta, set. 2013. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/gyoergy-lukacs-anos-de-peregrinaje-filosofico/gyoergy-lukacs-anos-de-peregrinaje-filosofico>>. Acesso em: 31 jan. 2014.